

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO - UENF  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS**

**JONADABLE ALVES PALMEIRA**

**A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ARTESANAL DE VENDA NOVA DO  
IMIGRANTE/ES: POLÍTICA PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO PARA A PRODUÇÃO**

Campos dos Goytacazes - RJ

2021

JONADABLE ALVES PALMEIRA

**A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ARTESANAL DE VENDA NOVA DO  
IMIGRANTE/ES: POLÍTICA PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO PARA A PRODUÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo da Costa Caetano

Campos dos Goytacazes – RJ

2021

**FICHA CATALOGRÁFICA**

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

P172

Palmeira, Jonadable Alves.

A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ARTESANAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES : POLÍTICA PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO PARA A PRODUÇÃO / Jonadable Alves Palmeira. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.

246 f. : il.

Bibliografia: 223 - 240.

Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2021.

Orientador: Rodrigo da Costa Caetano.

1. Identidade. 2. Políticas Públicas . 3. Desenvolvimento Regional. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

JONADABLE ALVES PALMEIRA

**A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ARTESANAL DE VENDA NOVA DO  
IMIGRANTE/ES: POLÍTICA PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO PARA A PRODUÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Políticas Sociais.

Aprovada em: 05/04/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rodrigo da Costa Caetano (Orientador)

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiana Carvalho Rodrigues

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES

---

Prof. Dr. Marcelo Werner da Silva

Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dr. Marlon Gomes Ney

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

---

Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

*Dedico à minha esposa Cleide Lopes de Almeida, minha amada, sem ela jamais teria  
chegado até aqui.*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, João Costa Palmeira e Erundina Alves Palmeira (*In memoriam*), por todo amor e cuidado. Mesmo diante da fome e de todas as adversidades não perderam a ternura e jamais se afastaram da ética. São exemplos que quero seguir por toda a vida.

À minha esposa por todo apoio e incentivo na construção da minha trajetória acadêmica e ao meu filho Lorenzo de Almeida Palmeira, por compreender que os momentos de ausências eram necessários. Sem vocês, qual sentido teria minha vida?

Aos meus irmãos, “Dão”, “Melze”, “Josy”, Mizael, “Melck” e Miriam, por todo incentivo durante toda minha vida.

À minha segunda mãe “mamãe Irá” e minha irmã Cirlene por todo carinho e apoio.

À minha segunda família, D. Maria, Seu “Zé”, Keylla, “Kellynha” e “Júnior” por terem me acolhido com amor e respeito.

À minha família emprestada Hugo, Renata, Seu Jair e D. Erani.

Aos Guaçus Jean, Silvio, Ailton e Pinotti, meus inseparáveis amigos.

Aos amigos da Turma de doutorado 2017/1, por compartilharem “deliciosos” momentos de aprendizagem.

Aos amigos da “Sala 205” Joyce, Thaynara, Blenda, Fred, Sávio, Tainá, Viví e Anna Cássia.

Ao Instituto Federal do Espírito Santo e todos os servidores, em especial ao Luiz Fernando, Fabiano, Fernanda Chaves, Katucha, Osânia, Kátia, Telma, Hiata, Juliana Ronchi, Suzana Grimaldi, M<sup>a</sup> das Graças, Eliane, Marco Aurélio, João Gomes, Adriana Gomes, Fernanda Merísio, Sirlei, Adriane e Aloisio Carnielli.

Aos queridos Valdir, “Cléia”, Nalva, Édila, Luzeni e Irene meus eternos mestres.

Aos professores Paulo Marcelo de Souza, Marlon Gomes Ney e Fabiana Carvalho Rodrigues, por suas essenciais colaborações para construção da pesquisa.

Ao professor Rodrigo da Costa Caetano que com muita paciência aceitou o desafio de fazer a orientação da pesquisa. Uma orientação sem “muros”, livre de obstáculos entre orientando e orientador. Muito obrigado professor Rodrigo.

A cada família da agroindústria artesanal de Venda Nova que me recebeu e compartilhou saberes, opiniões e experiências que sustentam essa pesquisa.

À Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF) e ao Programa de Pós-graduação Em Políticas Sociais (PPGPS) por ofertar para a sociedade uma formação de excelência.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

“O que está em jogo não é a transmissão daquilo que se inventa, mas antes a transmissão do poder de inventar.”

(Juan David Nasio)

## RESUMO

PALMEIRA, Jonadable Alves. **A Agroindústria Familiar Artesanal de Venda Nova do Imigrante/ES: Política Pública e Organização para a Produção.** 2021. 246 fls. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes/RJ, 2021.

A agroindustrialização da produção da agricultura familiar tem se consolidado como importante alternativa para o campo, reconfigurado as dinâmicas socioeconômicas e sua relação com a cidade. Em muitos casos, como em Venda Nova do Imigrante (VNI), a organização desses estabelecimentos criou novas possibilidades para a cadeia produtiva, integrando as atividades agrícolas às “não agrícolas”, gerando empregos, renda e potencializando o desenvolvimento regional. Essa pesquisa tem como objetivo analisar a conjuntura da Agroindústria Familiar Artesanal em Venda Nova inserida na dinâmica do agroturismo e as respectivas relações com as políticas públicas que influenciam no seu desenvolvimento e na organização das condições de produção. Delineado como uma abordagem qualitativa, o trabalho recorre ao estudo de caso como um dos procedimentos metodológicos fundamentais, somando-se às técnicas para coleta de dados, como a observação direta e a realização de entrevistas semiestruturadas, submetidas à análise de conteúdo para interpretação da organização de produção tanto pela capacidade de inserção tecnológica quanto pela influência política. A temática tem significativa representação nas publicações acadêmicas, no entanto, percebe-se um lapso quanto ao enfoque na importância da produção da Agroindústria Familiar Artesanal no desenvolvimento de VNI e como síntese da relação tensionada entre a tradição e a modernidade. A polivalência é uma característica basilar na organização das famílias para atender as demandas que emergem da agricultura, da produção agroindustrial, do agroturismo e das demais atividades que conferem às propriedades o perfil pluriativo. A análise dos dados sinaliza para convergência quanto à percepção dos produtores da Agroindústria Familiar Artesanal sobre o lugar que ocupam na relação com o Estado e com as políticas públicas, se aproximando mais da lógica “empreendedora” do que “camponesa”, apesar dos elementos que evidenciam o “*ethos* da campesinidade”. Nesse sentido, a construção da identidade territorial dos produtores parece se distanciar da visão acadêmica e institucional sobre a agroindústria familiar. Por fim, o estudo aponta que a Agroindústria Familiar Artesanal de VNI contribui ao desenvolvimento local com empregabilidade e geração de renda, revelando a permanência no campo como uma alternativa viável; abre novos espaços para atuação produtiva da mulher e dos jovens, permitindo outros protagonismos na hierarquia familiar. No entanto, a pesquisa revela um distanciamento entre os produtores, uma crise de representatividade política e de classe, mas reconhece que foi na interação com os agentes governamentais, associações e técnicos locais que obtiveram os maiores avanços na organização dos empreendimentos produtivos. Diante disso, considera-se que é preciso um esforço coletivo no planejamento de programas e ações que tenham como ponto de partida as especificidades locais-regionais, proporcionando uma aproximação entre políticas de regulação e promoção na perspectiva da organização para consolidação da produção da Agroindústria Artesanal Familiar e para a diversificação das atividades de outras propriedades típicas da agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Identidade, Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional.



## ABSTRACT

PALMEIRA, Jonadable Alves. **The Artisanal Family Agroindustry of Venda Nova do Imigrante / ES: Public Policy and Organization for Production.** 2021. 246 fls. Thesis (Doctoral in Social Policies) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes/RJ, 2021.

The agroindustrialization of family farming production has been consolidated as an important alternative for the countryside, reconfiguring the socioeconomic dynamics and their relationship with the city. In many cases, as in Venda Nova do Imigrante (VNI), the organization of these establishments created new possibilities for the production chain, integrating agricultural activities with “non-agricultural” ones, generating jobs, income and potentiating regional development. This research aims to analyze the conjuncture of the Artisanal Family Agroindustry in Venda Nova inserted in the dynamics of agrotourism and the respective relations with public policies that influence its development and the organization of production conditions. Designed as a qualitative approach, the work refers to the case study as one of the fundamental methodological procedures, adding to the techniques for data collection, such as direct observation and semi-structured interviews, submitted to content analysis for the interpretation of the production organization by both the technological insertion capacity and the political influence. The theme has significant representation in academic publications, however, it is perceived a lapse in the focus on the importance of the production of Artisanal Family Agroindustry in the development of VNI and as a synthesis of the strained relationship between tradition and modernity. Polyvalence is a fundamental characteristic in the organization of families to meet the demands that emerge from agriculture, agroindustrial production, agritourism and other activities that give properties the pluriative profile. The analysis of the data indicates convergence regarding the perception of the producers of the Artisanal Family Agroindustry craft on the place they occupy in the relationship with the State and with public policies, getting closer to the logic “entrepreneurial” than “peasant” despite the elements that highlight the “ethos of campesinidade”. In this sense, the construction of the producers' territorial identity seems to distance itself from the academic and institutional view of family agroindustry. Finally, the study points out that the Artisanal Family Agroindustry of VNI contributes to local development with employability and income generation, revealing the permanence in the field as a viable alternative; opens new spaces for productive action of women and young people, allowing other protagonisms in the family hierarchy. However, the research reveals a gap between producers, a crisis of political and class representation, but recognizes that it was in interaction with government agents, local associations and technicians who have achieved the greatest advances in the organization of productive enterprises. Therefore, it is considered that it is necessary a collective effort in the planning of programs and actions that have as their starting point the local specificities-regional, providing a rapprochement between policies of regulation and promotion from the perspective of the organization to consolidate the production of Artisanal Family Agroindustry and to diversify the activities of other typical family farms.

**Keywords:** Identity, Public Policy, Regional Development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gráfico do número de publicação acerca da temática “agroindústria familiar” por regiões do Brasil... 54	54
Figura 2: Gráfico do número de publicação acerca da temática “agroindústria familiar” por instituições públicas e privadas..... 54	54
Figura 3: Recorte da página 3 da edição 433, de 08 de fevereiro de 1884, do jornal A Província do Espírito Santo..... 60	60
Figura 4: Proporção de propriedades e área total apropriada no Brasil, tomando como referência 4 módulos fiscais..... 89	89
Figura 5: Proporção de propriedades e área total apropriada no Espírito Santo, tomando como referência 4 módulos fiscais. .... 89	89
Figura 6: Proporção de propriedades e área total apropriada em Venda Nova do Imigrante, tomando como referência 4 módulos fiscais. .... 90	90
Figura 7: Ofício resposta do IBGE acerca do Censo Demográfico VNI - 1983..... 93	93
Figura 8: Ofício resposta Secretaria da Fazenda do Estado - Relatório de Arrecadação..... 94	94
Figura 9: Ofício Resposta do IBGE - Critérios para emancipação..... 95	95
Figura 10: Ofício Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova a ALES ..... 97	97
Figura 11: Mapa Sede - Venda Nova do Imigrante ..... 98	98
Figura 12: Mapa das Comunidades - Venda Nova ..... 100	100
Figura 13: Mapa das Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo..... 101	101
Figura 14: Infraestrutura de Transporte..... 102	102
Figura 15: Densidade Demográfica de VNI ..... 103	103
Figura 16: Produto Interno Bruto - Participação % no total do Estado ..... 113	113
Figura 17: Produto Interno Bruto - em valores correntes - R\$ milhões..... 113	113
Figura 18: Bandeira do município de Venda Nova do Imigrante ..... 115	115
Figura 19: Composição da bandeira do município de Venda Nova do Imigrante ..... 116	116
Figura 20: Reportagem sobre a festa do Pan e Vin, 2014..... 117	117
Figura 21: Primeiros cartazes que se tem registro da Festa da Polenta ..... 119	119
Figura 22: Desfile Cultural da Festa da Polenta, 2015. .... 120	120
Figura 23: Desfile Cultural da Festa da Polenta, 2019. .... 120	120
Figura 24: Desfile Cultural da Festa da Polenta, 2019. .... 121	121
Figura 25: Plantio do Milho para Festa da Polenta, 2011..... 124	124
Figura 26: Colheita do Milho para a Festa da Polenta, 2011..... 124	124
Figura 27: Serenata Italiana..... 125	125
Figura 28: Mapa de apoio para o público da Serenata Italiana, realizado pela Prefeitura. .... 126	126
Figura 29: Convite para emplacements dos "polentas móveis". .... 127	127
Figura 30: Tombo da polenta gigante na Festa da Polenta ..... 129	129
Figura 31: Portal da Festa do Tomate, edição 2019. .... 132	132
Figura 32: Semelhanças estéticas e organizacionais entre a Festa da Polenta e a Festa do Tomate. .... 133	133
Figura 33: Festa do Socol, edição de 2014. .... 136	136

Figura 34: Circuito das Agroindústrias Familiares Artesanais inseridas no Agroturismo de Venda Nova do Imigrante .....	140
Figura 35: Espaço de recepção dos turistas no Sítio Raízes da terra – Família Altoé. ....	141
Figura 36: Espaço de recepção dos turistas no Sítio Recanto do Tio Vé – Família Falqueto.....	142
Figura 37: Loja dos produtos artesanais no Sítio Beira rio – Produtos La Bella Vista – Família Falqueto.....	143
Figura 38: Loja dos produtos artesanais, Produtos Luzia e Nair – Família Falqueto Bermond. ....	144
Figura 39: Loja dos produtos artesanais e agroindústria de produtos lácteos – Fazenda Carnielli.....	145
Figura 40: Loja dos produtos artesanais no Sítio Retiro do Ipê – Família Brioschi. ....	146
Figura 41: Loja dos produtos artesanais e agroindústria no Sítio Boa Vista – Família Tonole.....	147
Figura 42: Loja dos produtos artesanais no Sítio Jabuticabeiras – Família Andreão. ....	148
Figura 43: Loja dos produtos artesanais e agroindústria, Tia Cila - Família Altoé. ....	149
Figura 44: Loja dos produtos artesanais, Claudia Artesanato – Família Altoé.....	149
Figura 45: Espaço de recepção dos turistas no Sítio Raízes da terra - Família Altoé.....	150
Figura 46: Loja dos produtos artesanais Altoé da Montanha – Família Altoé.....	151
Figura 47: Loja dos produtos artesanais no Sítio Bella Toza – Família Peterle. ....	152
Figura 48: Loja dos produtos artesanais no Sítio Gagno – Família Gagno. ....	153
Figura 49: Loja dos produtos artesanais – Ateliê dos doces.....	154
Figura 50: Loja dos produtos artesanais – Produtos Mariana.....	155
Figura 51: Loja dos produtos artesanais no Sítio Lorenção – Família Lorenção.....	156
Figura 52: Loja dos produtos artesanais Delícias da Terra – Família Spadeto.....	157
Figura 53: Loja dos produtos artesanais no Sítio Busato, Cachaça Teimosinha – Família Busato. ....	158
Figura 54: Loja dos produtos artesanais, Queijaria Inês – Família Scabelo. ....	159
Figura 55: Exemplo de organização do espaço - Sítio Retiro do Ipê.....	170

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização das agroindústrias proposta por Guimarães e Silveira (2007).....	26
Quadro 2: Agroindústrias registradas na Vigilância Sanitária de Venda Nova .....	29
Quadro 3: Agroindústrias registradas no Serviço Municipal de Inspeção de Venda Nova .....	31
Quadro 4: Tipologias mais recorrentes utilizadas pelas instituições governamentais para se referirem aos empreendimentos familiares que processam alimentos .....	48
Quadro 5: Número de publicações por grandes áreas e subáreas de conhecimentos, conforme Tabela Capes. ....	55
Quadro 6: Classificação por Zona Típica de Módulo (ZTM).....	86
Quadro 7: Quantidade e área de propriedades rurais por tipologia em Venda Nova.....	91
Quadro 8: População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio Rural/Urba no município de Venda Nova do Imigrante/ES, 2010. ....	106
Quadro 9: Estabelecimentos Municipais de Saúde Públicos e Privados Conveniados ao SUS, 2020.....	108
Quadro 10: Relação de escolas da rede pública em Venda Nova no ano 1988. ....	109
Quadro 11: Relação de escolas da rede pública em Venda Nova no ano 2020. ....	111
Quadro 12: Festa da Polenta - Organização por equipes. ....	128
Quadro 13: Previsão orçamentária de despesas, entre os anos 2013 e 2020, da Prefeitura Municipal com o Centro de Eventos do Alto Caxixe - Tomatão.....	134
Quadro 14: Perfil dos entrevistados (Responsáveis pela agroindústria).....	164
Quadro 15: Composição da renda dos núcleos familiares dos produtores entrevistados.....	165
Quadro 16: Disponibilidade e uso de serviços públicos (Energia, Água e Saneamento Básico) nas propriedades pesquisadas.....	168
Quadro 17: Perfil das propriedades pesquisadas .....	168
Quadro 18: Média mensal da produção dos principais produtos das agroindústrias familiares pesquisadas. ....	200

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Termos utilizados nas Teses e Dissertações disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES .....	53
Tabela 2: Quantitativo de Imóveis rurais em VNI, nas situações cadastrais ativa, pendente e cancelada. ....	85
Tabela 3: Dimensão do Módulo por Tipo de Exploração (ha.) .....	86
Tabela 4: Fração Mínima de Parcelamento (FMP).....	87
Tabela 5: Classificação das propriedades rurais de Venda Nova por tamanho (Módulo Fiscal).....	90
Tabela 6: Série histórica população urbana e rural do Brasil, Espírito Santo e Venda Nova (Valores aproximados).....	104
Tabela 7: Dinâmica Demográfica – Comparativo entre os 5 municípios com o maior crescimento e os 5 municípios com o menor crescimento no Espírito Santo no período de 1991 a 2010. ....	106
Tabela 8: Crescimento populacional dos municípios da Microrregião Sudoeste Serrana do Espírito Santo (Valores aproximados). ....	107
Tabela 9: Série histórica do IDEB da rede pública de Venda Nova. ....	112
Tabela 10: Constituição do IDHM - Espírito Santo e Venda Nova.....	112
Tabela 11: IDHM dos municípios da Microrregião sudoeste serrana do Espírito Santo .....	112
Tabela 12: Procedência dos turistas na Festa da Polenta, edição 2014. (Pesquisa amostral com 401 entrevistados).....	130
Tabela 13: Composição das famílias entrevistadas, segundo a condição no domicílio Rural/Úrbana no município de Venda Nova do Imigrante, 2021.....	162
Tabela 14: Idade e sexo dos membros dos núcleos familiares entrevistados e ocupação na agroindústria. ....	163
Tabela 15: Escolaridade dos membros dos núcleos familiares entrevistados, por sexo e ocupação na agroindústria. ....	163
Tabela 16: Formas de obtenção da propriedade entre as famílias produtoras da Agroindústria Familiar Artesanal, entrevistadas para a pesquisa.....	171
Tabela 17: Estratificação de área das propriedades das famílias produtoras da Agroindústria Familiar Artesanal, entrevistadas para a pesquisa. ....	173
Tabela 18: Formas usuais de contrato de trabalho nas propriedades pesquisadas da Agroindústria Familiar Artesanal.....	174
Tabela 19: Atividade principal dos membros das famílias dos produtores da Agroindústria Familiar Artesanal, segundo sexo, nas propriedades pesquisadas.....	188
Tabela 20: Setores produtivos onde atuam os membros das famílias produtoras da Agroindústria Familiar Artesanal, segundo sexo, que não trabalham nas propriedades pesquisadas. ....	190
Tabela 21: Número de indivíduos e frequência com que ajudam na Agroindústria Familiar Artesanal dos membros familiares, por sexo, que tem outra atividade principal. ....	190

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRATUR	Associação Brasileira de Turismo Rural
ACARES	Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Espírito Santo
AFEPOL	Associação da Festa da Polenta
AGROTUR	Associação do Agroturismo de Venda Nova do Imigrante
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT	Consolidação das Leis do trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural ES- Espírito Santo
FMZ	Fundação Máximo Zandonadi
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONOVA	Associação dos Produtores de café da Região Serrana do Espírito Santo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIM	Selo de Inspeção Municipal
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
VNI	Venda Nova do Imigrante

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>16</b>
1.1 QUESTÕES DE PESQUISA	17
1.2 OBJETIVOS	18
1.3 PERCURSOS METODOLÓGICOS	18
1.3.1 Coletas de dados	20
1.3.2 Relevância das Observações Diretas para o Estudo de Caso	23
1.4 RECORTE DA PESQUISA E CONCEITUAÇÃO DOS SUJEITOS	25
1.5 A ANÁLISE POR CATEGORIA	32
1.6 ESTRUTURA DA TESE	34
<b>2 AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E TEÓRICO-CONCEITUAIS</b>	<b>36</b>
2.1 A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ARTESANAL: TIPOLOGIAS E CONCEITUAÇÕES	46
2.1.1 O que dizem as Agências Governamentais?	47
2.1.2 O que dizem as Produções acadêmicas?	51
2.1.2.1 Publicações acerca da Agroindústria e do agroturismo de Venda Nova no Banco de teses e dissertações da CAPES	56
<b>3 VENDA NOVA: PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO A PARTIR DA RELAÇÃO COM O ESTADO</b>	<b>59</b>
3.1 AS RAÍZES CAMPONESAS EM VENDA NOVA E A AGRICULTURA FAMILIAR	69
3.2 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE VENDA NOVA	84
3.3 O MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	92
3.4 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: REFORÇO DA IDENTIDADE TERRITORIAL RURAL	113
<b>4 AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ARTESANAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE: O OLHAR DOS PRODUTORES</b>	<b>138</b>
4.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ARTESANAL INSERIDAS NO CIRCUITO DO AGROTURISMO EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE	160
4.2 A PROPRIEDADE	166
4.3 A DIVISÃO DO TRABALHO	183
4.4 A PRODUÇÃO	192
4.5 A COMERCIALIZAÇÃO	202

4.6 O PROTAGONISMO SOCIAL	209
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>218</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>223</b>
<b>APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA</b>	<b>241</b>
<b>ANEXO – MAPA TURÍSTICO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE</b>	<b>246</b>



## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A motivação para a pesquisa surge a partir do encantamento do pesquisador ao conhecer a região serrana capixaba e depois, como consequência da atuação como pedagogo do curso técnico em Agroindústria do Instituto Federal do Espírito Santo, a temática foi ganhando contornos.

Estar vinculado à gestão pedagógica de uma instituição de educação profissional possibilitou contato com os mais diversos setores da comunidade, tanto intramuro escolar no atendimento aos alunos e as famílias, quanto extramuro representando a instituição nos espaços de participação cidadã. Além, é claro, da necessidade de conhecer a realidade em torno da escola. Todo esse movimento provocou um grande desejo de pesquisar sobre a intrigante dinâmica social do município.

Diante dessa preocupação, buscou-se durante o mestrado retomar os argumentos iniciais que justificavam a criação do *campus* Venda Nova do Imigrante/ES e os perfis dos cursos a serem oferecidos. O objetivo naquele momento era o fortalecimento do diálogo entre a comunidade acadêmica e os sujeitos da Agroindústria que, pelo menos nos documentos oficiais, seriam o público alvo e o elemento motivador para a existência e definição do perfil do *campus*.

A partir da pesquisa do mestrado, fui instigado a conhecer melhor os sujeitos que compõem a complexa teia de relações desta comunidade, condição vital para que o Instituto Federal do Espírito Santo cumpra sua função social e participe efetivamente do desenvolvimento local-regional. Atendendo, assim, ao que está prescrito na lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892) e em seus documentos que norteiam o planejamento estratégico, como o plano desenvolvimento Institucional (PDI 2009 - 2013 e PDI 2014 - 2019), o Regimento Geral (2019), além dos projetos de cursos.

É preciso considerar que esses documentos institucionais não podem ser estáticos, antes o contrário, devem ser dinâmicos e manter uma relação dialética com a realidade. De modo que, todos os programas, projetos e ações impliquem na participação efetiva dos sujeitos que compõem a comunidade onde a escola está inserida. Nesse contexto, o protagonismo dos sujeitos pode ajudar a entender os elementos estruturantes que pautam a organização do território, superando a concepção verticalizada do conhecimento.

Desse modo, a definição da Agroindústria Familiar Artesanal de Venda Nova do Imigrante<sup>1</sup> como objeto da pesquisa se baseou, sobretudo, na amplitude da sua inserção nos mais diversos setores do município, podendo, assim, ajudar a desvelar elementos essenciais para uma leitura mais fidedigna da realidade onde a escola está inserida e, principalmente, o direcionamento de políticas públicas e alocação de recursos.

A organização inicial do município contou basicamente com os imigrantes italianos, as famílias que se estabeleceram no território, onde atualmente se situa Venda Nova, permaneceram por décadas com pouco contato com outras comunidades. Esse fator direcionou, em certa medida, as relações entre as famílias, a relação da comunidade com o Estado, com a Igreja e até mesmo com a natureza. Nessa perspectiva, os aspectos históricos são caros para a realização desta pesquisa, mesmo não sendo o foco principal, bem como o processo de ocupação do território e organização da produção.

Assim, a perspectiva dos produtores quanto à inserção da Agroindústria Familiar Artesanal na dinâmica do agroturismo, às respectivas relações com as políticas públicas que influenciam na organização das condições de produção e às estratégias adotadas pelas famílias visando à reprodução social pode ajudar a entender quais entraves e/ou facilitadores para o desenvolvimento social da região.

## 1.1 QUESTÕES DE PESQUISA

Considerando que as questões de pesquisa também se configuram como elementos motivadores, já que ao lançar dúvidas sobre uma realidade apresentada o pesquisador vislumbra possibilidades de encontrar, se não uma nova realidade, ao menos nuances que permitam novas perspectivas de análises, conferindo aos questionamentos o tom da sua relevância ao se tentar responder durante o trabalho:

Qual é a perspectiva dos produtores da Agroindústria Familiar Artesanal de Venda Nova do Imigrante diante das políticas públicas<sup>2</sup> que promovem e regulam a sua dinâmica de produção e comercialização?

A pesquisa ainda suscita outros questionamentos que ajudarão no delineamento do problema: qual a influência do Estado, ou sua ausência, na organização social e no

---

<sup>1</sup> Considerando que toda a população se refere cotidianamente ao município apenas como “Venda Nova” e não “Venda Nova do Imigrante”, doravante, em respeito à forma como os próprios habitantes se referem à cidade, passarei a usar “Venda Nova” ou apenas a sigla “VNI”, acredito também ser mais aprazível à leitura.

<sup>2</sup> Em diversos momentos as ações estatais ou emanadas da coletividade apresentaram características da Política Social (acesso a educação, saúde, trabalho e renda), no entanto, optou-se por discutir as informações da pesquisa sob a perspectiva Políticas Públicas, considerando a percepção dos produtores quanto ao papel (regulador) do Estado.

ordenamento territorial do município? Quais são as dificuldades dos produtores para o desenvolvimento da Agroindústria Familiar Artesanal devido às ações reguladoras do Estado? Quais são as principais estratégias individuais e coletivas que surgem na relação tensionada com o Estado em prol da promoção de políticas públicas para o referido setor? É importante ressaltar que a pesquisa tem como prioridade a percepção dos produtores da agroindústria familiar.

## 1.2 OBJETIVOS

Para a organização desta pesquisa foi necessária a proposição de objetivos que atuaram como bússola dos caminhos a serem percorridos. Para tanto, o estudo tem como objetivo geral:

Analisar a conjuntura da Agroindústria Familiar Artesanal em Venda Nova inserida na dinâmica do agroturismo e as respectivas relações com as políticas públicas que influenciam no seu desenvolvimento e na organização das condições de produção.

Os objetivos específicos que orientaram esta pesquisa são:

- a) Compreender o processo de ocupação e de ordenamento territorial regional-local, tendo em vista a organização social da Agroindústria Familiar Artesanal;
- b) Investigar a dinâmica produtiva das agroindústrias familiares artesanais, bem como as maiores dificuldades frente à imposição da regulação no saber-fazer<sup>3</sup> legitimada pelo primado da modernização tecnológica;
- c) Revelar as principais estratégias dos produtores para o desenvolvimento ou à consolidação da Agroindústria Familiar Artesanal do município a partir das perspectivas dos sujeitos.

## 1.3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

O itinerário desta pesquisa foi traçado, principalmente, pela necessidade de compreender as especificidades do contexto dos estabelecimentos familiares que processam alimentos artesanalmente e que compõem o cenário do agroturismo em Venda Nova. Pauta-se numa escolha decorrente dos objetivos propostos e das questões a serem levantadas, justificando a abordagem qualitativa da pesquisa, que segundo Chizzotti (1991, p. 79): “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo

---

<sup>3</sup> Entendemos o *Saber-fazer* como um conhecimento construído intergeracionalmente, enraizado no seio familiar ou de uma comunidade. Esses saberes tradicionais herdados e incorporados com as vivências de cada família caracterizam a produção familiar como artesanal.

objetivo e a subjetividade do sujeito”. É adequada à investigação proposta pela obtenção de respostas particulares ao se trabalhar com subjetividades que precisam ser desveladas (MINAYO, 2016).

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Creswell (2010, p. 26) afirma que:

[...] é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados.

No entanto, algumas informações podem apresentar um tratamento quantitativo, tendo em vista a necessidade de caracterização populacional, econômica e/ou do objeto de estudo, não significando uma mudança na abordagem geral ou uma composição mista. Por esse ângulo, toma-se ponto fulcral a consideração sobre a inserção dos sujeitos da pesquisa e os respectivos perfis, que podem influenciar na dinâmica da produção das agroindústrias familiares artesanais em Venda Nova e nos resultados do estudo de caso da pesquisa. Assim, espera-se evitar uma confusão referente à diferenciação entre as abordagens (qualitativa e quantitativa). Para Chizzotti (2006, p. 28) “a distinção qualitativo-quantitativa é extremamente ambígua para caracterizar o sistema de convicções que orienta essas especificações das pesquisas”. Minayo (2016, p. 22) afirma que:

Os dois tipos de abordagem e os dados delas advindos, porém, não são incompatíveis. Entre eles existe uma oposição complementar que, quando bem trabalhada, teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa.

Quanto aos objetivos, os estudos iniciais tiveram a pesquisa exploratória como uma possibilidade investigativa, já que visa “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Para Triviños (2006) os primeiros movimentos do pesquisador na comunidade a ser estudada são de natureza exploratória, tomando, então, consciência dos problemas e aprofundando seu conhecimento sobre a realidade pesquisada.

Para aprofundar a investigação frente à realidade, a preocupação recai sobre o delineamento da pesquisa, que segundo Gil (2002, p. 43), “expressa em linhas gerais o desenvolvimento da pesquisa, com ênfase nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados”. Assim, a estruturação e a organização do trabalho contaram com as fontes secundárias, sobressaindo a pesquisa bibliográfica quanto aos conceitos, as temáticas e

histórias pertinentes antes da projeção às fontes primárias, enquanto base referencial do subsequente estudo de caso, para o qual a pesquisa de campo proporciona a realização das observações diretas e das entrevistas semi-estruturadas.

Quanto ao estudo de caso, Yin (2001, p. 32) explica que “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Lücke e André (1986, p. 18) argumentam que “[...] enfatiza a interpretação em contexto. Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa”.

Entende-se que a abordagem qualitativa e o desdobramento operacional estrutural da pesquisa exploratória e bibliográfica, tendo o estudo de caso como procedimento, a entrevista semi-estruturada e a observação direta como técnicas de coleta de dados, e a análise de conteúdo como interpretação das informações e percepções, constituem o itinerário metodológico basilar para atender aos objetivos propostos.

### **1.3.1 Coletas de dados**

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 165), na coleta de dados “[...] se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas [...] Exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior”.

Discorrendo sobre coletas de evidências em estudo de caso, Yin (2001) reforça que alguns cuidados são imprescindíveis, como: as diversidades de fontes de evidências; organização de um banco de dados<sup>4</sup> e concatenar as questões da pesquisa; os dados coletados e as conclusões.

Creswell (2007, p. 189) chama atenção para os caminhos a serem trilhados pelo pesquisador “estabelecer as fronteiras para o estudo, coletar informações através de observações e entrevistas desestruturadas (ou semi-estruturadas), documentos e materiais visuais, bem como estabelecer o protocolo para registrar informações”.

A percepção de Yin (2001) sobre as possibilidades de fontes nas pesquisas qualitativas se aproximam muito do posicionamento do Creswell (2007).

---

<sup>4</sup> Para Yin (2001) o banco de dados é “uma reunião formal de evidências distintas a partir do relatório final do estudo de caso” (YIN, 2001, p. 105). Apesar de o autor fazer uma distinção entre relatório de pesquisa e a base comprobatória, reconhece que essa prática não é institucionalizada.

As evidências para um estudo de caso podem vir de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. O uso dessas seis fontes requer habilidades e procedimentos metodológicos sutilmente diferentes. (YIN, 2001, p. 105).

Listar todas as possibilidades de fontes seria uma tarefa exaustiva, contudo, para garantir uma coleta de dados fidedigna com a realidade é preciso considerar o maior número possível de fontes (YIN, 2001).

Posto isso, considerando os objetivos da pesquisa, pautou-se também em Gil (2010) para escolha das fontes de informações. Para o referido autor, as entrevistas, a observação e a análise de documentos são elementos essenciais na coleta de dados para a condução de um estudo de caso.

Entretanto, um dos primeiros passos foi a pesquisa bibliográfica dedicada à busca pelas publicações que registram a “saga” da imigração italiana para o estado do Espírito Santo, especialmente a sua alocação na região onde hoje é Venda Nova; a organização do território e a formação do município, bem como as principais iniciativas para a organização das agroindústrias.

Além da perspectiva histórica, informações oriundas da percepção dos produtores familiares e dos gestores das políticas sobre os programas e as políticas públicas para a agroindústria familiar foram de suma importância para análise. As entrevistas semi-estruturadas possibilitaram melhor interpretação das informações e análise da realidade quanto à atuação da Agroindústria Familiar Artesanal em Venda Nova. Conforme Neto (1994), não é uma conversa neutra e sem pretensão, isto porque está inserida na coleta dos fatos junto aos sujeitos da pesquisa.

O pesquisador procurou o contato com instituições públicas (Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - Idaf, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper, Secretaria Municipal de Agricultura, Vigilância Sanitária) e associações (Agrotur, Montanhas Capixabas Convention & Visitors Bureau, Associação dos Produtores de Socol - Assocol, Associação da Feira da agricultura familiar, Sindicato dos trabalhadores rurais), visando ao agendamento<sup>5</sup> de visitas para apresentar a proposta de pesquisa e obter acesso aos arquivos indisponíveis *on line*.

---

<sup>5</sup> Algumas entrevistas foram realizadas presencialmente (Vigilância Sanitária, Secretária de Agricultura e Associação Montanha Capixabas) outras apenas agendadas (Incaper). A pandemia do Covid-19 impossibilitou o cumprimento pleno do cronograma de entrevistas (Assocol e Agrotur). Algumas instituições responderam por e-mail, como o Idaf.

A escolha pela entrevista semi-estruturada se deu, principalmente, pelo contexto dos produtores da Agroindústria Familiar Artesanal. Muitos não tiveram a oportunidade de frequentar a escola e delegam aos filhos qualquer função que exija as habilidades de leitura e escrita. Nessa lógica, a entrevista se apresenta para os mais idosos como possibilidade de exercerem um protagonismo.

Desse modo, a entrevista semi-estruturada individual, compreendida a partir da fala de Triviños (1987), é um modelo de entrevista no qual o pesquisado segue espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências, dentro de um foco principal colocado pelo pesquisador. Dessa maneira, o pesquisador vai fazendo adaptações, sem um esquema definido rigidamente.

O uso de entrevistas como técnica de coleta de informações na pesquisa qualitativa é bem frequente. Segundo autores como Yin (2001), Creswell (2007) e Gil (2010), a entrevista apresenta algumas vantagens na sua utilização, tais como flexibilidade para se adaptar às circunstâncias em que se desenvolve a pesquisa. Por exemplo: poder explicar melhor uma questão para o entrevistado; direcionar para o foco do estudo; captar as expressões faciais, gestos e ênfases nas respostas; facilitar a ampliação ou o aprofundamento de uma resposta.

No entanto, Yin (2001), Creswell (2007) e Gil (2010) lembram que essa técnica pode apresentar algumas desvantagens como: questões mal elaboradas, levando a uma resposta tendenciosa; falta de motivação do entrevistado; colocar o entrevistador em evidência; o entrevistador pode influenciar o entrevistado. Para evitar tais situações, adotou-se como estratégia a realização de uma entrevista piloto para teste do roteiro de entrevista e avaliação geral do formato pretendido.

A ideia inicial era identificar a sequência dos produtores entrevistados (responsáveis agroindústria familiar) codificando-os pelo uso do seguinte sistema: P 01, P 02.... Ao se buscar o familiar que estava à frente do processamento de alimento para a realização das entrevistas, durante a pesquisa de campo, houve valiosas interações com os demais membros das famílias. Nesse sentido, percebeu-se que a forma mais fidedigna de apresentar a correspondência entre a fonte e o conteúdo da informação no trabalho seria “F 01”, se referendo a “Família 01” e não “P 01”, como pensado inicialmente, o que consideraria apenas o familiar entrevistado.

Os sujeitos (“F 01...”) foram contatados para agendar o melhor dia e horário para participarem das entrevistas. No encontro, tomaram ciência formal dos objetivos da pesquisa e a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assegurou-se o anonimato dos respondentes, bem como a concordância relativa à participação na pesquisa.

Para trabalhar os dados coletados nas entrevistas e na observação direta recorreu-se à análise de conteúdo, que segundo Chizzotti, tem por objetivo “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

Assim, com o intuito de desvelar o universo de significações que a agroindústria representa para os produtores agrícolas de Venda Nova do Imigrante, buscou-se estruturar o processo de análise dos dados, tendo como referência Bardin (2016). Segundo o autor há diferentes fases da análise de conteúdo e estas se “organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (2016, p. 125).

A pré-análise é a fase que o pesquisador organiza seus dados de maneira a torná-los funcionais, de forma que as ideias estejam sistematizadas, facilitando os desdobramentos da pesquisa (BARDIN, 2016). Nessa etapa, os áudios das entrevistas foram organizados por família entrevistada e na sequência em que foram realizadas. A organização da transcrição das falas seguiu, no primeiro momento, a estrutura do roteiro, contudo, percebe-se que nem sempre as respostas são objetivas em relação às perguntas, pois em diversos momentos os entrevistados expressam opiniões que evidenciam elementos relativos a outras questões.

A exploração do material é a fase “longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2016, p. 131). Esse importante momento de descrição analítica dos dados coletados permitiu um aprofundamento no material para, por exemplo, definição das categorias de análise.

Na terceira etapa, “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.” (BARDIN, 2016, p. 131). Nesse momento os dados obtidos nas entrevistas ganham um tratamento analítico, as falas transcritas são selecionadas e alocadas principalmente nas categorias de análise. Essa organização das falas parte da interpretação do pesquisador, se baseando no conteúdo necessário a contemplar as questões de pesquisa.

### **1.3.2 Relevância das Observações Diretas para o Estudo de Caso**

Para além da pesquisa bibliográfica, as atividades de pesquisa que preponderaram ao estudo de caso ocorreram por meio da pesquisa de campo para mapear e estabelecer contatos com os produtores, com o intuito de fazer um levantamento prévio do perfil dos



estabelecimentos e um possível agendamento para realização da visita *in loco*, nas propriedades em que as agroindústrias estão localizadas.

É pertinente dizer que a rede de agroindústria de Venda Nova se integra ao circuito turístico da região. Essa relação implica em dizer que a valorização da produção da agroindústria familiar não está ancorada apenas nos produtos artesanais, mas igualmente: na origem das famílias; na manutenção da cultura refletida na arquitetura; nas festas tradicionais; na linguagem e na experiência do turista em visitar as propriedades rurais.

Assim, se faz importante conhecer e vivenciar o cotidiano das propriedades, pois pode permitir enxergar os meandros da divisão do trabalho, dentre outros; a relação com os órgãos de fiscalização e de promoção; a produção da agroindústria em relação às demais atividades da propriedade; a inserção tecnológica e o saber-fazer.

Dada a importância de entender o dia a dia dos sujeitos da pesquisa, adotou-se como um dos procedimentos de coleta de dados a observação direta que, conforme a necessidade e as condições de realização, assumiu em dados momentos características da observação participante, que segundo Minayo (2016, p. 64) “[...] ajuda, portanto, a vincular os fatos e suas representações e a desvendar as contradições entre as normas e as regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição observados”.

Nessa direção, os produtores da Agroindústria Familiar Artesanal de Venda Nova do Imigrante se mostraram extremamente receptivos à pesquisa e ao pesquisador. Mais do que permitir a observação da vivência cotidiana no interior dos sítios, a aceitação das famílias possibilitou ricos momentos de interação. Por esse ângulo, a pesquisa de campo com a realização de entrevistas e observação direta mostrou-se bastante profícua.

É pertinente sublinhar que ao longo do percurso metodológico alguns obstáculos podem dificultar a realização da pesquisa. No caso deste estudo, que também tem a observação direta como técnica de coleta de dados, um dos entraves foi o impedimento temporário da realização da visita *in loco* em atenção à pandemia da Covid-19. Desse modo, respeitou-se a recomendação da Prefeitura Municipal sobre a suspensão do atendimento de visitantes, entre março e junho de 2020, nos sítios do agroturismo.

Mesmo diante dos percalços, todas as entrevistas com as 20 famílias aconteceram em suas propriedades rurais e foram realizadas de maneira que atenderam os requisitos de uma observação direta. Verificou-se que várias propriedades visitadas não se enquadravam nos recortes da pesquisa, *vide* quadro 2 e 3. Esse processo de conhecer as agroindústrias familiares listadas pela Vigilância Sanitária e pela Inspeção Sanitária (algumas já desativadas) demandou um precioso tempo. Em algumas propriedades foi preciso observar (a dinâmica de

produção, a origem da mão de obra e sua inserção ou não no agroturismo) e entrevistar a “família” para só então determinar se o perfil era distinto do estabelecido pelo recorte da pesquisa.

A observação direta teve início em janeiro de 2019 e o “término” aconteceu próximo aos últimos momentos de pesquisa para esta tese, pois parte-se do princípio de que o canal de comunicação estabelecido com os sujeitos estará aberto e o compromisso do pesquisador é permanente.

#### **1.4 RECORTE DA PESQUISA E CONCEITUAÇÃO DOS SUJEITOS**

A pesquisa se posiciona conceitualmente diante das possibilidades de terminologias recorrentes na literatura para definição dos estabelecimentos de processamento de alimentos, pois em um universo marcado pela heterogeneidade (AGNE, 2010) é preciso alinhar a fundamentação teórica à análise crítica da realidade estudada.

Guimarães e Silveira (2007) dissertam sobre as consequências nocivas da produção acadêmica quando não há clareza conceitual para relacionar a tipologia adequada às especificidades da realidade pesquisada.

Tal indistinção sobre diferentes públicos implica no fracasso ou, pelo menos, em resultados aquém dos esperados nos programas de estímulo a implantação de agroindústrias familiares e tem origem na produção acadêmica, onde há uma proliferação de denominações incapazes de captar as diferenças essenciais que caracterizam os diferentes tipos de situações envolvendo o processamento de alimentos no espaço rural. (GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007, p. 01).

Com essa preocupação, os autores supracitados propõem uma caracterização dos tipos de agroindústrias que têm como principal fonte de matéria-prima a produção agrícola para facilitar a identificação de situações vivenciadas no campo.

Partindo dos critérios “relação do processamento de alimentos com a dinâmica da agricultura familiar, a relação com o mercado, a validação social ou legal da qualidade e sua vinculação com o saber inter-geracional” (GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007, p. 07), os autores apresentam três tipologias de agroindústria que emergem do universo familiar.

Os três tipos de agroindústrias elencados no quadro 1 a seguir podem parecer uma organização hierarquizada da agroindustrialização da produção agrícola familiar.

**Quadro 1:** Caracterização das agroindústrias proposta por Guimarães e Silveira (2007).

Tipos de Agroindústrias	Aspectos legais	Infraestrutura	Comercialização	Aspectos culturais da produção
Agroindústria Caseira	Tendem a ficar na informalidade. Consequentemente sem controle sanitário.	No geral, a produção é realizada na própria cozinha da família. Não havendo estrutura específica para agroindústria.	Dá-se a partir da ampliação do volume produzido (excedendo o consumo da família) e pela aceitação do produto no mercado local.	As receitas são caseiras e herdadas da tradição familiar e o apoio externo praticamente inexistente.
Agroindústria Familiar Artesanal	São formalizadas. À medida que melhoram as boas práticas de fabricação e atendem as exigências legais, contam com as orientações técnicas das instituições.	As estruturas são apropriadas para o processamento de alimentos e há inserção de tecnologia, sem, no entanto, a perda da dimensão artesanal.	Direcionadas ao mercado local/regional.	Caracterizam-se pelo caráter artesanal do produto final, ligado a um saber intergeracional como base dos procedimentos adotados.
Agroindústria Familiar de Pequeno Porte	Empreendimentos formalizados que atendem as exigências legais.	Tem estrutura típica da agroindústria convencional, mas em pequena escala.	Apesar de adotarem a mesma lógica de comercialização das grandes indústrias, priorizaram o mercado local/regional por falta de capacidade competitiva.	Os produtos não têm caráter artesanal e não se diferenciam da grande indústria, a não ser pelo fato de serem elaborados no meio rural e em pequenas unidades de produção.

**Fonte:** Guimarães e Silveira, 2007. Organização do Autor (2020).

Nessa visão, a “agroindústria caseira” estaria no primeiro estágio, na informalidade, sem estrutura e impossibilitada de ampliar a produção. No segundo estágio estaria a “Agroindústria Familiar Artesanal”, pois já estaria formalizada, com investimento em estrutura atendendo as boas práticas de fabricação, mas com a produção artesanal pautada nos saberes intergeracionais. E por fim, a “agroindústria familiar de pequeno porte” que atendem a todas as exigências legais e de mercado, moldando a produção mediante a capacitação técnica e inserção tecnológica. Contudo, o objetivo dos autores é diametralmente oposto a essa interpretação. A proposta é reforçar que é preciso reconhecer o contexto onde estão inseridas as agroindústrias e quais são os anseios e dificuldades daqueles produtores.

É nessa perspectiva que a utilização do termo Agroindústria Familiar Artesanal demarca o posicionamento ideológico e conceitual da presente pesquisa. É ideológico porque

se entende que a própria preocupação em adotar uma nomenclatura revela na pesquisa uma intencionalidade clara de demarcar diferenciações no universo de possibilidades dos estabelecimentos de processamento de alimentos e esse “recorte” é fundamental no desenvolvimento da pesquisa.

Consiste também em um posicionamento conceitual, já que a partir da revisão bibliográfica e nos conhecimentos prévios da realidade a ser estudada, percebe-se que das unidades produtivas que transformam o produto agropecuário em alimentos processados, as mais recorrentes no município de Venda Nova trazem para sua dinâmica produtiva parte das suas tradições culturais, do *saber-fazer* ancorado nas relações intergeracionais, da pluriatividade<sup>6</sup> nas propriedades, do condicionamento da sua produção na dimensão da arte.

Toma-se, então, como conceito as seguintes definições: (1) Agroindústria – “é o ambiente físico equipado e preparado onde um conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas agropecuárias provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura são realizadas de forma sistemática. Têm a finalidade de transformar as matérias- primas, prolongando sua disponibilidade, aumentando seu prazo de validade, diminuindo os efeitos da sazonalidade, além de agregar valor aos alimentos *in natura*, procurando manter as características originais dos alimentos” (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS<sup>7</sup>, 2017). Sem um adjetivo, o termo Agroindústria é extremamente amplo e não atende às especificidades do universo de processamento de alimentos, podendo referenciar uma grande empresa até um estabelecimento numa pequena propriedade agrícola; (2) Familiar – esse conceito atende aos critérios estabelecidos na Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, além das preocupações como: tamanho da propriedade, escala de produção, origem da mão de obra, etc.

Esse recorte é fundamental para a pesquisa, já que define os rumos das políticas públicas para o desenvolvimento das atividades no campo brasileiro; (3) Artesanal – o

---

<sup>6</sup> A pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Essa interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. Isto faz com a pluriatividade seja um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que forem adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas. (SCHNEIDER, 2009, p. 10).

<sup>7</sup> O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS é o órgão oficial de assistência técnica e extensão rural do Estado responsável pela prestação desses serviços ao público da agricultura familiar e pelo apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do Estado.

dicionário Larousse (2001, p. 73) traz sua definição como “1. Relativo ao artesão ou artesanato. 2. Que é elaborado segundo os métodos tradicionais, individuais (Opõe-se a industrial)”. Borges (2011) utiliza em seu livro “Design + Artesanato: o caminho brasileiro”, uma definição do que é “Artesanal” da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), publicada no “International Symposium on Crafts and International Markets”, Manila, Filipinas, outubro de 1997.

Produtos artesanais são aqueles confeccionados por artesãos, seja totalmente a mão, com o uso de ferramentas ou até mesmo por meios mecânicos, desde que a contribuição direta manual do artesão permaneça como o componente mais substancial do produto acabado. Essas peças são produzidas sem restrição em termos de quantidade e com o uso de matérias-primas de recursos sustentáveis. A natureza especial dos produtos artesanais deriva de suas características distintas, que podem ser utilitárias, estéticas, artísticas, criativas, de caráter cultural e simbólicas e significativas do ponto de vista social. (UNESCO, 1997, *apud* BORGES, 2011, p. 21).

É nesse contexto que teóricos, que discutem a dinâmica produtiva dos estabelecimentos familiares que processam alimentos, apontam como características essenciais para definição de artesanal: a tradição dos métodos e o *saber-fazer* repassado nas relações intergeracionais. Ressalta-se que a inserção de algum nível de tecnologia não desconfigura um processo como artesanal.

Os participantes desta pesquisa foram os produtores da Agroindústria Familiar Artesanal em Venda Nova e os gestores das principais políticas e programas direcionados para as agroindústrias familiares. Acredita-se que esse recorte facilitará a reflexão sobre a realidade pesquisada, pois relaciona diretamente o cotidiano produtivo da agroindústria e a percepção dos sujeitos desse processo com a aplicação das políticas públicas.

O município tem 20 agroindústrias formalizadas que processam produtos de origem animal sob a fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal<sup>8</sup> (SIM). Já os produtos de origem vegetal são fiscalizados pela Vigilância Sanitária Municipal, que conta com 49 agroindústrias em seus registros, perfazendo um total de 69<sup>9</sup> agroindústrias formalizadas.

A pesquisa tem como foco as agroindústrias familiares artesanais, que têm na sua origem e dinâmica produtiva no *saber-fazer* transmitido nas relações intergeracionais, com uma baixa inserção tecnológica e que compõe o cenário do propagado título de “Capital

<sup>8</sup> O serviço de inspeção municipal mantém em seus registros 20 agroindústrias de produtos de origem animal, no entanto, as 02 primeiras agroindústrias serão consideradas (para os objetivos desta pesquisa) como 01, pois são da mesma propriedade/família, também há 01 agroindústria com atividades suspensas. C.f. <http://c2sisweb.tecnologia.ws/SisWeb/Repositorio/Arquivos/0/177357d3-3.pdf>. Acesso em 11/12/2020.

<sup>9</sup> Algumas famílias têm duas agroindústrias registradas. Nesse caso, foi considerada, para fins de pesquisa, a produção familiar, contando assim apenas uma vez. Essa estratégia gerou um número distinto entre as agroindústrias registradas (69 agroindústrias) e as apresentadas nos quadros 2 e 3, (66 agroindústrias).

Nacional do Agroturismo”. Nesse contexto, não serão consideradas para estudo os estabelecimentos como açougues, padarias, pequenas indústrias de alimentos ou empresas com grande produção que não se enquadram no perfil dos estabelecimentos do roteiro do agroturismo.

Quanto aos critérios utilizados pela pesquisa para incluir ou excluir os estabelecimentos do rol das “agroindústrias que fazem parte do agroturismo”, partiu-se do entendimento de que não há, em Venda Nova, uma instância reguladora institucional onde se registra a agroindústria como “agroturismo”. Assim, a vinculação das agroindústrias com o agroturismo é estabelecida pelo autorreconhecimento dos produtores como participantes do agroturismo (vinculação à entidade representativa; adequação da propriedade para receber os turistas), mas também do reconhecimento desses estabelecimentos pelos “canais de validação”, tais como: presença nos roteiros e nas placas indicativas do agroturismo; em mídias espontâneas e citação nos *sites* institucionais.

Nos quadros a seguir estão elencados todos os estabelecimentos que manipulam ou processam alimentos registrados na Vigilância Sanitária e no Serviço Municipal de Inspeção. Para fins de organização e facilitar a visualização, os empreendimentos estão divididos por órgãos de fiscalização e foram dispostos entre os que se enquadram e os que não se enquadram no recorte da pesquisa.

No quadro 2 estão listados os empreendimentos registrados na Vigilância Sanitária. Ressalta-se que as agroindústrias familiares Lorenção (registro no Idaf), Cachaça Teimosinha e Vinhos Tonole (registro no Mapa) mantêm vínculos com a Vigilância Sanitária afim de regularização do Alvará de funcionamento.

**Quadro 2:** Agroindústrias registradas na Vigilância Sanitária de Venda Nova

Estabelecimentos que se enquadram no recorte da pesquisa			
Número	Agroindústria	Localização	Principais Produtos
01	Família Lorenção	Tapera	Antepastos, Socol e Outros Embutidos.
02	Cachaça Teimosinha/ Família Busato	Providência	Cachaça e Rapadura
03	Claudia Artesanatos/ Família Altoé	Providência	Biscoitos
04	Família Tonole	Saúde	Bebidas (Vinhos e Suco)
05	Família Gagno	Caxixe	Pães, bolos, geleias e licores.
06	Lucio Altoé/Altoé da montanha	Bananeiras	Bolos, Pães, tortas.
07	Luzia e Nair	Bananeiras	Biscoitos, Pães, Produtos caseiros.

08	Maria Dalva Garcia Andreão/ Jaboticabeiras	Pindobas	Compotas, Doces, geleias.	
09	Tia Cila	Providência	Bolos, Biscoitos, Pães e Licores.	
10	Mariana Delpupo (Produtos Mariana)	Tapera	Bolos, Biscoitos, Pães e massas.	
11	Kátia Delpupo (Ateliê dos doces)	Tapera	Doces cristalizados, geleias e goiabadas.	
12	Delicias da terra	São João de Viçosa	Massas	
13	Claudio Altoé/Sítio Raízes da Terra	Alto Tapera	Pães, bolos e antepastos.	
14	Sítio Beira-Rio/La Bella Vista	Alto Bananeiras	Massas, Pães, bolos.	
<b>Estabelecimentos que não se enquadram no recorte da pesquisa</b>				
<b>Número</b>	<b>Agroindústria</b>	<b>Localização</b>	<b>Principais Produtos</b>	<b>Fator</b>
01	Delma da Conceição Bandeira	Tapera	Salgados	Não faz parte do agroturismo
02	Deuzeli Conceição Pesenato	Vila Betânea	Salgados	Não faz parte do agroturismo
03	Djame Spadeto	São João de Viçosa	Palmito <i>In Natura</i>	Não faz parte do agroturismo
04	Eduardo Batitucci	Caxixe	Temperos	Não faz parte do agroturismo
05	Estáquio Lopes Camargos	Centro	Massas	Não faz parte do agroturismo
06	Fabio Zandonade	Lavrinhas	Café e Fubá	Não faz parte do agroturismo
07	Felix Falqueto	Lavrinhas	Vinagre de Banana, Banana Passa.	Não faz parte do agroturismo
08	Florindo Avanci	São Roque	Salgados	Não faz parte do agroturismo
09	Gil Cola	Providência	Fubá	Não faz parte do agroturismo
10	Indústria de Alimentos Dipimenta Ltda. - Me	Providência	Condimentos	Não faz parte do agroturismo
11	José Carnielli	Vargem Grande	Café e Fubá	Não faz parte do agroturismo
12	Ligia Monteverde Falqueto	Bananeiras	Massas	Não faz parte do agroturismo
13	Luciene Gimenes Reinoso	Camargo	Massas	Não faz parte do agroturismo
14	Lucio Falqueto	Bananeiras	Fubá e café	Não faz parte do agroturismo
15	Luzia Bernadete Meroto	São João de Viçosa	Salgados	Não faz parte do agroturismo
16	Monica Delpupo	São João de Viçosa	Salgados	Não faz parte do agroturismo
17	Sandra Ap. Melo	Providência	Comidas congeladas	Não faz parte do agroturismo
18	Vanessa Guisso Reboli	Vila Betânea	Salgados	Não faz parte do agroturismo
19	Viviane de Almeida Dadalto	Santo Antônio da Serra	Pães e bolos	Não faz parte do agroturismo
20	Nemésio Spadeto	São João de Viçosa	Conservas	Não faz parte do agroturismo

21	Luísa Falqueto Duarte	São João de Viçosa	Compotas	Não faz parte do agroturismo
22	Sergio Spadeto	São João de Viçosa	Café	Não faz parte do agroturismo
23	Jardel Nunes	Caxixe	Café	Não faz parte do agroturismo
24	João Pagio Fiorese	São Roque	Café	Não faz parte do agroturismo
25	Ramon Pereira Amistha de Almeida	São Roque	Café	Não faz parte do agroturismo
26	Neuza Aparecida Poletto Lemck	São João do Alto Viçosa	Café e frutas congeladas	Não faz parte do agroturismo
27	Nivaldo Antônio Uliana	São João de Viçosa	Salgados	Não faz parte do agroturismo
28	Tarcisio Moreira	São João de Viçosa	Bolos por encomendas	Não faz parte do agroturismo
29	Jose Lucio Fiorese	São Roque	Salgados	Não faz parte do agroturismo
30	Sítio Santa Tereza	Tapera	Café	Não faz parte do agroturismo
31	Zeni Aparecida Da Costa Tonoli	Alto Tapera	Salgados	Não faz parte do agroturismo
32	Maria Bernadete Biccias/ Via Olivari	Caxixe	Antepastos	Não atende a definição do perfil “familiar” adotado pela pesquisa
33	Família Venturim	São João de Viçosa	Massas, conservas	Não atende a definição do perfil “familiar” adotado pela pesquisa
34	Sítio da Rozimeire	São João de Viçosa	Pães, bolos	Atividades suspensas por motivo de saúde.

Fonte: Vigilância Sanitária (2020). Organização do Autor (2020).

No quadro 3 estão listados todos os estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal, que, a partir de 2014, com a adesão ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte (SUSAF) teve sua competência equiparada à do Serviço de Inspeção Agroindustrial de Pequeno Porte (SIAPP).

**Quadro 3:** Agroindústrias registradas no Serviço Municipal de Inspeção de Venda Nova

Estabelecimentos que se enquadram no recorte da pesquisa			
Número	Agroindústria	Localização	Principais Produtos
01	Produtos Família Briosch	Providência	Lácteos, socol e outros embutidos.
02	Produtos Sônia Carnielli	Providência	Doces derivados de leite
03	Recanto Tio Vé	Zona Rural – Alto Bananeiras	Socol e outros embutidos
04	Caprinova	Vila Da Mata.	Socol
05	Bella Toza	Caxixe	Socol
06	Queijaria Inês	Pindobas	Lácteos



<b>Estabelecimentos que não se enquadram no recorte da pesquisa</b>				
<b>Número</b>	<b>Agroindústria</b>	<b>Localização</b>	<b>Principais Produtos</b>	<b>Fator</b>
01	Casa de Carnes do Ivan	Vila Betânea	Açougue	Não faz parte do agroturismo
02	Sabor nas Montanhas	São José do Alto Viçosa	Fábrica de Produtos Lácteos	Não faz parte do agroturismo
03	Frango da Casa	Centro	Açougue	Não faz parte do agroturismo
04	Produtos Lamas	Vila Dordenoni	Açougue	Não faz parte do agroturismo
05	Produtos Bellon	Zona Rural – Braço Do Sul	Lácteos	Não faz parte do agroturismo
06	Monticiello	Sossai	Lácteos	Não faz parte do agroturismo
07	Sítio Pé da Serra	Lavrinhas	Lácteos	Não faz parte do agroturismo
08	Novo Imigrante Charcutaria	Comunidade São José do Alto Viçosa	Fábrica de Produtos Cárneos	Não atende a definição do perfil “familiar” adotado pela pesquisa
09	Orolatte	São José Do Alto Viçosa	Lácteos	Não atende a definição do perfil “familiar” adotado pela pesquisa
10	Santa Gertrudes Salumeria	Rua projetada, S/N, Lavrinhas.	Fábrica de Produtos Cárneos	Não faz parte do agroturismo
11	Angelim Socol	Alto Bananeiras	Socol	Não faz parte do agroturismo
12	Produtos Carnielli	Providência	Lácteos, socol e outros embutidos.	Não atende a definição do perfil “familiar” adotado pela pesquisa

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura (2020). Organização do Autor (2020).

Para a delimitação do universo e dos sujeitos da pesquisa, tomou-se como referência o perfil das agroindústrias familiares artesanais que compõe o cenário do roteiro do agroturismo em Venda Nova, considerando que o município tem reservado para o agroturismo importante espaço no agendamento de políticas públicas (SANTOS, 2014; ZANDONADI, 2013), e o agroturismo mantém uma relação umbilical com a Agroindústria Familiar Artesanal no município (CALIMAN, 2009; ZANDONADI, 2013).

Desse modo, uma vez definido o perfil, essas 20 agroindústrias familiares artesanais enquadradas compreendem a totalidade do recorte proposto para pesquisa e realização de trabalhos de campo, com o objetivo da observação direta e das entrevistas com os produtores.

### **1.5 A ANÁLISE POR CATEGORIA**

Nessa etapa de construção teórica são articuladas as diversas leituras realizadas com as respostas dos sujeitos da pesquisa, observando e reunindo opiniões que giram em torno das

mesmas questões, divergências, complementações nas repostas dos entrevistados. Consiste não só em uma organização dos resultados, mas numa análise crítica dos dados; é chegado o momento de buscar respostas para os objetivos definidos.

As categorias que ajudam a estruturar essa pesquisa têm como fulcro os referenciais teóricos e a definição do problema, objetivando organizar o processo e os dados coletados e, principalmente, visando melhor compreensão da realidade estudada. Para Gil (2010, p. 123):

Os Estudos de caso exigem do pesquisador muito mais habilidades, quando comparados a pesquisas quantitativas. Suas habilidades analíticas é que definem em boa parte a qualidade dos achados da pesquisa [...] Outra tática é a do agrupamento, que consiste num processo de categorização de elementos, como eventos, atores, situações, processos e cenários e que permite identificar agrupamentos que se definem por compartilhar o mesmo conjunto de atributos.

Nesse sentido, Giles (1993, p. 14) define categoria como: “Um gênero, tipo, classe ou divisão que se distingue de outros por meio da análise e classificação conceituais”. Nessa direção, traz ainda, na mesma página, a definição por Aristóteles: “As classes ou os gêneros em que tudo o que existe pode conceber-se, nomear-se e dividir-se”.

Entende-se que a organização dos dados em categorias de análises não pressupõe uma visão “cartesiana” sobre a realidade pesquisada. Parte-se da contribuição de Bardin (2016) para a compreensão de que a categorização pode ser uma importante estratégia para análise de conteúdo. As categorias utilizadas na pesquisa foram concebidas *a priori* da obtenção dos dados, considerando como critério de categorização as temáticas mais recorrentes nos referenciais teóricos que discutem a agroindustrialização da produção da agricultura familiar. Assim, buscou-se, a partir da fundamentação teórica e do conhecimento prévio do território da pesquisa, elencar categorias que possibilitassem contemplar a discussão acerca das principais questões que emergem do cotidiano das agroindústrias familiares, a saber: a propriedade; a produção; a comercialização; a divisão do trabalho; o protagonismo social.

Para sistematizar e registrar a percepção dos produtores será utilizado um roteiro de entrevistas semiestruturadas para organizar as questões nas categorias propostas.

### **A propriedade**

Nesta categoria busca-se conhecer a propriedade familiar, tanto o sítio, quanto o estabelecimento de processamento. Toma-se como importante para a pesquisa entender o papel da agroindústria na propriedade rural, mas também compreender os ciclos da produção, desde a origem dos insumos até a comercialização. Para a delimitação da pesquisa todos os empreendimentos visitados se enquadraram como Agroindústria Familiar Artesanal.

### **A divisão do trabalho**

Considerando que os estabelecimentos agroindustriais que serão pesquisados são de organização familiar, tornou-se relevante um olhar para a divisão do trabalho na propriedade rural, quando for o caso, e na agroindústria. Como a família se organiza para produzir e comercializar, quem representa o estabelecimento, a quem são direcionadas as formações, o orçamento é único na propriedade? São questões que essa categoria poderá lançar luzes. Refetindo com mais profundidade sobre os sujeitos da pesquisa a partir das entrevistas e da observação direta, podendo ampliar o entendimento do contexto dos sujeitos.

### **A produção**

Objetiva-se conhecer a produção familiar, as técnicas de produção, a origem das receitas e métodos; observar como se dá a consolidação do *saber-fazer* na prática cotidiana. Entender como os produtores enxergam o processamento de alimentos, suas vantagens, como agregar valor aos produtos, aumento de durabilidade, diversificação da produção, redução da dependência das culturas sazonais e também como enxergam as dificuldades na produção, como implementação de equipamentos, construção de infraestrutura, qualificação para boas práticas, financiamentos.

### **A comercialização**

Pretende-se aqui pesquisar alguns aspectos da comercialização, tais como: quando e como a família decidiu comercializar os produtos; quais dificuldades iniciais e as atuais para comercializar os produtos; qual a amplitude da comercialização; qual importância econômica dentro do orçamento da propriedade e perspectivas quanto à inserção no agroturismo.

### **O protagonismo social**

Esta categoria é basilar para a pesquisa, pois tem por finalidade estudar e discutir com os produtores como foi construído o diálogo com as instituições que propõe e/ou regulamenta as políticas públicas. Pretende-se ainda entender como os sujeitos pesquisados se posicionam diante das possibilidades de participação cidadã e sua inserção em entidades representativas.

## **1.6 ESTRUTURA DA TESE**

Na Introdução apresentou-se uma visão geral da pesquisa, das motivações para a realização do estudo, foram expostas as questões de pesquisa, os objetivos, a estrutura da Tese e o percurso metodológico que se pauta numa pesquisa com abordagem qualitativa e o estudo

de caso como procedimento, utilizando como técnicas de coleta de dados a entrevista semi-estruturada e observação direta. Partiu-se da análise de conteúdo para interpretar as informações e organização em categorias. Ainda são apresentados os sujeitos e o universo da pesquisa.

O Capítulo “AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E TEÓRICO-CONCEITUAIS” busca um aprofundamento teórico acerca da conceituação das agroindústrias familiares na perspectiva das agências governamentais e da produção acadêmica. Apresenta ainda uma visão histórica da atuação do Estado em favor dos grandes empreendimentos agrícolas em detrimento dos pequenos e suas consequências.

O Capítulo “VENDA NOVA: PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO A PARTIR DA RELAÇÃO COM O ESTADO” aborda o processo formação do município de Venda Nova com ênfase na política de imigração adotada pelo Espírito Santo que tinha como proposta primeira a formação de núcleos coloniais para o povoamento do interior do estado e incentivar a produção agrícola. Discute ainda sobre as raízes camponesas dos imigrantes italianos e o perfil de agricultor familiar dos seus descendentes, processo histórico marcado por rupturas e continuidades. O capítulo ainda traz elementos importantes da organização social pelo viés produtivo do município: o cultivo do café; as manifestações culturais.

O Capítulo “AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ARTESANAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE: O OLHAR DOS PRODUTORES” contém as discussões e resultados das observações *in loco* e das entrevistas com os produtores da agroindústria, organizados em categorias de análises. Num primeiro momento são apresentados os empreendimentos agroindustriais familiares que estão inseridos no circuito do agroturismo do município, nessa etapa as agroindústrias são identificadas pelos nomes das famílias e pelo nome comercial adotado para o agroturismo. Já na discussão dos resultados, onde são transcritas as falas dos produtores, as famílias são codificadas como F01, F02, F03, assim sucessivamente.

Nas Considerações finais acerca da temática agroindústria familiar e as potencialidades de futuras pesquisas no município e região, já que são apontadas como referências nas políticas públicas estaduais. Em seguida constam as referências utilizadas na construção da Tese e, por fim, os anexos e apêndices.

## **2 AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E TEÓRICO-CONCEITUAIS**

O presente Capítulo tem como objetivo estabelecer conexões entre o processamento de alimentos (agroindustrialização) e as decisões políticas que deixaram marcas profundas na sociedade, principalmente nas relações desiguais no campo brasileiro. Não se pretende traçar uma linha histórica, mas, apontar que, ao longo da história, o ato de processar alimentos está ligado à necessidade de conservação, a cultura alimentar e, sobretudo, às forças econômicas que direciona as ações políticas. O texto ainda demarca as resistências no campo, principalmente na década de 1980, com a organização dos movimentos de luta pela terra e seus desdobramentos como as mudanças na política de promoção da agricultura, que passam a contemplar os pequenos produtores.

A segunda parte do Capítulo trata do uso das tipologias adotadas pelas instituições governamentais e pela academia para denominar a agroindustrialização da agricultura familiar. A discussão tem a intenção demonstrar a importância da leitura fidedigna da realidade pesquisada e o uso adequado da tipologia para descrevê-la. Uma vez que o uso único de uma tipologia para se referir a universo plural (ou o contrário, o uso de várias tipologias para descrever uma única realidade) pode impactar negativamente, por exemplo, na elaboração ou aplicação de uma política pública.

Na evolução da relação dialética do Homem com a natureza, a busca por assegurar a próxima refeição parece ter sido a mola propulsora do desenvolvimento humano e sua organização em sociedade e o aperfeiçoamento das técnicas de produção alimentos passa, inevitavelmente, pelo incremento das formas de processamento dos alimentos. Desde os tempos mais remotos a humanidade processa, em algum nível, os seus alimentos. Técnicas como salgar, defumar, assar, cozinhar, condimentar, possibilitou ao homem estender o tempo de conservação dos alimentos, ampliando, por exemplo, a capacidade de transportar alimentos em uma longa viagem, além disso, as técnicas de condimentação permitiu ao Homem experimentar uma profusão de novos sabores (CARNEIRO, 2003).

Esses saberes sempre tiveram fortes impactos no desenvolvimento das civilizações, pois ao conservar um alimento por mais tempo, o homem reduzia o efeito da sazonalidade, da escassez da produção e também garantia, minimamente, um consumo mais saudável. Isso poderia fazer uma enorme diferença em uma guerra ou superação de um desastre natural. Encontrar referências na história sobre a importância do processamento de alimentos é uma tarefa relativamente simples. As evidências vão desde eventos marcantes, como as grandes

navegações do século XVI, que permitia a autossuficiência dos navios por meses na travessia do oceano, até no cotidiano dos povos pré-colombianos.

O estudioso da cultura brasileira, Luis da Câmara Cascudo, relata que “os grupos humanos mais isolados, ocultos na cabeceira dos rios formadores do Xingu, vivendo em pleno Paleolítico, sem metais, cães, bananas, anzóis, animais domésticos, plantavam a mandioca, produzindo farinha, beijus, pirões e mingaus” (CASCUDO, 1983, p. 87). Nota-se que antes da chegada dos portugueses, mesmo diante de tanta fartura de caça, pesca e frutas, nossos primeiros habitantes também aperfeiçoaram técnicas de processamento de alimentos.

Diante deste contexto, pode-se dizer que os avanços no domínio das técnicas de processamento de alimentos não se resume apenas a conservação, mas também estão ligados à elaboração de novos produtos, novos sabores, novas texturas, novos aromas e, sem dúvidas, às novas possibilidades de transportes e comércio.

Nesse itinerário, o *know-how* dos portugueses em processamento de alimento, nesse caso a cana de açúcar, desempenhará importante papel no destino do Brasil Colonial. A tarefa de tornar exitosa a exploração dos novos territórios parecia aos portugueses uma árdua missão, pois, não integrava a lógica mercantilista de Portugal. Todo o empenho das navegações tinha como fulcro os seguintes objetivos: estabelecer novos mercados, levando mercadorias beneficiadas na Europa e trazer as mercadorias para o consumo europeu. (SODRÉ, 2002).

A relação com a nova colônia fugia dessa dinâmica, já que não havia mercado consumidor no Brasil, tampouco produtores de mercadorias. Além disso, havia outros obstáculos, como falta de capital para financiamento inicial e escassez de mão de obra capacitada. Para Nelson Werneck Sodré “o problema da colonização apresenta, assim, grandes dificuldades, uma vez que a estrutura econômica portuguesa não estava preparada para enfrentá-lo.” (2002, p. 73). Parece conveniente dizer que a complexa solução<sup>10</sup> para equacionar os problemas encontrados no processo de colonização do Brasil passou, também, pelo *know-how* dos portugueses no cultivo e processamento da cana, bem como o comércio do açúcar. Segundo Albuquerque e Nicol (1987, p. 52), “o nascimento da produção de açúcar” foi um dos fatores determinantes para a fixação dos portugueses no Brasil.

Desse modo, é possível dizer que “foi o modo de produção do açúcar aqui implantado que conformou nos primeiros tempos da colonização o regime de terras e, demais, toda a

---

<sup>10</sup> No livro “A Formação Histórica do Brasil” (2002), Nelson Werneck Sodré discute, aprofundadamente, todos os aspectos da “solução açucareira”.

sociedade que então sobre ele se erguia” (GUIMARÃES, 1968, p. 45). Consolidando, assim, uma elite agrária pautada no trabalho escravo e na produção de açúcar (HOLANDA, 1971).

A centralidade das atividades econômicas em torno da produção de açúcar gerou, entre outras consequências, o condicionamento do uso da terra e da força de trabalho, mediante ao valor de exportação do produto. Ao priorizar o uso da terra para o cultivo de uma monocultura objetivando a exportação, os grandes latifundiários relegava a produção de alimentos aos pequenos agricultores (SILVA, 1980; MARTINE, 1991).

Além disso, Albuquerque e Nicol apontam para fatores que, aliados a interesses da coroa portuguesa, retardaram o desenvolvimento de outros setores da sociedade no Brasil.

A renda concentrava-se muito nas mãos dos senhores de engenho e outros grandes proprietários de terras, que despendiam sua renda em artigos de luxo importados dos países manufatureiros da Europa. Estes "importadores de bens de luxo" impediram o crescimento de um mercado interno e geraram um sistema de autossuficiência no que tange aos estratos mais baixos da sociedade. (ALBUQUERQUE E NICOL, 1987, p. 54).

Essa dinâmica produtiva moldou por séculos as relações no campo brasileiro. Já no início da segunda metade do século passado, por volta de 1965, com o advento da modernização do campo, há um forte movimento político e econômico para promover uma reestruturação das bases da produção agrícola, tudo sob uma intensa influência de grandes empresas internacionais, como explicita Rosane Balsan (2007, p. 126):

O “modelo” agrícola adotado na década de 1960-70 era voltado ao consumo de capital e tecnologia externa: grupos especializados passavam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. A opção de aquisição era facilitada pelo acesso ao crédito rural, determinando o endividamento e a dependência dos agricultores.

Essa modernização, chamada por muitos estudiosos de conservadora ou induzida, tinha como base ideológica o discurso do aumento da produção de alimentos e o combate à fome. No entanto, todo o financiamento para a compra dos pacotes tecnológicos, que consistiam em insumos como agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e maquinários, foram realizados com créditos altamente subsidiados pelo governo brasileiro.

Dessa forma, a agricultura, praticada pelos grandes empreendimentos, intensifica a sua especialização, passando a integrar uma lógica produtiva onde a fazenda passa a ser “compradora de produtos indústrias (principalmente insumos e meios de produção) - seja como produtoras de matérias-primas para as atividades industriais” (SILVA, 1980, p. 16).

Esse processo foi possível, segundo George Martine (1991), graças, dentre outros fatores, à consolidação do setor industrial e altos preços internacionais dos produtos agrícolas. Quanto à formação dos complexos agroindustriais, o pesquisador diz que:

Em consequência, agricultura atravessou um processo radical de transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do complexo agroindustrial. Foi alterada a base técnica, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas (MARTINE, 1991, p. 09).

Nesse cenário, os termos “modernização conservadora”<sup>11</sup> e “modernização induzida” parecem ser fidedignos à realidade brasileira, já que intensificou a concentração de terras, renda e tecnologia, aumentando a diferença entre os grandes e pequenos produtores rurais.

Apesar dessa explícita predileção do Estado em subsidiar os grandes produtores agrícolas em detrimento do pequeno, e a ostensiva política militar para reprimir os movimentos sociais, os pequenos produtores de base familiar, de uma maneira ou de outra, sempre mostraram resistência no campo brasileiro. Mas, foi somente a partir da década de 1980 que a organização popular começou a ganhar notoriedade e peso político; o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001, p. 195) destaca alguns dos principais movimentos de mobilização, resistência e luta contra a legitimação das desigualdades no campo brasileiro.

Para Oliveira (2001), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se apresenta como o mais importante movimento social no caminho da democratização da terra. O Pesquisador ressalta ainda outras lutas como: a dos povos indígenas pela demarcação de seus territórios; a luta dos peões contra a peonagem (“escravidão branca”); a luta dos camponeses contra as desapropriações de terra para a execução das grandes obras do Estado (Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB); o movimento dos camponeses contra a subordinação praticada pela indústria no setor avícola; dos produtores de fumo; os movimentos dos brasiguaios e dos brasilianos; o movimento dos boias-frias; os seringueiros na Amazônia. Além desses movimentos, aponta a articulação Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) como importante fator de impacto na organização da luta (OLIVEIRA, 2001, p. 195).

Aliado a esses movimentos e lutas, pode-se apontar as pesquisas e produções acadêmicas como importantes, tanto para reverberar os acontecimentos no campo brasileiro,

---

<sup>11</sup> As consequências do processo de modernização da agricultura brasileira são tratadas com profundidade por diversos autores, dentre eles Graziano da Silva (1982) e Martine (1991).



reconhecendo a participação desses sujeitos nas tentativas de agendar políticas públicas, quanto para demonstrar a grandeza da contribuição econômica e social da produção familiar.

Mesmo diante das pressões dos movimentos sociais, do respaldo das produções acadêmicas, do posicionamento de setores da Igreja católica e de alguns políticos, foi somente na década de 1990 que o Estado brasileiro<sup>12</sup> sinaliza uma significativa mudança no direcionamento das Políticas Públicas para agricultura familiar. O aceno mais importante se deu no governo de Fernando Henrique Cardoso, após décadas de incentivos aos grandes e médios produtores em detrimento dos pequenos, o governo cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

O Pronaf nasceu a fim de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares<sup>13</sup>, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996).

A disponibilidade de créditos e incentivos governamentais criou novas possibilidades para o campo. Ao gerar condições para investir em infraestrutura e equipamentos permitiu ao pequeno produtor agregar valor aos produtos a partir agroindustrialização, ganhando mais autonomia em relação às cadeias produtivas e à sazonalidade dos seus cultivos (PREZOTTO, 1999). Além disso, a diversificação faz nascer um novo mercado para venda de insumos, mesmo que houvesse a necessidade de adequação de alguns produtos, como a miniaturização de máquinas para se adaptarem tanto ao orçamento das pequenas propriedades, quanto ao tipo de cultivo e/ou processamento da produção (WILKINSON, 2008).

Diante desse contexto, a agroindustrialização da produção da agricultura familiar passa a ser reconhecida como importante fator de geração de renda e, por conseguinte, de desenvolvimento local-regional. Com o aumento do número de estabelecimentos da agroindústria familiar, sobretudo no sul do país, novas frentes de lutas começam a ganhar forças no âmbito da produção familiar, principalmente quanto à regulação estatal, que não atendia as especificidades desse público, tratando sem muitas diferenciações a grande e a pequena produção.

Esse cenário permitiu a reorganização da luta por agendamento de políticas públicas, já que surgem novas demandas que, de certo modo, irão tensionar a relação desses sujeitos com o Estado por reivindicações como: ampliação de créditos agrícolas; formação técnica; flexibilização da legislação de produção e apoio à comercialização.

---

<sup>12</sup> Alguns fatores motivaram a criação desse programa, Wesz Junior (2010) ressalta a importância dos movimentos sociais e da produção acadêmica sobre a temática.

<sup>13</sup> Estudiosos como Fernandes (2004) e Neves (2007) entendem que o Pronaf é uma política pública criada no âmbito do paradigma do capitalismo agrário.

A partir de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a política pública para subsidiar a produção da agroindústria familiar foi intensificada com a criação do Pronaf-Agroindústria, ampliando as possibilidades de participação, aumentando os recursos disponíveis e reduzindo os juros<sup>14</sup>.

Pesquisadores como Vieira (1998) e Prezotto (2002) apontam os aspectos legais como principais dificuldades da pequena produção. A dificuldade reside principalmente na organização produtiva dos estabelecimentos, os produtores atuam no cultivo da terra, no trato dos animais, no processamento dos alimentos e na venda dos produtos, além de, no geral, não terem formação que dê conta da organização previdenciária, fiscal e tributária da propriedade.

Os autores ainda registram em seus textos a importância da adequação das legislações sanitárias e ambientais para a pequena produção artesanal, já que os critérios não levam em conta as especificidades como poucos recursos financeiros para investimentos em maquinários, baixo volume de produção e, não menos importante, difícil acesso à formação de boas práticas de fabricação.

Nessa direção, a atuação capilarizada dos governos estaduais e municipais é importante, pois tem mais facilidade para realizar uma leitura mais próxima das reais necessidades dos produtores. A partir dos anos 2000, alguns estados como Maranhão (Lei das Agroindústrias Familiares de Pequeno Porte, nº 10.086/2014), Espírito Santo (Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Espírito Santo, Lei nº 8.819/2008), Rio Grande do Sul (Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul, Lei nº 13.921/2012), têm assumido o protagonismo na implementação de políticas públicas para o desenvolvimento das agroindústrias familiares de pequeno porte, principalmente na flexibilização das legislações que regulam as etapas do processamento dos alimentos e sua comercialização em escala estadual.

Essas políticas públicas locais-regionais que reverberam a importância da agroindustrialização da produção da agricultura familiar foram impulsionadas por programas nacionais como o Pronaf - Agroindústria, que ampliou, não apenas o escopo das linhas de créditos subsidiados, mas também a criação de programas de formação e extensão focados no desenvolvimento da agroindústria familiar (WESZ JUNIOR, 2010).

O estudo “Diagnóstico da agroindústria familiar no Espírito Santo: Resultados da pesquisa 2018”, realizado pelo Instituto de Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e

---

<sup>14</sup> Wesz Junior (2010) pondera que as flexibilizações dos critérios definidores do público alvo, acabaram-se por se revelar uma estratégia de beneficiar também as grandes cooperativas de leite. Cf. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032010000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032010000400004). Acesso em 08/01/2020.

Extensão Rural - Incaper pode ajudar a entender o impacto das políticas públicas no desenvolvimento das agroindústrias familiares no estado. Das 465 agroindústrias familiares pesquisadas para o estudo, mais de 80% foram construídas depois da implementação do Pronaf em 1996 e mais de 50% depois da criação da Política Estadual de Agroindústria Familiar do Espírito Santo em 2008.

É necessário, no entanto, observar que as políticas públicas direcionadas para as agroindústrias familiares no Espírito Santo tendem a um afunilamento quanto às possibilidades interpretativas do ideal de desenvolvimento no espaço rural. Nesse sentido, Sulzbacher, Neumann e Silveira (2009) chamam a atenção para os impactos nas estratégias de reprodução socioeconômica das famílias na agricultura familiar que o “novo” modelo de desenvolvimento rural pode gerar.

As políticas públicas instituídas para fomentar a agroindustrialização da agricultura familiar têm como ponto fulcral a diversificação das atividades, agrícolas e não-agrícolas, no espaço rural, o que estabeleceu novas formas de relação família/propriedade, reorganizando a dinâmica produtiva e criando novos postos de trabalho e fontes de renda. No entanto, para Sulzbacher, Neumann e Silveira (2009, p. 01) é preciso:

[...] diferenciar a diversificação em um determinado espaço rural da diversificação em nível de unidade de produção. Esta última percebe-se como marginal, neste novo modelo de progressiva supervalorização das peculiaridades locais que as transforma em “mercadorias” a serem comercializadas, observando-se uma nova especialização produtiva no âmbito familiar.

Assim, o que se anuncia como diversificação, no contexto supracitado, passa a ter mais sentido na perspectiva da construção da identidade territorial, evocando os atributos regionais materiais como “montanhas capixabas” ou imateriais como “região turística dos imigrantes”, do que para as propriedades familiares. Uma vez que as políticas públicas parecem, cada vez mais, impor à categoria um itinerário que tem como ponto de partida a formalização da agroindústria, seguindo em direção ao domínio das técnicas de produção com inserção tecnológica e ampliação da participação no mercado.

A principal política pública direcionada para o desenvolvimento da agroindústria familiar do estado (Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Espírito Santo - 2008) e seus desdobramentos (o Plano de Desenvolvimento da Agroindústria Familiar e do Empreendedorismo Rural - 2013 e o Programa Estadual de Agroindústria Familiar e Empreendedorismo Rural - 2021), parte de uma visão complexa do papel da agroindústria

familiar no desenvolvimento rural, para um olhar simplificado de uma agroindústria familiar como uma pequena empresa – formalizada, tecnicada e integrada ao mercado.

Os objetivos da Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Espírito Santo (Lei nº 8.819/2008) apontam para um desenvolvimento rural pautado na pluriatividade, considerando a inserção das agroindústrias familiares nas propriedades agrícolas como possibilidade de melhoria das condições de vida no campo.

- I - apoiar a implantação e o desenvolvimento de agroindústrias familiares em todas as regiões do Estado, contribuindo para a superação das desigualdades regionais;
- II - proporcionar a criação e manutenção de oportunidades de trabalho para viabilizar a permanência das pessoas em suas atividades no campo e a melhoria das suas condições de vida;
- III - promover o aumento da oferta de produtos de boa qualidade nutricional e sanitária, especialmente os agroecológicos;
- IV - melhorar a renda dos seus beneficiários diretos, através da agregação de valor aos produtos agrícolas, pecuários, pesqueiros, florestais e outros obtidos através do extrativismo;
- V - promover o cooperativismo, o associativismo e outros empreendimentos da economia popular e solidária;
- VI - possibilitar a otimização do uso dos recursos humanos e naturais existentes nos estabelecimentos rurais;
- VII - incentivar a criação de polos de agroturismo familiar.

A Política Estadual reconhece o meio rural como multidimensional e considera a atividade agrícola como ponto de partida para ações institucionais. Assim, a agroindústria familiar não é vista como uma atividade isolada, mas como possibilidade de diversificar a produção na propriedade familiar, oportunizando a permanência no campo com trabalho e renda. Além de reconhecer a produção da agroindústria familiar como oferta de alimentação saudável.

No entanto, cinco anos depois da promulgação da Lei nº 8.819/2008, o estado lança o Plano de Desenvolvimento da Agroindústria Familiar e do Empreendedorismo Rural - AGROLEGAL<sup>15</sup> (Decreto nº 3418-R/2013), que parece deslocar a agroindústria familiar do contexto agrícola, os objetivos do Plano de Desenvolvimento estão nos saberes técnicos na produção para atender as regulamentações sanitárias e ambientais, conhecimento de gestão empresarial, marketing e comercialização dos produtos no mercado local, regional e, quiçá, internacional.

- I - apoiar os programas/projetos/ações para as agroindústrias familiares e para o empreendedorismo rural;

---

<sup>15</sup> A sigla “AGROLEGAL” usada para popularizar o Plano de Desenvolvimento da Agroindústria Familiar e do Empreendedorismo Rural (Decreto nº 3418-R/2013), também foi utilizada com a mesma finalidade para o Programa Estadual de Agroindústria Familiar e Empreendedorismo Rural (Decreto nº 4808-R/2021).

- II - disponibilizar orientações e informações sobre a aplicação das legislações inerentes ao empreendimento rural familiar, em especial das agroindústrias, objetivando a formalização;
- III - orientar a atuação de técnicos e multiplicadores em suas áreas temáticas ou interrelacionadas;
- IV - promover o fortalecimento dos serviços municipais de vigilância sanitária para o licenciamento das agroindústrias de produtos de origem vegetal e estruturação dos serviços de inspeção municipais para registro dos estabelecimentos e produtos de origem animal;
- V - promover a ampliação da circulação de mercadorias no abastecimento local, regional, nacional e ainda para exportação;
- VI - propor acessos e espaços para comercialização dos produtos da agroindústria familiar;
- VII - estimular o uso de tecnologias e equipamentos adequados às agroindústrias de agricultores familiares;
- VIII - estimular mecanismos para facilitar o acesso dos agricultores às linhas de crédito;
- IX - articular novos mercados para comercialização dos produtos da agroindústria; e,
- X - identificar, articular, consolidar e ampliar parcerias. (Decreto nº 3418-R/2013).

Nesse mesmo itinerário, 13 anos depois da Política Estadual e 8 anos depois do Plano de Desenvolvimento, o estado instituiu o Programa Estadual de Agroindústria Familiar e Empreendedorismo Rural - AGROLEGAL (Decreto nº 4808-R/2021). A agroindustrialização artesanal, que se apresenta como possibilidade de diversificação das atividades da propriedade rural familiar, passa a representar uma atividade que demanda, na perspectiva da política pública, cada vez mais tempo e conhecimento dos produtores, o que levar, na contramão da diversificação, a uma especialização produtiva.

- I - apoiar e fortalecer a participação municipal no processo de formalização das agroindústrias;
- II - contribuir para a criação e estruturação dos Serviços de Inspeção Municipais - SIM, mediante suporte técnico aos municípios e consórcios de municípios;
- III - contribuir para a qualificação de técnicos municipais e estaduais que atuam no licenciamento ou na assistência técnica de agroindústrias;
- IV - disponibilizar orientações técnicas sobre a melhoria da qualidade dos produtos e formalização dos empreendimentos rurais familiares;
- V - promover a capacitação dos agricultores para melhoria da qualidade dos produtos e da gestão dos empreendimentos;
- VI - articular, propor espaços e promover a ampliação das formas de comercialização dos produtos das agroindústrias familiares e de pequeno porte;
- VII - fortalecer o processo de organização dos agricultores familiares e de seus empreendimentos;
- VIII - apoiar programas, projetos e ações para as agroindústrias familiares e de pequeno porte e para o empreendedorismo rural;
- IX - promover a valorização dos produtos tradicionais capixabas;
- X - fomentar a inovação nas diferentes formas de empreendedorismo rural;
- XI - apoiar e contribuir com ações que promovam os produtos capixabas com qualidade vinculada a origem; e
- XII - identificar, articular, consolidar e ampliar parcerias.

A inserção das atividades não agrícolas, promovidas pelas políticas públicas, não é uma garantia de que, inexoravelmente, a propriedade agrícola familiar se tornará pluriativa.

Se por um lado as políticas públicas em prol da agricultura familiar são, no geral, enviesada e monoativa, focando na produção agrícola (SCHNEIDER, 2007), por outro, as políticas públicas para agroindustrialização colocam uma “lupa” na atividade, correndo-se o risco de tornar as propriedades familiares rurais novamente em monoativas, nesse caso, a atividade passa a ser a agroindústria familiar.

Nesse sentido, a definição apresentado por Azevedo (2017) pode ajudar a entender a funcionalidade ou não de uma política pública para a agroindústria familiar. Para o autor o papel do governo passa pela compreensão do que é necessário, pela regulação e também pela resolução de conflitos.

Política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões.

Com base nesse conceito, podemos dizer que as políticas públicas têm duas características gerais. Primeiro, a busca do consenso em torno do que se pretende fazer e deixar de fazer. Assim, quanto maior for o consenso, melhores as condições de aprovação e implementação das políticas propostas. Segundo, a definição de normas e o processamento de conflitos. Ou seja, as políticas públicas podem definir normas tanto para a ação como para a resolução dos eventuais conflitos entre os diversos indivíduos e agentes sociais. (AZEVEDO, 2017, p. 57).

No contexto da promoção para diversificação das atividades nas propriedades agrícolas familiares, os governos não buscam sequer uma escuta mais atenta às demandas e às diferenças entre os produtores, apresentando, por vezes, políticas públicas descoladas da realidade da maioria ou daqueles que mais precisam. Nesse sentido, destoam-se do princípio da equidade, típico das políticas sociais.

Schneider (2007) aponta uma série de problemas estruturais como a formação acadêmica dos gestores e técnicos que são condicionados a uma visão de desenvolvimento rural a partir da especialização agrícola: o distanciamento entre as esferas de poder (municipal, estadual e federal), que provoca entraves burocráticos; a precariedade das estradas, o déficit de moradias rurais, etc. Para o autor, uma política pública que vise promover a agricultura familiar a partir da diversificação das atividades é preciso reconhecer que:

Primeiro, há que se considerar que a pluriatividade é uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica. As variáveis e os fatores causais que tornam uma família pluriativa são diversos começando pelo número de membros, idade média da família, condição sócio-econômica, além de outros. Segundo, é preciso entender que a pluriatividade e a busca de atividades não-agrícolas como complementos de renda e inserção ocupacional funciona como um recurso ou estratégia da família que opta por acionar ou não este mecanismo para garantir a sua reprodução social. Portanto, nem todas as famílias podem querer se tornar pluriativas. Terceiro, a pluriatividade deve ser entendida como uma característica de determinados territórios rurais. A maior ou menor predisposição para este tipo de

iniciativas depende da evolução histórica, do contexto socioeconômico local, dos sistemas produtivos hegemônicos, das condições de acesso aos mercados, da infraestrutura disponível, etc; portanto, trata-se de um atributo dos territórios. (SCHNEIDER, 2007, p. 15).

Cabe reconhecer que, apesar das limitações, nas últimas décadas houve avanços nas políticas públicas no atendimento das demandas do pequeno agricultor. Schneider (2009) aponta que tais políticas estão intimamente conectadas ao delineamento analítico do conceito de agricultura familiar, no início dos anos 1990. A afirmação do termo se deu em duas frentes: no campo político, com a adoção dos movimentos sociais e a legitimação do Estado ao usar nos documentos oficiais; na academia, com a busca de novos referenciais teóricos e analíticos.

Formou-se, portanto, uma nova categoria política que passou a congrega o conjunto dos pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros. Através da noção de agricultura familiar, esses agricultores passaram a construir uma nova identidade política e a orientar, de maneira distinta, as lutas sociais do movimento sindical rural, tal como expresso nos documentos mais recentes dessas entidades. (SCHNEIDER, 2009, p. 31).

Fica patente, nesse cenário, que o olhar analítico sobre as tipologias e o delineamento dos conceitos pode ser determinante no agendamento de políticas públicas. Assim, a análise dos textos legais e das publicações acadêmicas pode demonstrar, por exemplo, em quais contextos as pautas dos produtores familiares se aproximam ou se distanciam das deliberações estatais.

## **2.1 A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ARTESANAL: TIPOLOGIAS E CONCEITUAÇÕES**

A escolha pelos referenciais teóricos que alicerçam essa pesquisa se pautou principalmente na busca pela compreensão dos fenômenos políticos, históricos e socioeconômicos que possibilitaram o surgimento das agroindústrias familiares no Brasil e a partir dessas leituras lançar luzes sobre o percurso das agroindústrias familiares de Venda Nova e a manutenção da sua dinâmica produtiva e de comercialização.

Considerando as especificidades da ocupação da região pelos imigrantes italianos, marcada pelas dificuldades encontradas para se estabelecerem e, principalmente, pela “ausência” do Estado, as leituras iniciais foram direcionadas para os trabalhos acadêmicos que dissertavam sobre os processos de ocupação daquele território. Para além das leituras específicas sobre Venda Nova, entende-se como fulcral a compreensão dos conceitos basilares da geografia agrária.

Nesse sentido, referenciais teóricos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes, dentre outros, ajudarão a entender, por exemplo, como a estratificação fundiária é um elemento importante na organização da produção agrícola, ajudando a entender sobre o contexto da agroindústria e influência na dinâmica social do município.

Uma preocupação recorrente no itinerário da pesquisa é a tipologia adotada para referenciar os empreendimentos de beneficiamento da produção nas propriedades agrícolas familiares, no caso de Venda Nova, de maneira artesanal e em pequena escala. Apesar de uma tendência para a padronização recorrendo à terminologia “Agroindústria Familiar Rural - AFR”, não há um consenso entre os autores, pois a dificuldade de definição reside nos diversos contextos e realidades que vivem esses produtores (GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007).

Em um país com dimensões continentais como o Brasil, as relações sociais, as dinâmicas de produção e de comercialização se apresentam complexas, nuançadas e plurais, não podendo ser entendidas como homogêneas, fazendo necessário um olhar analítico para cada especificidade que se queira compreender. Desse modo, tanto a padronização, quanto a multiplicidade de termos empregados na definição do processamento de alimentos e comercialização pelos produtores familiares, podem escamotear importantes elementos de análises para apreensão da realidade estudada. (AGNE, 2010).

Reconhecendo esse contexto e entendendo que a tipologia deve ser a mais fidedigna possível a realidade que representa, partiu-se para a conceitualização das terminologias mais recorrentes, como cada universo de publicação implica em uma intencionalidade e é direcionada a públicos alvos distintos. Optou-se por elencá-las em duas categorias, a saber: a institucional e a produção acadêmica (artigos científicos e teses e dissertações).

### **2.1.1 O que dizem as Agências Governamentais?**

Aqui se pretende discutir a perspectiva do discurso oficial quanto à terminologia recorrente para conceituar os empreendimentos familiares que processam alimentos. Esse olhar é de extrema importância, já que as políticas públicas de desenvolvimento do campo passam pelos órgãos oficiais, ora como provedores, ora como reguladores. O quadro 4 apresenta as principais instituições governamentais que forneceram dados para a presente pesquisa e, também, as tipologias que são usadas com mais frequência em seus documentos oficiais.



**Quadro 4:** Tipologias mais recorrentes utilizadas pelas instituições governamentais para se referirem aos empreendimentos familiares que processam alimentos

Instituições	Tipologia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Agroindústria rural
Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Agroindústria de pequeno porte
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Agroindústria de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Agroindustrialização da produção agropecuária
Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF/MAPA)	Agroindústria da agricultura familiar
Instituto Capixaba de pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER)	Agroindústria familiar
Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF)	Agroindústria familiar de pequeno porte
Secretaria Municipal de Agricultura de Venda Nova do Imigrante (SMA/PMVNI)	Agroindústria de pequeno porte

**Fonte:** IBGE, 2006; MAPA, 2017; MMA, 2006; INCRA, 2004; INCAPER, 2010; IDAF, 2012; PMVNI, 2013. Organização do Autor (2020).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE traz no Censo Agropecuário 2006 uma concepção mais ampla para coletar e tabular os dados sobre os produtos agropecuários processados no Brasil, utilizando o termo Agroindústria Rural.

Pesquisou-se as atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor. (IBGE, 2006, p. 62).

A amplitude do termo Agroindústria Rural parece atender bem aos critérios adotados pelo IBGE para mensurar os resultados da produção do processamento de produtos de origem animal e vegetal, contudo, inviabiliza analisar por uma escala de produção, para saber, por exemplo, quanto dessa produção é da agricultura familiar.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento traz no texto da Instrução Normativa número 05, publicada em 14 de fevereiro de 2017, o termo “estabelecimento agroindustrial de pequeno porte”, como uma definição que denota preocupação com a escala de produção. Entre os critérios adotados para o enquadramento legal como um estabelecimento agroindustrial de pequeno porte, o Parágrafo 2, Inciso I diz que “pertence, de forma individual ou coletiva, a agricultores familiares ou equivalentes ou a produtores rurais”. É fácil observar que mesmo fazendo uma referência a agricultura familiar o documento reforça, para efeitos de fiscalização sanitária, a importância da escala de produção.

É preciso considerar que essa legislação apresenta grandes avanços para os estabelecimentos familiares que veem no processamento agroindustrial uma fonte de renda na

entressafra e agregando valor aos produtos, superando, em grande medida, um problema histórico da falta de proporcionalidade nos critérios de fiscalização sanitária.

O Ministério do Meio Ambiente, em Resolução nº 385 de 27 de dezembro de 2006, utiliza o termo agroindústria de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental, nomenclatura bem específica que dá a dimensão da importância dos termos na categorização dos estabelecimentos, principalmente dos pequenos quanto às ações reguladoras do Estado.

Já a relação do INCRA com a Agroindústria não está na regulação, mas na promoção de políticas para o desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária com geração de renda e desenvolvimento socioeconômico sustentável, a partir do financiamento de projetos coletivos como os Programas Terra Sol e Terra Forte que utilizam a nomenclatura “agroindustrialização da produção agropecuária” para definição das agroindústrias em seus assentamentos.

O extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (transformado em 2016 em Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário<sup>16</sup>, órgão ligado à Casa Civil da Presidência da República e que teve suas competências realocadas na estrutura organizacional do MAPA como Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo<sup>17</sup>), recorre a inúmeros termos para referenciar a agroindustrialização e comercialização da produção da agricultura familiar nos seus documentos institucionais. Contudo, há um alinhamento ideológico fácil de ser percebido no discurso oficial, prevalecendo sempre à ideia da agregação de valor dos produtos como alternativa econômica para a agricultura familiar. Destarte, os termos mais usuais nesse órgão são a agroindústria familiar e agroindústria da agricultura familiar.

No Espírito Santo as atividades de agroindustrialização têm ocupado destaque no direcionamento de políticas públicas, o estado tem adotado uma postura proativa na elaboração e articulação de políticas e ações visando o desenvolvimento das agroindústrias familiares.

Um exemplo dessa articulação é o “Plano de Desenvolvimento da Agroindústria Familiar e do Empreendedorismo Rural”, instituído pelo decreto nº 3418-R/2013, que congrega em Comitê Gestor as seguintes instituições: Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo - ADERES; Secretaria de Estado da

---

<sup>16</sup> O Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016 transfere as competências do MDA para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Casa Civil da Presidência da República.

<sup>17</sup> O Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, que transfere as competências da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG; Secretaria de Estado da Saúde - SESA; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA; Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ; Secretaria de Estado do Turismo - SETUR; Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF; Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER; Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo - SFA-ES/MAPA; Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Espírito Santo - DFDA/ES/MDA; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/ES; Federação das Indústrias do Espírito Santo - FINDES, por meio do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo - IDEIES; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo - FAES, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR/ES; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo - FETAES, além das Prefeituras Municipais, por meio da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo - AMUNES.

A participação de diferentes instituições estatais no Plano de Desenvolvimento da Agroindústria Familiar e do Empreendedorismo Rural tende a potencializar as ações governamentais, já que os diversos olhares podem ampliar o entendimento das dinâmicas territoriais local-regional. Contudo, a articulação não pode ser entendida como padronização, antes o contrário, as múltiplas visões devem valorizar as especificidades de cada território.

Desse modo, entender como as instituições capixabas se referem às atividades de processamento de alimentos em escalar familiar, pode ser necessário para melhor compreensão da realidade a ser pesquisada.

Durante o processo de observação direta, percebeu-se que, dentre as instituições citadas pelos produtores familiares, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper foi o mais lembrado. O órgão realiza diagnósticos e planejamentos participativos, periodicamente, em todos os municípios do Espírito Santo, além de publicizar relatórios de gestão e de pesquisa. Nesses documentos as atividades de processamento de alimentos, enquadradas como “atividades rurais não agrícolas”, são apresentadas ora pelo termo “agroindústria familiar” (Diagnóstico da agroindústria familiar no Espírito Santo - 2019), ora apenas pelo termo genérico “agroindústria” (PROATER 2011 –2013).

O Incaper tem uma longa tradição na promoção da agricultura familiar, mantendo pesquisas, ações de extensão rural, capacitação etc. Esse diálogo com os produtores da agricultura familiar é basilar na relação com a agroindústria familiar, o que pode influenciar na escolha do termo “agroindústria familiar” em seus documentos.

Já o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – Idaf é responsável pela “defesa sanitária das atividades agropecuárias e florestais no território do Espírito Santo” (IDAF, 2012), ou seja, a relação com a agroindústria é de regulação. A preocupação expressa nos textos oficiais parece recair sobre escala de produção, nos documentos disponíveis no site os termos mais utilizados são: agroindústria de pequeno porte e agroindústria familiar de pequeno porte.

A Secretaria Municipal de Agricultura de Venda Nova, apesar do discurso municipal em torno do agroturismo e conseqüentemente das agroindústrias familiares, não disponibiliza nenhum programa específico para promoção da agroindústria familiar. Todos os documentos disponíveis para o público são normativas regulatórias, que versam principalmente sobre a fiscalização da produção e a comercialização. Assim como o Idaf, os termos utilizados são “agroindústria de pequeno porte” e “agroindústria familiar de pequeno porte”.

### **2.1.2 O que dizem as Produções acadêmicas?**

Considerando o caráter heterogêneo da produção agrícola e de todas as atividades desenvolvidas no campo brasileiro, bem como, as especificidades regionais onde estão inseridos os estabelecimentos de processamento de alimentos, faz-se necessário buscar entender o olhar dos pesquisadores para a realidade que se apresenta e compreender os critérios adotados para a adoção de um determinado termo que defina essa realidade, pois, não se trata apenas de uma nomenclatura, mas de uma definição do perfil socioeconômico do empreendimento e, conseqüentemente, pode influenciar a inserção ou não em uma política pública promocional ou regulatória<sup>18</sup>.

De posse dessa concepção, torna-se imperiosa a leitura dos textos dos estudiosos do tema, autores que discutem a relação tensionada entre o arcabouço legal da agroindústria familiar e a realidade dos produtores, com o intuito de lançar luz sobre o objeto de estudo.

Quando se trata de produção de alimentos há uma quantidade imensa de notas técnicas, leis, normas que regulam desde os aspectos técnicos da produção, como a infraestrutura e boas práticas, passando por análises microbiológicas e nutricionais, até delimitação espacial e taxaço fiscal.

É interessante notar que a análise das legislaçoes que regulam a produço de alimentos processados no Brasil encontram alguns limites que tendem a ter conotaçoes polêmicas.

---

<sup>18</sup> É recorrente o uso de pesquisas acadêmicas para fundamentar projetos de lei, nesse sentido, a definição do perfil dos produtores da agroindústria de uma determinada localidade, pode ser afetada negativamente por uma definição genérica da realidade.

Mesmo sendo consenso que os alimentos a serem consumidos pelo ser humano devem ter um padrão no processo de produção que garanta sua qualidade, alguns questionamentos como a aplicação de um tipo de legislação para a grande indústria de alimentos e outra para os pequenos estabelecimentos despertam todo tipo de sentimento.

Deste modo, reconhecer a diversidade de termos que são usados para fazer referência ao processamento de alimentos da agricultura familiar e/ou de qualquer pequena produção de alimentos e seu contexto de aplicação, pode ajudar a superar as limitações imposta à análise, quando se usa um único termo para definir a complexidade do campo brasileiro.

A literatura acerca da temática tem apresentado algumas tipologias recorrentes. Estudiosos como Prezotto (2002) tem utilizado o termo “agroindústria familiar de pequeno porte”; Silveira e Heinz (2005) “produção artesanal de alimentos”; Wesz Junior (2009) referem-se à atividade como “agroindústria familiar”; Fernandes (2001) trata a atividade como “indústria rural”; Mior (2003) “agroindústria familiar rural”; Vieira (1998) traz uma preocupação com a escala, assim nos seus textos aparece a “agroindústria familiar e de pequena produção” ou “pequena escala”; Wilkinson (2008) procura especificar diferenciando a “agroindústria de pequeno porte” da “agroindústria artesanal”. É importante salientar que esses pesquisadores apontam para uma reflexão crítica acerca das tipologias adotadas nas produções acadêmicas e nos documentos governamentais.

É possível encontrar, nos autores supracitados, algumas variações dos termos para definir os estabelecimentos de processamento de alimentos. Contudo, não se pode afirmar categoricamente que a utilização dos variados termos traduz fidedignamente a realidade apresentada nos textos, por vezes, a preocupação está na escala de produção: pequeno porte; pequena escala; pequena agroindústria; grande agroindústria, o que pode mascarar a origem e destino dos insumos e produção.

O foco pode estar na localização: rural (mais recorrente); urbano (menos usual). Até mesmo na técnica e no processo de produção, que também se mostram como importantes recortes utilizados pelos teóricos para distinguir a produção: artesanal; grande produção.

Muitas vezes esses termos são usados como sinônimos em um mesmo texto. Essa fragilidade conceitual pode gerar uma confusão no leitor, já que a realidade pesquisada, mesmo apresentando uma multiplicidade de facetas, pode não fazer jus ao termo aplicado.

Dessa forma, uma agroindústria pode estar localizada na zona rural e não ser de produção familiar, como pode ser de pequeno porte e não ser artesanal. Tomar esses termos como sinônimos têm implicações na elaboração de uma política pública específica ou na definição de um público de acesso a financiamentos.

A produção acadêmica, representada aqui pelas Teses e Dissertações publicadas na plataforma da Capes (Tabela 1), tem recorrido a diversos termos para referenciar a diversidade de modos e tipos da agroindustrialização da agricultura familiar.

**Tabela 1:** Termos utilizados nas Teses e Dissertações disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES<sup>19</sup>

Termos Pesquisados	Recorrência	Período	Período	Período	Período	Período
		1998 2002	2003 2007	2008 2012	2013 2017	2018 2019
“agroindústrias familiares”	96	03	14	23	37	19
“agroindústria familiar”	96	03	17	24	47	05
“agroindústria familiar rural”	16	-	04	03	09	-
“agroindústria rural”	13	02	-	04	05	-
“agroindústria artesanal”	11	-	03	04	04	-
“agroindústria rural de pequeno porte”	08	02	-	04	02	-
“indústria rural”	07	03	02	01	-	-
"produção artesanal de alimentos"	03	01	-	01	-	01
"agroindústria familiar de pequeno porte"	01	0	0	0	01	0

**Fonte:** Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Organização do Autor (2020).

É possível perceber que as tipologias que recorrem ao adjetivo “familiar” têm se consolidado cada vez mais. Considerando que a tipologia “agricultura familiar” tem assumido, desde meados da década de 1990, uma posição de centralidade no debate acadêmico acerca da pequena produção no campo brasileiro, não é difícil pressupor que a ascensão da tipologia “agroindústria familiar” pode ser reflexo da universalização da tipologia “agricultura familiar”.

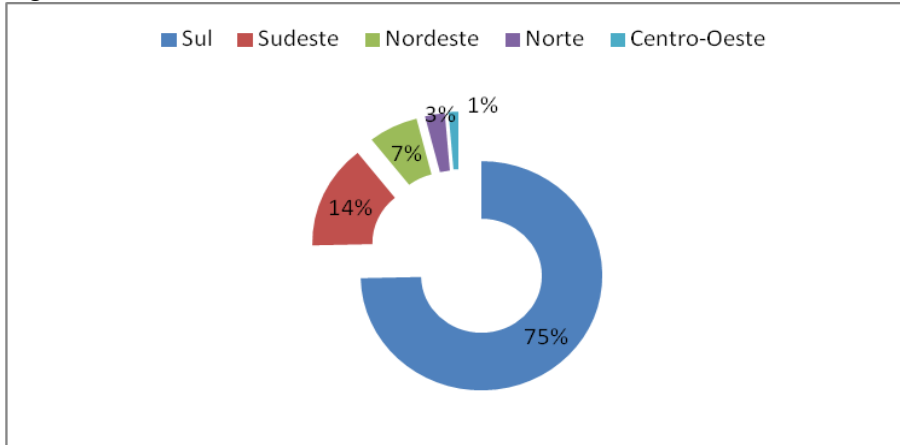
Entre os anos 2015 e 2019 foram publicados 75 publicações no Catálogo de Teses e Dissertação da Capes acerca a agroindustrialização de alimentos da agricultura familiar/pequeno porte/artesanal. As publicações têm maior concentração no mestrado acadêmico com 46 trabalhos, seguido pelo doutorado com 15 e o mestrado profissional com 14.

É comum, tomando como base a plataforma CAPES, que o número de produções de teses seja menor do que as de dissertações, no entanto, o que chama a atenção nesses dados é o número absoluto de publicações de Teses, apenas 15 teses no período entre 2015 e 2019. Considerando a importância socioeconômica do tema, esse número é preocupante, já que nesses dados são consideradas todas as produções, mesmo as que a temática esteja no texto apenas tangenciando o tema central do trabalho.

<sup>19</sup> A organização da tabela em períodos de cinco anos, leva em consideração os critérios adotados pela pós-graduação no Brasil e nos mais diversos editais de concursos públicos.

Quanto à distribuição geográfica das publicações é notório o domínio da região Sul do Brasil, com 56 trabalhos, bem distante das regiões Sudeste com 11, Nordeste com 5, Norte com 2 e Centro-oeste com apenas 1 trabalho. Conforme figura 1, a seguir:

**Figura 1:** Gráfico do número de publicação acerca da temática “agroindústria familiar” por regiões do Brasil.

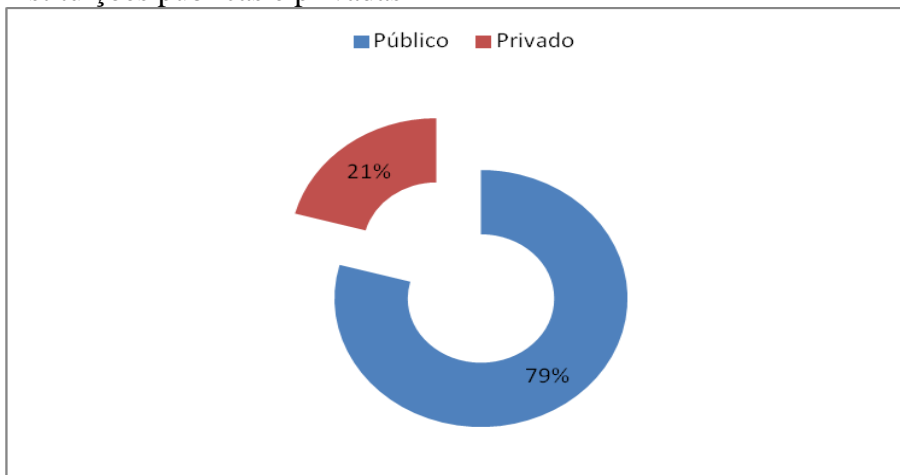


**Fonte:** Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Organização do Autor (2020).

Esse predomínio da Região Sul, principalmente do estado do Rio Grande do Sul, corresponde ao desenvolvimento da agroindustrialização da agricultura familiar. Essa região se destaca no cenário nacional como referência, tanto na atuação do estado com implementação de políticas públicas, quanto à própria organização dos produtores.

No estudo da temática, no entanto, não há uma grande concentração de produções em uma única Instituição de Ensino. Os 75 trabalhos analisados foram realizados em 39 instituições, sendo 33 públicas e 6 privadas (com ou sem finalidade de lucro). Todas as instituições privadas estão localizadas na região Sul.

**Figura 2:** Gráfico do número de publicação acerca da temática “agroindústria familiar” por instituições públicas e privadas



**Fonte:** Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Organização do Autor (2020).

A agroindustrialização da produção da agricultura familiar está inserida em um complexo campo de disputa. A relação dos sujeitos com o Estado muitas vezes é tensionada por reivindicações como: políticas públicas; ampliação de créditos; formação; flexibilização da legislação de produção e comercialização.

Nesse sentido, a produção acadêmica parece refletir essa realidade multifetada, apresentando uma diversidade de abordagens metodológicas, conceituais e temática, abrangendo 07 das 09 grandes áreas e 19 subáreas de conhecimento da tabela de classificação da Capes, conforme demonstrado no quadro 5.

**Quadro 5:** Número de publicações por grandes áreas e subáreas de conhecimentos, conforme Tabela Capes.

Grandes Áreas de Conhecimento	Subáreas de conhecimento	Número de publicações
Ciências Sociais Aplicadas	Planejamento Urbano e Regional	15
	Administração	09
	Serviço Social	01
Multidisciplinar	Meio Ambiente e Agrárias	19
	Ciências Ambientais	03
	Sociais e Humanidades	01
Ciências Agrárias	Agronomia	05
	Ciência e Tecnologia de Alimentos	04
	Extensão Rural	02
	Medicina Veterinária	02
	Medicina Veterinária Preventiva	02
	Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal	01
Ciências Humanas	Geografia	03
	Educação	02
	Ensino Profissionalizante	01
	Políticas Públicas	01
Engenharia	Engenharia Sanitária	02
Ciência da Saúde	Nutrição	01
Ciências Exatas e da Terra	Química	01

**Fonte:** Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Organização do Autor (2020).

A produção acadêmica acerca da agroindustrialização da produção da agricultura familiar tem se concentrado nas subáreas do conhecimento “Meio Ambiente e Agrárias” e “Planejamento Urbano e Regional”. Os trabalhos, em sua maioria, abordam a agroindústria familiar na perspectiva do desenvolvimento regional.



É preciso ter em mente que o uso dos descritores determina o alcance da busca e direciona a pesquisa. Assim, trabalhos estritamente técnicos, que têm como pano de fundo a produção da agroindústria familiar, não irão constar nos resultados da busca, uma vez que as tipologias utilizadas como descritores de busca não foram citadas no texto.

### **2.1.2.1 Publicações acerca da Agroindústria e do agroturismo de Venda Nova no Banco de teses e dissertações da CAPES**

A pesquisa tem como norte o estudo da agroindústria familiar e o seu lugar nas relações sociais, econômicas e culturais. Estabeleceu-se, então, que era preciso levantar as publicações que dissertassem sobre a agroindústria familiar no município de Venda Nova. Dessa maneira, para essa primeira revisão bibliográfica, recorreu-se ao banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, para buscar pesquisas que dialogam com o objeto de estudo.

Ao inserir no campo de busca da plataforma da Capes o termo “Venda Nova do imigrante”, entre aspas, se têm como resultados 55<sup>20</sup> publicações, sendo 6 de Doutorado, 41 de Mestrado acadêmico, 9 de Mestrado profissional. Quando se somam os termos “Venda Nova” AND “Agroturismo” se tem como resultado apenas 7 Dissertações. Aplicando os termos “Venda Nova” AND “Agroindústria” o resultado são apenas 2 (duas) dissertações.

Os trabalhos encontrados que relacionam, em maior ou menor escala, Venda Nova e a agroindústria familiar, aponta, na maioria das vezes, como o foco das pesquisas o agroturismo, como se pode perceber nas produções apresentadas.

Beatriz Mauro Zandonadi (2013) em sua pesquisa de mestrado, pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, intitulada “O Agroturismo e as Transformações Sócio-Espaciais em Venda Nova - ES”, buscou verificar o meio rural como atrativo para o agroturismo em Venda Nova, partindo do estudo de um caso das famílias tradicionais do município. A pesquisadora verificou que o agroturismo se apresentou para a região como uma oportunidade de diversificação da renda e redução da dependência da monocultura do café, nessa inclinação à pluriatividade a autora destaca a Agroindústria familiar como geradora de renda. À medida que o agroturismo foi se desenvolvendo possibilitou uma melhora na qualidade de vida dos agricultores.

---

<sup>20</sup> A plataforma de busca de Teses e Dissertações do Banco da Capes apresenta algumas inconsistências nos resultados, como, por exemplo, a diferença entre o total de publicações (55) e a soma dos resultados do filtro “Grau acadêmico” (60). Inicialmente a plataforma dá como resultado 6 doutorados, 45 mestrados acadêmicos e 9 mestrados profissionais, contudo, quando é selecionado separadamente cada filtro os valores são corrigidos, ficando: 5 doutorados, 41 mestrados acadêmicos e 9 mestrados profissionais.

A pesquisadora Nara Falqueto Caliman (2009), defendeu sua dissertação pela UFES, com o título “Uma Itália que não existe na Itália: Tradição e Modernidade em Venda Nova - ES”, onde discute como a comunidade venda-novense se relaciona com suas raízes culturais e a modernidade que se apresenta. Como “fio condutor” da pesquisa a autora toma a “Festa da Polenta”, que é uma das mais importantes manifestações culturais da região, para evidenciar as estratégias de ressignificação da tradição adotada pela comunidade. Nesse trabalho a autora reconhece que a culinária faz parte do agroturismo, mas não cita no texto o termo “Agroindústria”.

Paulo Cesar Ruas Oliveira Santos (2014), em sua pesquisa de mestrado pela UFES “Desenvolvimento Socioeconômico e Novas Alternativas Rurais no Espírito Santo: O Caso de Venda Nova” estudou as estratégias dos produtores agrícolas de mão de obra familiar para superar os impactos da erradicação do café na década de 1960 e como a reorganização pautada no agroturismo a tornou referência em desenvolvimento regional. O trabalho apresenta as agroindústrias com importante papel no agroturismo.

Luciane da Silva Lima Vieira (2018) realiza um estudo sobre as potencialidades dos espaços não formais de educação utilizando o reconhecido circuito do Agroturismo do município. A dissertação “Proposta de Circuitos Educativos para o Município de Venda Nova: Potencialidades do Agroturismo para a Promoção da Alfabetização Científica”, defendida pelo Ifes, teve como um dos resultados finais a produção de Guia Didático de Ciências com a descrição dos três circuitos educativos: Circuito Agroeducativo Fermentação, Circuito Agroeducativo Agroturismo e Circuito Agroeducativo Histórico-Cultural. O guia didático insere as agroindústrias familiares no circuito educativo como importante elemento socioeconômico.

Verena Sevá Nogueira (2004) faz uma análise acerca das mudanças na relação de submissão feminina provocadas pelas novas relações de trabalho e geração de rendas potencializadas pelo agroturismo. A dissertação, defendida pela Unicamp, “A “Venda Nova das Imigrantes”: Relações de Gênero e Práticas Sociais do Agroturismo”, também apresenta a agroindústria no bojo do agroturismo, como um elemento da pluriatividade.

Já a pesquisadora Sthefann Guimarães Baldow (2013), com o trabalho “Planejamento da Qualidade em Agroindústrias de Pequena Escala, um olhar mais técnico da produção da agroindústria familiar, com foco na gestão da qualidade”, realiza um estudo que evidencia as dificuldades dos pequenos empreendimentos em se adequar as legislações que regulam a produção de alimentos, observando-se que ainda há muita resistência nos produtores a adotarem as mudanças impostas pela regulação estatal.

Destarte, a relevância da presente tese se dá, também, pela ausência de produções que contemplem a temática da pesquisa, ora os trabalhos focam nos aspectos técnicos da produção, ora discutem a perspectiva do agroturismo.

A pesquisa aqui proposta tem como objetivo partir da Agroindústria Familiar Artesanal como centralidade temática, se configurando assim, considerando as produções acadêmicas disponíveis no catálogo da Capes, como a primeira tese com essa abordagem.

### **3 VENDA NOVA: PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO A PARTIR DA RELAÇÃO COM O ESTADO**

Nesse capítulo se pretende abordar as políticas públicas de fomento à imigração e suas condicionantes na ocupação da região, na distribuição das terras e nas estratégias para mantê-las na posse da família. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica para a realização de um levantamento do percurso histórico do processo de colonização da região pelos imigrantes italianos. No capítulo também são discutido aspectos importantes da organização do território e das influências políticas, sociais, religiosas e culturais do município.

Venda Nova apresenta algumas especificidades na formação inicial que se configuram como possibilidades concretas de análises históricas da condução das políticas públicas no Espírito Santo. Pode-se tomar como partida as consequências da postura do estado capixaba diante da política de recebimento dos imigrantes, proposta pelo governo federal.

É notório que o Espírito Santo recebeu um número significativo de imigrantes, especialmente italianos. Contudo, não é o interesse primeiro dessa pesquisa descrever o itinerário percorrido ou apenas relatar o cotidiano dos fundadores do município, a proposta que norteia a pesquisa é analisar as contradições entre as intencionalidades do Estado materializadas nas políticas públicas e as demandas da comunidade. Essa relação tem se apresentado, histórica e dialeticamente, como um complexo campo de disputa, ora “sereno” com aceitação das políticas e programas desenvolvidos, ora “exasperado” com a relutância em se adequar às exigências estatais.

É possível afirmar que a Política de Imigração adotada pelo governo brasileiro e seguida por suas províncias não visava apenas aumento de braços para a crescente lavoura de café ou até mesmo as novas demandas dos centros urbanos. Se assim fosse, poderíamos centrar esforços no contingente de pobres da nossa população. Havia uma corrente ideológica, amplamente divulgada, que preconizava o desenvolvimento do Brasil a partir da inserção dos imigrantes europeus – laboriosos, econômicos e inteligentes – promoveria o melhoramento da raça (RIBEIRO, 1990; HOFBAUER, 2003; BENEDICTO, 2019).

Movimentos como a Sociedade Central de Imigração - SCI (1883-1891) promoviam a temática da imigração, sempre sob o viés da colonização, internacionalmente fazendo propaganda e campanhas nos países europeus e nacionalmente fortalecendo o discurso das vantagens da imigração para a nação. A principal forma de divulgação era o jornal *A imigração*, mas não somente, já que a SCI publicava em seus boletins em outros jornais,

como pode ser observada na publicação do “A Província do Espírito Santo” em 08 de fevereiro de 1884.

**Figura 3:** Recorte da página 3 da edição 433, de 08 de fevereiro de 1884, do jornal A Província do Espírito Santo.

<p><b>IMPRESA NACIONAL</b></p> <p>(BOLETIM DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMMIGRAÇÃO)</p> <p><b>IMMIGRANTE-PROPRIETARIO</b></p> <p>A missão importantíssima, complexa e multipla, da Sociedade Central de Imigração pôde, no emtanto, resumir-se assim:</p> <p>—Dar ao Brasil a melhor população possível;</p> <p>—Colocar essa população nas melhores condições de progresso e felicidade.</p> <p>A melhor população—está plenamente demonstrado,— só nos pôde ser fornecida pelos países mais avan-</p>	<p>çados da Europa, por imigrantes espontaneos, dirigindo-se ao Brasil na persuasão de aqui encontrarem elementos para melhorar a sua sorte.</p> <p>Os europeos emigram, deixam patria, lar, familia, á procura principalmente da propriedade territorial.</p> <p>O grande desideratum do emigrante—cumpre jamais esquecer—é possuir um lote de terra, perfeitamente demarcado e com o seu titulo de dominio.</p> <p>Todas as fórmas de colonisação com salariado, parceria, arrendamento, etc., etc., pôdem provar mais ou menos bem; não satisfasem, porém, a grande aspiração do imigrante.</p> <p>E' preciso afastar toda idéa de tutela, de subserviência, de dependencia. O imigrante livre, independente, perfeito senhor de suas acções, trabalhando, economizando, capitalizando para si e para sua familia—eis o empenho maximo.</p>	<p>Cumpre não confundir o problema de imigração com o da substituição dos braços necessarios á grande lavoura. Esta quer salarizados e chega a preferir até os de raça inferior. O escôpo da imigração, porém, é de ordem muitissimo mais elevada; busca organizar os elementos que devem formar a grande nacionalidade brasileira, senhora da maior e melhor parte do continente Sul-Americano. Exige por isso mesmo, a maior selecção nestes elementos.</p> <p>Ora, para que o emigrante activo, laborioso, intelligente, progressivo, venha para o Brasil, é preciso que este paiz ofereça condições de bem estar para si e para sua familia, impossiveis de encontrar na Europa.</p>
--	--	--

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Acesso em jun. de 2019.

Nesse boletim é possível perceber com clareza alguns posicionamentos que permeavam o discurso pró-imigração: a ideia do europeu como símbolo de uma sociedade desenvolvida e que seriam os únicos a poderem contribuir com o melhoramento da nossa “raça”; a centralidade na posse da terra em contraposição a outras formas de trabalhos como meios mais importantes de “seduzir” o imigrante. Para atender os anseios dos imigrantes de “possuir um lote de terra, perfeitamente demarcado e com o seu título de domínio” o governo, através da política de imigração, tinha como resposta a criação dos núcleos de colonização.

Esse fato pode dar algumas pistas sobre a trajetória dos primeiros imigrantes italianos na região, pois aponta para a necessidade de reflexões sobre narrativas que predominam na literatura, nos estudos acadêmicos e nos documentos institucionais. Por exemplo, a ideia do pioneiro imigrante que, contra tudo e contra todos, desbravou e desenvolveu a região.

Não se pode negar que os imigrantes que povoaram essa região onde hoje se localiza a cidade de Venda Nova passaram por inúmeras penúrias que estão relatadas em livros como: Lembranças Camponesas (1992); Venda Nova - Um capítulo da imigração italiana (1980); O tesouro escondido (2017); A Família Falchetto - Do Vêneto a Venda Nova (2000); Venda Nova do Imigrante: 100 anos da colonização italiana no sul do Espírito Santo (1992).

A situação de precariedade também pode ser vislumbrada no Relatório Carlo Nagar, publicado no Boletim do Ministério dos Assuntos Exteriores em 1895 e divulgado em português pelo Arquivo Público Estadual - APEES em 1995, denunciando a degradante

situação dos imigrantes italianos. Esse relatório é usado como principal argumento do governo da Itália para proibir a imigração para o Espírito Santo<sup>21</sup> (APEES, 1995).

É possível perceber que havia um debate em torno dos rumos que a política de imigração tomava pelos textos noticiosos dos jornais da época. Considera-se que já havia ressalvas quanto ao trato recebido pelos imigrantes. Na edição de 06 de janeiro de 1876, o Jornal “O Espírito-Santense” defende a Política de Imigração e tece duras críticas aos que a questionam.

Os recebedores de colonos nesta capital ainda não forão accusados pela maneira porque hão sido tratados os colonos aqui chegados, pelo contrario, retirão-se estes satisfeitos pelo modo porque são recebidos. Dar-se-há que se queira, que ao chegar o immigrante já encontre casa, derribadas, plantações e colheitas a fazer? É possível pensar-se isso? Então o que se reservaria para nós, que sendo filhos do paiz, compramos os terrenos devolutos, e sob nossos pequenos ou grandes recursos abrimos como nosso suor e trabalho um estabelecimento lavoureiro, sem auxilio algum, quando o colono encontra-os de diferentes espécies, desde que sai do seu paiz até principiar a uso-fruir as primeiras colheitas das plantações, que com auxilio do governo têm sido feitas. (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1876, p. 01).

Logo, fica evidente que os imigrantes italianos em VNI tiveram uma trajetória de luta e de resistência e que, no geral, lograram êxito no desejo de ter seu próprio pedaço de terra. E é compreensivo também que, ao recontar a sua história, o povo busque colocar em primeiro plano, elementos que reforcem a coesão social.

No entanto, quando as narrativas ganham uma áurea mitológica podem sonegar importantes aspectos da realidade a ser estudada. É comum encontrar nos textos que dissertam sobre o cotidiano dos imigrantes pioneiros a descrição de uma sociedade ideal, onde: os valores católicos e familiares refletem na imagem de uma sociedade sem conflitos; a exaltação da fraternidade italiana como motriz do voluntariado; a aptidão para o trabalho, que está no sangue italiano, os conduziram para o desenvolvimento mesmo sendo abandonados pelo Estado.

Entende-se que, nesse caso, para fugir da consolidação das narrativas mitológicas é preciso contextualizar o período de rupturas históricas que o país atravessava, bem como buscar nas entrelinhas e nas nuances dos textos elementos que podem permitir uma leitura mais fiel da realidade. Nesse sentido, Carvalho (2002) pode contribuir no entendimento do cenário em que estavam inseridos os imigrantes italianos no final do século XIX e começo do XX.

---

<sup>21</sup> Em 20 de julho de 1895 o Ministério do Interior Italiano publicou um Decreto proibindo a imigração dos seus patrícios para o Espírito Santo. (APEES, 1995, p. 13).

No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. Outros dirigiram-se às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo. Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como em São Paulo, os novos empregos, tanto na agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de imigrantes italianos que o governo atraía para o país. Lá, os ex-escravos foram expulsos ou relegados aos trabalhos mais brutos e mais mal pagos (CARVALHO, 2002, p. 52).

Apesar das adversidades enfrentadas pelos imigrantes italianos, desde a angústia de deixar a pátria mãe, do medo da travessia do Atlântico, das promessas que não foram cumpridas e a dura realidade encontrada no Brasil, havia, mesmo que emurhecida, uma política de imigração que previa alguns benefícios. Essa visão crítica acerca das narrativas que dão contornos mitológicos ao imigrante pioneiro também é compartilhada pela autora Núncia Santoro de Constantino, que na sua pesquisa sobre imigração italiana diz que:

[...] lembro que o imigrante usufruiu de um projeto de colonização. Foram-lhe propiciadas, ao longo do tempo, amplas condições de desenvolvimento, a começar pela terra doada ou financiada a longo prazo por preço acessível, algo que nunca aconteceu com negros, índios ou caboclos. (CONSTANTINO, 2011, p. 7)

Mesmo reconhecendo que boa parte das promessas feitas se constituía em propaganda enganosa, que o Estado não cumpria todas as benesses da política de colonização, não se pode negligenciar o fato de que os negros recém-alforriados<sup>22</sup> e os índios, sequer eram reconhecidos como cidadãos<sup>23</sup> e mesmo os que não se encaixavam nessas duas categorias, mas representavam a parcela pobre da população local, não tinham nem mesmo uma proposta governamental que visasse atender suas demandas.

Partindo dessas considerações é possível afirmar que os relatos dos imigrantes pioneiros são corroborados por documentos, matérias de jornais e por estudos acadêmicos, contudo, essas mesmas fontes evidenciam predileção pelos imigrantes europeia demonstrada pela alocação de recursos para cumprimento do projeto de colonização. Nesse contexto, a exaltação do desenvolvimento dos imigrantes italianos no Espírito Santo deve-se dar por seus

<sup>22</sup> Para onde foram os negros recém-alforriados? Essa é uma gigantesca lacuna nos livros que narram a história de Venda Nova. Mesmo quando se esforçam em seus relatos sobre as antigas fazendas de café ou mesmo quando descrevem contatos com alguma família negra, os livros são silenciosos quanto ao destino dos negros que trabalhavam nas antigas fazendas.

<sup>23</sup> Nas palavras de Carvalho (2002, p. 52): “Na sociedade rural, dominavam os grandes proprietários, que antes de 1888 eram também, na grande maioria, proprietários de escravos [...] O coronelismo não era apenas um obstáculo ao livre exercício dos direitos políticos. Ou melhor, ele impedia a participação política porque antes negava os direitos civis. Nas fazendas imperava a lei do coronel, criada por ele, executada por ele. Seus trabalhadores e dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro, eram súditos dele”.

próprios méritos e não pela comparação com os brasileiros, já que o cenário na época não permitia estabelecer uma relação de equidade nas condições.

O exemplo mais exaltado da iniciativa e empreendedorismo dos imigrantes italianos, que povoaram a região da atual Venda Nova, foi a reação diante da insatisfação com as condições de vida no núcleo de colonização Araguaia, para o qual haviam sido designados. Ao deixarem os lotes no assentamento do núcleo colonial do Araguaia, que era considerada como uma terra pobre e infértil (*La terra magra*), rumo às terras férteis propícias a agricultura (*La terra grassa*), os imigrantes pioneiros fazem a opção de deixarem um território idealizado por uma política estatal e regulado, em certa medida, pelas relações contratuais (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992) para assumirem o protagonismo em um novo território.

Esse movimento de migração interna se integra a um processo de des-re-territorialização (HAESBAERT e BRUCE, 2002), pois com a alforria dos escravos e o fim da produção de café com mão de obra escrava há um deslocamento econômico, as grandes fazendas são vendidas em glebas menores reformatando a estrutura fundiária e, ao mesmo tempo, uma nova territorialização se formava marcada pelo *ethos* da campesinidade das famílias dos imigrantes, uma nova relação com a terra e com o trabalho imbricado com a rica herança cultural trazida da Itália.

Enquanto no núcleo colonial os imigrantes não tinham o direito de escolher a localização dos seus lotes, o que iria definir quem seriam os vizinhos e conseqüentemente boa parte das relações cotidianas condicionava também a produção agrícola, já que o terreno poderia ser mais arenoso ou ter muitas pedras, ser alagadiço ou ser muito íngreme. Nesse novo cenário poderiam exercer o tão almejado protagonismo: produzir em sua propriedade.

As primeiras famílias que saíram do núcleo colonial e compraram propriedade no altiplano serrano encorajava outras famílias para que fizessem o mesmo (ZANDONADI, 1992). Dessa forma, a partir da produção na terra, do cabedal cultural e da religiosidade os imigrantes foram territorializando o espaço, onde havia fazendas abandonadas de café ressurge como possibilidades de um território desejado: *La terra grassa*.

Os primeiros anos, no entanto, não foram fáceis, os registros da fundação de VNI denunciam a escassez de estradas que interligassem a comunidade aos outros municípios. Entre 1891, ano que chegaram as primeiras famílias e 1957, ano da construção da BR262, a comunidade se desenvolveu com poucas interações, principalmente nas primeiras décadas, com outras cidades da região. A incipiente presença do Estado como ente provedor



demonstra também que a territorialização do espaço se deu, em grande medida, pela organização da sociedade civil.

Essa organização do território contou com elementos bem particulares, como o fato da maioria dos imigrantes serem oriundos da região de Treviso (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES, 2000), o que pode ter facilitado a rápida articulação entre as famílias, já que havia uma afinidade linguística e cultural por serem da mesma região.

A concentração de imigrantes vindos da mesma região da Itália, o difícil acesso a serra capixaba e, conseqüentemente seu isolamento, podem ter favorecido a preservação cultural, refletida principalmente na língua e na culinária, fortalecendo os laços de interdependência e cooperação na comunidade.

Nas comunidades de imigrantes italianos, o mutirão e as práticas de ajuda mútua eram orientados tanto pela cooperação quanto pela prestância. Tratava-se de comportamentos movidos não apenas por objetivos materiais comuns - a construção de casas, da igreja, da escola, etc. -, como também pelo sentido de prestar um benefício ao indivíduo ou à coletividade. Expressavam uma estratégia racional e um padrão afetivo de sociabilidade, ambos imprescindíveis à sobrevivência de pessoas sujeitas a experiências comuns de privações e de desamparo (COLBARI, 1997, p. 03).

As estratégias racionais impulsionadas pelas privações e desamparo, guiadas pelo senso de coletividade, podem ser vistas em ações do cotidiano como a “caixa da cobra”. Como o povoado ficava longe de outros centros urbanos e com péssimas condições de acesso, os imigrantes pioneiros faziam um “depósito” em dinheiro para que fosse comprado o soro antiofídico, também tinha a “caixa dos pobres” uma ação voluntária de arrecadar dinheiro para auxiliar os mais necessitados.

Apesar dos avanços no desenvolvimento do município, pautados no senso de coletividade e disposição para o cooperativismo, as relações nem sempre eram harmoniosas. Disputas como demarcação de fronteiras das propriedades e cessão de terras para construção de estradas não eram raras. Talvez a disputa mais duradoura ocorreu entre o Marcos Zandonadi e a comunidade Lavrinhas, representada pelas famílias Caliman, Falqueto e Delarmelina. A querela se deu porque os moradores de Lavrinhas queriam construir uma estrada, pelas terras da família Zandonadi, para encurtar o trajeto para a igreja e o centro de Venda Nova. Após muitas discussões ríspidas e brigas a solução se deu por vias judiciais, coube à comunidade Lavrinhas indenizar o proprietário pela cessão das terras. (ZANDONADI, 1992).

E a mais trágica tenha sido uma disputa familiar na região da Fazenda Providência. Os irmãos Pedro e Neli tinham propriedades vizinhas e brigavam constantemente porque os

animais do Sr. Neli Cola destruíam as lavouras do Sr. Pedro Cola. O marcante episódio aconteceu após uma forte discussão entre Dona Marieta, esposa do Sr. Pedro, e o Sr. Neli, como nos conta Máximo Zandonadi (1980, p. 43 e 44):

O caso deu-se numa madrugada. Houve discussão cerrada entre os dois, dia em que o Sr. Pedro estava viajando, esfriada a discussão, o Sr. Neli foi para casa enraivecido. Dona Marieta não se deu por vencida, foi no paiol, apanhou uma foice e foi ao encontro do Neli, com o intento sinistro de acabar com ele a foçadas. Neli, ainda enfurecido, apanha a espingarda e espera-a, na porta da casa. Ela chega...Nada a detém. Na hora de levantar a foice, o outro aperta o gatilho e o tiro certo no coração a prostou ali mesmo, à porta do seu rival.

Outro momento que sacudiu as bases da comunidade e marcou profundamente a história do município foi à adesão em massa ao Movimento Integralista de Plínio Salgado. Os escritores filhos da terra e os moradores mais idosos lembram saudosos da organização, do empenho no trabalho coletivo, do fervor religioso e do patriotismo inflamados pelos discursos dos líderes do movimento na cidade (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992). Poucos são os trechos escritos que trazem ressalvas ao movimento.

Desde a chegada dos imigrantes pioneiros até os idos de 1930, tinham se passado 4 (quatro) décadas, a comunidade estava mais estruturada e contava com escola, igreja e farmácia, mas, como as estradas de acesso ainda eram de difícil trânsito, as informações sobre o que acontecia no Brasil eram poucas e bem direcionadas. A igreja católica era uma grande referência na construção da imagem que os imigrantes tinham do Brasil, pois, além da óbvia credibilidade, os padres viajavam de cidade em cidade levando à visão de mundo da igreja, ademais, as correspondências eram com parentes que estudavam em seminários católicos. (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992; ZANDONADI, 1992).

Os raros jornais que chegavam à comunidade eram os semanários *La Squilla*<sup>24</sup> e *La Fiamma*, ambos direcionados para os imigrantes italianos, com forte apelo católico e simpatizante do fascismo italiano, teciam críticas ao comunismo.

Havia um único rádio na comunidade na época da ascensão da Ação Integralista Brasileira, os mais idosos ainda contam como todos se reuniam na casa do Sr. Ângelo Altoé para ouvir os discursos de Plínio Salgado. (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992; ZANDONADI, 1992).

Diante dos registros históricos e das memórias dos mais idosos, percebe-se um forte enviesamento das informações acerca dos desdobramentos do cenário político brasileiro, fato

---

<sup>24</sup> O historiador Angelo Trento no livro “Do outro lado do Atlântico Um século de imigração italiana no Brasil” apresenta um importante estudo acerca da imprensa italiana no Brasil e sua relação com o fascismo.

que pode ter contribuído, entre outros fatores, para a adesão em massa da comunidade ao integralismo.

No livro *Lembranças Camponesas - A tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova*, os autores Agostino Lazzaro, Gleci Avancini Coutinho e Cilmar Franceschetto, apresentam como elementos motivadores para adesão dos imigrantes ao integralismo o sentimento anticomunista e a ideia de estar vinculados a um movimento que os remetia ao seu país de origem, a Itália, mas também a sua condição de camponês que migrou para o Brasil movido pelo anseio de possuir uma propriedade e produzir na terra. Os pesquisadores dizem que:

A imigração italiana estava intimamente ligada à questão agrária e ao avanço do capitalismo no campo. E os italianos foram expulsos da terra. Eles viram na ameaça comunista propalada pelo integralismo, a possibilidade da perda da propriedade que a duras penas conseguiram aqui no Brasil, a ponto de terem que abandonar a Pátria de origem. Isso os remetia à própria questão que os havia trazido ao Brasil: a luta pela posse da terra (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p. 26).

É possível perceber nos depoimentos colhidos por Lazzaro, Coutinho e Franceschetto (1992) que os descendentes dos imigrantes viam o integralismo como uma continuidade do fascismo italiano. Fazer parte desse movimento era se afirmar como brasileiro, ao mesmo tempo manter uma proximidade com a Itália. Além, obviamente, do fator religioso, para os imigrantes italianos o lema “Deus, pátria e família” era síntese de tudo que eles mais prezavam, os argumentos mais temidos eram os que colocavam o cristianismo em antagonismo com o comunismo.

É possível perceber que os símbolos do movimento fascista italiano e o integralista brasileiro se misturavam com o próprio catolicismo nas ações cotidianas da comunidade. Antonia dell’Armellina na entrevista para os pesquisadores Lazzaro, Coutinho e Franceschetto, disse: “Só que eis começou na missa, em vez de cantá os canto da igreja, eles pegaro a cantá: Salve lindo pendó da esperança...e cantavam a Giovinensa<sup>25</sup> também. Mais isto quando eis marchavam. Na igreja non cantavam essa non, só o salve lindo pendo...”<sup>26</sup> (1992, p. 29).

Era comum, pelos relatos dos moradores mais velhos, certa adoração à Benito Mussolini. Alguns tinham penduradas molduras do líder fascista italiano na parede da sala ou mesmo colocava o nome do filho em homenagem ao *Duce*, como o caso do casal Fioravanti

<sup>25</sup> Giovinezza é o título do Hino Fascista Italiano.

<sup>26</sup> Os depoimentos do livro “Lembranças Camponesas” foram mantidos, segundo os autores, respeitando “o linguajar de todos os informantes sem corrigir para o português oficial.” (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p. 20).

Caliman e Marieta Carnielli que, segundo o Padre Cleto Caliman “Meu pai era um fã tão ardoroso de Mussolini no começo, tanto assim que ele botou em um dos filhos o nome de Benito<sup>27</sup>” (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p. 30).

Alguns filhos ilustres do município escreveram suas memórias, percepções e estudos sobre Venda Nova, todos eles relataram a experiência com o movimento Integralista. Talvez o relato que mais exalta o movimento esteja no livro “A família Falquetto - Do Vêneto a Venda Nova” do Irmão Zeferino Falquetto (2000, p. 43 a 44):

Na verdade, Plínio Salgado foi um grande orador e exercia real fascínio entre seus admiradores. Até 1938, época da repressão ao movimento, o integralismo foi o impulsionador de muito progresso na comunidade: Aumentou o espírito de solidariedade; Provocou a abertura de escolas; Construção de estradas. A abertura da estrada de Venda Nova até Povoação ainda hoje é lembrada com orgulho pelos vendanovenses.

A drenagem do rio: O governo nada fez e o povo resolveu o problema a braço.

As festas, as marcas, os cantos incentivavam a comunicação e a criatividade.

[...] Por fim, o uniforme, a camisa verde com o sigma, a calça preta ou branca, a gravata, tudo isso dava um aspecto novo, alegre e simpático.

O lema atraente: Deus, Pátria e Família, com a saudação: Anauê!

O integralismo foi uma onda contagiante porque se falava muito no trinômio, Deus, Pátria, Família, e também porque, por tradição, os italianos sempre tiveram muita fé e patriotismo. Por isso, achamos este movimento sadio, bom para moralizar o poder público. O comunismo era detestado por todos. Então, para combatê-lo, todos aderiram ao integralismo.

A ênfase do autor nas realizações da comunidade durante a década de 1930 parece querer atribuir ao Integralismo à paternidade do espírito inventivo, colaborativo e religioso de Venda Nova. Contudo, é possível perceber que esse perfil já era algo consolidado antes do movimento integralista, já em 1908 os imigrantes tinha construído uma capela, em 1922 a comunidade construiu a primeira escola e em 1927 foi criada a Cooperativa Agrária de Lavrinhas, além de estradas. (IJSN - Perfil do Município de Venda Nova do Imigrante, 1988).

O Padre Cleto Caliman, o mais lembrado dos filhos ilustres do município, traz em seu livro “La Mèrica Che avemo fato - A família Caliman no Espírito Santo” um relato de apenas três parágrafos:

Na época do Integralismo, eu era estudante de Filosofia. Atribuo a ligação de grande maioria dos descendentes de italianos em Venda Nova, ao integralismo, ao fato do fascismo naquela época estar em plena efervescência, o que, aparentemente, revolucionou a Itália. Esse sistema político-corporativista teve como resultado transmitir aos italianos daqui e descendentes uma política realista muito bela. Eles queriam a mesma coisa para o Brasil. Período da história que manteve Venda Nova ligada à Itália.

---

<sup>27</sup> O Padre Cleto se refere ao seu irmão “Benito Caliman”. Falecido em 1990, o Prof. Benito Caliman, foi uma reverência na educação municipal e hoje dá nome a Biblioteca Municipal de Venda Nova. Cf. <http://www3.camaravni.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L1261992.html>

No início, também fui simpático ao Integralismo. Achava que o Brasil precisava encontrar um caminho. Como na Itália Mussolini implantou um sistema mais positivo, eu, muito jovem, achava que o Brasil nesse “chove-não-molha” poderia, também, partir para ignorância. Percebi, depois, que aquilo não dava certo (CALIMAN, 2002, p. 83).

O autor contava com 88 anos de idade na ocasião da publicação do livro, mesmo quase 70 anos depois da queda do Integralismo as lembranças do movimento são quase nostálgicas e as críticas suaves.

Já o escritor Máximo Zandonadi relata sua experiência como um jovem integralista na década de 1930.

O ideal empolgava, a coragem e o entusiasmo renasciam. Bastava o chamado do chefe político local e todos atendiam e se prontificavam a cumprir as ordens. Uma vez, já tarde da noite, veio o alerta de que um bando pretendia atacar a residência do nosso chefe. De imediato, reuni-se um grupo bem armado que se dirigiu para a residência, onde, escondido, ficou vigilante e pronto para a contra ofensiva. O grupo, formado por cerca de 30 voluntários, aguardou a noite inteira, mas ninguém apareceu (ZANDONADI, 1992, p. 130).

Os relatos evidenciam um estado constante de mobilização e alerta contra os perigos do comunismo, mesmo em uma comunidade pequena e quase isolada, o discurso do perigo iminente era aceito com prontidão. Poucas vozes destoaram do movimento e os que não aderiam eram fortemente discriminados, “com o lema Integralismo ou Comunismo, os poucos alheios ao movimento integralista eram menosprezados, odiados e taxados de comunistas” (ZANDONADI, 1992, p. 130).

Apesar da mútua simpatia entre a igreja católica e o integralismo, foi de um Bispo a voz mais marcante de ressalva ao movimento. Na inauguração da igreja de Venda Nova em 1937, o Dom Luiz Scortegagna foi recebido:

À porta do templo, ao som do hino integralista, por uma multidão de fiéis, trajando a camisa verde, sob o tremular da bandeira com sigma. Vimos então, com o semblante triste, Dom Luiz confidenciar aos que o rodeavam que preferia ter ficado em Vitória, ao invés de ser recebido não como pastor de almas, mas sim como chefe político. (ZANDONADI, 1992, p. 130).

A passagem com exortações do Bispo aparece em vários textos, às vezes de forma mais enfática ou apenas como um registro, como no caso do Irmão Zeferino Falqueto (2002, p. 44): “Na visita do bispo Dom Luiz Scortegagna, os integralistas fizeram-lhe uma recepção. Ele, porém fez algumas reservas ao movimento, mas o povo continuou no seu entusiasmo”.

Com a implantação do Estado Novo e a clandestinidade os partidos políticos<sup>28</sup>, Getúlio Vargas empurra o movimento integralista para a ilegalidade, desencadeando um verdadeiro caça as bruxas. Em Venda Nova os moradores mais antigos lembram ou relatam o que ouviram dos pais, os dias de pavor promovidos pela polícia. Propriedades foram invadidas, pessoas agredidas, uniformes queimados e armas usadas nas propriedades rurais confiscadas.

Em 1939, com a promulgação do Decreto-lei 1.545, que regulamentava a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros, intensifica a regulamentação estatal do cotidiano dos imigrantes e seus descendentes, principalmente com a adesão do Brasil à segunda guerra mundial.

Esse fato histórico é fulcral para entender os rumos tomados pela comunidade na organização do território, já que por um lado a lei impôs duras restrições, colocando a língua e por consequência os imigrantes na marginalidade. Em um depoimento para o livro “Lembranças Camponesas” é possível mensurar o impacto dessas medidas.

Olha, na época da guerra foi uma coisa terrível, eu sentia até vergonha da minha ascendência italiana. O bispo de Espírito Santo, Dom Luiz Scortegagna, chegou aqui em Venda Nova e disse: “Está proibido rezar em italiano na igreja. Ninguém mais pode rezar em italiano, nem em casa!” Então eu tomei raiva dos italianos, a gente não era esclarecido, as coisas iam acontecendo sem que ninguém explicasse nada. Falar em italiano, falar na Itália, pra mim era péssimo (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p. 131).

Por outro lado, esse período de restrições evidencia a resistência dos imigrantes italianos e seus descendentes na preservação dos costumes, tradição e língua, mesmo proibidos de falar italiano em público, “confinados em seus lares, por não saberem expressarem-se em língua portuguesa, os veteranos passaram por uma dura e prolongada provocação” (ZANDONADI, 1992, p. 132), conseguiram, mesmo que com menor intensidade, transmitir para as gerações futuras muito dos costumes, valores, língua e tradição.

### **3.1 AS RAÍZES CAMPONESAS EM VENDA NOVA E A AGRICULTURA FAMILIAR**

Entender as nuances do processo imigração dos italianos para o Espírito Santo no final do século XIX e início do XX se faz importante para uma leitura mais crítica e fidedigna da realidade encontrada pelos imigrantes e que, possivelmente, moldaram o formato do povoamento e a dinâmica do desenvolvimento de Venda Nova.

De acordo com Rocha (2000) a imigração no Espírito Santo tem três períodos mais relevantes: a formação das primeiras colônias de 1847 até 1881, Colônia Santa Izabel, a

---

<sup>28</sup> A extinção dos partidos foi formalizada em 2 de dezembro de 1937, através do Decreto-Lei nº 37, assinado pelo presidente Getúlio Vargas.

Colônia de Rio Novo, a Colônia de Santa Leopoldina e a Colônia Castello marcada fortemente pela política de imigração imperial; de 1882 a 1887, em oposição à extinção dos incentivos aos imigrantes para inserção e criação de novas colônias, a província cria suas próprias estratégias de fomento a imigração, já que no Espírito Santo a pressão dos grandes latifundiários por mão de obra não exercia tanta influência como em São Paulo; o terceiro período, 1887 a 1896, a abolição da escravidão intensifica o discurso do uso da imigração como reposição de braços para lavoura de café, ao mesmo tempo em que no Espírito Santo surgem novos núcleos coloniais<sup>29</sup>.

No Espírito Santo, a lógica de ter uma política de imigração direcionada para formação de núcleos coloniais encontrava, por todas as décadas de 70 e 80 do século XIX, um consenso entre os movimentos pró-imigração, o governo e até mesmo os proprietários de grandes fazendas de café no sul do estado. (ROCHA, 2000; BERGAMIM, 2004).

Esse cenário favorável se dava principalmente pela baixa densidade demográfica no interior do estado, grandes áreas de florestas e pouca pressão dos fazendeiros produtores de café que contavam com mão de obra escrava oriunda, sobretudo, do norte fluminense. (ROCHA, 2000).

A farta literatura acerca dos processos de imigração italiana para o Espírito Santo, que relata a primazia da formação dos núcleos coloniais em detrimento dos contratos para trabalhar nas fazendas (ROCHA, 2000; FRANCESCHETTO, 2014; FERREIRA, 2008; GROSSELLI, 2008) lança luzes para a formatação da estruturação fundiária do estado e o perfil dos colonos<sup>30</sup> que povoaram a região serrana capixaba.

O forte apelo da política de imigração do Espírito Santo para a colonização<sup>31</sup> se assenta na necessidade do povoamento das regiões isoladas, buscando maior equilíbrio demográfico com a interiorização dos assentamentos, fato que não necessariamente se opõem a ideia dos núcleos de colonização como bancos de braços reservas para lavoura de café. O destino desses imigrantes era a colônia de Castello<sup>32</sup>, onde eles começaram a chegar por volta

---

<sup>29</sup> Para os fazendeiros do sul do estado, os novos núcleos coloniais poderiam ser tornar “celeiros” de braços reservas, assim não se posicionavam enfaticamente contra a formação de novos núcleos (ROCHA, 2000).

<sup>30</sup> O termo colonos, aqui empregado, designa os imigrantes que foram direcionados para os núcleos de colonização.

<sup>31</sup> Havia investidas particulares para cooptação de imigrantes para contratos de trabalho e meeiros, no entanto, o contexto da então província favoreceu ao formato de imigração para colonização.

<sup>32</sup> Apesar de ser homônimo do município Castelo, “esse núcleo constituía o VI” território colonial e compreendia as seções de Cachoeirinha, Alexandria, Araguaia, Iracema, Carolina, Deserto, Guiomar, Virgínia (Jaciguá), Iracema, Maravilha, Matilde, Maravilha, Iiritimirim, Santa Júlia, Urânia e Vitor Hugo. Abrangia os atuais municípios de Alfredo Chaves, Vargem Alta, Marechal Floriano e Domingos Martins (FERREIRA, 2008, p. 72).

de 1879 e foram acolhidos no barracão enquanto aguardavam pela alocação em seus respectivos lotes nos assentamentos (FRANCESCHETTO, 2014).

O período entre a chegada ao barracão e a mudança em definitivo para os lotes poderia durar meses e quando finalmente se assentavam no lote era preciso muito trabalho para derrubar a mata, fazer uma casa e começar o cultivo para, enfim, colher os primeiros frutos. Considerando que a lavoura principal que geraria a renda era o café, esse período entre a chegada e a colheita poderia durar de 4 a 5 anos. Nesse interstício era preciso gerar renda para além das eventuais ajudas governamentais, assim restava aos colonos o trabalho como meiros, diaristas, na construção da ferrovia, “estradas e trabalho de interesse geral”. (APEES, 1995, p. 47).

Além disso, os relatos dos imigrantes pioneiros de Venda Nova deixam claro que as terras da região do Araguaia, hoje município de Alfredo Chaves, no núcleo colonial de Castello eram “fracas”, improdutivas e inadequadas para a agricultura, lembradas pelos imigrantes como “La terra magra”. (LAZZARO, COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992; FRANCESCHETTO, 2014; FERREIRA, 2008).

Essa situação era um grande golpe nas aspirações dos italianos que vieram em busca do sonho de ter seu próprio lote escriturado e produzindo. Era preciso buscar novas possibilidades, diferentes das apresentadas pelo Estado. Então, a partir da década 90 do século XIX, alguns imigrantes saíram de seus lotes inférteis no núcleo de colonização do Araguaia em direção a região serrana do estado. (FRANCESCHETTO, 2014).

Esse movimento de interiorização em busca de melhores terras e condições para produzir foram motivadas, também, segundo Franceschetto (2014), por uma prática que tinha se tornado comum nos vales do Itapemirim “os grandes latifúndios eram retalhados e vendidos às famílias que ali trabalhavam em regime de parceria”. No caso das fazendas que deram origem a Venda Nova, as famílias pioneiras não trabalhavam como parceiras, mas o cenário é bem parecido - latifundiários com dificuldades de manter a fazenda produzindo acaba por fracioná-la para vender.

Segundo o *site* da Prefeitura municipal “a comunidade surgiu com a chegada dos primeiros imigrantes em 1892”, contudo, a data correta da chegada dos primeiros imigrantes italianos nas terras do atual município de Venda Nova não é uma unanimidade entre os escritores locais.

O próprio Máximo Zandonade, estudioso dedicado à história dos imigrantes italianos na região, diz em seu livro “Venda Nova - Um capítulo da imigração italiana”, que “quando aqui chegaram em 1892 os primeiros imigrantes italianos, encontraram, nas reduzidas



clareiras abertas na floresta virgem, culturas de café em decadência e semi-abandono” (ZANDONADI, 1980, p. 21). No entanto, no livro “Venda Nova” o autor relata que “Venda Nova recebeu os primeiros imigrantes de origem italiana no final de 1891, com as famílias dos imigrantes italianos, Amadeu e João Venturim” (ZANDONADI, 1992, p. 21).

O fato é que depois de mais de uma década de trabalho no núcleo colonial de Castello, esses imigrantes, à custa de condições paupérrimas e muita economia, lograram êxito no acúmulo de pecúnia suficiente para comprar seu quinhão na almejada “La terra grassa<sup>33</sup>”.

A sede do atual município de Venda Nova era composta por 6 (seis) grandes fazendas- Pindobas, Viçosinha, Tapera, Bananeiras, Providência e Lavrinhas- que “com a abolição, entraram em decadência. Seus donos viram-se obrigados a dividi-las e vender os lotes a imigrantes italianos” (NOVAES, 1980, p. 130).

Pode-se afirmar, diante da historiografia, que o nascimento de Venda Nova se dá pelo fracionamento dos antigos latifúndios escravistas em lotes menores vendidos a famílias de camponeses. Essa constatação é importante para entender dois elementos fulcrais na organização territorial e a dinâmica produtiva da agricultura vendanovense: a estruturação fundiária predominantemente composta de pequenas propriedades e a ascendência camponesa dos produtores.

O processo de povoamento da região pelos imigrantes italianos se deu em duas etapas: (1) da Itália para os lotes nos núcleos de colonização; (2) dos lotes de colonização (adquiridos por meio da política de imigração) para as propriedades rurais adquiridas com recursos próprios. O fato das propriedades terem sido compradas pelos imigrantes pioneiros e não serem frutos de uma política pública tem impacto até hoje no discurso dos produtores familiares e na sua relação de aproximação e distanciamento do Estado.

Os produtores agrícolas de base familiar de Venda Nova têm grande identificação com o discurso do paradigma do capitalismo agrário. Essa identificação se dá num cenário de contradições. Por um lado, a comunidade de imigrantes italianos ficou praticamente isolada em Venda Nova, já que o acesso a outros povoados era extremamente difícil. Nesse contexto a comunidade manteve muito da sua cultura camponesa. Por outro lado, desde que foram cooptados na Itália pelos agentes da política de imigração, os italianos que aportaram no Espírito Santo foram direcionados para as lavouras de café.

Assim, tanto nos núcleos (como colonos), quanto nas fazendas como braços de trabalho (nos diversos tipos de contratos) e mesmo nas terras adquiridas com recursos

---

<sup>33</sup> Terra fértil com condições de cultivo, possibilitando o sustento da família e sonhar com um futuro mais promissor.

próprios (na região onde atualmente é Venda Nova), os imigrantes seguiram com a dependência dessa cultura.

Essa relação de dependência do café possibilitou aos produtores uma integração aos mercados desde início da colonização (COLBARI, 1997). Em alguns casos, não havia outra opção ao camponês, senão integrar-se a uma lógica comercial.

Muitos dos grandes latifundiários retalharam sua propriedade em pequenos lotes para serem vendidos a preços módicos e a longo prazo para os colonos italianos. **Em contrapartida, o colono deveria vender sua produção à firma de comercialização.** O pagamento era demorado, pois o café começava a produzir depois de quatro a seis anos; a produção dependia das variações atmosféricas e os preços oscilavam, aumentando as incertezas quanto ao investimento de dinheiro e de trabalho. (COLBARI, 1997, p. 01, grifo nosso).

Pelos relatos de Máximo Zandonadi (1992), entende-se que os imigrantes italianos pioneiros em Venda Nova entenderam muito rapidamente o papel desempenhado por eles na cadeia comercial do café. Desde a década de 1920 os produtores do município tentavam comercializar em grupo, para manter o preço e em 1947 criaram a primeira cooperativa. (ZANDONADI, 1992).

Em suma, estudar a agricultura de base familiar em Venda Nova do Imigrante implica em reconhecer a complexidade dos seus sujeitos, que ao mesmo tempo em que reproduz sua cultura camponesa, cria estratégias para se integrar ao mercado e se reconhecem como agricultor familiar<sup>34</sup>. Para Wanderley (2003) o que torna os agricultores familiares sujeitos na construção de um projeto de sociedade não é, simplesmente, a criação de um conceito ou de uma política pública que anule a sua história, mas “precisamente à dupla referência à continuidade e à ruptura” (WANDERLEY, 2003, p. 47).

Desse modo, observar os Sítios em Venda Nova é observar o passado e o futuro. A lógica de funcionamento e organização da propriedade se baseia na indissociação entre patrimônio, trabalho e consumo. Assim como os primeiros imigrantes camponeses, a produção e a propriedade dos atuais agricultores são geridas pela família.

Essas estratégias de organização para reprodução da família não são isoladas ou estanques, são processos contínuos que implicavam/implicam nas ações do cotidiano e no futuro desejado. Como por exemplo:

- (1) Na organização espacial dos Sítios – A disposição das casas e dos locais de produção (agrícola, agroindústria e agroturismo) segue uma lógica específica que

---

<sup>34</sup> Nessa pesquisa foi utilizado o termo agricultor familiar para designar os produtores agrícolas de base familiar de Venda Nova, uma vez que é assim que os produtores se identificam e, também, para estabelecer uma relação com o vocabulário das políticas públicas para o setor.

se molda as características do trabalho coletivo, com objetivo de manter as condições de reprodução da família.

- (2) Nos matrimônios – Os casamentos se davam, prioritariamente, entre os imigrantes italianos e com a aprovação do patriarca (no início do povoamento do município essa conduta era quase natural, já que a comunidade tinha pouco contato com outros povoados). Assim sendo, o casamento se configurava numa importante instituição na reprodução da cultura dos imigrantes, reforçando os laços de “compadrio e parentesco, reafirmavam uma identidade cultural e intensificavam a vida comunitária e a solidariedade grupal” (COLBARI, 1997, p. 02). Visava também à manutenção da propriedade.
- (3) Transmissão sucessória – A centralidade da terra para reprodução da família, dado o limite espacial da propriedade, cria uma racionalidade que impõe o coletivo sobre o individual. De modo que o destino dos filhos, de modo geral, se “acomodava” a essa racionalidade, como “casar uma das filhas com o irmão da mulher de um dos irmãos” (COLBARI, 1997, p. 02). Em outros casos, os próprios filhos (atendendo a essa racionalidade) poderia “abrir mão” da herança, por ter outras formas de sustento e, nos casos das mulheres, ao se casarem recebiam um dote (em dinheiro, enxoval ou objetos como maquina de costura, etc.) e não herdavam a terra. (ZANDONADI, 1992).
- (4) Profissão dos filhos – O encaminhamento profissional dos filhos também atendia a racionalidade da reprodução da família a partir da terra (posse e condições de produção). Dessa maneira, as famílias poderiam direcionar alguns filhos para o ensino vocacional – Venda Nova é reconhecida pelo número expressivo de padres e freiras – ou leigo. Alguns eram incentivados a outras profissões nos centros urbanos.

Como se viu, a política de imigração que resultou na vinda dos imigrantes italianos para a região serrana do Espírito Santo tinha como prioridade o adensamento demográfico das regiões pouco desenvolvidas (fato que não exclui o interesse de criar um exército de braços reservas). Para além disso, a ocupação dos lotes de colonização e conseqüentemente o desenvolvimento da produção agrícola, a política visava cooptar na Europa um perfil bem definido de imigrantes: branco, para atender aos anseios das teses eugenistas; resignado, para suportar as provações e privações dos núcleos de povoamento; Camponês, num país

essencialmente agrícola, como era o Brasil, o saber milenar dos camponeses com o trato da terra era essencial. Conforme Colbari (1997, p. 36):

Mas a questão que nos interessa destacar é que ambos os propósitos - povoamento e formação do mercado de trabalho - estavam cimentados por uma outra questão: a necessidade de re-generação física do povo e a reforma moral da sociedade. Para tanto, um cálculo racial orientava como deveria se processar a constituição do tipo humano brasileiro, o que tinha como desdobramentos a definição do imigrante ideal (branco, camponês, resignado) e a do imigrante indesejável.

Pode-se dizer que esse era o perfil dos primeiros imigrantes que chegaram ao território onde hoje se constitui o município de Venda Nova: eram italianos brancos, resignados a ponto de viverem por quase 50 anos praticamente isolados dos centros urbanos e, principalmente, eram camponeses.

Nessa perspectiva, pode-se concluir que os produtores agrícolas de Venda Nova descendem de uma tradição camponesa (GROSSELLI, 2008; DADALTO, 2009). Porém, considerando o desenvolvimento atual da agricultura local, o nível de inserção tecnológica e sua integração ao mercado, seria uma imprecisão aplicar o conceito de camponês para se referir aos produtores agrícolas do município?

A produção agrícola do município é, em sua maior parte, conduzida pelos descendentes dos imigrantes pioneiros, algumas dessas famílias estão estabelecidas na mesma propriedade rural há mais de cem anos. O contexto atípico que se deu a ocupação e desenvolvimento do território na região de Venda Nova pode ser visto como um cenário propício para a discussão acerca dos conceitos de agricultura familiar e campesinato. Afinal, qual seria o termo mais fiel à realidade das famílias produtoras agrícolas do município?

Questionamentos como esses se acentuaram a partir da década de 1990 no Brasil, quando o debate sobre as definições conceituais acerca da pequena produção agrícola de base familiar passaram a ter como centralidade o termo agricultura familiar, deslocando tipologias como camponeses, pequenos produtores e produção familiar do debate acadêmico. Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2004, p. 11):

Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de agricultura familiar, é necessário demarcar bem o território teórico.

Mais do que uma disputa semântica em torno da terminologia ou mesmo conceitual, Fernandes (2004) chama a atenção para o contexto histórico, econômico e político em que a utilização do termo agricultura familiar foi consagrado como capaz de sintetizar todas as representações socioeconômicas da agricultura de base familiar.

O conceito de agricultura familiar tem em suas definições diversos alicerces que a sustentam: os textos de leis e seus desdobramentos em políticas públicas; os relatórios de organismos internacionais; o posicionamento dos movimentos sociais; as representações de classe e, por fim, os textos acadêmicos que tendem a estabelecer os paradigmas que direcionam a temática.

Esse trabalho não tem como objetivo dissecar o pensamento dos grandes teóricos da agricultura brasileira, nem mesmo confrontar correntes teóricas que tomam os conceitos de “agricultura familiar” e “campeinato” como antagônicos ou sinônimos e, até mesmo, um como estágio de desenvolvimento do outro. A proposta desse estudo é “subir nos ombros dos gigantes” para vislumbrar possibilidades analíticas acerca das realidades enxergadas nas propriedades rurais, durante o processo de pesquisa.

O uso da terra (político, econômico e social) e as formas de distribuição são temáticas basilares para entender a história do Brasil. De tal modo, que áreas do conhecimento como Geografia, Sociologia, Antropologia, História, Economia, Ciências agrárias, dentre outras, mantêm em suas agendas estudos das mais diversas abordagens acerca das dinâmicas do campo brasileiro. Nesse contexto, o termo agricultura familiar tem se apresentado no cenário nacional com tamanho peso e volume que, no universo das demandas do campo, tem deslocado todas as possíveis representações sociais do meio rural brasileiro para o seu alcance gravitacional.

Essa importância pode ser mensurada nos debates acadêmicos, principalmente pelo crescente número de pesquisas que têm o termo “agricultura familiar” como elemento central de estudo. Apesar da aparente unanimidade, o termo está longe de ser um ponto pacífico na academia.

As críticas ao termo “agricultura familiar” não são, geralmente, de ordem semântica, já que o adjetivo “familiar” se acomoda bem nas mais diversas possibilidades de categorias sociais que diferem da “agricultura patronal”. As divergências têm, pelo menos, dois pontos fulcrais: (1) o contexto sócio-político-econômico da emergência do termo; (2) o uso amplo e irrestrito, que desconsidera um universo de diversidade.

Segundo Navarro (2010) a expressão “agricultura familiar” tem como marco histórico a assinatura do Tratado de Assunção em março de 1991, documento que subsidia a criação do

Mercosul em novembro daquele mesmo ano. O autor também relaciona a consolidação do termo às atuações da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que posteriormente se tornou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf).

No contexto descrito por Navarro (2010) a expressão agricultura familiar surge no Brasil se articulando em três vértices: a institucional (com a criação do Mercosul), a econômica (com a disputa dos setores na elaboração da proposta do mercado comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e o Uruguai) e a representação Sindical (com atuação da Contag e a atual Fetraf). A contribuição acadêmica viria *a posteriori*, se intensificando ao longo da década de 1990, com Abramovay (1990) como um dos grandes expoentes. Ressalta-se que o espectro político paira sobre todos os vértices.

É somente na tese “De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão”, defendida em 17/12/1990 por Ricardo Abramovay, que a tipologia recebe o delineamento conceitual que, na visão do autor, se distingue da agricultura camponesa.

Desse modo, foi nos termos estabelecidos por Abramovay (1990) que a tipologia agricultura familiar surge no debate acadêmico como uma categoria analítica que, para alguns, iria convergir interesses do pequeno agricultor e do Estado, superando, assim, a discussão sobre a questão agrária. Enquanto para outros, alçar o termo agricultura familiar, como uma categoria analítica capaz de sintetizar o debate acerca das demandas e anseios do pequeno produtor, não superaria o debate sobre a questão agrária, antes o contrário, o conceito (agricultura familiar) tenderia a escamotear e agravar os problemas históricos e estruturais do Homem do campo.

Mesmo diante das disputas acadêmicas e predileções teóricas, há pelos menos um ponto de convergência entre os pesquisadores: a atuação com Estado como forte fator de influência no delineamento dos conceitos analíticos. Dessa forma, entender a atuação do Estado diante das demandas emanadas das relações socioeconômicas, que marcam a distribuição e o uso da terra no Brasil, pode ajudar na compreensão da escolha do itinerário seguido, desde a década de 1950, por boa parte dos intelectuais brasileiros: a centralidade do debate na questão agrária.

É preciso reconhecer o claro posicionamento do Estado em favorecer aos grandes produtores de terras e a produção de monoculturas para exportações em detrimento dos pequenos produtores e do uso da terra para produção de alimentos (SILVA, 1980).

Essa tendência do Estado fica evidenciada nas diversas legislações que regulam e direcionam os recursos estatais para o uso da terra, quando chegam a inserir o pequeno

produtor, é preciso está atento aos recursos estilísticos das redações legais e a propensão do Estado em não cumprir suas metas de desenvolvimento, tornando as leis inócuas.

No Brasil há, historicamente, um contraste entre a abundância de leis para regulamentação da terra e a escassez de normatização regulatória para os trabalhadores rurais. Segundo o site do Tribunal Superior do Trabalho, a primeira iniciativa legal voltada para o trabalhador do campo foi em 1903 com o Decreto 979 (BRASIL, 1903), que facultava “aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses”.

Depois disso, a Constituição Federal de 1934 incluiu o trabalho do campo em seu rol de proteção, estabelecendo que: “a lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País” (Art. 121). E, em 1941, o governo cria o Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-lei 3855), que apesar de restringir aos “Fornecedores e Lavradores de Canas” é um importante passo do Estado em direção às políticas públicas para o trabalhador rural.

Apesar desses avanços e da inserção do trabalhador rural na Constituição de 1934, os direitos trabalhistas do Homem do campo avançaram mais lentamente, quando comparado com a proteção dos trabalhadores urbanos (PRADO JR., 2000). Mesmo no texto original da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, foram poucas as inserções sobre os direitos dos trabalhadores rurais<sup>35</sup>.

Esse panorama começa a sofrer alterações na década de 1950, principalmente com a consolidação e visibilidade das Ligas Camponesas. O movimento camponês passou a se organizar para pautar o agendamento de políticas públicas e garantias de seus direitos, almejando tornarem-se sujeitos das suas próprias histórias. Desse modo, o véu da invisibilidade foi rasgado pelos próprios trabalhadores, tornando a luta do Homem do campo pauta nos grandes jornais. Destarte, com organização e luta, o país conheceu as primeiras leis específicas para o trabalhador do campo: o Estatuto do Trabalhador Rural e o Decreto 53.154/1963.

Segundo Caio Prado Junior (2000), o Estatuto foi o mais significativo texto legal trabalhista para o Homem do campo e teria potencial para ser “uma complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888” (PRADO JR., 2000, p. 143), caso sua aplicação fosse efetiva e rigorosa.

---

35 Outras leis (Decreto-lei nº 926, de 10.10.1969; Lei nº 10.537, de 27.8.2002) aumentam o escopo da CLT.

No entanto, o autor, em análise realizada em 1963, se mostrou pessimista em relação aos reais efeitos da legislação no cotidiano dos trabalhadores do campo, prognóstico que foi confirmado nas décadas seguintes. Prado Jr. chama a atenção para o “desinteresse pelo Estatuto revelado durante o transito do projeto no Congresso, por parte das forças políticas de esquerda e progressistas” (PRADO JR., 2000, p. 143).

Para o autor, os partidos de esquerda e as representações sindicais não levaram em consideração a importância histórica, política e social que a referida legislação poderia assumir no cenário nacional, perdendo, assim, a oportunidade de transformar a economia agrária.

A análise de Prado Jr. acerca do Estatuto do trabalhador Rural ajuda a entender como a relação do Estado com os trabalhadores do campo se mantém tencionada, seja com assalariados, parceiros, meeiros, moradores ou pequenos produtores.

Um bom exemplo do descompasso entre o que é proposto nos textos legais para redução da desigualdade e o que é efetivamente cumprido é o Estatuto da Terra (1964). Em plena ditadura militar o Estado propor Reforma Agrária no Brasil era, de fato, algo surpreendente. Contudo, como mostra a história, pouco foi feito para reduzir as desigualdades no campo brasileiro (OLIVEIRA, 2001).

É no estatuto da Terra, Lei nº 4.504/1964, que o conceito de propriedade familiar ganhou contornos legais, pois ali são estabelecidos os critérios para o enquadramento das propriedades rurais. O Estatuto traz, no Parágrafo 4º, uma primeira definição de propriedade familiar:

[...] o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros. (BRASIL, 1964).

É interessante frisar que o estatuto da terra (1964) apresenta e define a propriedade familiar, mas o termo agricultores familiares só foi inserido nessa legislação mais de três décadas depois, pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001.

Nesse contexto, quando os textos das leis estabelecem os critérios que dão contornos à propriedade familiar, sem citar os agricultores familiares ou mesmo uma agricultura familiar, parecem sonegar os sujeitos do campo, escamoteando as desequilibradas relações de poder que prevalecem no meio rural brasileiro.

Em relação à escassez dos trabalhadores rurais nos textos das leis, Carvalho (2002) aponta que: “o grande vazio na legislação indica com clareza o peso que ainda possuíam os



proprietários rurais. O governo não ousava interferir em seus domínios levando até eles a legislação protetora dos direitos dos trabalhadores” (CARVALHO, 2002, p. 123).

Na apresentação do livro “A Questão Agrária” (Caio Prado Jr., 2000), José Eli da Veiga afirma que o Estado, por sua representação majoritária, reflete o pensamento da elite brasileira, defendendo veementemente a eficácia da agricultura patronal em detrimento da produção familiar.

Em todos os países desenvolvidos, a agropecuária é uma atividade de caráter principalmente familiar, enquanto no Brasil é predominantemente de caráter patronal. Tamanha distorção resoluta evidentemente de uma herança histórica cuja marca essencial foi o desprezo e a intolerância das elites pelas formas familiares de propriedade e uso da terra. (VEIGA, 2000 *in* PRADO JR., 2000, p. 09).<sup>36</sup>

O desprezo das elites “pelas formas familiares de propriedades e uso da terra” se pauta num discurso inerte e calcificado. Esse pensamento domina toda organização social do Brasil desde as capitânicas hereditárias, isto é, foi sobre o alicerce da concentração fundiária que nasceu o Brasil pós-ocupação portuguesa.

Desse modo, é possível afirmar que o Estado (manifestado nas instituições, legislações e programas) reproduz as condições sempre favoráveis à grande produção. Esse cenário favorável pode ser traduzido em créditos subsidiados, anistias de dívidas, isenções fiscais e legalização de terras.

Então, os sujeitos do campo, à margem da lei ou usando-a, estabeleceram a partir de uma correlação de forças desiguais disputas pela terra que ultrapassam as cercas e os limites rurais. A disputa também é política e ideológica. Enquanto a mídia alardeia que o “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” (GLOBO, 2019), muitos trabalhadores do campo ainda estão em condições análogas ao trabalho escravo.

Nas duas últimas décadas do século XX, os movimentos sociais de luta pela terra viveram um ascenso, trazendo para o debate público todas as implicações emanadas da questão agrária. A Reforma Agrária passou a ser pauta na grande mídia e, mesmo que criminalizada, a luta dos movimentos sociais não poderia ser ignorada (OLIVEIRA, 2001).

Nesse mesmo período são implementadas nas instituições governamentais as desastrosas políticas neoliberais, com mais ênfase nos governos Fernando Collor, Itamar Franco e, principalmente, com Fernando Henrique Cardoso<sup>37</sup>. Para Mançano Fernandes (2004), a adoção das políticas neoliberais se deu na “produção do paradigma do capitalismo

---

<sup>36</sup> Texto escrito por Veiga na apresentação do livro “A Questão Agrária” de Caio Prado Júnior (2000).

<sup>37</sup> Para João Pedro Stedile (2013), os efeitos nefastos das políticas neoliberais que ditaram os rumos do campo brasileiro permaneceram nos governos Lula.

agrário” (FERNANDES, 2004, p. 18), que consistia numa ressignificação das relações do campo brasileiro, se apresentando como “novo mundo rural”.

É nesse “novo mundo rural” que são criados as políticas públicas como o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa Novo Mundo Rural e o Banco da terra, orientadas pelos princípios do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (OLIVEIRA, 2013).

É nesse cenário que se consolida o paradigma do capitalismo agrário. Nesse campo teórico a Reforma Agrária como distribuição de terra já estaria superada, logo a discussão deveria girar em torno da integração dos pequenos produtores ao desenvolvimento do capitalismo. No entanto, a luta pela terra não arrefeceu, pois movimentos como a Via Campesina (que congrega dezenas de movimentos, inclusive o MST) continuam mobilizados diante da extrema desigualdade que predomina no campo brasileiro.

Nessa direção, as bases do paradigma do capitalismo agrário (campo teórico) encontram ressonância no (campo institucional) “novo mundo rural”. Como não houve superação da questão agrária na realidade do campo, os movimentos sociais intensificaram as ações pela Reforma Agrária. O embate foi transferido para a arena econômica e, por vezes, retórica.

O termo agricultura familiar é descritivo e politicamente classificador de um segmento de produtores instado a um projeto de redefinição de suas formas de integração. Os pesquisadores não podem usá-lo se esquecendo que o trabalho político de reconhecimento social implica a eufemização dos significados subjacentes à categoria. (NEVES, 2002, p. 137).

Neves (2002) pondera que o uso do termo agricultura familiar, adotado por pesquisadores, movimentos sociais e pelo Estado, criou uma categoria nominal que existe para distinguir, mas não consegue explicar o que distingue, sendo tomado, por vezes, como um termo estereotipado. Nesse caso, a integração de um universo heterogêneo sob a insígnia da uma única tipologia, pode mascarar situações de precariedade e de conflitos, se assumindo como uma ação política que teria o objetivo de:

[...] tolher essa luta popular secular, o governo adotou nova tese e criou um “novo mundo rural”, onde a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado; que a subalternidade é “natural”, na “integração ao capital e ao mercado”. (FERNANDES, 2004, p. 19).

A leitura crítica de Fernandes (2004) acerca da terminologia agricultura familiar não está no termo em si, nem mesmo numa discussão semântica. A crítica reside nas

intencionalidades do campo político-teórico na elaboração do conceito agricultura familiar, que teria o “objetivo de domesticação dos movimentos camponeses” (FERNANDES, 2004, p. 24).

Por outro lado, teóricos como Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga, Geraldo Müller, dentre outros, têm outra visão sobre o contexto socioeconômico que surge o paradigma do capitalismo agrário. Para esses autores, as pautas da questão agrária como a luta pela distribuição de terras, não devera ser a centralidade do debate, já que a superação de tais problemas dependerá “da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve.” (ABRAMOVAY, 1992, p. 33).

Enquanto Fernandes (2001; 2004) recorre às pautas dos movimentos sociais de luta pela terra (Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e a Via camponesa) para afirmar que não é no desenvolvimento do capitalismo que o campesinato estaria superado, pelo contrário, é na luta contra o capital que o campesinato encontra a renovação. Para Abramovay (1992) o desenvolvimento capitalismo agrário aniquilaria o modo de produzir camponês, obrigando-o “a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social” (ABRAMOVAY, 1992, p. 126).

Nesse contexto, é a partir da integração ao mercado e da inserção tecnológica da produção de base familiar é alçada a uma nova categoria social diferente da camponesa. “Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 1992, p. 22).

Diante dessas considerações, a vertente teórica do paradigma do capitalismo agrário buscou dar uma definição conceitual à tipologia agricultura familiar, uma vez que o termo (agricultura familiar) passa a ser usado “em larga escala” para designar todas as representações sociais de toda produção de base familiar no campo brasileiro.

Ao dissertar sobre as “raízes históricas do campesinato brasileiro”, Maria Wanderley apresenta elementos recorrentes (família-produção-trabalho) nas mais diversas definições de agricultura familiar, mas também aponta para a amplitude e diversidade da temática.

[...] o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume,

no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. (WANDERLEY, 1999, p. 24).

Abramovay (1997) também considera a tríade “gestão, propriedade e trabalho” como elementos básicos na definição do que seria uma agricultura familiar. Assim como Wanderley (1999), Abramovay (1997) reforça a necessidade do olhar crítico para as diversas possibilidades de representações sociais que a temática pode embarcar.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p. 03).

Fundamentando nessas considerações, a leitura que se faz acerca da natureza conceitual da produção e dos produtores agrícolas de Venda Nova é que esta apresenta marcas de rupturas e continuidade com as tradições camponesas, se aproximando, nesse sentido, das estratégias de reprodução social das famílias na região de colonização italiana e alemã no sul do país. A especificidade de Venda Nova se dá, dentre outros aspectos, pelo formato de acesso a terra.

Atualmente, algumas características das estratégias de reprodução socioprofissional dos agricultores familiares no município têm como fulcro a adoção de outras atividades na propriedade para além da agricultura. Esse novo perfil desencadeia uma série de mudanças na dinâmica social e produtiva da família, como a inserção a novos mercados e a adequações às novas legislações.

Outra ruptura que distancia o produtor rural de Venda Nova das estratégias camponesas e aproxima do conceito de Agricultor familiar foi a adequação das estratégias de sucessão às legislações vigentes. O direito igualitário dos filhos herdarem a terra resignificou a relação familiar, arrefecendo o controle patriarcal.

Contudo, mesmo sem uma imposição moral do chefe da família, a continuidade da centralidade da propriedade para reprodução da família, acaba por definir uma racionalidade que se aproxima da cultura camponesa. Um exemplo pertinente são filhos que moram na propriedade e não estabelecem divisões internas (herança), tratando a terra como uma unidade familiar. Mesmo os filhos que não moram na propriedade tendem a seguir essa lógica.

Essa característica da reprodução social das famílias tem garantido manter as propriedades em condições de produzir agricultura e, nesse processo, acaba por criar dificuldades para concentração da terra, o que impacta na estrutura fundiária do município.

### **3.2 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE VENDA NOVA**

Fatores históricos, como a política de colonização adotada no século XIX e o perfil camponês dos imigrantes que povoaram o estado, são elementos essenciais para compreender porque o Espírito Santo é um dos estados da federação com os melhores índices de distribuição de terras.

Para uma leitura mais fidedigna do território pesquisado, se faz necessária, também, a compreensão da sua ocupação e do desenvolvimento da agricultura e refletir sobre estratificação fundiária do município. Antes, porém, buscou-se conhecer as orientações normativas que estabelecem a metodologia e dão contornos conceituais às categorias de análises do campo para entender como são organizados os dados. No caso dessa pesquisa, utilizou-se como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e principalmente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Como exemplo de dificuldade interpretativa, tomam-se os dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural, criado pela Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e remodelado, pela Lei nº 10.267, de agosto de 2001, como Cadastro Nacional de Imóveis Rurais- CNIR, que a partir de uma política de transparência divulga os dados pelo Portal Cadastro Rural coadministrado pelo INCRA e pela Secretaria da Receita Federal.

§ 2º Fica criado o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR, que terá base comum de informações, gerenciada conjuntamente pelo INCRA e pela Secretaria da Receita Federal, produzida e compartilhada pelas diversas instituições públicas federais e estaduais produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural brasileiro (Incluído pela Lei nº 10.267/2001).

Os dados disponibilizados pelo Cadastro Rural foram organizados usando o tamanho da propriedade em hectares, com o seguinte padrão: “maior que 0 a 50 hectares”; “maior que 50 a 200 hectares”; “maior que 200 a 500 hectares”; “maior que 500 a 1000 hectares”; “maior que 1000 a 5000 hectares” e “maior que 5000 hectares”, conforme se observa na tabela 2 a seguir:

**Tabela 2:** Quantitativo de Imóveis rurais em VNI, nas situações cadastrais ativa, pendente e cancelada.

Status do Imóvel	Faixas de Áreas						Total por Status
	>0 a 50 ha.	>50 a 200 ha.	>200 a 500 ha.	>500 a 1000 ha.	>1000 a 5000 ha.	>5000 ha.	
Ativo	1080	59	03	00	00	00	1142
Pendente	01	00	00	00	00	00	01
Cancelado	71	09	00	00	00	00	80
Total por Faixa	1152	68	03	00	00	00	1223

**Fonte:** Relatório de Imóveis Rurais por Município. INCRA, 2017.

Ao adotar esse formato para todas as cidades, o Relatório de Imóveis Rurais por Município divulgado pelo Portal Cadastro Rural, não leva em conta o módulo rural e o módulo fiscal, ambos também expressos em hectares, dois indicadores cadastrais rurais amplamente utilizados no Brasil não apenas para determinar a dimensão das propriedades rurais.

O conceito de módulo rural foi introduzido pelo Estatuto da Terra, vinculando-o à definição de “propriedade familiar”, conforme se observa nos Incisos II, III e IV do seu Art. 4º:

[...] II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;  
 III - "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior;  
 IV - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar; [...].

Dessa maneira, o Estatuto da Terra traz uma conceituação de propriedade familiar que em muito se aproximava das reivindicações das lutas do campo, ao mesmo tempo em que apresenta o módulo rural como uma área mínima onde o agricultor poderia produzir o sustento da família com mínimas condições de desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido, a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no seu Art. 8º diz que [...] “nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em área de tamanho inferior a do módulo calculado para o imóvel ou da fração mínima de parcelamento fixado no parágrafo primeiro deste artigo, prevalecendo a de menor área”.

Para saber qual a fração mínima de parcelamento adotado para o município é preciso primeiro determinar a qual microrregião ele pertence. Conforme estabelecido na Instrução Especial nº 50/97, os critérios “baseiam-se nas microrregiões geográficas adotadas pelo

IBGE<sup>38</sup>. Ciente que Venda Nova (Código do município determinado pelo IBGE - 3205069) compõe a microrregião de Afonso Claudio é possível encontrar, nos anexos da Instrução Especial 50/97 do INCRA, a classificação na tabela de zona típica de módulo, conforme quadro 6.

**Quadro 6:** Classificação por Zona Típica de Módulo (ZTM)

UF	Código Microrregião	Microrregião	Zona Típica de Módulo (ZTM)
ES	32007	Afonso Claudio	A3

**Fonte:** Instrução Especial 50 (INCRA, 1997).

Uma vez localizado o município de Venda Nova em sua respectiva zona típica de módulo - ZTM A3, sabe-se a dimensão do módulo por tipo de exploração, valores expressos em hectares, descritos na tabela 3.

**Tabela 3:** Dimensão do Módulo por Tipo de Exploração (ha.).

Categoria de módulo	Hortigranjeiro	Lavoura Permanente	Lavoura Temporária	Pecuária	Florestal	Imóvel inexplorado ou com Exploração não Definida
A1	2	10	13	30	45	5
A2	2	13	16	40	60	10
<b>A3</b>	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>50</b>	<b>60</b>	<b>15</b>
B1	3	16	20	50	80	20
B2	3	20	25	60	85	25
B3	4	25	30	70	90	30
C1	4	30	35	90	110	55
C2	5	35	45	110	115	70
D	5	40	50	110	120	100

**Fonte:** Instrução Especial 50 (INCRA, 1997).

A Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, no Art. 8º, no seu parágrafo 1º, preconiza que:

A fração mínima de parcelamento será:

- a) o módulo correspondente à exploração hortigranjeira das respectivas zonas típicas, para os Municípios das capitais dos Estados;
- b) o módulo correspondente às culturas permanentes para os demais Municípios situados nas zonas típicas A, B e C;
- c) o módulo correspondente à pecuária para os demais Municípios situados na zona típica D.

<sup>38</sup> Art. 1º - As zonas com características ecológicas e econômicas homogêneas a que se refere o art. 5º de Lei nº4. 504/64 e nos termos dos artigos 11 a 14 do Decreto nº55.891, de 31 de março de 1965, assim definidas pela Instrução Especial INCRA nº5a, de 6 de junho de 1973, aprovada pela Portaria/MA/nº196/73, baseiam-se nas microrregiões geográficas adotadas pelo IBGE, estabelecidas pela Resolução - PR 51, de 31 de julho de 1980. Tais zonas, classificadas em Zonas Típicas de Módulo - ZTM e respectivos subgrupos, constante da tabela anexa a esta Instrução Especial. (INSTRUÇÃO ESPECIAL/INCRA Nº 50, de 26 de agosto de 1997).

No entanto, a própria Lei nº 5.868/72 estabelece no 2º parágrafo do Artigo 8º que “o INCRA poderá estender a outros Municípios, no todo ou em parte, cujas condições demográficas e socioeconômicas o aconselhem, a fração mínima de parcelamento prevista para as capitais dos Estados”. Assim, as propriedades rurais de Venda Nova, observando as orientações da Instrução Especial 50 (INCRA, 1997), não podem ser fracionadas em porções menores do que 3 (três) hectares, *vide* tabela 4.

**Tabela 4:** Fração Mínima de Parcelamento (FMP)

Código da ZTM	ZTM	Fração Mínima de Parcelamento (em hectare)
1	A1	2
2	A2	2
3	A3	3
4	B1	3
5	B2	3
6	B3	4
7	C1	4
8	C2	5
9	D	5

**Fonte:** Instrução Especial 50 (INCRA, 1997).

Já o Módulo fiscal<sup>39</sup>, introduzido pela Lei nº 6.746/1979 em alteração ao Estatuto da Terra, tem uma amplitude jurídica que se estende desde a sua utilização para definir as alíquotas do imposto rural até as definições das obrigações dos proprietários rurais regulamentadas no Código Florestal Brasileiro. Essa abrangência legal se dá, principalmente, porque serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, Art. 4º: II - Pequena Propriedade - o imóvel rural: a) de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; III - Média Propriedade - o imóvel rural: a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais.

Diferentemente da classificação preconizada pelo Estatuto da Terra, que apresenta a definição dos conceitos de Minifúndio, Propriedade familiar, Latifúndio e Empresa Rural, a Lei nº 8.629/93 se utiliza da retórica estilística para ignorar os extremos que marcam a estrutura fundiária no Brasil: o latifúndio e o minifúndio.

Em 2017, o governo Michel Temer promulgou a Lei nº 13.465 alterando a redação da Lei nº 8.629 promulgada no governo Fernando Henrique Cardoso. No Art. 4º, na

<sup>39</sup> Há críticas à adoção do módulo fiscal como medida de dimensionamento do imóvel rural. Anteriormente, o critério de dimensão Reitor da legislação agrária era o módulo rural, medida tomada na correlação entre a localização de um dado imóvel, as condições econômicas e sociais locais e a possibilidade de sua exploração como a fração mínima capaz de absorver a força de trabalho familiar (identificação entre módulo rural e propriedade familiar – Art. 4º, II e III do Estatuto da Terra). Os dois diferenciam-se porque o módulo rural é calculado para cada imóvel rural em separado, e sua área reflete o tipo de exploração predominante naquele imóvel rural, segundo sua região de localização. Já o módulo fiscal é estabelecido de modo homogêneo para cada município (INCRA, 2018, p. 70).



conceituação da pequena propriedade, o texto foi alterado de “área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais” para “área até quatro módulos fiscais, respeitada a fração mínima de parcelamento”. Essas modificações parecem refletir as concepções ideológicas dos seus respectivos governos, suprimindo dos textos legais os termos “latifúndio” e “minifúndio”. Até mesmo a classificação “grandes propriedades” desaparece do texto da lei. Entende-se que, por exclusão, as “grandes propriedades” são as maiores de 15 módulos fiscais, já os minifúndios são escamoteados por um hiato entre o zero e um (0 e 1) módulo fiscal. O Módulo fiscal também é usado na Lei nº 11.326/2006, que o estabelece como um dos critérios para definição do “agricultor familiar”.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: **I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;** II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, grifo nosso).

Outra importante política pública que tem o módulo fiscal como critério de acesso é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), definindo os beneficiários da sua política agrária (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários), considerando o limite máximo de até quatro módulos fiscais.

Tomando o módulo fiscal<sup>40</sup> como critério de classificação das propriedades rurais, buscou-se fazer uma leitura da estrutura fundiária de Venda Nova. Doravante serão considerados com a finalidade de uma leitura mais fidedigna da realidade, os conceitos de minifúndios e latifúndios, mesmo porque o próprio INCRA utiliza esses termos em suas publicações mais recentes.

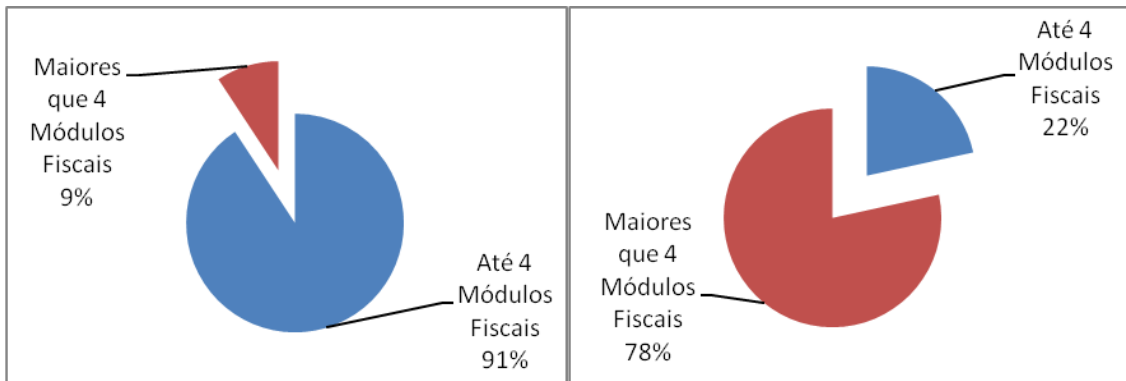
Mesmo reconhecendo a importância e a recorrência do uso do módulo fiscal como instrumento de análise da estrutura fundiária, é preciso deixar claro que seus intervalos de classificações: 0 - 4 (zero a quatro); 4 - 15 (quatro a quinze) e maior que 15 módulos fiscais, abrigam uma gama de possibilidades interpretativas, pois um determinado município pode apresentar uma estrutura fundiária com alta incidência em uma das faixas de classificação, no entanto concentradas em um dos extremos.

---

<sup>40</sup> O Módulo Fiscal no município de Venda Nova do Imigrante corresponde a 18 hectares (INCRA, 2018).

Desse modo, para um melhor entendimento, comparou-se na figura 4 o número de propriedades com a área ocupada. Percebe-se que no Brasil o número de propriedades consideradas pequenas é muito maior do que as grandes, contudo ocupam uma área territorial bem menor, indicando uma profunda desigualdade no campo brasileiro.

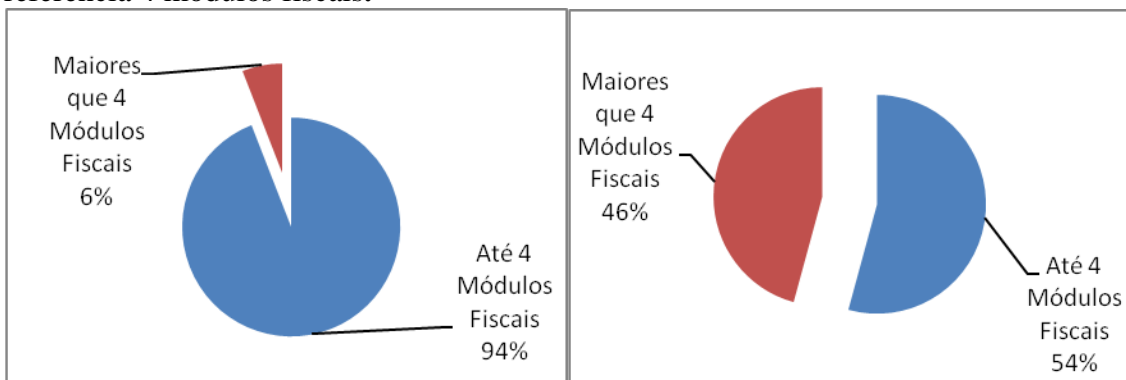
**Figura 4:** Proporção de propriedades e área total apropriada no Brasil, tomando como referência 4 módulos fiscais.



Fonte: INCRA, 2018. Organizado pelo Autor.

A estrutura fundiária capixaba tem, nas últimas décadas, apresentado uma tendência para concentração de terras. Trabalhos como os de Bergamim (2004; 2006) apresentam alguns fatores que podem contribuir com a interpretação desse processo. Contudo, a estrutura fundiária do estado ainda é menos desigual do que a nacional, conforme ilustrado na figura 5.

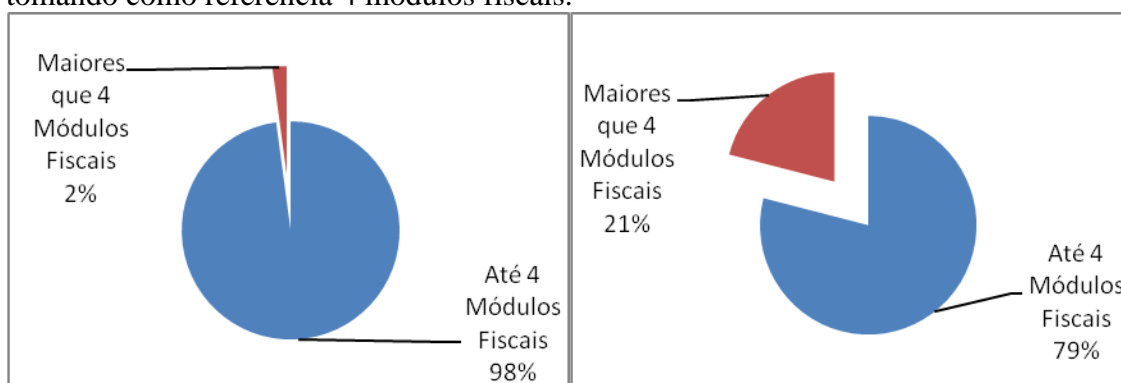
**Figura 5:** Proporção de propriedades e área total apropriada no Espírito Santo, tomando como referência 4 módulos fiscais.



Fonte: INCRA, 2018. Organizado pelo Autor.

Em que pese o fato do Brasil e do Espírito Santo tenderem para o aumento da concentração de terras, os dados disponibilizados pelo INCRA mostram que, no município de Venda Nova, o percentual de pequenas propriedades tem uma correspondência mais simétrica com a área ocupada, abrangendo quase 80% da área apropriada, observável na segunda imagem da figura 6.

**Figura 6:** Proporção de propriedades e área total apropriada em Venda Nova do Imigrante, tomando como referência 4 módulos fiscais.



Fonte: INCRA, 2018. Organizado pelo Autor.

No município de Venda Nova observa-se um movimento contrário à concentração de terra, evidenciado por um expressivo aumento no número de propriedades consideradas minifúndios, como se pode observar na tabela 5:

**Tabela 5:** Classificação das propriedades rurais de Venda Nova por tamanho (Módulo Fiscal).

ANO	MINIFÚNDIO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	TOTAL
2011	607	283	35	1	926
2018	828	284	24	1	1137
2019	870	280	24	1	1175

Fonte: Incaper, 2011; INCRA, 2018 e 2019<sup>41</sup>; Organizado pelo Autor.

Em 2011, o município contava com 926 propriedades rurais, sendo, aproximadamente, 65,5% consideradas minifúndios, 30,6% de pequenas propriedades e 3,8% de média e apenas uma grande propriedade o que representa 0,1% do total, nesses números estão considerando apenas as propriedades com cadastros devidamente ativos.

Quando se compara com os dados de 2018, percebe-se um aumento no número total de propriedades, saltando de 926 em 2011, para 1137 em 2018. A categoria minifúndio responde pelo maior impacto nessas mudanças, passando a representar aproximadamente 72,8% do total de propriedades, enquanto a pequena passa a ter 24,9%, a média 2,1% e a grande mantém seu número absoluto e representando 0,1%. Devido à limitação dos dados analisados não é possível definir quantas dessas novas propriedades surgiram da fragmentação dos próprios minifúndios. Contudo, considerando que houve uma redução de 11 propriedades na categoria média e que o número de minifúndio aumentou, se pode inferir que, nesse período, houve uma fragmentação de propriedades de tamanho médio, contribuindo para o aumento de minifúndios.

<sup>41</sup> Os dados referentes a 2019 foram fornecidos pelo INCRA em resposta à solicitação do pesquisador, via "Requerimento para estudo e pesquisa acadêmica", encaminhado para ao Serviço de protocolo da instituição.

Mesmo num curto intervalo de tempo, entre 2018 e 2019, as mudanças na estrutura fundiária foram significativas, pois reforçam a tendência para um processo de pulverização das propriedades, que por um lado indica uma descentralização, por outro as propriedades cada vez menores podem se tornar inviáveis para a produção agrícola, o que pode dar início a um novo ciclo de concentração de terras.

Apesar do aumento vertiginoso do número de minifúndios, a situação poderia ser ainda mais acentuada, já que as famílias utilizam estratégias para manutenção da terra em condições de manter a produção agrícola, como a permanência dos filhos e netos morando nos sítios. Desse jeito, contemporizam o quanto podem a partilha do sítio, mantendo a propriedade unificada para terem condições de produção e acesso a políticas públicas. Essa estratégia pautada na centralidade da terra e as metodologias adotadas para aquisição de dados do Incra (Tabela 5) e do Censo agropecuário 2017 (Quadro 7) podem explicar a diferença no número de propriedades apresentados pelas respectivas instituições.

Conforme consulta aos dados do Incra, em 2011 o município tinha 926 propriedades rurais, em 2018 1137 e em 2019 saltou para 1175, enquanto pelo IBGE (2017), no Censo agropecuário de 2017 relata-se apenas 715 estabelecimentos agropecuários. Sendo que 56% destes estabelecimentos relatados no Censo Agropecuário 2017 são da agricultura familiar, conforme quadro 7.

**Quadro 7:** Quantidade e área de propriedades rurais por tipologia em Venda Nova

Grupos de área total	Números de Estabelecimentos		Área (Hectares)	
	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Mais de 0 a menos de 3 ha	23	33	30	56
De 3 a menos de 10 ha	107	182	596	982
De 10 a menos de 50 ha	135	173	3007	3317
De 50 a menos de 100 ha	33	13	2258	755
De 100 a menos de 500 ha	15	0	1596	0
De 500 a menos de 1.000 ha	1	1	-	-
Produtor sem área	-	-	-	-
Total	314	401	7487	5110

**Fonte:** Censo Agropecuário 2017; Incaper, 2020.

Essas estratégias podem ter explicação na ascendência camponesa dos agricultores familiares, que mantém uma relação com a terra, marcada pelo *ethos* da campesinidade, pelo zelo pelas tradições culturais e o caráter intergeracional dos processos produtivos faz com que a propriedade se apresente ao mesmo tempo como o elo com o passado e uma possibilidade de futuro.

Diante dessas considerações, fica evidente que o processo histórico que culminou na atual estratificação fundiária do município foi diferente de grande parte do território

brasileiro, mas talvez encontre um paralelo com territórios de colonização na região sul<sup>42</sup>. Venda Nova do Imigrante não tem um histórico de movimentos sociais de luta pela terra, contudo, não se pode negar a organização e a resistência dos agricultores familiares frente às limitações impostas pelas condições conjunturais desde a chegada dos primeiros imigrantes, até a formação inicial do município e seu desenvolvimento.

### **3.3 O MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE**

O município de Venda Nova foi emancipado com a promulgação da Lei nº 4.069, de 06 de maio de 1988, mas o movimento pela independência administrativa é muito mais antigo. A partir da reivindicação dos vendanovenses, a comunidade foi alçada a condição de Distrito, com a denominação de Venda Nova, pela lei estadual nº 1909, de 06 de dezembro de 1963, subordinado ao município de Castelo. Com a emancipação de Conceição do Castelo em 1964, a área de Venda Nova passou a integrar o território do município recém-criado. (Lei nº 4.069/1988; Lei nº 1909/1963).

O caminho até a emancipação foi árduo e longo. Em 1980 protocolou-se um requerimento junto à Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), solicitando a abertura de um processo para emancipação, no entanto o Distrito não atendia os critérios da Lei complementar nº 1, de 1967, que estabeleceu requisitos mínimos para criação de novos municípios:

Art. 2º - Nenhum Município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I - população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado;

II - eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III - centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV - arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos.

Importe, para o Município ou Municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos nesta Lei. § 1º - Não será permitida a criação de Município, desde que esta medida.

Os últimos dados do IBGE eram de 1970 e apontavam Venda Nova com apenas 5.459 habitantes, muito aquém do exigido por lei, restando a ALES proceder com o arquivamento do processo. (IJSN, 1988)

Acreditando que no novo Censo, realizado em 1980, o distrito reuniria as condições necessárias para emancipação, um novo requerimento foi protocolado em 1983, solicitando a

---

<sup>42</sup> “A propriedade rural brasileira, com exceção de algumas zonas do Espírito Santo e dos três estados do Extremo sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), se apresenta extremamente concentrada.” (PRADO JR., 2000, p. 32).

ALES que verificasse junto ao IBGE as informações sobre Venda Nova. Novamente o distrito não atendia aos requisitos da Lei complementar nº1. Na imagem a seguir (Figura 7) o ofício do IBGE com os dados do distrito de Venda Nova.

**Figura 7:** Ofício resposta do IBGE acerca do Censo Demográfico VNI - 1983

**IBGE**  
DELEGACIA DO IBGE NO ESPÍRITO SANTO

Pop. - n. 19 Ma. 27

IBGE/ES/SECOL/463/83  
Divisão Territorial

VITÓRIA - ES,  
em 25 de maio de 1983.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício CJ-14, de 13.05.83, dessa COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO, em que, nos solicita informações a respeito do atual Distrito de VENDA NOVA para fins de emancipação política, vimos informar que, conforme consta dos Boletins Resumo e dos registros às pág. 4 e 108 do CENSO DEMOGRÁFICO - Dados Distritais, Volume I - Tomo 3 - Número 15 do IX RE CENSEAMENTO GERAL DO BRASIL - 1980, os dados existentes, em 10.09.80, na área que constitui o referido Distrito são os seguintes:

- população residente ..... 8.462 habitantes
- domicílios existentes na Vía ..... 619 unidades.

2. O número de habitantes na área proposta é inferior aos 5 (cinco) milhões (10.115) da existente no Estado e ao Município de origem, CONCEIÇÃO DO CASTELO restaria a população de 8.866 pessoas, conseqüentemente, na perda do requisito do item I do Art. 29 da Lei Complementar nº 1, de 09.11.1967.

Atenciosas saudações,

*Gerardo Sillero Floeter*  
Gerardo Sillero Floeter  
DELEGADO DO IBGE

Excmo. Senhor  
Deputado ARMANDO VIOLA  
DD. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça,  
Serviço Público e Redação da Assembleia Legislativa  
Praça João Clímaco  
VITÓRIA - ES  
WSA/scm

**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal de Venda Nova.

O então Distrito de Venda Nova cumpria apenas o critério de casas construídas. Quanto ao número de habitantes, não apenas tinha menos de dez mil (8.462), quanto o município sede (Conceição do Castelo) também ficaria com menos de dez mil, assim novamente o processo foi arquivado pela ALES.

Em meados da década de 1980, o distrito de Venda Nova já sobrepujava Conceição do Castelo em diversos aspectos, dando forças ao movimento pró-emancipação. Então, em 1987, o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova recolheu 1300 assinaturas entre

os moradores e reabriu-se o processo na ALES, agora com dois novos elementos: a declaração do Tribunal Regional Eleitoral (TER - ES) que o distrito tinha 4.980 eleitores; e o relatório de arrecadação (referente a 1986) da Secretaria da Fazenda do Estado. (SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2019).

**Figura 8:** Ofício resposta Secretaria da Fazenda do Estado - Relatório de Arrecadação

RELATÓRIO DE ARRECADAÇÃO	
1.986	
ARRECADAÇÃO DO ESTADO (fls. 03) - C2\$	4.217.841.357,75
*****	
<u>ARRECADAÇÃO CONCEIÇÃO DO CASTELO:</u>	
APE de Conceição do Castelo (fls. 05)	2.145.264,62
Mercadorias despachadas APE Conceição do Castelo (fls. 13/9), com diferimento .....	1.201.000,47
Mercadorias despachadas APE de Castelo (fls. 21/2), com diferimento .....	188.922,17
Mercadorias despachadas APE de Venda Nova (fls. 23/31), com diferimento ..	21.141.203,40
<b>TOTAL</b> .....	<b>24.676.390,66</b>
<u>ARRECADAÇÃO VENDA NOVA:</u>	
APE de Venda Nova (fls. 06) .....	14.209.112,08
Mercadorias despachadas APE de Venda Nova (fls. 08), com diferimento .....	24.312.230,79
<b>TOTAL</b> .....	<b>38.521.342,87</b>
*****	
<u>CÁLCULO DO QUOCIENTE PREVISTO NO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 09.11.67, ÍTEM IV</u>	
C2\$ 4.217.841.357,75 : 0,005 = C2\$	21.089.206,78
*****	
<u>CONSIDERAÇÕES QUANTO AO CÁLCULO ACIMA DEMONSTRADO:</u>	
<p>Pelos demonstrativos, apuramos que a arrecadação do Distrito de VENDA NOVA atingiu, em 1986, o valor de C2\$ ..... 38.521.342,27 (trinta e oito milhões quinhentos e vinte um mil trezentos e quarenta dois cruzados e vinte sete centavos); portanto, superior ao quantum exigido no Art. 2º, ítem IV da Lei Complementar nº 1, de 09.11.67.</p>	

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Venda Nova.

Com essas novas informações o distrito passou a atender três dos cinco requisitos da lei de emancipação. Dessa forma, a ALES solicitou ao IBGE novos dados acerca do distrito. No entanto, como o último Censo tinha sido realizado em 1980, foi preciso fazer um exclusivo para essa demanda cujos custos foram arcados pelos solicitantes. Desta vez o distrito atendia a todos os critérios legais, Venda Nova passava de 10 mil habitantes e Conceição do Castelo, mesmo perdendo o Distrito Venda Nova, manteria um número superior

a 10 mil moradores, conforme pode ser observado no documento emitido pelo IBGE, ilustrado na figura 9.

**Figura 9:** Ofício Resposta do IBGE - Critérios para emancipação

IBGE

A. D. LA LEGISLATIVA  
Proc. 11-7, 19 Ms. 50

rel. 01/DPI/D-ITD /87 n. 02

COM O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

Começa onde termina a divisa intermunicipal com o Município de Castelo. Segue pelo divisor de águas entre o CÔRREGO SÃO GURGEL por um lado, e RIBEIRÃO SANTA TEREZA e CÔRREGO BARRO BRANCO por outro, até a confluência do CÔRREGO SÃO GURGEL E RIBEIRÃO PINDOBAS; daí, continua pelo divisor de águas do RIO TAQUARUÇU por um lado e RIBEIRÃO PINDOBAS e CÔRREGO MARGEM GRANDE e CANOÁ por outro lado, até a Foz deste último no RIO SÃO JOÃO DE VIÇOSA; daí, continua pelo divisor de águas dos RIOS SÃO JOÃO DE VIÇOSA e CASTELO até o limite com o Município de AFONSO CLÁUDIO;

COM O MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO

Começa onde termina o limite com o Município de CONCEIÇÃO DO CASTELO. Segue pelo divisor de águas dos CÔRREGOS BANANEIRA e LAVRINHA até o limite com o Município de DOMINGOS MARTINS,

a população residente para 01 de outubro de 1987, é superior a 10 000 (dez mil) habitantes.

Em contrapartida, na área residual do Município de Conceição do Castelo, município de origem da pretensa unidade político-administrativa, a população residente, para a mesma data, também é superior a 10 000 (dez mil) habitantes.

Ademais, segundo os registros do Censo Demográfico de 1980, na área descrita, o centro urbano era constituído por 724 domicílios e 789 prédios.

Finalizando, após verificação, não existe registro de topônimo correlato ao de "Venda Nova do Imigrante" na mesma ou em outra Unidade da Federação.

Aproveitamos o ensejo para apresentar nossos protestos de distinta consideração.

JOSE GUILHERME ACHETA DOS REIS  
Diretor de Pesquisas e Inquéritos

RCSL/Lmm

01.04.807.51.03

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Venda Nova.

Uma vez que o Distrito atendia a todos os critérios, era preciso definir o nome do futuro município, já que foi constatado que havia um município mineiro com o nome Venda Nova. (Site da Prefeitura Municipal de Venda Nova).

O Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova colocou em votação, entre os membros do conselho, qual nome seria adotado pelo município no ato da emancipação: "São Pedro de Venda Nova"; "Venda Nova da Viçosa"; "Venda Nova das Alterosas" ou "Venda Nova do Imigrante". Decidiu-se por "Venda Nova do Imigrante",



prevaleceu à alusão aos imigrantes italianos. (*Site* da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante).

Segundo o Plano Municipal de Educação (2015), “O nome, Venda Nova, tem origem numa mercearia antiga, que, reformada, passou a ser chamada de a Venda Nova”. Essa versão é amplamente divulgada, mas não há nos relatos oficiais uma referência de data.

O autor Benjamin Falchetto, no livro “O tesouro escondido” (2017) diz que o nome “Venda Nova” remonta ao período anterior a chegada dos imigrantes italianos, a região já era chamada assim, pelos menos, desde 1886. O Autor usa como argumento um trecho dos “Diários das visitas pastorais de 1880 e 1886 à Província do Espírito Santo”, escritos deixados por Dom Pedro Maria de Lacerda.

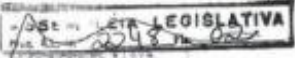
[...] Pelas 12h15’ chegamos a **Venda Nova**, casa nova fechada, e descemos à direita o caminho que leva ao Cachoeiro e as 12he 45’ começamos a subir a Serra chamada de Engano, que devia ser o pior pedaço da estrada, e que mais me figurava como quase intransitável. (SANTOS NEVES, 2012 *apud* FALCHETTO, 2017). (Grifo nosso).

Nos relatos dos livros Lembranças Camponesas (1992), Venda Nova - Um capítulo da imigração italiana (1980), Venda Nova do Imigrante: 100 anos da colonização italiana no sul do Espírito Santo, (1992) e A Família Falchetto - Do Vêneto a Venda Nova (2000), observa diversas passagens se referindo à “Venda Nova” como “São Pedro de Venda Nova”. Isso porque a maioria dos imigrantes pioneiros eram, segundo relatos dos moradores mais idosos, devotos de São Pedro.


Desta forma, quando chegaram ao núcleo colonial Araguaia, construíram uma capela em devoção a São Pedro e passaram a chamar o lugar de “São Pedro do Araguaia”. Esse procedimento se repetiu quando chegaram a “Venda Nova”, também construíram capelas e igreja em homenagem ao Santo. Passando a chamar o local de “São Pedro de Venda Nova” e quando migraram para a região norte do Espírito Santo, passaram a denominar a região de “São Pedro de Marilândia”.

A escolha do nome “Venda Nova do Imigrante”, em detrimento do nome historicamente utilizado pelos imigrantes pioneiros “São Pedro de Venda Nova”, diz mais sobre a visão de futuro, do que o olhar para o passado. Entende-se que para a projeção da cidade como uma instância turística, a terminação “do Imigrante” ilustra melhor a dimensão étnica italiana tão divulgada pelo município. Na figura 10, consta o ofício do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova a Assembleia Legislativa do Espírito Santo informando o nome escolhido pela população para o novo município.

**Figura 10:** Ofício Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova a ALES

  
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
 PROC. DL. n. 19 It. 66

**Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova**  
 \* CGC 30.970.420/0001-61 CEP. 29.375  
 Rod. BR 262, 5/N Km 103 Venda Nova - E.S. 21 JUL 04 10 53 002248

VENDA NOVA, 20 de julho de 1987  


Exmo. Sr.  
 Deputado Armando Viola  
 DD. Presidente da Comissão de Justiça  
 Assembleia Legislativa do Est. do Espírito Santo  
 Vitória - ES


Sr. Presidente.

Atendendo solicitação desta Comissão, encaminhamos sugestão obtida em reunião ampla realizada em 20/07/87 nesta Comunidade, do nome alternativo para o futuro município conforme Lei Complementar nº 46 de 21 de agosto de 1984.

O nome escolhido foi VENDA NOVA DO IMIGRANTE. Esclarecemos ainda, que caso não haja necessidade de alteração do nome, a Comunidade manifestou opinião expressa pela manutenção do nome de VENDA NOVA.

Aproveitamos o ensejo para manifestar nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

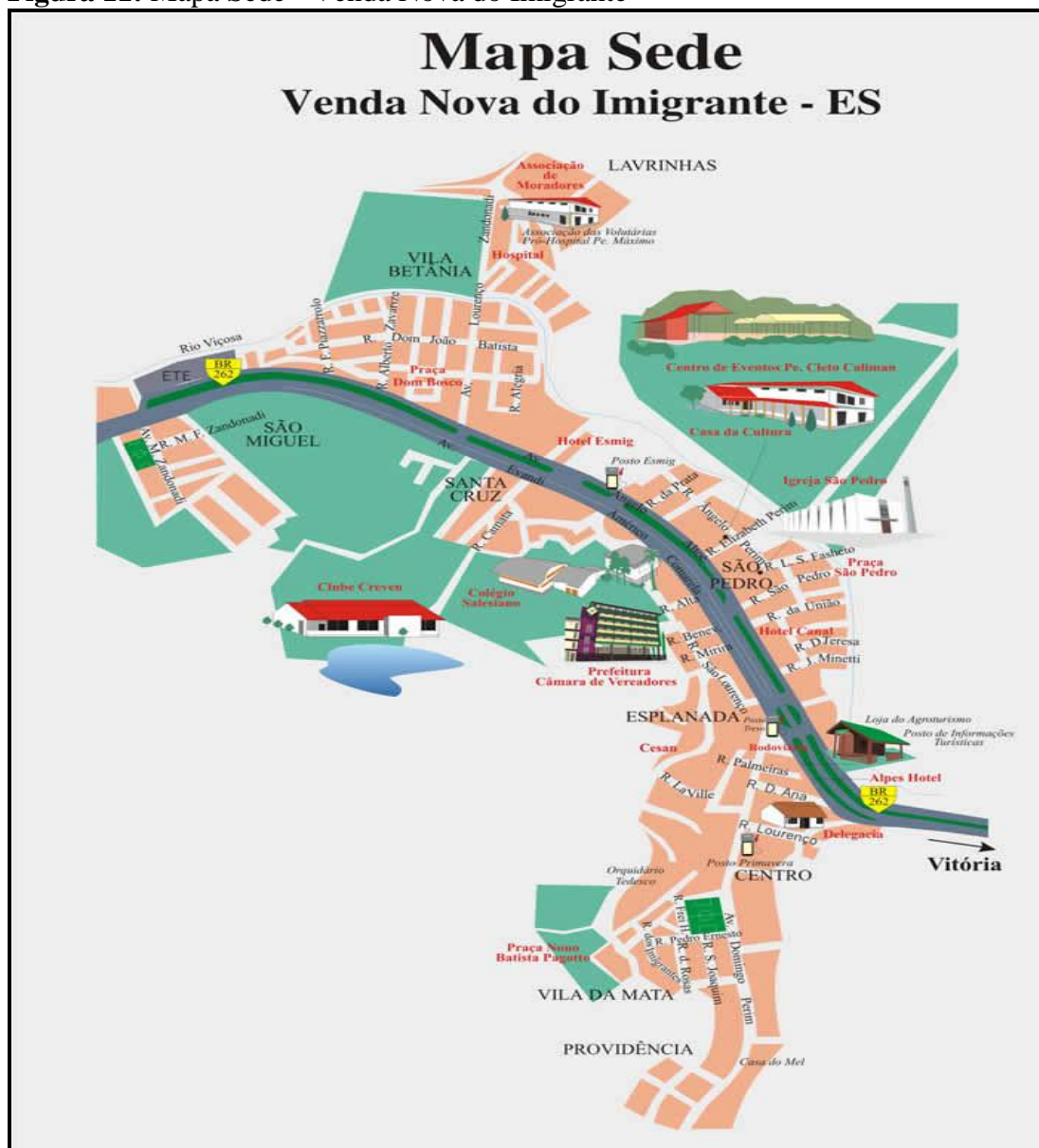
  
 Pedro Altos  
 Presidente do Conselho

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Venda Nova.

Segundo relatos no site da Prefeitura municipal, desde o início os munícipes resistiram em alterar o nome “Venda Nova”. Até mesmo quando o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova comunica ao Presidente da Comissão de Justiça da ALES o nome escolhido, há no ofício uma manifestação de resistência pela manutenção do antigo nome. Como última etapa do processo era preciso realizar um plebiscito com os moradores do distrito para que se pudesse manifestar, oficialmente, o desejo pela emancipação. A votação foi realizada no dia 20 de março de 1988, sendo registrados 3.912 votos favoráveis e 127 contrários, 75 votos em branco e 46 nulos. (SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2019).

Uma vez emancipado, Venda Nova buscou ampliar sua área territorial, com a criação e anexação dos Distritos de São João de Viçosa (pela lei municipal nº 16, de 09 de agosto de 1989) e de Alto Caxixe (pela lei municipal nº 489/2001). O município, então, passa a ser constituído por três distritos: Sede (Venda Nova), *vide* figura 11; Alto Caxixe e São João de Viçosa.

**Figura 11:** Mapa Sede - Venda Nova do Imigrante



**Fonte:** Site da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante.

O território do município também é composto pelos bairros rurais, chamados de comunidades<sup>43</sup>: Alto Bananeiras, Alto Colina, Alto Tapera, Alto Providência, Alto Viçosinha, Bananeiras, Bela Aurora, Cachoeira Alegre, Camargo, Lavrinhas, Pindobas, Providência, São

<sup>43</sup> Todos os documentos analisados (PROATER – 2011-2013; Plano Municipal de Saneamento Básico – 2015; Plano Municipal da Educação – 2015, dentre outros) tratam os bairros rurais como Comunidades.

José do Alto Viçosa, São Roque, Santo Antônio do Oriente, Sapucaia, Tapera, Vargem Grande e Viçosinha.

Essas comunidades têm uma dinâmica marcada por uma forte identidade territorial, que se evidencia, por exemplo, nas realizações coletivas como mutirões para construção de espaços públicos, festas dos padroeiros, organização de associações de moradores ou equipes de futebol. Nogueira (2004), ao estudar as práticas sociais do agroturismo em Venda Nova, traz a seguinte observação:

As comunidades rurais de Venda Nova podem ser entendidas como agrupamentos de pessoas que vivem em *habitat* dispersos, porém em espaços físicos geograficamente demarcados. Os laços de amizade, parentesco e reciprocidade atuam como fatores de delimitação do agrupamento humano das comunidades. (NOGUEIRA, 2004, p. 33).

É importante ressaltar que, mesmo com uma dinâmica interna, as comunidades rurais mantêm uma estreita relação com a sede do município. O sentimento, principalmente dos mais velhos, é de que a integração entre as comunidades e o centro têm se acentuado, como é possível perceber na fala de uma *nonna* durante a pesquisa de campo: “Antes, a gente trabalhava o dia inteiro na roça e no domingo a gente ia à missa na igreja Pindobas. Por isso tinha pouco contato com as pessoas em Venda Nova, hoje é diferente.” (Dona Ana, 16/01/2020).

As comunidades se constituem em um universo heterogêneo. A diversidade se faz presente tanto internamente, quanto quando se compara as comunidades. Durante o trabalho de campo foi possível perceber que as comunidades que têm “ilhas urbanas” maiores apresentam uma desigualdade socioeconômica mais evidente. Muitos residentes dessas comunidades trabalham nos mais diversos setores de Venda Nova<sup>44</sup> (sede).

Nas comunidades onde o trabalho agrícola tem predominância é mais difícil observar aspectos de vulnerabilidade social. Isso porque as moradias não são concentradas em um território e sim no interior das propriedades rurais. Muitos dos moradores dessas propriedades são “colonos<sup>45</sup>”, “meeiros”, diaristas ou assalariados. Trabalhadores rurais que não possuem terras.

A figura 12 a seguir traz alguns elementos que representam bem como os moradores percebem a cidade. O destaque nas referências geográficas como a Serra da Pedra do Rego, a Serra do Engano e a Pedra Azul, representa não apenas pontos turísticos, mas, sobretudo,

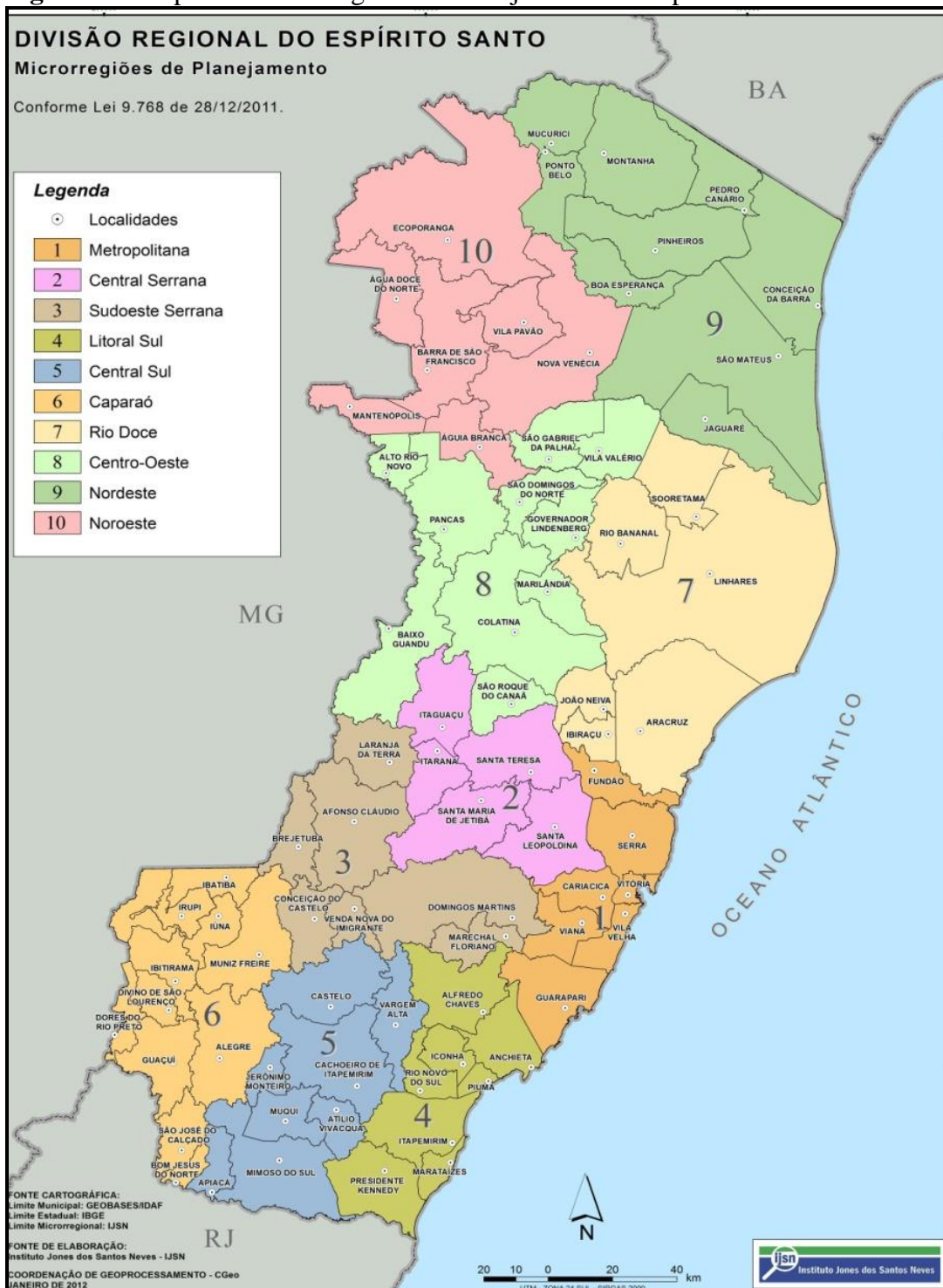
<sup>44</sup> Os moradores das comunidades se referem a sede (a parte central do município) como Venda Nova.

<sup>45</sup> O termo “colono” é utilizado no município para designar o trabalhador (não pertencente à família) que mora na propriedade na “casa do colono” e recebe como pagamento, geralmente, 40% da produção agrícola. O proprietário fica com 60% e é responsável pelos insumos, maquinários, sementes, etc.



com os municípios Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra e Marechal Floriano a microrregião Sudoeste Serrana<sup>46</sup>, *vide* figura 13.

**Figura 13:** Mapa das Microrregiões de Planejamento do Espírito Santo

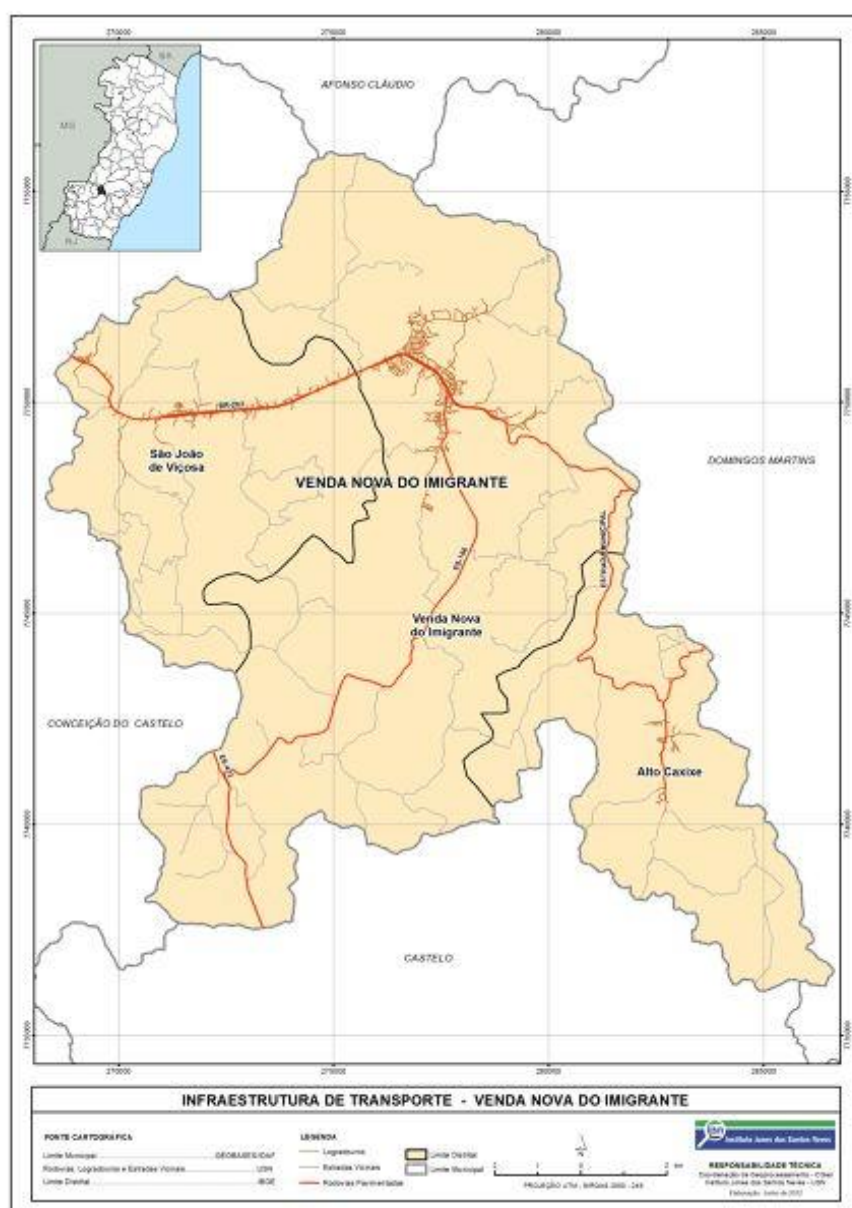


**Fonte:** Instituto Jones dos Santos Neves, 2012.

<sup>46</sup> O estado do Espírito Santo promulgou a Lei 9.768 que dispõe sobre a definição das Microrregiões e Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo.

O município é beneficiado, conforme ilustrado na figura 14, por três rodovias estaduais e uma federal: a ES-473, que liga Cachoeira Alegre à Viçosinha; a ES - 166 (Rodovia estadual Pedro Cola), que é uma importante rota de acesso ao município interligando VNI à Castelo, dando acesso a Cachoeiro de Itapemirim e a BR 101, a ES - 166 ainda se conecta a ES - 472, dando acesso a Conceição do Castelo; a BR 262, que liga Vitória - ES à Belo Horizonte - MG, essa importante rodovia é rota de escoamento de mercadorias da região sudeste, principalmente Minas Gerais, para o Porto de Vitória, conectando setores primários da produção a polos industriais e comerciais.

**Figura 14:** Infraestrutura de Transporte



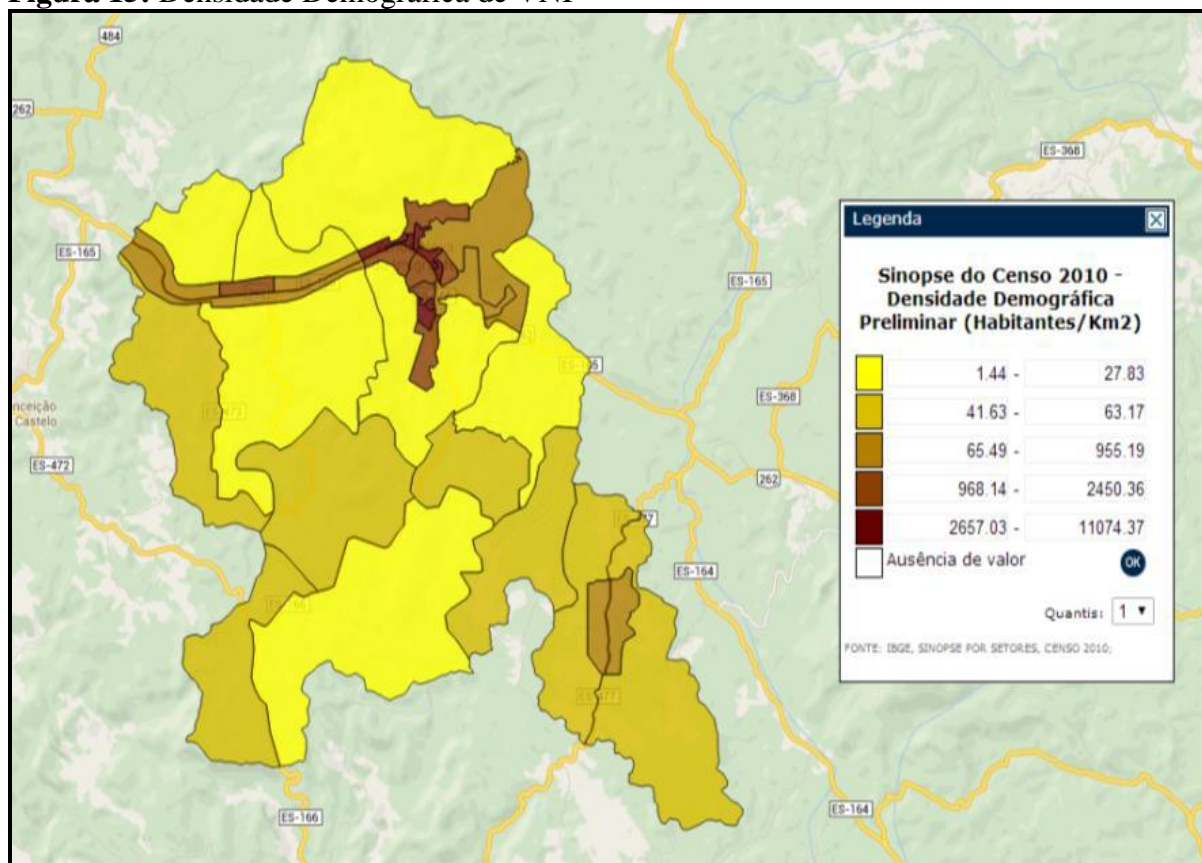
**Fonte:** Instituto Jones dos Santos Neves, 2012.

É possível afirmar que as rodovias foram importantes no desenvolvimento de Venda Nova, uma vez que todos os textos sobre o processo de colonização italiana na região (ZANDONADI, 1992; LAZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992) trazem relatos das dificuldades que o isolamento por falta de estradas infligia aos imigrantes e como esse cenário muda depois da BR-262. O autor e político local, Benjamim Falchetto diz que: “Venda Nova era distrito de Conceição do Castelo, mas, por causa da BR - 262, que corta a cidade, teve um crescimento muito rápido, e o pessoal começou a procurar Venda Nova como se fosse o El Dorado [...]” (FALCHETTO, 2017, p. 133).

Hoje, ao percorrer as rodovias, é fácil a percepção de que todo ajuntamento urbano se dá as margens das rodovias, até mesmo o distrito Caxixe Alto, que não fica à margem de uma rodovia, mantém a característica de concentração demográfica à margem da estrada, no caso do Distrito municipal.

Observando a figura 15, percebe-se que as áreas com maiores densidades seguem a BR-262, desenhando um corredor. É possível notar que a urbanização também se projeta no sentido à Castelo, margeando a ES - 166. Quanto ao Distrito do Alto Caxixe, fica claro, no mapa, que a concentração da população também se alinha com o curso da estrada.

**Figura 15:** Densidade Demográfica de VNI



**Fonte:** Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante (Plano Municipal de Saneamento básico, 2017).



No mapa anterior se observa que as áreas de maior densidade demográfica se localizam, obviamente, na zona urbana. No entanto, é preciso reconhecer que Venda Nova tem uma identidade rural que, apesar do crescimento urbano, se fortalece cotidianamente nas manifestações culturais, nos símbolos, na importância da agricultura e pelo aumento do agroturismo.

Além disso, as características do espaço rural de Venda Nova se aproximam muito da ideia de “nova ruralidade” discutido por Lima (2005, p. 45):

Em termos de discurso, o rural não é mais o agrícola, é o campo, uma paisagem rural associada à natureza, à memória de uma sociedade camponesa, um patrimônio a preservar. Cai a lógica produtivista e vem à tona a da qualidade de vida. A nova ruralidade se torna um estilo de vida. Opondo-se ao rural agrícola homogêneo, a ruralidade torna-se o rural da diversidade; a noção de paisagem reproduz a estetização da ruralidade, associada à natureza.

Essas características do campo em Venda Nova tem muita influência da escolha política/econômica do município pelo agroturismo. Também, percebe-se que as atividades econômicas rurais pautam as atividades urbanas. Outro aspecto importante de análise dessa identidade rural é o crescimento populacional de Venda Nova.

Diferente do Brasil que inverteu seu perfil demográfico, deixando de ser eminentemente rural, para ser predominantemente urbano ainda na década de 1970, Venda Nova concentrou a maior parte da população na zona rural até a década de 1990. Somente no Censo do ano 2000 houve uma inversão, o meio urbano passou a contar com mais habitantes do que o meio rural, e no censo seguinte (2010) se acentuando a diferença (Tabela 6).

**Tabela 6:** Série histórica população urbana e rural do Brasil, Espírito Santo e Venda Nova (Valores aproximados).

População		1970	1980	1991	2000	2010					
Brasil	População urbana	52.904.744	56%	82.013.375	67.6%	110.875.826	75.5%	137.755.550	81.2%	160.925.792	84.4%
	População rural	41.603.839	44%	39.137.198	32.4%	36.041.633	24.5%	31.835.143	18.8%	29.830.007	15.6%
Espírito Santo	População urbana	734.756	45.4%	1.324.701	64.2%	1.922.828	74%	2.469.621	79.8%	2.931.472	83.4%
	População rural	883.101	54.6%	738.978	35.8%	675.677	26%	633.769	20.2%	583.480	16.6%
Venda Nova	População urbana	935	17.1%	3.066	36.2%	5.034	43,2%	9.912	61,3%	14.809	72,4%
	População rural	4.524	82.9%	5.396	63.8%	6.627	56,8%	6.253	38,7%	5.638	27,6%

**Fonte:** PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2020); IJSN (1988); IBGE (2020). Organização do Autor (2020).

Alguns fatores podem ter contribuído para que Venda Nova só se tornasse eminentemente urbana apenas nos anos 2000, como: a pequena extensão territorial, uma das menores do estado (entre os 78 municípios do Espírito Santo, Venda Nova ocupa o 70.º (septuagésimo) lugar em área territorial (IBGE, 2020). As propriedades rurais mais distantes ficam à 30 km da Sede e todas as comunidades são conectadas por estradas, o que facilita a circulação no município; a centralidade da terra como estratégia de reprodução socioeconômica família, gerando ocupação no campo; a institucionalização do agroturismo e a formalização das agroindústrias criando novas possibilidades de renda para mulheres e jovens. Esses fatores podem ter arrefecido a migração para a zona urbana e amenizado alguns dos efeitos tão marcantes do êxodo rural no Brasil, no entanto, a população rural apresenta uma tendência à masculinização e ao envelhecimento.

A partir dos anos 1990, o êxodo rural no Brasil perde em intensidade (fatores como implementação de políticas públicas - Pronaf, aposentadoria rural, dentre outros, contribuíram para esse cenário) e se revela menos homogêneo. Se antes a migração era de toda a família, atualmente o êxodo rural se mostra seletivo, com maior concentração entre jovens e mulheres. São muitos os estudos que tratam do processo de masculinização e de envelhecimento da população rural no Brasil nas três últimas décadas (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; FROEHLICH e PIETRZACKA, 2004).

A população residente no meio rural em Venda Nova em 1980 era composta por 47,7% de mulheres e 52,3% de homens (IJSN, 1988). Os dados do censo demográfico de 2010 mostram que a população rural pouco variou na razão entre mulheres (46,7%) e homens (53,3%). Essa proporção é muito próxima da constituição da população rural do Brasil que é de 47,5% de mulheres e 52,5% de homens (IBGE, 2010).

Enquanto que na população rural nota-se uma tendência a masculinização, na população urbana as mulheres passam a ser maioria, saindo de 47,9% em 1980 para 50,5% em 2010. (IBGE, 1980; 2010).

Observando o quadro 8, percebe-se que os homens são maioria em todas as faixas etárias na população rural, sendo que a faixa de 30 a 59 é a que tem a maior predominância masculina. Isso implica dizer que, a despeito da construção institucional da identidade rural do município, o meio rural parece que, ainda, não é tão atrativo para as mulheres.

**Quadro 8:** População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio Rural/Urba do município de Venda Nova do Imigrante/ES, 2010.

Faixas Etárias	População Rural		População Urbana	
0 a 14	1.346 (moradores)		3.088 (moradores)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	53%	47%	52%	48%
15 a 29	1.517 (moradores)		4.083 (moradores)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	53.6%	46.4%	49.5%	50.5%
30 a 59	2.238 (moradores)		6.095 (moradores)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	53.7%	46.3%	49%	51%
60 ou mais	537 (moradores)		1.543 (moradores)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	52%	48%	46.5%	53.5%

**Fonte:** IBGE - Censo Demográfico, 2010. Organização do Autor (2020).

A localização do município na serra capixaba, com belas paisagens e o clima ameno, a exaltação da cultura italiana e a política de interiorização do turismo no estado, fazem de Venda Nova um caso de sucesso das políticas de turismo do Espírito Santo. As rotas rodoviárias que passam por essa porção territorial se integram a vários municípios, estabelecendo uma condição de posição/situação nodal, potencializando o fluxo de turistas, o setor de serviços e o comércio de produtos da agroindústria.

Para efeito de comparação, relacionou-se a dinâmica de crescimento de VNI aos demais municípios da Microrregião Sudoeste Serrana. Quando o então Distrito foi emancipado em 1989, tanto a sede (Conceição do Castelo) quanto o novo município (Venda Nova) ficaram com pouco mais de 10 mil habitantes. Pela estimativa do IBGE em 2019, Conceição do Castelo teve um crescimento de pouco mais de 2 mil moradores, enquanto que Venda Nova, nesse mesmo período, teve um aumento de 15 mil habitantes.

Esse aumento populacional coloca Venda Nova entre os cinco municípios, dentre os 78 do estado, que mais cresceram entre 1991 e 2010, conforme se observa na tabela 7.

**Tabela 7:** Dinâmica Demográfica – Comparativo entre os 5 municípios com o maior crescimento e os 5 municípios com o menor crescimento no Espírito Santo no período de 1991 a 2010.

Maior Crescimento entre 1991-2010				Menor Crescimento entre 1991-2010			
Municípios	1991-2000	2000-2010	1991-2010	Municípios	1991-2000	2000-2010	1991-2010
Piúma	58,93%	20,92%	92,18%	Mucurici	-47,93%	-4,15%	-50,09%
Serra	44,57%	27,43%	84,22%	Itapemirim	-36,80%	10,20%	-30,35%
Guarapari	43,23%	19,10%	70,59%	Santa Teresa	-29,75%	5,82%	-25,66%
Venda Nova do Imigrante	34,31%	26,49%	69,88%	Afonso Cláudio	-19,42%	-3,54%	-22,27%
Fundão	27,49%	30,87%	66,85%	Iúna	-19,68%	4,66%	-15,93%

**Fonte:** Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDUR (2014).

Observa-se que o crescimento populacional de Venda Nova é desproporcional em relação aos outros municípios da Microrregião Sudoeste Serrana. Cabe um destaque na comparação com Afonso Cláudio, que é o município polo da microrregião. A tabela 8 mostra que, entre o ano 2000 e 2019, Venda Nova cresceu mais de 56% e Afonso Cláudio decresceu 5.10%.

**Tabela 8:** Crescimento populacional dos municípios da Microrregião Sudoeste Serrana do Espírito Santo (Valores aproximados).

Municípios	Censo 2000	Censo 2010	Pop. estimada pelo IBGE (2019)	Aumento % (relação 2000 – 2019)	Distância dos municípios em relação a BR-262
Afonso Cláudio	32.232	31.091	30.586	- 5.10	55 km
Brejetuba	11.687	11.915	12.404	6.14	16 km
Conceição do Castelo	10.910	11.681	12.723	16.62	07 km
Domingos Martins	30.559	31.847	33.850	10.77	03 km
Laranja da Terra	10.934	10.826	10.947	0.12	80 km
Marechal Floriano	12.188	14.262	16.694	36.97	00 km
V. N. I	16.165	20.447	25.277	56.37	00 km

**Fonte:** IBGE (2020) e Google Maps (2020). Organização do Autor (2020).

Na tabela acima nota-se que as cidades da Microrregião, com centros urbanos mais distantes da BR - 262 têm menores as taxas de crescimento populacional. Obviamente que não se deve simplificar os fatores de crescimento de um município a sua proximidade com uma Rodovia Federal, no entanto, não se pode desconsiderar que há um grande impacto nas cidades que são contempladas com rodovias.

O crescimento populacional tem sido uma constante preocupação dos moradores locais, tanto no aspecto sociocultural, expressa no medo de perder os valores religiosos, morais e culturais, quanto no receio da expansão da ocupação urbana. Enquanto prefeito de Conceição de Castelo, de 1977 a 1981, Benjamim Falchetto já demonstrava com o ordenamento urbano.

Nós vimos que era necessário um projeto de expansão da cidade para ordenar o crescimento, para que não crescesse como favela [...] Eles fizeram o primeiro Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) de Conceição e Venda Nova. Talvez tenha sido o primeiro PDU feito num distrito no Brasil. (FALCHETTO, 2017, p. 133).

De certa maneira, as estratégias utilizadas para controle do crescimento da ocupação do solo na zona urbana lograram êxito, já que o município não há indícios de favelização e as habitações “apresentam um bom padrão construtivo” (IJSN, 1999, p. 18). No entanto, alguns fatores, como o alto valor imobiliário dos terrenos e a falta de uma política pública de moradia popular, influenciam na organização do espaço. É nítida, por exemplo, diferença entre o

padrão de habitação na região mais central e as construções nas comunidades Camargo e Alto Caxixe (IJSN, 1999).

A hierarquização dos valores de terrenos sendo a região central mais valorizada, com os mais pobres ocupando as regiões mais periféricas (IJSN, 2009), pode impactar na qualidade da oferta de políticas públicas nas comunidades mais afastadas. É possível observar que, apesar dos serviços ofertados pela administração pública como saúde (no quadro 09) e transporte público gratuito<sup>47</sup> estarem distribuídos com boa abrangência no território do município, comunidades como Camargo e Brambila estão à quilômetros de distância de um posto de saúde.

**Quadro 9:** Estabelecimentos Municipais de Saúde Públicos e Privados Conveniados ao SUS, 2020.

Estabelecimento	Tipo	Localização
Unidade de Saúde da Família de Alto Caxixe	Administração Pública	Distrito de Alto Caxixe
Unidade de Saúde da Família de São João de Viçosa	Administração Pública	Distrito de São João De viçosa
Unidade de Saúde da Família de Vargem Grande	Administração Pública	Comunidade Vargem Grande
Unidade de Saúde da Família de Vila Da Mata	Administração Pública	Bairro Vila da Mata
Unidade de Saúde da Família do Bairro Minete	Administração Pública	Bairro Minete
Unidade Sanitária de São Roque	Administração Pública	Comunidade São Roque
Unidade Sanitária de Vila Betânia	Administração Pública	Bairro Vila Betânia
Laboratório Municipal de Venda Nova do Imigrante	Administração Pública	Bairro Vila Betânia
Policlínica de Venda Nova do Imigrante	Administração Pública	Bairro Vila Betânia
Unidade Móvel Terrestre Venda Nova do Imigrante	Administração Pública	Território Municipal
Hospital Padre Máximo Venda Nova do Imigrante	Filantrópico	Bairro Vila Betânia

**Fonte:** Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2020).

Quanto à oferta de educação pública, o município apresenta lacunas na distribuição espacial das escolas. Comunidades como Alto Bananeiras, Bela Aurora, Cachoeira Alegre, dentre outras, necessitam do transporte escolar por não terem escolas em seus territórios.

Essas comunidades eram contempladas, até final dos anos 1980, com pequenas escolas multisseriadas. Segundo o documento “Perfil do Município Venda Nova do Imigrante”, em 1988, a cidade contava com 31 escolas públicas de 1º grau, 01 escola pública de 2º grau e duas Creches.

<sup>47</sup> O município oferta transporte coletivo gratuito para a população, além do transporte escolar gratuito para os alunos de toda rede pública. Cf. <http://vendanova.es.gov.br/website/Site/Noticia.aspx?id=1783>.

É importante ter presente que o documento em questão tecia duras críticas às condições de oferta da educação pública: escolas com deficiências estruturais, salas multisseriadas, escolas pluridocentes com dois professores na mesma sala, falta de transporte para os professores, oferta descontinuada de merenda, falta de servidores para cuidar da limpeza e da merenda, falta de materiais didáticos de apoio. Além disso, as escolas na zona rural ofertavam, com exceção da escola Pindobas, apenas o primeiro ciclo do 1º grau<sup>48</sup>.

Como propostas para melhoria das condições da educação, o documento Perfil do Município Venda Nova do Imigrante (IJSN, 1988, p. 63) diz:

Como alternativa de solução será a implantação de escolas de 1º Grau completo, que ofertem o ensino de 5ª a 8ª série, em localidades chaves do município, já que somente existe na sede, atualmente. E mais:

Implantação do ensino de 2º Grau em mais um lugar pré-determinado para uma melhor divisão de alunos, para não haver interrupção na 8ª série;

- Viabilizar a implantação de uma escola técnica, que poderia ser na sede do município, Vargem Grande, ou Pindobas; principalmente nas modalidades de carpintaria, pedreiro, marceneiro e outras;

Viabilizar um convênio entre Estado e Salesiano para implantação de um colégio técnico agrícola por intermédio do MEC ou Sedu;

A prefeitura deve se preocupar em implantar um meio de transporte entre localidades para uma melhor locomoção, tanto dos estudantes como da população da área rural;

Proceder às reformas necessárias nos prédios das escolas, aquisição e/ou reforma das carteiras para suprir as deficientes;

- Criação de um subnúcleo de educação, na sede do município, servindo inclusive para estocagem de merenda, para haver uma distribuição mais normal e racional às escolas;

- Necessidade de contratação de serventes para preparo e distribuição da merenda, como também os utensílios indispensáveis.

Como foi colocado na análise realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves, as propostas de resoluções dos problemas passavam pela ampliação da oferta na zona rural, implantação do transporte público, melhoria da infraestrutura de apoio. Não há sugestão para fechamento das escolas rurais, antes se indicou o melhoramento das existentes. No quadro 10 a seguir consta a relação de escolas da rede pública do município no ano de 1988 e a situação atual desses estabelecimentos de ensino.

**Quadro 10:** Relação de escolas da rede pública em Venda Nova no ano 1988.

	Escolas	Oferta	Administração	Localização	Situação atual
1	E.U. Onécio Paste	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
2	E.U. Cachoeira Alegre	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
3	E.U. Pedro José Lacerda	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
4	E. U. Sto Antonio do Oriente	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
5	E.U. Bananeiras	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente

<sup>48</sup> O que hoje corresponde ao Ensino Fundamental I.

6	E.U. Alto Bananeiras	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
7	E.U. N.Sra Aparecida	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Municipal	Zona Rural	Inexistente
8	E.U. Angelo Briosch	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Municipal	Zona Rural	Inexistente
9	E.U. Providência	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
10	E.U. Alto Providencia	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
11	E.U. Sapucaia	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
12	E.U. Fazenda Cutia	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
13	E.U. S. Pedro Alto Viçosa	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
14	E.U. Pedro Inácio da Silva	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Municipal	Zona Rural	Inexistente
15	E.U. Sta Maria Madalena	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
16	E.P. Viçosinha	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
17	E.P. Fazenda Camargo	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
18	E.P. N.Sra. São João Viçosa	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
19	E.P. Lavrinhas	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
20	E.P. Fazenda Angelo Dordenoni	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Em 1992 foi criada a Escola do Primeiro Grau do Alto Caxixe, fruto da junção entre as escolas Ângelo Dordenone e a Luiz Uliana.
21	E. P. F. Luiz Uliana	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	
22	E.P. Vai e Vem	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
23	E.P. Bela Aurora	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
24	E.P. Pindobas	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Existente
25	E.P. São Roque	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
26	E.P. Vargem Grande	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
27	E.P. Maria Lorenzone	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Rural	Inexistente
28	E.1º Grau Domingos Perim(Anexo Pindobas)	5ª a 8ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Urbana	Existente (deixou de ser anexo)
29	E.1º Grau Domingos Perim	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Urbana	Existente
30	E. 1º Grau Atílio Pizzol	1ª a 8ª Série do 1º Grau	Estadual <sup>49</sup>	Zona Urbana	Existente
31	E.1º Grau Liberal Zandonadi	1ª a 4ª Série do 1º Grau	Estadual	Zona Urbana	Existente
32	1º E 2º Graus Fioravante Caliman	5ª a 8ª Série do 1º Grau e 2º Grau	Estadual	Zona Urbana	Existente

**Fonte:** Perfil do Município Venda Nova do Imigrante (IJSN, 1988). Organização do autor (2020).

No final dos anos 1980 e durante toda a década 1990, segundo o Plano Municipal de Educação, Venda Nova passou por um forte processo de reorganização da estrutura de funcionamento da Secretaria de Educação. O município optou por fechar 22 pequenas escolas localizadas nas comunidades rurais, redirecionando os alunos e profissionais para escolas maiores. Esse processo, chamado de nucleação, teve como objetivo:

<sup>49</sup> Essa escola foi municipalizada em 1º de setembro de 2005, pelo Decreto nº 1.231/05.

[...] transformar escolas bem centralizadas e com prédios mais adequados em escolas polo. O processo era simples. Desativavam-se escolas com poucos alunos remanejando-os juntamente com a professora para escolas mais bem situadas, não necessariamente na sede dos municípios. Venda Nova assumiu essa postura e desativou na década de noventa vinte e duas escolas, todas sem nenhuma razão para continuar existindo. (Plano Municipal de Educação –2015/2025, p. 22).

O Plano Municipal de Educação reforça que o processo de nucleação das antigas escolas, centralizando-as em polos, tornou mais dinâmica a gestão pública e a oferta de escolas com melhores estruturas. No entanto, o documento não aborda os possíveis efeitos negativos do deslocamento dos alunos, tais como: exposição aos riscos do trânsito, cansaço imposto pelo tempo do trajeto e suas consequências, a desterritorialização dos processos educativos, que pode levar a desvinculação do cotidiano escolar com as relações estabelecidas em sua comunidade. O quadro 11 traz a relação de escolas públicas no município em 2020.

**Quadro 11:** Relação de escolas da rede pública em Venda Nova no ano 2020.

	Escola	Etapa	Administração	Localidade
01	EMEI James Yung	E. Infantil– Creche integral	Municipal	Comunidade Caxixe Frio
02	EMEI Vila da Mata	E. Infantil– Creche integral	Municipal	Bairro Vila da Mata
03	EMEI Vovó Helena Sossai I	E. Infantil– Creche integral	Municipal	Bairro Vila Betânia
04	EMEI Vovó Helena Sossai II	E. Infantil– Creche integral	Municipal	Bairro Vila Betânia
05	EMEI Vovó Elvira	E. Infantil– Creche integral	Municipal	Distrito São João de Viçosa
06	EMEI Flor de Ipê	E. Infantil– Creche integral	Municipal	Bairro São Pedro
07	EMEI Jardim Camargo	E. Infantil– Creche integral	Municipal	Comunidade Camargo
08	EMEI Antenor Honório Pizzol	E. Infantil– Creche parcial	Municipal	Distrito São João de Viçosa
09	EMEI Antônio Roberto Feitosa	E. Infantil– Creche parcial	Municipal	Bairro Tapera
10	EMEI Caxixe	E. Infantil– Creche parcial	Municipal	Distrito Alto Caxixe
11	EMEF Atílio Pizzol	Ensino Fundamental	Municipal	Distrito São João de Viçosa
12	EMEF Caxixe	Ensino Fundamental	Municipal	Distrito Alto Caxixe
13	EMEIEF Pindobas – Sede	Ensino Fundamental	Municipal	Comunidade Pindobas
14	EMEIEF Pindobas – Anexo Vargem Grande	E. Infantil– Creche parcial	Municipal	Comunidade Vargem Grande
15	EEEF Domingos Perim	Ensino Fundamental	Estadual	Bairro Vila da Mata
16	EEEF Liberal Zandonadi	Ensino Fundamental	Estadual	Bairro Vila Betânia
17	EEEFM Fioravante Caliman	E. F. e Médio	Estadual	Centro
18	IFES Campus Venda Nova do Imigrante	E. M. integrado ao técnico Ensino Superior	Federal	Bairro São Rafael

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Venda Nova (2015); Secretaria Estadual de Educação - SEDU (2020).

Faz-se importante ressaltar que, mesmo na ausência de um estudo aprofundado sobre os possíveis problemas da nucleação das escolas rurais, a educação tem melhorado seus índices nos últimos anos, alcançando, por exemplo, todas as metas estabelecidas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. A tabela 9 apresenta os dados entre 2007 e 2017.



**Tabela 9:** Série histórica do IDEB da rede pública de Venda Nova.

IDEB observado						Metas projetadas					
2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017
5.2	5.6	5.9	6.0	6.0	6.3	4.7	5.0	5.4	5.6	5.9	6.1

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2018).

Contudo, quando se compara a contribuição da educação no Índice de Desenvolvimento humano Municipal (IDHM) com as dimensões renda e longevidade, percebe-se que a educação tem o menor percentual na constituição do referido índice no município. A tabela a seguir (10) apresenta a participação de cada dimensão na composição do IDHM de Venda Nova e do Espírito Santo.

**Tabela 10:** Constituição do IDHM - Espírito Santo e Venda Nova

Dimensões	Estado/Município	1991	2000	2010	Crescimento entre 1991-2010
Renda	Espírito Santo	0,619	0,687	0,743	20%
	Venda Nova	0,605	0,690	0,731	20,8%
Longevidade	Espírito Santo	0,686	0,777	0,835	21,7%
	Venda Nova	0,676	0,762	0,845	25%
Educação	Espírito Santo	0,304	0,491	0,653	114,8%
	Venda Nova	0,282	0,533	0,624	121,3%

**Fonte:** PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2020). Organização do Autor (2020).

O IDHM de Venda Nova em 2010 é de 0,728, considerado alto (faixa entre 0,700 e 0,799). Essa marca situa o município em primeiro lugar na microrregião Sudoeste Serrana, porém, entre os anos 2000 e 2010, VNI apresentou o menor crescimento percentual.

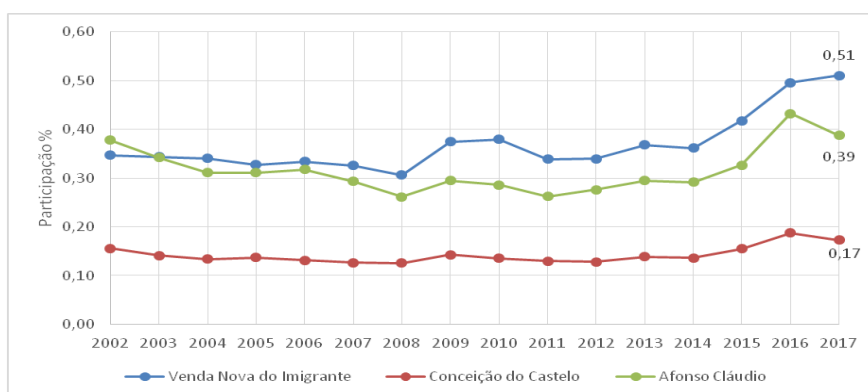
**Tabela 11:** IDHM dos municípios da Microrregião sudoeste serrana do Espírito Santo

Municípios	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Crescimento entre 1991 – 2010.
Afonso Cláudio	0,386	0,553	0,667	72.79%
Brejetuba	0,431	0,509	0,656	52,20%
Conceição do Castelo	0,408	0,551	0,670	64.21%
Domingos Martins	0,388	0,541	0,669	72.42%
Laranja da Terra	0,355	0,551	0,656	84.78%
Marechal Floriano	0,410	0,585	0,710	73.17%
Venda Nova do Imigrante	0,487	0,654	0,728	49.48%

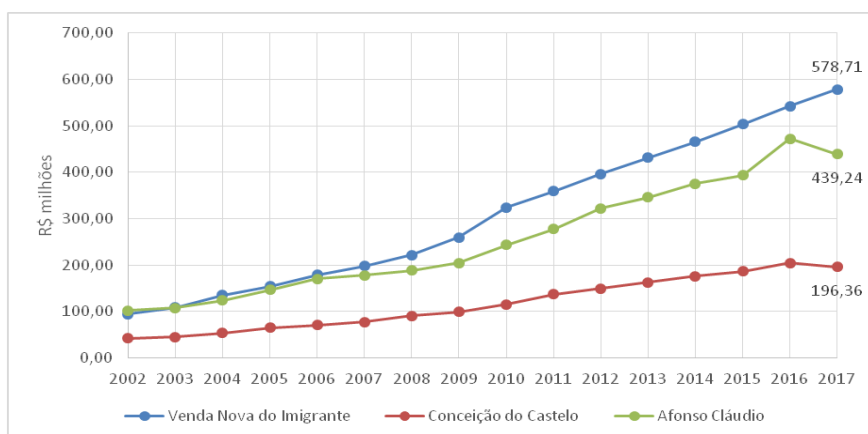
**Fonte:** PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2020). Organização do Autor (2020).

Quando se compara a tabela de crescimento populacional (tabela 8) com a tabela da progressão do IDHM (tabela 11), observa-se que os municípios com as maiores taxas de crescimento demográfico têm menores taxas de crescimento no IDHM, a exceção fica por conta de Marechal Floriano, que mantém os dois índices altos.

Nas figuras 16 e 17 a seguir, buscou-se estabelecer um comparativo entre Afonso Claudio, que é a cidade polo da microrregião, Conceição do Castelo, que foi o município sede e Venda Nova, a partir do PIB e da participação de cada município no PIB do estado.

**Figura 16:** Produto Interno Bruto - Participação % no total do Estado

Fonte: IJSN, 2017.

**Figura 17:** Produto Interno Bruto - em valores correntes - R\$ milhões

Fonte: IJSN, 2017.

Nas duas séries históricas é possível analisar que, desde o início dos anos 2000, Venda Nova se distanciou significativamente de Conceição do Castelo e, com menos ímpeto, de Afonso Cláudio, tanto na participação na composição do PIB do Espírito Santo, quanto em números absolutos do PIB municipal. Os bons índices nesses anos alçam Venda Nova a uma posição de centralidade política e econômica na microrregião Sudoeste Serrana.

A importância do município na economia e nos índices sociais também tem reflexos no lugar ocupado pelas manifestações culturais do município no cenário turístico do estado do Espírito Santo. Os eventos como a Festa da Polenta e a Festa do Tomate realizados em Venda Nova têm lugar de destaque, tanto nas propagandas oficiais do governo estadual, quanto nas mídias espontâneas dos principais grupos de mídias capixabas.

### 3.4 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: REFORÇO DA IDENTIDADE TERRITORIAL RURAL

Faz-se necessário uma reflexão sobre as manifestações culturais da comunidade vendanovense como importante aspecto da identidade municipal. As festas têm origens na organicidade da comunidade, mas, pós-emancipação, os eventos foram “institucionalizados”

como parte da estratégia do poder municipal de consolidar a identidade agrícola de Venda Nova.

Desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos uma preocupação parece ter sido uma constante: a preservação do idioma, dos costumes, tradições e religião. Havia certa homogeneidade cultural entre os imigrantes pioneiros, todos eram da mesma região da Itália, isso favoreceu a reprodução ou resignificação das tradições das famílias, um exemplo claro é a devoção a São Pedro. Nas oportunidades que tiveram, os italianos nomearam as regiões de colonização com o nome do santo, assim foi com São Pedro do Araguaia, São Pedro de Venda Nova e quando foram para o norte do estado, nomearam a nova colônia de São Pedro de Marilândia.

Ainda no núcleo de colonização Araguaia, as manifestações culturais davam aos imigrantes um senso de coletivamente que, de certo, amenizava as dificuldades de adaptação na nova pátria. Segundo Zandonadi (1992), “em São Pedro, a família (Caliman) era o centro religioso, social e cultural da comunidade, empenhada em conservar todo o patrimônio de belas e importantes tradições trazidas, zelosamente, da Itália” (1992, p. 69).

Algumas destas manifestações culturais e religiosas ficaram no passado ou foram sendo moldadas ao longo do tempo, outras foram retomadas no afã, principalmente dos veteranos, de reviverem as lembranças da juventude.

Nesse sentido, a família Caliman se manteve como uma referência cultural e religiosa, principalmente, com Padre Cleto Caliman, maior expoente da valorização do arcabouço cultural dos imigrantes. Nascido em Venda Nova no ano de 1914, Padre Cleto conviveu com os imigrantes pioneiros e com os primeiros descendentes, participando na sua infância e juventude de todas as festas religiosas, jogos e manifestações culturais (CALIMAN, 2002).

Nesse contexto, é possível deduzir que as manifestações culturais, trazidas ou adaptadas pelos imigrantes, encontraram na religião suas bases de sustentação. Tanto da perspectiva da moral, com a validação da igreja católica, quanto do aspecto organizativo e econômico, com utilização dos espaços e estruturas da igreja.

Talvez o caso mais emblemático seja a “Missa das dez”, um encontro comunitário que acontece logo após celebração da missa na igreja matriz. Essa “reunião” na verdade é um momento de descontração, onde os participantes se confraternizam cantando, bebendo vinho (por vezes uma boa cachaça) e conversam sobre tudo. Essa tradição é tão antiga quanto à própria igreja no município, os moradores mais velhos relatam que antigamente todos participavam da missa em jejum e, somente depois da celebração, tomavam café na cantina do pátio da igreja.

Em 2009, uma determinação da Diocese de Cachoeiro de Itapemirim proibiu o consumo de álcool nas festas e nas dependências das suas 41 paróquias. Venda Nova foi a única que não acatou a decisão naquele ano.

Em uma matéria do dia 03 de março de 2009, veiculada no *site* da rádio local FMZ, ressalta que a tradição em Venda Nova não era o alvo.

Nem toda a comunidade católica sabe da mudança. Padre João ainda fará o anúncio oficial durante as missas na Matriz. Quanto à cantarola italiana regada a vinho no bar da Igreja, a popular "Missa das Dez", logo após a celebração matutina, não está na mira da Diocese, garante o pároco. (FIDELIS, 2009. Matéria no *site* da rádio local FMZ).

Esse episódio exemplifica bem como as manifestações culturais dos imigrantes se fundiam com a própria igreja. Ao proibir o consumo de álcool em todas as paróquias e manter Venda Nova como exceção, a diocese dá à “Missa das dez” uma importância superior aos demais eventos.

Com a emancipação, em 1988, parece ter havido uma transição orgânica da responsabilidade de manter as tradições culturais entre a Igreja e a recém-criada Prefeitura. Doravante, a “máquina pública” passou a ser parte estruturante da valorização da cultura italiana. Como primeiro gesto nessa direção observou-se a inserção da terminação “do imigrante” no nome do município. Além disso, toda identidade visual foi direcionada para a validação da ascendência italiana, como, por exemplo, a alusão às cores da Itália nos símbolos municipais. A própria bandeira do município foi criada a partir de uma composição de símbolos sobrepostos à bandeira da Itália, conforme ilustrado nas figuras 18 e 19.

**Figura 18:** Bandeira do município de Venda Nova do Imigrante



**Fonte:** *Site* da Prefeitura municipal de Venda Nova.

**Figura 19:** Composição da bandeira do município de Venda Nova do Imigrante



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Venda Nova.

O movimento de institucionalizar, via Prefeitura Municipal, a herança cultural dos imigrantes, encontrou ressonância na política estadual de interiorização do turismo, já que no final dos anos 1980 o estado do Espírito Santo, buscando diversificar o turismo, destacou a região serrana como importante alternativa para o turismo, principalmente nos espaços não citadinos.

O programa de incentivo ao turismo alternativo nas duas outras regiões turísticas do Estado - agroturismo na Região Serrana Central e do turismo ambiental no Entorno do Caparaó emergem, pelo menos em tese, como uma segunda opção de entretenimento, bem como uma estratégia de interiorização de oportunidades de desenvolvimento através de uma atividade de baixo custo operacional, que agregue renda para as coletividades residentes no setor serrano do Estado. (PORTUGUEZ, 2017, p. 44).

Nesse cenário propício as manifestações culturais se fortaleceram, principalmente, as festas que remetem as heranças culturais italianas, alinhando políticas estaduais e municipais, potencializadas pelas reportagens dos maiores jornais (impressos, televisivos e digitais) do estado. As festas, as tradições e o agroturismo são presenças constantes nas matérias dos jornais e, para atender as demandas turísticas, o município adotou como política um rígido calendário de eventos em busca de manter atrações culturais durante todo o ano, reafirmando as características étnicas italiana das manifestações culturais e do agroturismo.

Dada a relevância dos eventos culturais e de sua relação com o agroturismo, considera-se que há impacto para a agroindústria do município. Com efeito, as festas trazem para a cidade um grande número de turistas, movimentando a cadeia de comércio local. Os eventos apresentados a seguir são os que concentram maior número de participantes e que tem

maior destaque na mídia. As análises realizadas têm como fundamentação a observação direta e a pesquisa bibliográfica.

## Pan e Vin

Figura 20: Reportagem sobre a festa do Pan e Vin, 2014.

20 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, DOMINGO, 21 DE DEZEMBRO DE 2014

Regional

TRADIÇÃO MILENAR

# Guardiões do fogo nas montanhas

Descendentes de italianos de Venda Nova mantêm costume de acender fogueira em festa para comemorar a visita dos Reis Magos

Leandro Fidelis  
VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Os italianos que colonizaram Venda Nova do Imigrante, na região serrana, trouxeram muito mais do que a paixão pela polenta. Na véspera do Dia de Reis, em 5 de janeiro, os homens mais velhos da cidade perpetuam uma tradição que remonta ao período anterior ao cristianismo na Europa.

Eles são personagens principais do Panevin (pão e vinho), uma festa noturna que reúne famílias inteiras para celebrar a visita dos Três Reis Magos ao menino Jesus. Depois de rezarem e entoarem cânticos religiosos, os anfitriões da casa acendem a fogueira, e, por isso, são considerados os "guardiões do fogo".

O mais conhecido é o agricultor Ambrósio Falqueto, 94 anos, que todos os anos recebe a comunidade no quintal de sua casa, como o professor de música e regente de coral Romualdo Falqueto, 70 anos.

Como manda a tradição, Ambrósio prepara a lenha durante o dia, que recebe água benta antes de ar-

der até a noite terminar.

O acendimento da fogueira é seguido há mais de um século, assim como faziam os italianos da Província de Treviso, região do Vêneto, origem da maior parte dos descendentes de Venda Nova.

Segundo o agricultor Benjamin Falqueto, 87 anos, a fogueira simboliza a Estrela Guia que conduziu os Reis Magos até Belém, onde nasceu Jesus. Durante diversas ocasiões, o agricultor foi o guardião do fogo em sua casa.

"No passado, os agricultores comemoravam a colheita queimando palha de trigo e de videira, as matérias-primas para o pão e o vinho. Se a chama soltasse fumaça, significava que a próxima safra seria abundante. Se pensasse para um dos lados, sinalizava o contrário."

Até 1939, o Panevin era realizado por 20 famílias em vários cantos do município. Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, quando os italianos foram proibidos de manifestar publicamente sua cultura e falar o idioma natal, a tradição deu uma pausa, só retornando após 1949.

"A gente sentia saudade da festa e foi o agricultor e escritor Máximo Zandonadi quem reacendeu a chama da tradição", lembra Benjamin.

Atualmente, duas festas de Panevin são as mais populares: a de Ambrósio, na localidade de Bananeiras, e a promovida pelo Coral Santa Cecília, no Centro de Convivência Vicente Falqueto, em Lavrinhas.

AMBRÓSIO, BENJAMIN E ROMUALDO veem a fogueira queimar como na festa Panevin, comemorada na véspera do Dia de Santo Reis, em 5 de janeiro. A tradição remonta ao período anterior ao cristianismo na Europa



Fidelis (2014). Fonte: Matéria no Jornal A Tribuna.

A Festa comemorada no dia 05 de janeiro é uma referência à visita dos Reis Magos ao Menino Jesus, mas que remota a antiguidade pagã. A tradição de acender uma grande fogueira nas vésperas do dia dos Reis Magos veio com os imigrantes italianos para o Brasil, o fogo simbolizava um rito de passagem do ano velho para o novo, onde era queimado tudo que já não prestava, ao mesmo tempo representava a estrela que guiou os Reis Magos.

A festa começa com um tom bem religioso com a reza do terço e a ladainha de Nossa Senhora, mas, num segundo momento, segue com menos fervor (religioso) com as cantigas tradicionais italianas e servindo o "Vino caldo alle spezie" (vinho quente com especiarias), pinza (broa de fubá com pinoli, uva passa, figo seco, etc) e os crostoli (também conhecido como grostoli, cueca-virada, orelha de gato, a versão mais abasileirada lembra um bolinho de chuva e a versão italiana é uma massa fina de pastel cobertos de açúcar). Todas as bebidas e comidas são contribuições da comunidade, compartilhadas entre os participantes. (JORNAL FOLHA DA TERRA, 1996).

Um dos pontos altos da festa é a tradição de observar qual o sentido das labaredas da fogueira, quando “*Se 'e faive va a matina, ciol su 'l sak e va a farina*” (Se as faíscas tomarem a direção leste é melhor ir comprar farinha. Previsão ruim para a colheita do ano), se “*le faville le va a sera, de polenta piena la caliera*” (Se as faíscas forem para o poente, terá a panela cheia de polenta. Ótima previsão de colheita). (JORNAL FOLHA DA TERRA, 1996).

A proibição de manifestações populares de origem italiana, durante a segunda guerra, contribuiu para que muitas tradições perdessem espaço. A tradicional festa do *Pan e Vin* ficou “esquecida” por décadas, e somente nos anos 1990 que os descendentes retomaram a tradição dos imigrantes (ZANDONADI, 1980).

O resgate dessa manifestação cultural é emblemático na construção da identidade turística de Venda Nova, já que se dá num outro momento histórico. Nesse novo contexto, a comemoração dá lugar à demonstração e o que era litúrgico cede lugar ao teatral.

### **Festa da Polenta**

A Festa da Polenta é hoje a maior manifestação popular de Venda Nova e, apesar de reunir em sua programação todas as manifestações que trazem as marcas de *oriundi*, o festejo não é uma tradição herdada dos imigrantes pioneiros, o evento nasceu apenas em 1978 (*SITE DA ASSOCIAÇÃO FESTA DA POLENTA*).

A Festa foi idealizada pelo Padre Cleto Caliman com o objetivo de propiciar a comunidade um lugar de encontro para rever os amigos, contar histórias, relembrar suas tradições e celebrar a polenta, prato símbolo da resistência dos imigrantes nos tempos mais difíceis.

O primeiro encontro oficial aconteceu em 1979, participando cerca de 1500 pessoas, no pátio da Escola Estadual Fioravante Caliman, local da festa por mais de dez anos, até se transferir para o Centro de Eventos Padre Cleto Caliman (Polentão). Nas últimas décadas a média de público, durante toda a programação, é de 40 mil pessoas. Atualmente a festa acontece em dois finais de semana do mês de outubro, em alusão a data de nascimento do Padre Cleto (*SITE DA ASSOCIAÇÃO FESTA DA POLENTA*).

**Figura 21:** Primeiros cartazes que se tem registro da Festa da Polenta

**4º Festival da Polenta**  
**VENDA NOVA COLÉGIO SALESIANO**  
**DIAS 16 E 17 DE OUTUBRO DE 1982**

**DIA 16 DE OUTUBRO DE 1982**  
 20:00 h. - Arrimado **FORRÓ** CONJUNTO DA AMIZADE, com 24. e seu cavaquinho, sanfona eletrônica, bateria, violões, etc. Sota da pesada.  
 23:00 h. - Cada ingresso para o **FORRÓ**, dá direito ao sorvete de um Bafo Travador Cassete, no valor de 25.000,00, à vontade!

**DIA 17 DE OUTUBRO DE 1982**  
 09:00 h. - Abertura da Feira Artesanal e de Produtos Regionais, colaboração das Comunidades Italo-Italo-Brasileiras.  
 10:00 h. - No salão nobre, **MISSA FESTIVA**, com a participação do Coral Santa Cecília, Vendedores e Comunidades Irmãs.  
 11:00 h. - Tra-jeito, com a capirissima Balandê, Torresmo Ezim, etc.  
 11:30 h. - Moquea Típica Italiana, com a nativa **POLENTA** frita ou ao tócho, queijo, linguiça, frango, etc. e etc.  
 12:00 h. - Canções Italianas.  
 13:00 h. - **Música Quente!** Banca em ritmo de fervura! **Até cair!**  
**GRUPO MUSICAL PORTO DO SUL**

**FINALIDADE:** O 4º Festival da Polenta, já 4º edição em Venda Nova, tem por finalidade: "Ampliar de solidariedade, fraternidade e amizade das Comunidades Italo-Brasileiras, incluindo as mesmas paróquia de Santa Cecília, Gregório e anglicana".

**APOIO:** Lions Clube de V. Nova, Comunidade e Rede Gazeta de Comunicações.

**ATENÇÃO:** O Festival é Apoiado Paralelo não possui, em ritmo de alegria, camaradagem, sota, **XIRU TOTTI FRATELLI**

**Salesianos de Dom Bosco**  
**100 ANOS DE BRASIL E 10 ANOS DE VENDA NOVA**

**5º FESTIVAL DA POLENTA**  
**VENDA NOVA Colégio Salesiano**  
**29 e 30 / Outubro / 1983**  
 Sábado e Domingo

**MAMA VICTÓRIA**  
 Dia 29 de Outubro - 20 hs. - **FORRÓ, XIRU DO SUL**  
 O ingresso dá direito ao sorvete de vários sabores. O Forró terminará a 01 da manhã. Das 10:00 às 20:00 em ponto.

**Dia 30 de Outubro - Dia Máximo das Festividades**  
 09:00 h. - Abertura da Feira Artesanal e de Produtos Regionais e das Comunidades Italo-Brasileiras, com a participação do Hospital Padre Máximo e do Colégio Salesiano de EUSEBIO.  
 10:00 h. - **MISSA FESTIVA**, com a participação do Coral Santa Cecília, Vendedores e Comunidades Irmãs.  
 11:00 h. - Capirissima, com sua grande variedade, etc.  
 11:30 h. - Tra-jeito, com a nativa **POLENTA**, frita ou ao tócho, queijo, linguiça, frango, etc. e etc.  
 12:00 h. - **Música Quente!** Banca em ritmo de fervura! **Até cair!**  
**GRUPO MUSICAL PORTO DO SUL**

**OBJETIVO:** O Festival da Polenta já 4ª edição em Venda Nova e sede da **Coletânea Capoteira da EMBRATUR**, Encanto Fraterno das Comunidades Italo-Brasileiras.

**RESULTADO:** Refeições de todos os sabores, variedade dos produtos de grande variedade, Hospital Padre Máximo, Rede Social do Parquinho e Lazer Beneficente de SCOR.

**APOIO:** Associação de IEM - Conselho de Desenvolvimento Comunitário de EM - Rede Gazeta de Comunicações, Coral Santa Cecília - Lions Clube de Venda Nova.

**SINTONIA:** Participe do Festival em ritmo de alegria, camaradagem, sota, e sota, **SIAMO TOTTI FRATELLI**, dia o italiano. Pode participar que se quiser das Comunidades, grupos ou indivíduos, em tempo real, presencial, sendo assim, com calma e paciência, em fax todos. **TOTTI QUANTI** sota variado e quente. **TOTI SA**.

**OBS:** O Festival da Polenta se realizará com chuva ou sem chuva. Não Perca!

**Fábr. de Artefatos de Metal**  
 Félix Falqueto  
 Espaço de ferro, alumínio, portas de aço, estruturas metálicas, etc.  
 Rod. Br 262 - Km 103 - Venda Nova - ES

**CASA DA LAVOURA**  
 R. D. VIEIRA & CIA. LTDA  
 Alameda, Pórtico, Pastelaria, Sorveteria, Bazar, etc.  
 Rod. Br 262, s/n - Km 103 - 546.1135 - V. Nova ES

Fonte: Site da associação Festa da Polenta.

Como o evento sempre foi organizado e realizado por voluntários, foi preciso se organizar legalmente para atender às demandas que se avolumaram com o crescimento da festa e em 1991 se criou a personalidade jurídica do evento: a Associação da Festa da Polenta - Afepol. (*SITE DA ASSOCIAÇÃO FESTA DA POLENTA*).

A festa é realizada com a participação de cerca de 1500 voluntários, que são organizados em equipes para atuar em vários setores, os voluntários recebem instruções prévias e ganham um “kit” com camisa com a logo da festa, crachá, pulseira de identificação e dois vales alimentação, dando direito a pratos típicos ou polenta com molho.

Todos os grupos sociais do município buscam ser representados de alguma maneira na programação da festa. Um dos momentos mais notórios da representatividade simbólica é o desfile público, conforme ilustrado nas figuras 22 e 23, que abre o primeiro final de semana de programação da festa, onde os grupos sociais e as famílias exibem estandartes com seus respectivos brasões.



**Figura 22:** Desfile Cultural da Festa da Polenta, 2015.



**Autoria:** Fernanda Zandonadi. **Fonte:** Site da Rádio local FMZ.

**Figura 23:** Desfile Cultural da Festa da Polenta, 2019.



**Autoria:** Fernanda Zandonadi. **Fonte:** Site da Rádio local FMZ.

O desfile da Festa da Polenta, tradicionalmente, tem como objetivo apresentar as famílias dos imigrantes italianos, sempre em destaque os nomes mais habituais do município: Caliman, Falchetto, Perim, Brioschi, Carnielli, Venturin, Zandonadi, Altoé, dentre outros. Em 2019, pela primeira vez em anos, o desfile teve a presença de representantes das famílias negras de Venda Nova.

**Figura 24:** Desfile Cultural da Festa da Polenta, 2019.



**Autoria:** Fernanda Zandonadi. **Fonte:** Site da Rádio local FMZ.

O desfile tem início na Prefeitura Municipal, percorrendo todo o Centro e se encerra no Centro de Eventos Padre Cleto (Polentão). No cortejo as famílias desfilam com carros antigos e tratores enfeitados com as cores da Itália, todos ornamentados com utensílios tradicionais usados na época da imigração, durante o percurso os participantes cantam músicas tradicionais italianas.

Com o passar dos anos, a Festa da Polenta cresceu e se modernizou, realizando mudanças na organização e no próprio sentido do evento. As atualizações foram acontecendo de maneira gradual, se acentuando, *pari passu*, à profissionalização da Afepol.

As 15 últimas diretorias<sup>50</sup> implementaram novas técnicas de gestão que consolidaram a marca “Festa da Polenta”. Tornando-a um importante espaço de exposição midiática, que já teve como patrocinadores<sup>51</sup> grandes empresas como: Selita, Sicoob, Refrigerantes Coroa, Banestes, Caixa Econômica Federal, Defagro, Mapfre Seguradora. Diante disso, é possível dizer que o evento ao se modernizar, integra-se à lógica do mercado.

A Festa da Polenta passou a ser uma “vitrine” para todos os atrativos turísticos do município. A cada edição são introduzidos novos elementos e tradições são ressignificadas, visando se fortalecer, midiaticamente, como atração turística.

<sup>50</sup> As diretorias são eleitas para um mandato de dois anos. (<http://www.festadapolenta.com.br/atribuicoes-diretoria>).

<sup>51</sup> É possível conferir nas principais mídias do estado a referência à Festa da Polenta como uma marca forte. Cf. <https://www.folhavoria.com.br/geral/blogs/midiaemercado/2010/10/01/a-fazenda-3-da-lideranca-para-a-record-e-sidemberg-rodrigues-no-2-seminario-tecnico-de-gestao-sustentavel/>

Nesse itinerário, Nara Falqueto Caliman, em sua dissertação “Uma Itália que não existe na Itália: Tradição e Modernidade em Venda Nova do Imigrante - ES”, afirma que o apelo da organização da festa em “resgatar” as tradições implica em reconhecer que estas já não fazem parte do dia a dia dos vendanovenses.

[...] entre 2004 e 2005, se consolida a filosofia de tornar o vendanovense o astro da festa, quando ele deixa de ser o público-alvo para ser seu ator principal, o braço que organiza, que recebe o turista, que prepara a cidade para recebê-lo. É nesse momento que se materializa para o cidadão vendanovense a transição do que até então era uma festa da comunidade e para a comunidade, para uma festa destinada ao turista. Aqui se consolida a preocupação com o resgate e a dramatização dos hábitos e costumes dos imigrantes, da beleza plástica, do resgate dos hábitos e costumes, com o objetivo de atrair e entreter o turista. (CALIMAN, 2009, p. 102).

Dessa maneira, a festa se distanciou do objetivo inicial da “diversão e confraternização das famílias de Venda Nova” (JORNAL FOLHA DA TERRA, 1996), pois realocou os moradores na dinâmica do evento. O próprio exercício do voluntariado passou a ser uma atração explorada midiaticamente. É comum, por exemplo, autoridades públicas e empresários estamparem capas de revistas locais servindo e limpando mesas ou cozinhando.

Cada elemento da festa: o cenário, as danças, as músicas e a narrativa do evento como síntese do cotidiano dos primeiros imigrantes, são pensados como atrações que oferecem ao turista um espetáculo. Para Perez (2002, p. 28), há uma distinção entre festa e espetáculo:

[...] embora a festa seja também um espetáculo, distingue-se dele, pois exige a participação ativa, marcada por esse aniquilamento, por esse abandono de si e na con-fusão com o outro. É impossível ser apenas espectador de uma festa. Ela impõe participação, leia-se relação, o estar-junto.

Nesse mesmo itinerário, Carvalho (2010, p. 48) corrobora:

A espetacularização“ é um processo multidimensional. Para começar, implica em um movimento de captura, apreensão e mesmo de confinamento. Trata-se de enquadrar, pela via da forma, um processo cultural que possui sua lógica própria, cara aos sujeitos que o produzem, mas que agora terá seu sentido geral redirecionado para fins de entreter um sujeito consumidor dissociado do processo criador daquela tradição.

Nesse sentido, percebe-se um misto de sentimentos quanto às representações sociais nos elementos que compõem a festa. Enquanto os gestores se esforçam para vender o evento como representação da herança cultural dos imigrantes, para os moradores a festa pode parecer descolada da realidade que eles vivem.

Essa percepção anacrônica pode ser mensurada, em certa medida, pela setorização hierarquizada do espaço. Na parte “nobre” ficam os palcos principais, a vila cenográfica e a

praça de alimentação, aqui, o cenário é bem trabalhado para remeter as tradições dos imigrantes (apresentações, músicas e ornamentação). No sentido oposto, deslocado das principais rotas, há um pequeno palco onde os músicos locais se apresentam, nesse espaço, a percepção parece ser mais sincrônica com o cotidiano da comunidade.

As “tradições” inventadas como o desfile das rainhas e princesas da Festa da Polenta e as tradições ressignificadas como o paiol do nonno, a casa da nonna, a serenata italiana, o plantio e colheita do milho, foram inseridas na lógica da profissionalização da festa. O objetivo visa a atender duas demandas: (a) valorizar a marca “Festa da Polenta”, colocando-a em evidência durante todo o ano. Segundo a Afepol, “a diretoria e vários voluntários se mobilizam para organizar as ações relativas ao calendário anual cultural mantido pela Afepol, como Plantio do Milho, Serenata Italiana e Colheita do Milho”. (*Site da Festa da Polenta*, 2019); (b) oportunizar a comunidade local momentos mais intimistas, que remetem à gênese da festa. Para a Caliman (2009, p. 102):

Evolui desse marco a criação do calendário da Festa da Polenta, estendendo-se ao longo do ano, agregando os rituais do plantio, da montoa e da colheita do milho e da Serenata Italiana, sendo que esta última surge justamente para suprir a nostalgia dos nativos pelo formato que a festa da Polenta tinha quando era realizada no Colégio Salesiano, voltada principalmente para o povo da cidade.

A programação anual da Festa da Polenta é uma representação simbólica do ciclo “plantio, colheita e consumo”. Essa analogia é mais fortemente explorada na letra da música oficial da festa: “La bella polenta<sup>52</sup>”.

Nas celebrações do “plantio do milho” que acontecem no mês de março e da “colheita do milho” que são realizadas em setembro, os participantes são basicamente os moradores. No entanto, o alcance midiático é potencializado pelas redes sociais, sites institucionais e matérias de jornais como “A Gazeta” e “A Tribuna”, os eventos são cuidadosamente registrados.

Os participantes são incentivados a usarem trajes típicos e utensílios de época, produzindo um belo espetáculo de cores e movimentos na tentativa de reproduzirem o cotidiano dos primeiros imigrantes. Há de se considerar que a quantidade de fubá consumida na Festa da Polenta é muito maior do que a produzida. Assim, o plantio e a colheita cumprem mais uma função cenográfica (Figuras 25 e 26) que alimenta a propaganda em torno da Festa principal, do que suprimento de milho.

---

<sup>52</sup> A Afepol disponibiliza para o público o livreto (impresso e digital) com as cancionetas que são referências nas manifestações culturais do município. Cf. <http://www.festadapolenta.com.br/cartilhamusicalfesta.pdf>

**Figura 25:** Plantio do Milho para Festa da Polenta, 2011



Fonte: Site da Rádio local FMZ.

**Figura 26:** Colheita do Milho para a Festa da Polenta, 2011



Fonte: Site da Rádio local FMZ.

Entre o plantio (março) e a colheita (setembro) acontece, em julho, a Serenata Italiana. Uma manifestação cultural espontânea, que consistia em encontros de vizinhos na rua para compartilhar comidas e cantar as velhas canções italianas. A Serenata foi “inserida” no calendário anual da Festa da Polenta, preenchendo uma lacuna de eventos no município.

Atualmente, a Serenata é um cortejo que tem quatro pontos de saídas concomitantes: Bananeiras, Tapera, Providência e Lavrinhas e se encontram no Polentão. Os participantes se vestem com trajes típicos, ornamentam carroceria de tratores e seguem cantando as

cancionetas italianas rua afora. São distribuídos livretos com as músicas tradicionais, com as versões italianas e suas respectivas traduções.

**Figura 27:** Serenata Italiana



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante (2019).

Se por um lado os moradores se queixam do novo formato do evento, que cresceu muito e perdeu parte de suas características iniciais, por outro lado, o comércio local e os empreendedores do turismo apostam no evento, pois movimentam a cidade. Os comerciantes enfeitam as ruas por onde irá passar a Serenata e o crescente número de turistas aquece a ocupação hoteleira e o comércio. Segundo o Secretário municipal de Turismo, Esporte e Lazer, Marco Grillo, a Serenata Italiana “é um evento que gera emprego e renda. Quem organiza é a Afepol, mas a Prefeitura acompanha e apoia dando suporte e atendendo às demandas da sociedade”. (*SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA, 2017*).

Nesse itinerário, a Prefeitura Municipal de Venda Nova tem adotado, sistematicamente, ajuda financeira e organizacional aos eventos relacionados à Festa da Polenta. Essa interação entre a personalidade jurídica Afepol e o poder público municipal encontra justificativa no fortalecimento da identidade turística da cidade. A figura 28 é um exemplo da relação interinstitucional (Prefeitura e Afepol).

**Figura 28:** Mapa de apoio para o público da Serenata Italiana, realizado pela Prefeitura.



**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal de Venda Nova (2017).

É importante ressaltar que no bojo da institucionalização da cultura italiana como representação máxima do turismo no município, o agroturismo e conseqüentemente as agroindústrias familiares, são tomadas como pano de fundo para aplicação de recursos públicos, uma vez que as festas do município, de uma maneira geral, exaltam a tradicional culinária dos imigrantes. Estabelecendo, assim, pontos de interseção entre as manifestações culturais e as políticas públicas, como, por exemplo, a fiscalização dos alimentos consumidos nos eventos.

Como é o caso da Serenata Italiana, onde os alimentos consumidos são, tradicionalmente, oferecidos pelos próprios moradores locais ao longo do cortejo. Os quitutes, geralmente linguiça e queijo, são assados ou fritos em “fogões móveis” chamados de “polentas móveis”. Esse formato é um grande desafio para a Vigilância Sanitária e para o Serviço de Inspeção municipal, pois, sem o registro das pessoas fica impossível verificar a procedência e qualidade dos alimentos.

Nessa direção, as ações conjuntas entre as secretarias de Saúde (vigilância sanitária), de agricultura (serviço de inspeção) e a secretaria de turismo, esporte e lazer, têm surtido efeito na conscientização da comunidade. Atualmente, todos os “polentas móveis” são emplacados anualmente, permitindo um exitoso trabalho no controle da qualidade dos alimentos. Na figura 29 se observa o convite para o emplacamento dos “polentas móveis”.

**Figura 29:** Convite para emplacements dos "polentas móveis".



**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal de Venda Nova (2017).

O trabalho de conscientização da comunidade para implementação de estratégias de controle de alimentos servidos nas festas culturais não são ações isoladas, estão no raio de atuação das políticas públicas de promoção e regulação das agroindústrias familiares. Nas palavras do representante da secretaria de Agricultura do município:

O S.I.M<sup>53</sup> possui cronograma de capacitação periódica dos produtores registrados, como participações em cursos, eventos, palestras e feiras. O S.I.M. vem atuando no Município de Venda Nova do Imigrante em conjunto com a Vigilância sanitária para promoção da comercialização de produtos registrados e orientação aos comerciantes locais, com fiscalizações de eventos, feiras e do comércio para combate a clandestinidade e valorização dos produtores registrados. (REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, 2019).

Nesse contexto, a Festa da Polenta também teve que se adaptar, passando a comprar a linguiça artesanal em estabelecimento autorizado pelo serviço de inspeção, abolindo, assim, a prática de produzir no local da festa, sem a devida autorização do controle sanitário.

Todas essas atualizações têm transformado a Festa da Polenta numa referência de organização. O quadro 12 sintetiza o formato de organização dividida em setores, cada um desses setores é composto por equipes de voluntários.

<sup>53</sup> Serviço de Inspeção Municipal.



**Quadro 12:** Festa da Polenta - Organização por equipes.

EQUIPES	OBJETIVOS
Cozinha	Preparar os pratos típicos;
Cozinha do bar	Produz iguarias típicas em porções;
Recepção do almoço	Organiza a recepção e distribuição do Almoço;
Bar	Prepara, gela e distribui as bebidas;
Limpeza	Recolhe lixo, descartáveis e limpa as mesas;
Portaria	Controla entrada e saída do público.
Portaria do menor	Identifica o responsável pelos menores
Paiol do “Nonno”	O local reproduz os costumes dos “Nonnos”;
Casa da “Nonna”	O local reproduz os costumes das “Nonnas”;
Puxadinho da Nonna	Produz pães e biscoitos, assados no forno de barro;
Panelão Gigante	Prepara o tombo da Polenta Gigante de todo o evento;
Vinho	Seleciona rótulos de vinho especiais para o evento;
Armazém	Prepara e vende “souvenirs” do evento;
Faixa da Polenta	Instala a faixa FESTA DA POLENTA no vale Tapera;
Desfile das Famílias	Organiza o desfile das famílias. Manhãs de dois sábados;
Desfile da Rainha	Organiza e seleciona as pré-candidatas a Rainha;
Granello Giallo	Ensaia, organiza e faz apresentações de danças típicas;
Coral Sol da Manhã	Coral de jovens que ensaiam e cantam músicas típicas;
Coral Dei Bambini	Coral de crianças (4 a 12 anos), vestidos tipicamente encantam e cantam durante a festa;
Camarim	Organiza o espaço para receber os artistas;
Suprimentos	Organiza as compras de matéria-prima, bem como controla a entrada e saída de materiais;
Caixas	Organiza o sistema de fichas e ingressos;
Finanças	Controla a entrada e saída de recursos financeiros;
Infraestrutura	Prepara a montagem e desmontagem da infraestrutura móvel no Centro de Eventos.
Ornamentação	Ornamenta o evento e o desfile da Rainha;
Comunicação Visual	Organiza a sinalização dentro e fora do evento;

**Fonte:** Site da Associação Festa da Polenta.

Todas as equipes listadas acima são coordenadas por seus respectivos setores da gestão, a saber:

(A) Diretoria Financeira analisa os orçamentos, examina pagamentos e recebimentos e toda parte contábil da AFEPOL, bem como toda a equipe que irá atender nos caixas e retaguarda financeira durante todo o evento; (B) Diretoria Cultural prepara a programação cultural as contratações das atrações e programação da Festa. São decisões importantes, pois implica a identidade do evento e reverbera diretamente nos custos; (C) Diretoria de Patrimônio cuida para que toda estrutura física, equipamentos, utensílios e equipamentos estejam em perfeito funcionamento, bem como todo o patrimônio da AFEPOL este cuidado; (D) Diretoria Administrativa é responsável por acompanhar os serviços da secretaria, redigir as atas de todas as reuniões e auxiliar nos demais serviços, dentre eles o serviço de administrar os voluntários da FESTA. (SITE DA FESTA DA POLENTA).

Apesar das diretorias serem eleitas democraticamente, a gestão pode negligenciar, representativamente, alguns setores que dialogam diretamente com a dinâmica da festa, visto que, institucionalmente, não há uma agenda oficial para setores como agroturismo e agroindústria familiar.

Dessa forma, parece um contrassenso uma festa que mantém a centralidade em torno da comida, não ter a agroindústria familiar como parte orgânica da festa. Essa situação pode gerar algumas consequências como o distanciamento dos produtores da agroindústria familiar nos espaços deliberativos do evento.

Outra questão que aponta incoerência é a valorização dos utensílios de época, do *saber-fazer* das *nonnas* e reconhecimento dos hábitos alimentares dos imigrantes pioneiros como atrativos turísticos, ao mesmo tempo em que, não parece dar peso à importância da agroindústria familiar como agente de reprodução cultural.

Na edição de 2019, para conseguir expor seus produtos no evento, os produtores da agroindústria familiar de Venda Nova tiveram que locar uma tenda por 20 mil Reais, as barracas para exposição foram emprestadas pelos feirantes. (Produtor da Agroindústria familiar, 2019). É importante destacar que, mesmo precisando investir financeiramente, os produtores da agroindústria familiar julgam como importante a participação do setor no evento, dado a grandiosidade da Festa da Polenta.

Um exemplo da imponência da festa é o “tombo da polenta gigante” (Figura 30) ao som da música “*La bela polenta*<sup>54</sup>”, são mais de mil quilos produzidos de uma única vez numa panela enorme. Na edição de 2019, o tombo foi repetido 17 vezes, o que gerou uma produção de, aproximadamente, 20 mil quilos de polenta.

**Figura 30:** Tombo da polenta gigante na Festa da Polenta



**Fonte:** Prefeitura municipal de Venda Nova do Imigrante (2019).

<sup>54</sup> Canção popular de autoria desconhecida, que narra todo o ciclo para se produzir uma polenta: planta (o milho), cresce, floresce, mistura, corta, come, saboreia e acaba.

Durante toda festa, que compreende dois finais de semana do mês de outubro, são mais de 50 horas de programação, que conta com cantores de renome nacional, que atraem pessoas de todo o Espírito Santo e de outros estados. Em 2014, a Secretaria Estadual de Turismo realizou uma pesquisa<sup>55</sup> com o objetivo de identificar o perfil dos participantes da Festa da Polenta. O resultado da pesquisa quanto à procedência dos turistas pode ser visto na tabela 12.

**Tabela 12:** Procedência dos turistas na Festa da Polenta, edição 2014. (Pesquisa amostral com 401 entrevistados).

Origem	Frequência	Percentual
Espírito Santo	371	92.5%
Rio de Janeiro	13	3.2%
Minas Gerais	12	3%
São Paulo	2	0.5%
Acre	1	0.2%
Estados Unidos	1	0.2%
Inglaterra	1	0.2%

**Fonte:** Secretaria de Estado de Turismo - Relatório da Pesquisa de Demanda Turística: Festa da Polenta, 2014.

Essa pesquisa demonstra, mesmo que por amostragem, que o alcance da Festa da Polenta extrapola os limites regionais, revelando que o evento tem muito potencial para o turismo e que é preciso uma integração entre os segmentos que compõem o roteiro turístico no município.

Na visão dos produtores entrevistados, se faz necessário superar a visão “arrecadadora” do evento e pensar a cidade e o seu potencial para o turismo. Nesse sentido, o agroturismo e a agroindústria familiar ao representar em seus processos artesanais as tradições dos imigrantes, a culinária e nos saberes tradicionais, reproduzindo em seus sítios muito do cotidiano dos imigrantes pioneiros, deveriam ser atrações e não pagar para participar da Festa da Polenta.

A lógica da arrecadação também se estende à comunidade local: durante a programação diurna cobra-se de entrada<sup>56</sup> 10,00 Reais a inteira e 5,00 Reais a chamada “meia entrada”. O controle e a cobrança de ingressos são realizados com certa facilidade, já que o Centro de eventos Padre Cleto Caliman é um espaço todo cercado e com entrada centralizada. Como forma de controlar o acesso para as atrações noturnas, a organização da festa faz uma

<sup>55</sup> A pesquisa teve um universo amostral de 401 pessoas, não foram considerados para entrevista moradores locais. “As pessoas eram abordadas e, em uma pergunta filtro, era perguntado sobre o seu local de moradia permanente. Caso respondessem que residiam na cidade de Venda Nova do Imigrante ou cercanias, eram prontamente descartados e o pesquisador partia para uma nova abordagem.” (RELATÓRIO DA PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA: FESTA DA POLENTA, SETUR-ES, 2014, p. 17).

<sup>56</sup> Valores referentes à edição de 2019.

parada técnica às 17 horas, reabrindo às 20 horas. Os valores para os shows dependem da atração.

Parte do valor arrecadado na festa é direcionada para instituições filantrópicas do município, em 2019 foram destinados para as seguintes instituições: Hospital Padre Máximo (R\$ 340.000,00); APAE (R\$ 35.000,00); Voluntárias do Hospital Padre Máximo (R\$ 30.000,00); Instituto Caminhos da Razão (R\$ 17.000,00); Esportes Aldi Caliman (R\$ 13.000,00); Voluntárias da APAE (R\$ 10.000,00); Pastoral da Saúde (R\$ 8.000,00); Coral Santa Cecília (R\$8.000,00); Instituto Juta Batista (R\$ 7.000,00); Associazione Trevisone (R\$6.000,00); Circolo Trentino (R\$ 6.000,00). Totalizando R\$ 480.000,00 em destinação as instituições filantrópicas. (AFEPOL, 2019).

Além da ajuda financeira as instituições filantrópicas, a Afepol ampara o Coral Sol da Manhã, os grupos de dança “Dei Bambini” (Crianças) e “Granello Giallo” (Adulto), mantêm também um curso de Italiano com duração de três anos.

### **Festa do Tomate**

É interessante notar as aproximações e distanciamentos da Festa do Tomate em relação à Festa da Polenta. Ambas nascem da organicidade dos produtores agrícolas familiares e têm no pátio da igreja o local de gestação. Além disso, os eventos não têm finalidade de obter lucros, todos excedentes são direcionados para melhorias na comunidade e nas condições de reprodução das festas.

No entanto, desde o início as festas (da Polenta e do Tomate) tinham propósitos distintos que determinaria a identidade de cada evento. Enquanto a Festa da Polenta nasce com apelo apenas recreativo, a Festa do Tomate tem o seu início marcado pela acessória técnica da Emater (atual Incaper) como ações de extensão rural. De modo que, a Festa do Tomate tem como principal pano de fundo o concurso para premiação das melhores frutos.

Enquanto a Festa da Polenta se apresenta como o maior evento da cultura italiana no Espírito Santo, a Festa do Tomate se define como maior evento do agronegócio capixaba. A figura 31 ilustra a importância da vinculação do evento ao termo “agronegócio”.

**Figura 31:** Portal da Festa do Tomate, edição 2019.



Fonte: Página da Festa do Tomate no *Facebook*<sup>57</sup>.

A Festa do Tomate não é uma personalidade jurídica, toda gestão da festa é realizada pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Alto Caxixe. Esse formato pode ser favorável à comunidade, uma vez que a responsabilidade da diretoria do conselho ultrapassa os limites da festa, sendo necessário um olhar amplo para todo distrito. Nesse contexto, os impactos, positivos e negativos, da realização do evento na comunidade podem ser avaliados com dados mais precisos.

O Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Alto Caxixe, mesmo não sendo uma personalidade jurídica com a finalidade única de realizar a Festa do tomate, tem transformado, ao longo dos anos, a festa da comunidade num evento de grandes proporções. O processo de transformação da Festa do Tomate, assim como a Festa da Polenta, caminha para a espetacularização. José Jorge Carvalho (2010, p. 47) define a espetacularização como:

[...] a operação típica da sociedade de massas, em que um evento, em geral de caráter ritual ou artístico, criado para atender a uma necessidade expressiva específica de um grupo e preservado e transmitido através de um circuito próprio, é transformado em espetáculo para consumo de outro grupo, desvinculado da comunidade de origem.

Quando se compara as duas festas (a da Polenta e a do Tomate) é possível perceber que três aspectos parecem caminhar juntos: A profissionalização das festas, a

<sup>57</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/festadotomate/photos/pcb.2344547342449253/2344546535782667/?type=3&theater>. Acesso em: 21 fev. 2020.

espetacularização das festas e a institucionalização do turismo após emancipação do município. Nesse processo, as diretorias recorreram a estratégias muito parecidas como: a criação de uma estrutura própria para a realização do evento, abertura da festa com desfile das famílias, eleição de princesas e rainhas, contratação de artistas de renome nacional e patrocínio de grandes marcas.

No contexto da espetacularização, os dois eventos tendem a apresentarem uma dinâmica e uma estética muito parecidas, conforme exemplificado na figura 32.

**Figura 32:** Semelhanças estéticas e organizacionais entre a Festa da Polenta e a Festa do Tomate.



(A) Centro de eventos Padre Cleto Caliman – Polenta; (B) Centro de Eventos Izaldino Gagno – Tomatão; (C) Rainha e princesas da Festa do Tomate; (D) Rainha e princesas da Festa da Polenta.

**Fonte:** *Google Maps*, 2020; Página da Festa do tomate no *Facebook*, 2019; Página da Festa da Polenta no *Facebook*, 2018.

É importante figurar o poder público municipal no processo de espetacularização da Festa do Tomate, uma vez que a Prefeitura atua em pelo menos duas frentes: na organização do evento e na disponibilização de recursos para realização da festa. Entre os anos de 2013 e 2020 a Prefeitura reservou em sua dotação orçamentária R\$ 3.498.000,00 para investir no Centro de Eventos do Alto Caxixe, conforme detalhamento no quadro 13.

**Quadro 13:** Previsão orçamentária de despesas, entre os anos 2013 e 2020, da Prefeitura Municipal com o Centro de Eventos do Alto Caxixe - Tomatão.

<b>Programa</b>	<b>Atividade/projeto</b>	<b>Fonte de recurso</b>	<b>Valor</b>
Apoio ao turismo, esporte e lazer	Construção do centro de eventos em Alto Caxixe	Convenio da união - Centro de eventos em Alto Caxixe	R\$ 650.000,00
Apoio ao turismo, esporte e lazer	Construção do centro de eventos em Alto Caxixe	Convenio da união - Centro de eventos em Alto Caxixe	R\$ 588.000,00
Apoio ao esporte e lazer	Construção do centro de eventos em Alto Caxixe	Outras transferências de convenio da união	R\$ 360.000,00
Programa de apoio ao turismo e artesanato	Construção do centro de eventos em Alto Caxixe	Outras transferências de convenio da união	R\$ 275.000,00
Apoio ao turismo, esporte e lazer	Construção do centro de eventos em Alto Caxixe	Convenio da união - centro de eventos em Alto Caxixe	R\$ 271.000,00
Programa de apoio ao turismo e artesanato	Construção do centro de eventos em Alto Caxixe	Outras transferências de convenio da união	R\$ 238.000,00
Apoio ao turismo, esporte e lazer	Construção do centro de eventos em Alto Caxixe	Convenio da união - centro de eventos em Alto Caxixe	R\$ 206.000,00
Apoio ao turismo, esporte e lazer	Construção do centro de eventos em Alto Caxixe	Convenio da união - centro de eventos em Alto Caxixe	R\$ 193.000,00
Apoio ao turismo, esporte e lazer	Aquisição de equipamentos para o centro de eventos de Alto Caxixe	Convenio da união - aquisição equipamentos centro eventos Alto Caxixe	R\$ 150.000,00
Apoio ao turismo, esporte e lazer	Aquisição de equipamentos para o centro de eventos de Alto Caxixe	Convenio da união - aquisição equipamentos centro eventos Alto Caxixe	R\$ 150.000,00
Apoio ao esporte e lazer	Aquisição de equipamentos para o centro de eventos de Alto Caxixe	Outras transferências de convenio da união	R\$ 150.000,00
Apoio ao turismo, esporte e lazer	Construção do centro de eventos em Alto Caxixe	Convenio da união - Centro de eventos em Alto Caxixe - 2ª etapa	R\$ 105.000,00
Apoio ao turismo, esporte e lazer	Construção do centro de eventos em Alto Caxixe	Convenio da união - Centro de eventos em Alto Caxixe - 2ª etapa	R\$ 102.000,00
Programa de apoio ao turismo e artesanato	Aquisição de equipamentos para o centro de eventos de Alto Caxixe	Outras transferências de convenio da união	R\$ 50.000,00
Apoio ao turismo, esporte e lazer	Construção do centro de eventos em Alto Caxixe	Contrapartida convênio - Centro de eventos em Alto Caxixe	R\$ 10.000,00
<b>Total geral</b>			<b>R \$ 3.498.000,00</b>

**Fonte:** Site do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de VNI (2020).

Pode-se afirmar que o poder público municipal considera a Festa do Tomate como importante evento turístico, tanto pelo volumoso orçamento destinado, quanto pelas propagandas oficiais argumentando que a festa movimentava a cidade com: o aumento da ocupação nos hotéis e restaurantes; o agendamento de agências de turismo e guias; a

contratação de atrações culturais e serviço de segurança; movimentação do comércio em geral.

O ideário do voluntariado também é uma bandeira da Festa do Tomate. Segundo o Conselho de Desenvolvimento Comunitário, cerca de 500 pessoas trabalham voluntariamente para realização do evento para atender uma média de 20 mil pessoas por edição.

A festa é realizada sempre em um final de semana próximo ao Dia do Tomate, que é comemorado 1º de fevereiro. Assim como os demais eventos comunitários, a Festa do Tomate tem um caráter filantrópico, a renda obtida é destinada às instituições da rede pública de saúde, de educação e, também, para a Igreja Católica Nossa Senhora do Bom Parto.

### **Festa do Socol**

A Festa do Socol tem como marco inicial uma política pública municipal que incentivava as comunidades a realizarem festas que representassem a localidade. A partir do incentivo institucional e do entendimento da comunidade de que um evento poderia gerar mobilização social, renda e trazer investimentos públicos, quatro membros da família Falqueto (Alvécio Falqueto, Vânio Falqueto, Danilo Falqueto e Ângelo Falqueto) tomaram frente para organizar a realização da primeira festa.

O primeiro nome sugerido para o evento foi “festa do pastel”. Com essa ideia na cabeça, os idealizadores foram conversar com os gestores da Secretaria de esporte e lazer (que na época representava o turismo no município), que os convenceram de que o nome ideal seria “Festa do Socol”. Já que é um dos produtos mais característicos da cidade, as famílias da comunidade já faziam para o consumo doméstico e não tinha nenhum evento no município que homenageava o produto.

Assim como nas festas “do Tomate” e “da Polenta”, a Festa do Socol também “nasce no pátio da igreja”, reforçando a centralidade da igreja (Católica) na dinâmica social das comunidades. No mesmo caminho das duas maiores festas, percebe-se que, à medida que o evento cresce, os organizadores são mais enfáticos quanto à necessidade de ter um espaço que ofereça maior autonomia para a realização da festa, pois ainda há uma dependência em relação ao pátio da igreja.



**Figura 33:** Festa do Socol, edição de 2014.



Fonte: Site da Rádio FMZ.

Enquanto a Festa da Polenta tem como essência a herança cultural dos imigrantes e a Festa do Tomate tem como pano de fundo a produção agrícola, a Festa do Socol surgiu em 2001 e teve como ponto de partida a produção agroindustrial artesanal. Assim como no “tombo da polenta” a organização buscou a conotação de grandiosidade para os seus produtos. Um dos momentos mais aguardados da festa é a apresentação do “socol gigante” e da “linguiça a metro”, produtos artesanais tradicionais feitos na comunidade.

O evento conta com a participação voluntária da comunidade do Alto Bananeiras, contudo, a festa ainda mantém uma forte vinculação com a família Falqueto que conduz, desde sua primeira edição, a organização do evento. Se por um lado esse fato dá a Festa do Socol uma característica única de convivência e cooperação intergeracional na gestão do evento, por outro lado a identidade da festa pode se confundir com a da família Falqueto.

Nesse sentido, a festa vive atualmente um momento de decisão que implicará na continuidade ou na reformulação da sua identidade. O nome “Festa do Socol” passa a ideia de que o evento representa a produção do socol no município, mas, na verdade, o produto exibido e vendido na festa é produzido pela família Falqueto exclusivamente para a festa. Assim, o dilema consiste em seguir com o nome “Festa do Socol” e mudar o formato, trazendo todos os produtores de socol do município para o evento ou alterar o nome da festa, inserindo algum elemento que remetesse à comunidade.

A Secretaria de Turismo do município tem um rígido calendário, distribuindo os eventos em datas ao longo do ano de maneira que evite a concomitância. Assim, a Festa do Socol tem sido realizada sempre em um final de semana do mês de maio.

Na organização, nos objetivos e na programação das três grandes festas que nasceram organicamente nas comunidades não há menção direcionada à Agroindústria Familiar Artesanal. Mesmo a Festa do Socol, que tem os alimentos processados (embutidos) como carro chefe, não dá destaque ao setor produtivo.

A falta de relação dos eventos com as agroindústrias familiares artesanais foi lembrada durante o trabalho de campo pelos produtores, que consideram falta de visão empreendedora por parte dos organizadores dos eventos. Na opinião dos produtores deveria existir uma colaboração mútua, uma vez que Venda Nova ficou conhecida nacionalmente por seus produtos artesanais e pelo agroturismo.

Entende-se, assim, que o processo de ocupação do território (da atual Venda Nova) se deu num contexto de aproximação (com a política de imigração) e distanciamento (com o isolamento dos imigrantes na serra capixaba) com o Estado. Essa dinâmica ajudou a moldar as relações sociais, culturais, religiosas e produtivas, impactando inclusive na estratificação fundiária do território.

Compreende-se ainda que, com a emancipação, a identidade rural do município, construída histórica e organicamente, passou por um processo de institucionalização pelo poder público municipal. Esse processo tem forte impacto no cotidiano das propriedades agrícolas que optaram por diversificar suas atividades produtivas, pois é a partir da emancipação que o agroturismo melhor representou a identidade da cidade e, conseqüentemente, influenciou no itinerário das agroindústrias familiares artesanais, que passaram a priorizar a formalização da sua produção.

#### **4 AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ARTESANAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE: O OLHAR DOS PRODUTORES**

Este capítulo tem como um dos propósitos a compreensão das teias de relações estabelecidas pela Agroindústria Familiar Artesanal de Venda Nova. Para isso, a pesquisa toma como perspectiva o olhar dos produtores familiares.

O texto está dividido em duas partes principais: a primeira consiste na apresentação das Agroindústrias Familiares Artesanais a partir da identificação visual dos empreendimentos e das suas características mais importantes, com o intuito de possibilitar melhor entendimento do recorte da pesquisa. A segunda parte versa sobre a discussão dos resultados da pesquisa, revelando a percepção dos produtores quanto à organização para a produção e as estratégias de reprodução social da família. A organização das informações se deu, conforme apresentado na metodologia, a partir das categorias analíticas propostas, a saber: propriedade; divisão do trabalho; produção; comercialização e protagonismo social.

Venda Nova tem uma longa tradição no processamento de alimentos. As origens das receitas e das técnicas de produção remontam ao tempo dos ancestrais italianos que trouxeram, junto com os sonhos de uma vida melhor, um *saber-fazer* que foi muito bem adaptado às condições da nova terra.

Essa tradição foi colocada à prova já nos primeiros anos em solo brasileiro, quando ainda moravam no núcleo de colonização São Pedro de Araguaia. As terras improdutivas dos lotes e as más condições de trabalho nas lavouras forçaram os imigrantes a buscarem outros meios de sobrevivência, entre outros, produzindo embutidos e queijos para vender aos brasileiros. (FRANCESCHETTO, 2014).

Quando chegaram à região da atual Venda Nova, no início dos anos 1890, passaram décadas com pouco contato com outros municípios, ou seja, mesmo sem um mercado para escoar os produtos<sup>58</sup> os imigrantes e seus descendentes mantiveram a tradição na produção de embutidos com carne suína, compotas, geleias, queijos, biscoitos, doces, massas, entre outros alimentos. (ZANDONADI, 1980).

Nessa direção, pode-se afirmar que a agroindustrialização da produção agrícola é parte constituinte da amálgama social da comunidade vendanovense. Para Prezotto (2002) a Agroindústria Familiar Artesanal promove a manutenção de uma cultura, reconhecendo os saberes sociais ligados ao processamento de alimentos que passam por gerações, criando

---

<sup>58</sup> Os “produtos” aqui se referem aos da culinária tradicional dos imigrantes italianos. Havia, desde o início da colonização, comércio de café em grãos com outros municípios (ZANDONADI, 1980).

vínculos dos jovens com o passado, estabelecendo uma resistência ao processo de industrialização indiscriminada, favorecendo laços de interação entre os produtores.

Nessa perspectiva, a acentuação da industrialização no processamento de alimentos poderia influenciar na formulação de políticas públicas que impactariam o agroturismo praticado em Venda Nova, uma vez que os consumidores dos produtos da agroindústria familiar ao comprarem reconhecem nos artigos, além do sabor, a história e a cultura da região.

Silveira e Heinz (2005) dizem que a produção artesanal dá ao produto uma condição única, traz no processo a história do produtor, da sua família e do local, superando a concepção apenas técnica, pois é impossível reproduzir a subjetividade, o toque especial do produtor que eleva a criação para a dimensão de arte. Reforçam ainda que a produção industrial baseada em técnicas não exige nenhuma experiência prévia ou saber herdado de gerações passadas.

Essa dualidade entre o *saber-fazer* e a técnica é um elemento importante para reflexão sobre o lugar que ocupa as agroindústrias familiares nas relações tensionadas com os órgãos reguladores do Estado, mas também permite vislumbrar aspectos sociais e culturais das teias de relações que compõem o universo da pesquisa.

Nas relações sociais toma-se como exemplo as políticas públicas de turismo. Para receber essa atenção do Estado foi preciso desenvolver ações como a criação de um circuito que pudesse ser vendido como turístico. E isso só foi possível com uma atuação coletiva. Outro aspecto social importante é a organização da produção, pois implica no arranjo familiar, principalmente no papel que a mulher passou a compartilhar de protagonismo na geração de renda. (SULZBACHER, 2009).

Nas relações econômicas, é possível apontar que o município conta com 69<sup>59</sup> agroindústrias e que o volume das vendas dos produtos compõe uma parcela do PIB municipal e, numa análise mais ampla, pode-se encontrar influências como o investimento em infraestrutura, turismo e subsídio em financiamentos bancários. (INCAPER, 2011).

Quanto às relações culturais, a pesquisa adotou a perspectiva de que a gênese da Agroindústria Familiar Artesanal se deu pelo reconhecimento e valorização dos hábitos culinários tradicionais por pessoas externas à família. Assim, nota-se um aspecto marcante da

---

<sup>59</sup> Considerando todas as Agroindústrias registradas no Serviço de Inspeção Municipal e na Vigilância Sanitária. Quando consideramos apenas as agroindústrias familiares artesanais que compõem o cenário do agroturismo e que são objeto de pesquisa da tese, somam 20 estabelecimentos. É interessante relatar que, em 2011, Venda Nova contava com 46 agroindústrias (PROATER, 2011-2013, p. 17).

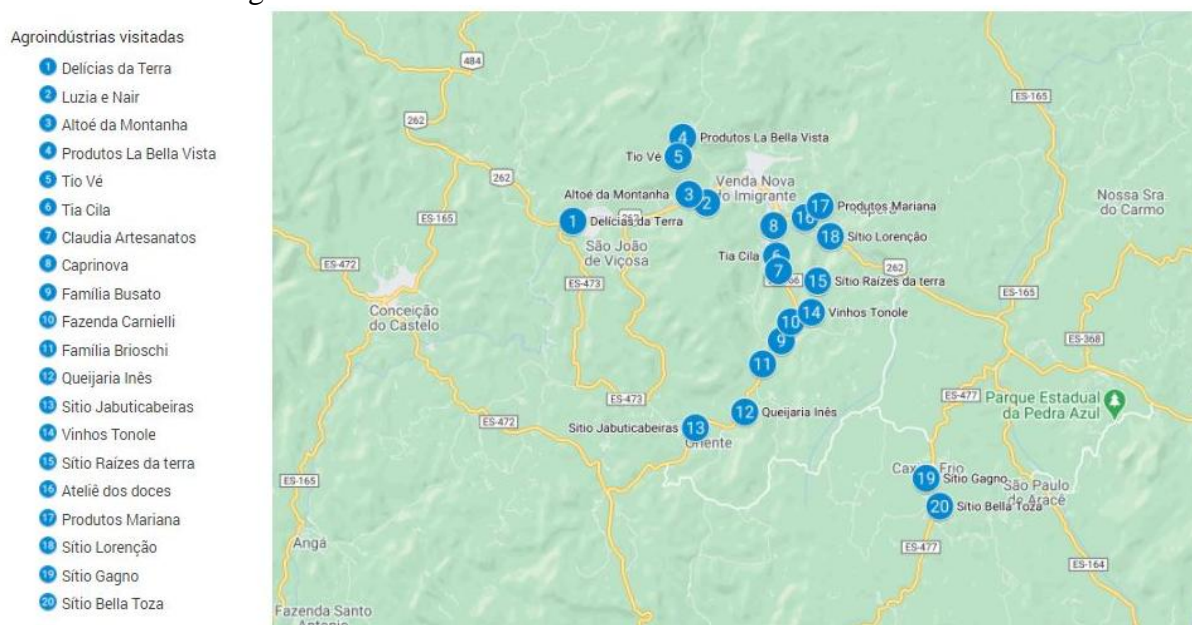
comunidade de imigrantes italianos, a resistência às mudanças, que pode ser exemplificada nas palavras dos imigrantes “*siamo tutti testardi*”<sup>60</sup>.

Ao analisar as relações cotidianas da agroindústria familiar de Venda Nova, a pesquisa buscou posicionar os produtores como vozes protagonistas. Essa perspectiva também metodológica parte do reconhecimento das famílias produtoras da agroindústria artesanal como sujeitos críticos capazes de refletir sobre os problemas que enfrentam e apontar possíveis soluções.

Acredita-se que, a partir das falas dos produtores, a pesquisa colocou em evidência as dificuldades e as potencialidades que emergiram da organicidade das relações sociais e produtivas das famílias, abrindo, assim, novas perspectivas para o campo teórico. Para isso, julgou-se relevante revelar os espaços/territórios/contextos em que estão inseridos os sujeitos da pesquisa.

Na figura 34 constam todas as agroindústrias visitadas durante o trabalho de campo da pesquisa. É possível perceber na imagem a distribuição e abrangência geral dos estabelecimentos no território do município, desde o limite com o município de Conceição do Castelo até Domingos Martins (Parque Estadual de Pedra Azul).

**Figura 34:** Circuito das Agroindústrias Familiares Artesanais inseridas no Agroturismo de Venda Nova do Imigrante



**Fonte:** Google Maps (2021). Organização do Autor (2021).

<sup>60</sup> “Somos todos teimosos”. Essa expressão é usada pelos descendentes dos imigrantes italianos como sinônimo de resistência.

Para apresentar os empreendimentos familiares, optou-se pelas imagens divulgadas pelas próprias famílias em suas redes sociais, *sites* institucionais ou matérias *online*. Assim, as imagens aqui utilizadas têm como objetivo fazer uma referência ao cenário das agroindústrias dos produtores. No caso dos estabelecimentos que não têm redes sociais ou matérias publicadas a fotografia foi realizada pelo pesquisador.

Ainda nessa direção, preferiu-se por apresentar as agroindústrias familiares artesanais que compõem o universo da pesquisa na forma como elas se autorreconhecem e como são conhecidas no agroturismo: pelo nome da família.

Destacam-se na apresentação dos empreendimentos, além da imagem, aspectos introdutórios da propriedade, da produção agrícola, da agroindústria e da relação com o agroturismo. Objetivou-se manter as informações de modo a não possibilitar estabelecer vinculação imediata com os depoimentos das famílias entrevistadas presentes na próxima seção “Perfil das famílias produtoras da Agroindústria Familiar Artesanal inseridas no circuito do agroturismo em Venda Nova do Imigrante”.

### **Família Altoé – “Raízes da Terra”**

**Figura 35:** Espaço de recepção dos turistas no Sítio Raízes da terra – Família Altoé.



Fonte: Acervo do Autor (2021).

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Sítio Raízes da terra/ Radicci della terra.

**Localização** – Comunidade Alto Tapera.

O sítio tem um pouco mais de 6 hectares e fica localizado na encosta da “morro do filete”, a 1100 metros de altitude. A produção agrícola é de base familiar e a diversificação visa à comercialização na feira-livre. A produção da agroindústria é de pães, bolos, biscoitos e de antepastos, principalmente o de pimenta. A família, visando ampliar a clientela do agroturismo com a criação de trilhas ecológicas e está investindo na propriedade com a construção de chalés para hospedagens e loja dos produtos artesanais.

### **Família Falqueto – “Tio Vé”**

**Figura 36:** Espaço de recepção dos turistas no Sítio Recanto do Tio Vé – Família Falqueto<sup>61</sup>.



Fonte: Página do “Sítio Tio Vé” no *Facebook*<sup>62</sup>.

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Sítio Recanto do Tio Vé.

**Localização** – Comunidade Alto Bananeiras.

O Sítio tem 25 hectares e, apesar da topografia ser bastante acidentada, a família aproveita cada espaço cultivável, utilizando os conhecimentos e técnicas desenvolvidos ao longo dos mais de 100 anos trabalhando na mesma propriedade.

<sup>61</sup> A família Falqueto (há alguns registros como Falchetto) é uma grande família em VNI. Outros núcleos da família também são produtores da Agroindústria familiar. Por isso, é importante ressaltar que a referida parte da família está localizada na comunidade Alto Bananeira.

<sup>62</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/Tio-V%C3%A9-206263596202606/?tn-str=k\\*F](https://www.facebook.com/Tio-V%C3%A9-206263596202606/?tn-str=k*F). Acesso em: 15 fev. 2020.

A propriedade abriga duas agroindústrias, uma de panificação e doces e outra de produtos de origem animal (socol, linguiça e codeguim). O empreendimento conta atualmente com uma boa estrutura para receber os visitantes, uma área construída em madeira no estilo rústico, com uma ampla varanda que permite vista privilegiada de todo o vale que acompanha a BR 262, sendo possível enxergar a “Pedra Azul”, importante paisagem natural e referência para o turismo regional.

### **Família Falqueto – “La Bella Vista”**

**Figura 37:** Loja dos produtos artesanais no Sítio Beira rio – Produtos La Bella Vista – Família Falqueto.



**Fonte:** Acervo do Autor (2021).

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – La Bella Vista.

**Localização** – Comunidade Alto Bananeiras.

O Sítio típico da agricultura familiar de Venda Nova mantém em seus 7 hectares uma diversidade de cultivos bastante significativo. A família produz feijão, banana, açaí, milho, laranja, sendo que a maior renda na agricultura fica por conta do café e do abacate.

A agroindústria atualmente tem o foco na produção de massas tradicionais da cultura italiana e também utiliza a produção agrícola para saborizar, principalmente, as massas de capeletti e ravióli. A família já iniciou o processo de formalização da agroindústria de socol e outros embutidos.



O agroturismo na propriedade se baseia na comercialização dos produtos da agroindústria, contudo, o sítio tem muito potencial turístico que ainda não se traduz em atividade relevante para geração de renda.

### **Família Falqueto – “Luzia e Nair”**

**Figura 38:** Loja dos produtos artesanais, Produtos Luzia e Nair – Família Falqueto Bermond.



Fonte: Acervo do Autor (2021).

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Produtos caseiros Luzia e Nair.

**Localização** – Bairro Bananeiras.

O sítio está localizado às margens da BR 262, ficando bem próximo à sede do município, e tem como base produtiva o cultivo do café.

Os produtos caseiros Luzia e Nair têm 28 anos de tradição. Mais recentemente, há 8 anos, a família construiu uma nova estrutura mais adequada à produção e ao agroturismo.

A família produz bolos, pães, doces e tem como carro chefe a diversidade de biscoitos, são mais de duas dezenas de sabores. O acesso à propriedade é um facilitador para o agroturismo, no entanto, a família não explora o potencial turístico da propriedade rural, mantendo o foco apenas nos produtos. A loja para atender aos turistas é pequena, mas bem estruturada.

### Família Carnielli – “Sônia Carnielli”

**Figura 39:** Loja dos produtos artesanais e agroindústria de produtos lácteos – Fazenda Carnielli<sup>63</sup>.



Fonte: Site oficial da família Carnielli<sup>64</sup>.

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Sônia Carnielli.

**Localização** – Comunidade Providência.

A fazenda Carnielli fica estabelecida na região da fazenda providência às margens da rodovia estadual Pedro Cola e pertence à família desde 1921. Dentre as propriedades visitadas é a maior, com 150 hectares, e a que tem a organização mais complexa, com nível de produção e administração empresarial.

A Agroindústria Familiar Artesanal Sônia Carnielli está inserida na dinâmica produtiva da Fazenda Carnielli, tanto por se localizar dentro da propriedade, quanto por utilizar o mesmo espaço de comercialização dos produtos “Carnielli”. Contudo, mantém total independência administrativa e de produção. A marca “Sônia Carnielli” produz, de maneira artesanal e com mão de obra familiar, doces, biscoitos e suspiros desde 1991. A propriedade da família é referência para o agroturismo regional, dispendo de organizada estrutura para receber os turistas.

<sup>63</sup> As famílias entrevistadas recorrem ao termo “sítio” para designar a propriedade rural, no entanto, a propriedade dos Carnielli “herdou” o nome “fazenda providência” e, por isso, passaram a usar o nome fazenda Carnielli.

<sup>64</sup> Disponível em: <https://carnielli.com.br/>. Acesso em: 13 de abril 2020.

## Família Brioschi

**Figura 40:** Loja dos produtos artesanais no Sítio Retiro do Ipê – Família Brioschi.



Fonte: Página da família Brioschi no *Facebook*<sup>65</sup>.

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Sítio da Família Brioschi.

**Localização** – Comunidade Providência.

O sítio de 12 hectares é exemplo da diversificação da produção e organização familiar. Mantendo a criação de vaca leiteira, o cultivo de milho, de feijão e, principalmente, de café.

A família tem duas agroindústrias na propriedade, a mais antiga produz diversos tipos de embutidos, com destaque para o Socol. Recentemente foi inaugurada a fábrica de produtos lácteos.

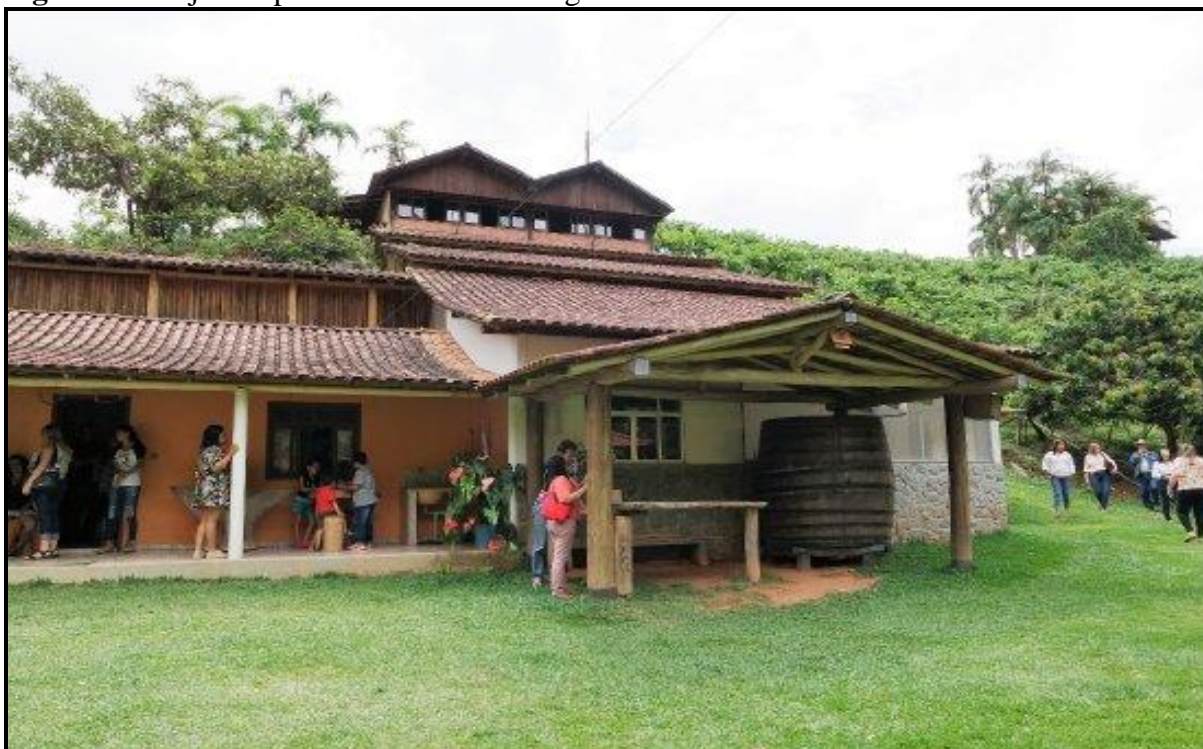
As plantações, o pasto, o curral, a área de produção da agroindústria de embutidos e da produção de lácteos podem fazer parte da visita dos turistas, quando solicitado previamente. Na maioria das vezes os turistas visitam apenas a lojinha dos produtos artesanais.

---

<sup>65</sup> Disponível em: [www.facebook.com/familiabrioschitur/](http://www.facebook.com/familiabrioschitur/). Acesso em: 13 de abril 2020.

## Família Tonole

**Figura 41:** Loja dos produtos artesanais e agroindústria no Sítio Boa Vista – Família Tonole.



Fonte: Página da família Tonole no *Facebook*<sup>66</sup>.

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Sítio e adega Tonole.

**Localização** – Comunidade Alto Providência.

O sítio da família Tonole, como a maioria das propriedades do município, era extremamente dependente do cultivo do café. Nos anos 1980 tentou superar essa dependência com a diversificação da produção agrícola com o café passando a dividir os 40 hectares da propriedade com o feijão, abacate e uva.

A produção da agroindústria familiar emergiu desse contexto de busca por novas fontes de renda e diversificação do uso da terra. No município de Venda Nova do Imigrante, os Tonoles são os únicos que produzem vinhos de uva de mesa, além de licores, sucos e grappa.

Além da estrutura para receber os turistas, a propriedade oferta como atrativo turístico as trilhas entre as parreiras e, na época de colheita, o turista pode escolher as uvas diretamente nas videiras.

<sup>66</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/vinhostonole/>. Acesso em 20 de abril de 2020.

### Família Andreão e Garcia

**Figura 42:** Loja dos produtos artesanais no Sítio Jabuticabeiras – Família Andreão.



Fonte: Página da família Andreão e Garcia no Facebook<sup>67</sup>

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Sítio Jabuticabeira/Produtos AnGar.

**Localização** – Comunidade Pindobas.

O Sítio Jabuticabeiras pode ser um bom exemplo da integração das atividades agrícolas e não-agrícolas nas propriedades rurais familiares de Venda Nova. No Sítio, a família mantém a produção agrícola com produção com o cultivo de café, milho, feijão, goiaba, jabuticaba, além de uma marcenaria e da agroindústria artesanal.

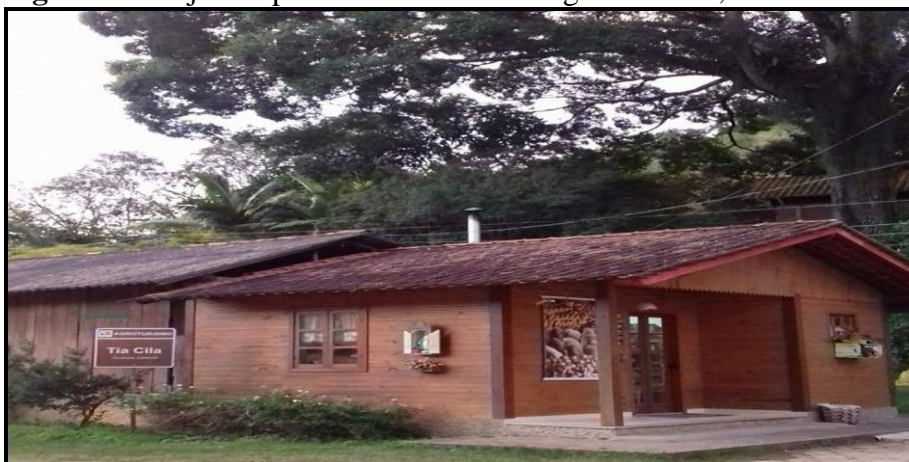
A agroindústria familiar utiliza as frutas do pomar da propriedade como matéria-prima na produção de doces, compotas, geleias e o vinho de jabuticaba.

Desde 2014, a família abre a propriedade para o agroturismo, que tem como atrações a produção da agroindústria familiar e o pomar de jabuticabas.

<sup>67</sup> Disponível em: [www.facebook.com/Produtos-Angar-470334646510993/](http://www.facebook.com/Produtos-Angar-470334646510993/). Acesso em 27 de maio de 2020.

### Família Altoé – “Tia Cila” e “Claudia Artesanato”

**Figura 43:** Loja dos produtos artesanais e agroindústria, Tia Cila - Família Altoé.



Fonte: Página dos Produtos Tia Cila no *Facebook*<sup>68</sup>.

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Tia Cila.

**Localização** – Providência.

**Figura 44:** Loja dos produtos artesanais, Claudia Artesanato – Família Altoé.



Fonte: *Site Rotas Capixabas*<sup>69</sup>.

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Cláudia Artesanato.

**Localização** – Providência.

A propriedade onde se situam os dois estabelecimentos (Tia Cila e Cláudia Artesanato) é um lote urbano, mas por ser remanescente da propriedade agrícola da família, oferta aos visitantes uma paisagem que remete a uma atmosfera rural.

<sup>68</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/Produtos-Tia-Cila-374687022928574/>. Acesso em: 02 de junho de 2020.

<sup>69</sup> Disponível em: <https://www.rotascapixabas.com/2012/03/25/cila-e-claudia-as-tias-do-agroturismo-de-venda-nova/>. Acesso em 03 de junho de 2020.

Enquanto o empreendimento “Tia Cila<sup>70</sup>” tem o foco na agroindústria com a produção de bolos, biscoitos e licores, a “Cláudia Artesanatos” produz doces e biscoitos, mas prioriza a produção do artesanato.

### Família Altoé – “Raízes da Terra”

**Figura 45:** Espaço de recepção dos turistas no Sítio Raízes da terra - Família Altoé.



Fonte: Acervo do Autor (2021).

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Sítio Raízes da terra/ Radicci della terra.

**Localização** – Comunidade Alto Tapera.

O sítio tem um pouco mais de 6 hectares e fica localizado na encosta da “morro do filete”, a 1100 metros de altitude. A produção agrícola é de base familiar e a diversificação visa à comercialização na feira-livre.

A produção da agroindústria é de pães, bolos, biscoitos e de antepastos, principalmente o de pimenta.

A família, visando ampliar a clientela do agroturismo com a criação de trilhas ecológicas, está investindo na propriedade com a construção de chalés para hospedagens e loja dos produtos artesanais.

---

<sup>70</sup> “Tia Cila”, já falecida, foi a primeira da família Altoé a organizar a agroindústria da família.

### Família Altoé – “Altoé da Montanha”

**Figura 46:** Loja dos produtos artesanais Altoé da Montanha – Família Altoé.



Fonte: Página dos produtos Altoé da Montanha no *Facebook*<sup>71</sup>.

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Altoé da Montanha.

**Localização** – Bairro Bananeiras.

O sítio Altoé da Montanha tem como proposta uma produção agrícola completamente orgânica em transição para a agroecológica. A maior parte da produção agrícola é destinada à produção da agroindústria e os produtos *in natura* são comercializados na Feira-livre de Venda Nova do Imigrante.

Atualmente, a loja dos produtos artesanais e a agroindústria ficam localizadas fora da propriedade rural, mas a família já tem programado o retorno da produção da agroindústria para o sítio.

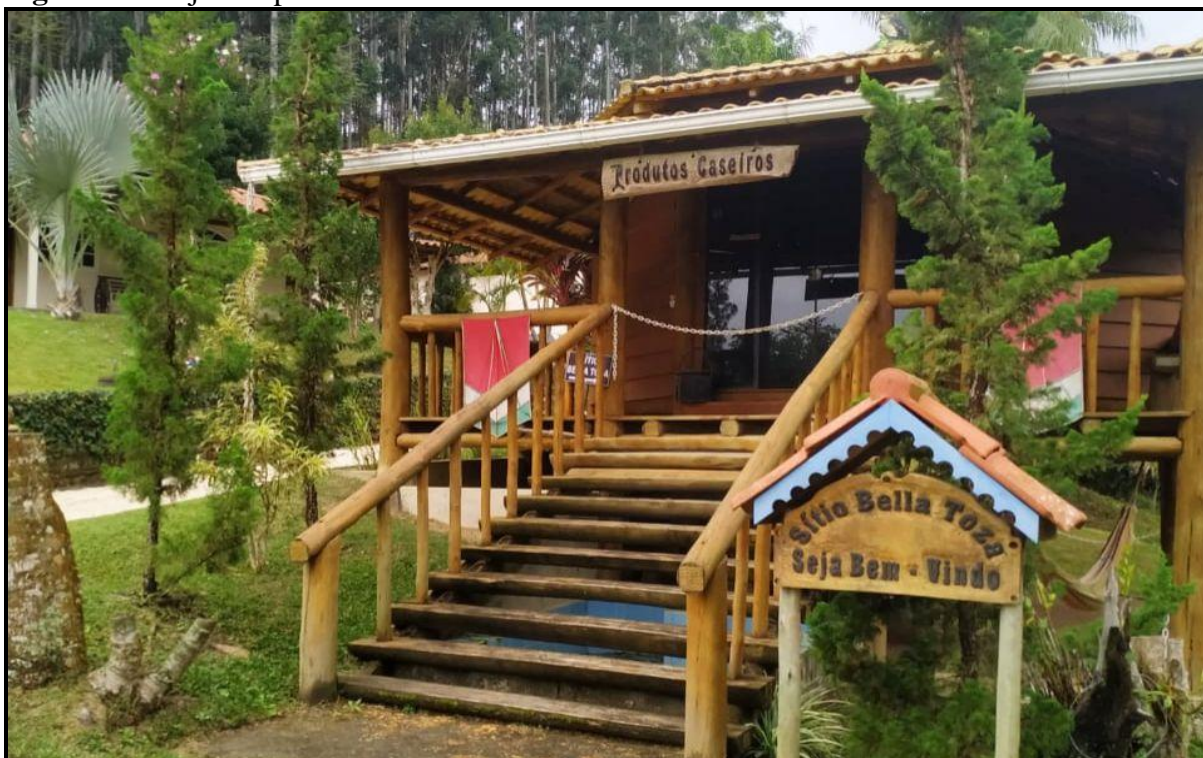
O trabalho com o agroturismo é direcionado para a produção da agroindústria, contudo, há uma preocupação em vincular o estabelecimento ao sítio, o estilo “rústico” tem essa função de contextualização. A família pretende explorar o potencial turístico do sítio a partir da implementação de ações como a construção de chalés para hospedagens em meio rural, visando atrair os turistas.

<sup>71</sup> <https://www.facebook.com/altoedamontanha/>



## Família Peterle

**Figura 47:** Loja dos produtos artesanais no Sítio Bella Toza – Família Peterle.



Fonte: Site da Revista Nova folha<sup>72</sup>.

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Bella Toza.

**Localização** – Alto Caxixe.

O sítio tem no cultivo do café o foco da produção agrícola. A família adota a “colheita a dedo” retirando apenas os frutos maduros, que são processados e vendidos na loja dos produtos artesanais.

A produção da agroindústria tem como produtos principais o socol e o lombo defumado. Todo o processo é realizado somente pela matriarca da família.

O sítio até 2018 era uma referência para o agroturismo no município, mas por decisão familiar foi fechado para visitação. Atualmente, o atendimento ao turista é realizado no centro de recepção ao turista da rota do lagarto em Pedra Azul<sup>73</sup>.

<sup>72</sup> <http://www.folhanovapc.com.br/Publicacao.aspx?id=144265>

<sup>73</sup> Rota do lagarto é um importante circuito turístico da região serrana capixaba que explora as potencialidades turísticas do Parque Estadual de Pedra Azul.

## Família Gagno

**Figura 48:** Loja dos produtos artesanais no Sítio Gagno – Família Gagno.



Fonte: Página dos produtos Família Gagno no *Facebook*<sup>74</sup>

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Sítio morango Gagno.

**Localização** – Alto Caxixe.

O sítio de apenas 3 hectares tem uma produção agrícola diversificada visando à comercialização na feira-livre, nos últimos 5 anos a família tem se especializado na produção de morango sem uso de agrotóxicos.

A agroindústria familiar recorre à agricultura como fonte de matéria-prima para a produção de licores, doces, antepastos, compotas, além de produzir pães, bolos, biscoitos.

A família trabalha com uma lógica própria para o agroturismo, utilizando o potencial da agricultura, como a colheita de morangos pelos visitantes. Além da loja dos produtos artesanais e do amplo espaço dedicado ao agroturismo, os turistas têm a possibilidade de fazer uma reserva para “almoçar na roça”.

---

<sup>74</sup> Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pages/category/Product-Service/Produtos-Gagno-139089260028179/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

### Família Delpupo – “Ateliê dos doces”

**Figura 49:** Loja dos produtos artesanais – Ateliê dos doces.



Fonte: Acervo do Autor (2021).

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Ateliê dos doces.

**Localização** – Tapera.

Apesar de ficar próxima de uma área urbanizada, a propriedade tem 4 hectares e mantém uma produção agrícola diversificada, priorizando o plantio de frutas como goiaba, figos e jaboticaba. Além disso, a família trabalha com o cultivo de café em outra propriedade.

Toda base da produção da agroindústria familiar tem como matéria-prima as frutas cultivadas na propriedade. As frutas não comercializadas *in natura* são processadas para a produção de doces.

A integração ao agroturismo se deu a partir da criação da agroindústria familiar e da lojinha dos produtos artesanais. Mais recentemente a família visando ampliar a renda com o agroturismo construiu uma pequena pousada na propriedade.

## Família Delpupo – “Produtos Mariana”

**Figura 50:** Loja dos produtos artesanais – Produtos Mariana.



Fonte: Acervo do Autor (2021).

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Produtos Mariana.

**Localização** – Tapera.

A pequena propriedade se localiza próximo ao Centro e faz parte de uma área remanescente da antiga propriedade rural da família Delpupo. A produção agrícola da família fica em outra propriedade e tem o café como cultivo principal.

A agroindústria familiar tem o foco na produção de massas tradicionais, como capeletti, nhoque e ravióli, além das massas saborizadas, introduzidas a partir da formalização da agroindústria e dos conhecimentos adquiridos com novos cursos.

O espaço dedicado ao agroturismo ainda é pequeno, basicamente se restringe à loja dos produtos artesanais, no entanto, a família tem planos de ampliar e melhorar o espaço de atendimento ao turista.

## Família Lorenção

**Figura 51:** Loja dos produtos artesanais no Sítio Lorenção – Família Lorenção.



Fonte: Página dos produtos Família Lorenção no *Facebook*<sup>75</sup>.

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Sítio Lorenção.

**Localização** – Tapera.

O espaço do sítio é compartilhado por casas, galpões, produção agrícola e agroindustrial. Nos 19 hectares da propriedade a produção agrícola é diversificada, a família cultiva lichia, feijão, tomates italianos, pimentão e pimenta.

A produção da agroindústria tem como carro chefe o socol e os antepastos, mas a família também produz o embutido de picanha suína culatello. Outro atrativo é o limoncello (licor amarelo de limão siciliano).

O espaço do agroturismo é bem estruturado com a lojinha dos produtos artesanais e ampla exposição dos produtos. A história da família é destacada como validação do *saber-fazer* e o modo de vida dos imigrantes pioneiros é contextualizado por uma pequena casa de madeira que guarda objetos antigos.

<sup>75</sup> <https://pt-br.facebook.com/pages/Sitio-Loren%C3%A7%C3%A3o/194826257380668>

## Família Spadeto

**Figura 52:** Loja dos produtos artesanais Delícias da Terra – Família Spadeto.



Fonte: Página dos produtos Delícias da Terra no *Facebook*<sup>76</sup>.

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Chácara Delícias da terra.

**Localização** – Comunidade São João de Viçosa.

A pequena propriedade familiar onde se localiza a agroindústria artesanal fica às margens da rodovia BR 262. Na chácara a família mantém a residência, a produção agroindustrial e o cultivo de ervas finas. A produção agrícola (café) fica em outra propriedade da família.

A agroindústria familiar produz variados tipos de massas tradicionais, com destaque para os macarrões com massas saborizadas com as ervas finas cultivadas na propriedade.

O espaço dedicado ao agroturismo é organizado e bem cuidado. No entanto, a estrutura para receber os turistas é pequena e com pouca exposição de produtos.

<sup>76</sup> [https://www.facebook.com/pg/Del%C3%ADcias-da-Terra-246904548852588/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/Del%C3%ADcias-da-Terra-246904548852588/photos/?ref=page_internal)

## Família Busato

**Figura 53:** Loja dos produtos artesanais no Sítio Busato, Cachaça Teimosinha – Família Busato.



Fonte: Página dos produtos Família Busato no *Facebook*<sup>77</sup>.

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Cachaça Teimosinha.

**Localização** – Comunidade Providência.

A propriedade familiar tem uma organização produtiva marcada pela diversificação das atividades, tais como: a produção agrícola, com predomínio do cultivo de café; o artesanato em madeira e a produção da agroindústria artesanal, que tem como produto principal a cachaça.

A família ainda produz feijão (vendido *in natura*), milho (comercializado como fubá) e cana-de-açúcar, que é a matéria-prima para a produção da agroindústria.

O sítio é uma das referências do agroturismo local com um amplo espaço para receber os turistas e com possibilidade de visitas guiadas para conhecer o processo de produção. Recentemente a propriedade passou a contar com chalés para hospedagens.

<sup>77</sup> <https://fr-fr.facebook.com/pages/Fam%C3%ADlia-Busato/515286905199387>

## Família Scabelo

**Figura 54:** Loja dos produtos artesanais, Queijaria Inês – Família Scabelo.



Fonte: Página dos produtos Queijaria Inês no *Facebook*<sup>78</sup>.

**Nome divulgado no circuito do agroturismo** – Queijaria Inês.

**Localização** – Comunidade Pinbodas.

A propriedade familiar fica às margens da rodovia estadual Pedro Cola e está localizada a 9 km do Centro da cidade. A família conta com apenas 3,6 hectares para alocar moradias, a produção agropecuária e uma fábrica de blocos e manilhas.

A produção de leite é toda utilizada na fabricação do queijo e iogurtes, que são os principais produtos da agroindústria familiar. A produção de queijos guarda as receitas e os modos de fazer herdados dos mais velhos, mas também visa criar novos produtos como o queijo com goiabada.

O espaço dedicado aos turistas é organizado, conta com estacionamento e uma bem estruturada loja de produtos artesanais. Porém, o agroturismo ainda é pouco explorado na propriedade.

<sup>78</sup> [https://www.facebook.com/pg/Queijaria-In%C3%AAs-546496428764986/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/Queijaria-In%C3%AAs-546496428764986/photos/?ref=page_internal)



#### 4.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ARTESANAL INSERIDAS NO CIRCUITO DO AGROTURISMO EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Como os empreendimentos objetos da pesquisa são de base familiar, pretendeu-se obter informações do grupo familiar, mas nem sempre foi possível realizar a entrevista com toda a família presente, assim, priorizou-se a presença do membro responsável pela produção da agroindústria. Para a seleção dos depoimentos que subsidiam a pesquisa, buscou-se estabelecer como critério a transcrição das falas que melhor sintetizam os pensamentos mais representativos nas respostas dos produtores.

Durante as entrevistas foi notória a boa vontade dos familiares em contribuir ou dar sua visão nas respostas, mesmo os que estavam trabalhando se aproximavam, observavam e eventualmente questionavam ou complementavam uma resposta e voltavam aos afazeres. Essa participação intermitente se deu, principalmente, com os mais velhos. O inverso também acontecia com certa frequência, o entrevistado solicitava, geralmente dos mais velhos, uma informação, sobretudo quando se referia aos acontecimentos mais antigos.

A pesquisa de campo apontou que as relações intergeracionais nas propriedades visitadas têm uma complexidade própria, permeada pelo *ethos* da campesinidade, herança das estratégias adotadas pelos primeiros imigrantes para garantir as condições de reprodução da família. As decisões familiares, muitas vezes incompreendidas, partem de uma noção própria de organização, divisão de trabalho e relação com a terra, se aproximando do conceito de microcosmo social definido por Bourdieu (2004, p. 21):

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada.

Nesse contexto, as decisões familiares ganham uma lógica própria que tende a preterir as vontades individuais em prol do coletivo, como, por exemplo, a remuneração pelo trabalho executado na propriedade familiar. Em muitos casos, toda a renda oriunda da propriedade é considerada como única da família. Ao indivíduo que não se submeter a essa lógica restam alternativas como romper com esse microcosmo social.

*No sistema do meu pai a gente trabalhava tudo junto e a renda ia para o mesmo monte só. Tem muitas famílias de italianos que ainda é assim. Lá na casa do meu pai, com a agroindústria e o agroturismo, a gente saiu da pobreza da roça para começar ter uma renda toda semana e essa renda a gente não soube administrar como ia ser para que cada um fizesse uma retirada. Olhando para a família via que estava dando certo, tinha renda. Mas eu via que para felicidade não ia ser tão bom. Eu preferir sair e comprei meu próprio sítio. (F 15, 2021).*

O depoimento anterior é um exemplo de como a adesão à agroindústria (e ao agroturismo) promoveu rupturas com o *status quo* dos patriarcas nas decisões familiares. Nesse caso, o “tradicional” (elemento principal da propaganda em torno do agroturismo e da agroindústria) *versus* a “modernidade” (mudanças nas técnicas de produção e inserção de tecnologia) representam mais do que uma antítese, passando a ganhar *status* de um paradoxo. Uma vez que, o sucesso da defesa do “tradicional” como *marketing* do agroturismo e da agroindústria (seja na celebração das técnicas de produção, do jeito de fazer artesanal e, também, da organização familiar hierarquizada) tem como efeito a reorganização da propriedade e da divisão do trabalho. O que implica na diversificação da produção, na criação de novas fontes de renda e no reposicionamento dos sujeitos na hierarquia familiar.

Assim, as relações intergeracionais ganharam mais complexidades diante da diversificação do uso da terra, da produção e das fontes de renda. Não bastava mais apenas evocar os saberes da geração anterior para verticalizar uma decisão. Passou a ser preciso construir outros saberes e dominar novas ferramentas, colocando em evidência a geração mais jovem. A adequação a essas novas demandas possibilitou a criação de “vias de mão dupla” nas relações intergeracionais, tornando o poder decisório menos centralizado no patriarca e mais horizontalizado.

Contudo, é preciso ter em mente que, historicamente, a figura do patriarca é um dos pilares da reprodução social das famílias pesquisadas; qualquer mudança nesse sentido requer um longo processo de rupturas e acomodações. De tal modo, as decisões que implicam em mudanças estruturais ainda tendem a passar pelo crivo dos mais velhos, mesmo que o aceno seja apenas consultivo e não deliberativo.

Já as ações cotidianas não passam por decisões “engessadas” a espera de uma deliberação do “chefe da família”. Os filhos e netos são inseridos na dinâmica familiar onde aprendem fazendo, estabelecendo, a partir do trabalho, uma relação dialética entre as gerações. Nesse cenário, se reconhece a importância da ancestralidade na transmissão dos conhecimentos acumulados pelos mais velhos, com o domínio do *saber-fazer* adquirido com a prática cotidiana e com o convívio com os pais e avós. E, ao mesmo tempo, se valoriza o perfil dos mais jovens que trazem para o cotidiano das agroindústrias a facilidade no uso das tecnologias, na relação com os bancos e na burocracia da regulamentação para atender as normas de fiscalização.

Diante das complexidades das relações intergeracionais no interior das propriedades buscou-se adotar como referência para a entrevista os responsáveis pela agroindústria, sem abrir mão das informações obtidas a partir das visitas às propriedades.

Os dados apresentados que ajudam a entender o “Perfil das famílias produtoras da Agroindústria Familiar Artesanal inseridas no circuito do agroturismo de Venda Nova do Imigrante” correspondem apenas ao atual núcleo familiar dos entrevistados (Tabela 13). Esse recorte foi feito a partir das respostas dos entrevistados. Quando solicitados os dados sobre os membros que constituíam a sua família, todos os entrevistados, por conta própria, definiram um “núcleo familiar”. Por exemplo: uma entrevistada casada, mesmo morando na mesma propriedade agrícola com os pais, irmãos e tios, elencou apenas o esposo e os filhos como composição familiar, distinguindo, assim, o seu “núcleo familiar” do restante da família.

**Tabela 13:** Composição das famílias entrevistadas<sup>79</sup>, segundo a condição no domicílio Rural/Urba no município de Venda Nova do Imigrante, 2021.

Número de pessoas por família	Famílias pesquisadas (urbana)		Famílias pesquisadas (rural)	
	Famílias	Membros	Famílias	Membros
2 pessoas	01	02	01	02
3 pessoas	-	-	03	09
4 pessoas	01	04	07	28
5 pessoas	-	-	05	25
6 pessoas	01	06	-	-
7 pessoas	-	-	01	07
Total	03 famílias	12 pessoas	17 famílias	71 pessoas

**Fonte:** Dados da pesquisa (2020).

Dos 20 núcleos familiares<sup>80</sup> entrevistados, que somam 83 indivíduos, apenas dois são compostos por dois indivíduos. Trata-se de uma família constituída por uma idosa viúva e sua filha adulta solteira e outra família por um casal sem filhos. A média de indivíduos por família, entre os entrevistados, não difere muito entre os que moram na zona urbana e na zona rural, 4 e 4.2 respectivamente.

As três famílias que se localizam na zona urbana moram em espaços remanescentes de propriedades rurais, guardando muito da dinâmica organizativa típica das propriedades rurais, principalmente quanto à participação da mulher na produção da agroindústria. Todos os três estabelecimentos localizados na zona urbana contam somente com a mão de obra feminina.

Dos 83 (oitenta e três) indivíduos que compõem as 20 (vinte) famílias, 46 (quarenta e seis) trabalham na agroindústria<sup>81</sup>, perfazendo 55.4% do total. Esses dados, ilustrados na tabela 14, ajudam a entender a importância da agroindústria na ocupação e geração de renda dessas famílias. Além disso, é preciso considerar os membros familiares que não têm a agroindústria como ocupação principal, mas que ajudam na agroindústria esporadicamente.

<sup>79</sup> Apesar de definir um membro da família para responder as perguntas, considera-se que a família foi entrevistada, já que a pesquisa conta também com a participação de outros membros da família.

<sup>80</sup> Esta pesquisa não tem a intenção de definir o conceito de “núcleo familiar”, o recorte é utilizado respeitando a percepção dos entrevistados quanto à composição familiar.

<sup>81</sup> A pluriatividade é uma presença marcante no perfil das famílias produtoras da agroindústria, assim, nem todos trabalham apenas na agroindústria.

**Tabela 14:** Idade e sexo dos membros dos núcleos familiares entrevistados e ocupação na agroindústria.

Idade	Total de membros das famílias			Apenas membros que atuam na agroindústria		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
0 a 14	01	-	01	-	-	-
15 a 29	10	12	22	04	07	11
30 a 59	21	24	45	08	17	25
60 ou mais	07	08	15	03	07	10
Total	39	44	83	15	31	46

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021).

A faixa etária entre 30 e 59 anos é a que mais contribui com a mão de obra, com 55,6% do total de familiares que atuam na agroindústria. Os dados revelam que em todas as faixas etárias, com exceção de 0 a 14 anos, a participação das mulheres é sempre superior a dos homens e representa 67,4% do total de componentes dos núcleos familiares que atuam na agroindústria.

Outro dado interessante, quanto à distribuição etária, é o baixo número de crianças na composição dos núcleos familiares entrevistados. Apenas uma família produtora da agroindústria entrevistada tem filho nessa faixa etária. No entanto, não se pode deixar de registrar dois pontos importantes: primeiro, os dados apresentados na tabela 14 se referem ao núcleo familiar do entrevistado e não a todas as famílias que moram na propriedade. Segundo, muitos dos familiares que atuam hoje na agroindústria eram crianças quando a família começou a comercializar os produtos.

A educação formal tem se revelado um importante indicador para compreender o perfil das famílias produtoras da agroindústria. Entre o total de membros das famílias entrevistadas, 28,9% têm o ensino médio completo e 40,9% possuem ensino superior completo, percentuais superiores aos índices do município que, em 2010, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade, tinha 27,48% dessa população com ensino médio e 9,46%, o superior completo. Em nenhuma família entrevistada foi encontrado indivíduo que não tenha cursado algum nível da educação escolar, como pode ser visto na tabela 15.

**Tabela 15:** Escolaridade dos membros dos núcleos familiares entrevistados, por sexo e ocupação na agroindústria.

Escolaridade	Total de membros das famílias			Membros que atuam na agroindústria		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Ensino Fund. incompleto	03	02	05	01	02	03
Ensino Fund. Completo	05	08	13	04	07	11
Ensino Médio Incompleto	03	02	05	01	02	03
Ensino médio	14	10	24	07	09	16
Superior incompleto	01	01	02	-	01	01
Superior completo	13	21	34	02	10	12

**Fonte:** Dados da pesquisa (2020).

O índice de formação se altera quando se considera apenas os responsáveis pela agroindústria familiar, conforme quadro 14. Nesse caso, 30% dos entrevistados possuem formação de Nível Superior e 30% têm o Ensino Médio. É importante destacar que parece ser uma tendência o aumento no nível de escolaridade, uma vez que os filhos que estão em processos de formação escolar, vários em Nível Superior, são a esperança de continuidade na Agroindústria Familiar Artesanal.

**Quadro 14:** Perfil dos entrevistados (Responsáveis pela agroindústria).

Nº	Idade	Formação	Sexo	Estado Civil	É o chefe da família	Religião	Situação ocupacional
01	25 anos	Superior em Agronomia	Masculino	Solteiro	Não	Católica	A Agroindústria é atividade principal
02	27 anos	Superior em Administração	Feminino	Solteira	Não	Católica	A Agroindústria é atividade principal
03	52 anos	Ensino médio	Feminino	Casada	Sim	Católica	Trabalha apenas na Agroindústria
04	61 anos	Licenciatura	Feminino	Casada	Compartilha com o esposo	Católica	Aposentada e trabalha na Agroindústria
05	66 anos	Superior em Economia	Feminino	Casada	Sim	Católica	Trabalha apenas na Agroindústria
06	56 anos	Ensino médio	Feminino	Solteira	Sim	Católica	Aposentada e trabalha na Agroindústria
07	55 anos	II Fund. Incompleto	Feminino	Casada	Compartilha com o esposo	Católica	Trabalha apenas na Agroindústria
08	70 anos	Fundamental	Feminino	Viúva	Sim	Católica	Aposentada e trabalha na Agroindústria
09	49 anos	Fundamental	Feminino	Casada	Compartilha com o esposo	Católica	Trabalha apenas na Agroindústria
10	38 anos	Fundamental	Feminino	Casada	Não	Evangélica (Batista)	Trabalha apenas na Agroindústria
11	55 anos	Fundamental	Feminino	Casada	Compartilha com o esposo	Católica	Trabalha apenas na Agroindústria
12	83 anos	Fundamental	Feminino	Viúva	Sim	Católica	Aposentada e a Agroindústria é sua atividade principal
13	52 anos	Ensino médio incompleto	Feminino	Casada	Não	Católica	Trabalha apenas na Agroindústria
14	65 anos	Ensino médio	Feminino	Casada	Sim	Católica	A Agroindústria é atividade principal
15	49 anos	Ensino médio	Masculino	Casado	Sim	Católico	A Agroindústria é atividade principal
16	50 anos	Fundamental completo	Feminino	Casada	Sim	Católica	A Agroindústria é atividade principal
17	63 anos	Ensino médio	Feminino	Casada	Não	Católica	Trabalha apenas na Agroindústria
18	38 anos	Superior em Biologia	Feminino	Casada	Compartilha com o esposo	Católica	Trabalha apenas na Agroindústria
19	58 anos	Ensino médio	Feminino	Casada	Sim	Católica	Trabalha apenas na Agroindústria
20	42 anos	Superior em Pedagogia	Feminino	Casada	Não	Católica	Responsável pela agroindústria, mas o empreendimento não é sua atividade principal

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Contudo, importa afirmar que no início dos empreendimentos agroindustriais familiares, a formação escolar não foi um empecilho para os mais velhos. Aqui é preciso distinguir a “agroindústria familiar”, que nasce de maneira espontânea ou induzida por uma política, fruto dos saberes tradicionais herdados dos imigrantes, do “agroturismo”, que é o reconhecimento desse *saber-fazer* como potencialidade turística.

Nesse sentido, a formação escolar não era o foco das atenções no início do agroturismo no município, antes o contrário, era exatamente a simplicidade do Homem do campo, seus saberes tradicionais e sua produção artesanal que eram os atrativos.

Com o crescimento da modalidade agroturismo, a agroindústria familiar ganhou mais visibilidade. Se por um lado estar em evidência aumenta as possibilidades de venda dos produtos, por outro lado, cresce também a responsabilização para adequação da produção às legislações vigentes. É nesse “segundo ato” que o conhecimento técnico passa a ser essencial para a continuidade da produção. Os entrevistados relatam que, ainda no início da década de 1990, o Incaper foi a instituição mais importante no processo de formalização das agroindústrias familiares, sobretudo pela atuação da servidora Rita Zanúncio, lembrada na maioria dos depoimentos.

Quanto à composição da renda familiar, observa-se, no quadro 15, que a situação da agroindústria familiar de Venda Nova não se traduz em um cenário homogêneo, até mesmo porque cada família está em uma etapa distinta de desenvolvimento. Algumas famílias ainda dependem, predominantemente, da agricultura, enquanto outras estão numa faixa de transição, aumentando a cada ano a participação da agroindústria na constituição da renda.

**Quadro 15:** Composição da renda dos núcleos familiares dos produtores entrevistados

Propriedade	Composição da renda familiar/propriedade <sup>82</sup>
01	Maior parte da agricultura (Abacate e Hortaliças); menor parte da agroindústria e salário de servidor público.
02	Maior parte da agricultura (Café); Menor parte da Agroindústria.
03	Maior parte da agricultura (Café e Abacate); Menor parte da agroindústria e trabalho carteira assinada.
04	Maior parte (duas aposentadorias, salário de servidor público, consultoria agrícola, marcenaria na propriedade); Menor parte da agroindústria e agricultura.
05	Maior parte da Agroindústria; Menor parte (salário de servidor público e trabalho carteira assinada).
06	Maior parte artesanato; Menor parte da agroindústria e duas aposentadorias.
07	Partes iguais entre agricultura (Café) e a agroindústria.
08	Maior parte da Agroindústria; Menor parte (aposentadoria e empreendimento comercial)
09	Maior parte agricultura (Morango); Menor parte da agroindústria.
10	Maior parte da agricultura (Goiaba); Menor parte da agroindústria.
11	Maior parte da agricultura (Café); Menor parte da agroindústria.

<sup>82</sup> Dados os dados apresentados pelos entrevistados se referem ao seu respectivo núcleo familiar e não têm a pretensão de detalhar o perfil econômico das famílias. A proposta do quadro é evidenciar o papel da agroindústria e o perfil pluriativo na geração de renda das famílias entrevistadas.

12	Maior parte (Salário de servidor público, aposentadoria, empreendimento comercial); Menor parte da agroindústria e da agricultura.
13	Partes iguais entre a agricultura (Café) e agroindústria.
14	Maior parte da agroindústria; Menor parte (aposentadoria e prestação de serviços).
15	Maior parte da agroindústria; Menor parte da agricultura (Produção comercializada na feira-livre de Vitória) e aluguel de chalés.
16	Maior parte da agricultura (Produção comercializada na feira-livre de Vitória); Menor parte da agroindústria e aluguel de chalés.
17	Toda a renda familiar procede da agroindústria.
18	A maior parte da agricultura (café e abacate); Menor parte da agroindústria, aposentadoria, trabalho como autônomo.
19	Maior parte da agricultura (Café); Menor parte da agroindústria.
20	Maior parte (Salário servidor público, carteira assinada, aposentadoria); Menor parte da agricultura e agroindústria.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2020).

O município apresenta uma grande diversidade na produção agropecuária, principalmente com a cafeicultura, a olericultura, a fruticultura e a pecuária (INCAPER, 2011). Contudo, a diversificação agrícola no território não é, necessariamente, representada no interior das propriedades. Os sítios que têm agroindústrias familiares artesanais não têm um perfil homogêneo. Apesar do processo de agroindustrialização ter sido, no geral, introduzido na dinâmica produtiva das propriedades como diversificação das atividades, algumas famílias passaram a reduzir a diversidade da produção agrícola, centrando forças em poucas ou em uma única cultura, nesse caso, a maior incidência é o café.

Assim, o universo das agroindústrias familiares artesanais de Venda Nova se apresenta como diverso, contendo propriedades que tem a produção agrícola como base financeira, nesses casos, a agroindústria e o agroturismo representam a diversificação das atividades na propriedade. Mas também existem as propriedades onde a agroindústria tornou-se a atividade central da família, nesse cenário, tendendo a uma especialização produtiva.

Uma característica que aproxima todos os sítios que fizeram parte da pesquisa é o perfil pluriativo. Todas as famílias, com maior ou menor intensidade, têm vínculos com a agricultura, com a agroindústria e com o agroturismo. Em alguns casos, há dentre seus componentes familiares indivíduos que trabalham fora da propriedade nos mais diversos setores na região, além dos estudantes, aposentados e os que atuam em serviços domésticos.

#### **4.2 A PROPRIEDADE**

Compreende-se como propriedade nesta pesquisa, o empreendimento da agroindústria familiar, sem desconsiderar, no entanto, a importância do espaço onde está inserida e a área disponível para produção e comercialização. Os produtores da Agroindústria Familiar Artesanal do município têm uma profunda relação com a terra e têm nas suas origens, mesmo os que hoje estão localizados na zona urbana, a agricultura como referência.

Nesse sentido, os empreendimentos da Agroindústria Familiar Artesanal nascem, no geral, da própria dinâmica dos sítios, com o processamento dos excedentes da agricultura, das técnicas de conservação de carnes ou apenas de uma receita da família de biscoitos, bolos, massas etc. Desse modo, é compreensível que, para o produtor, a propriedade rural e a agroindústria sejam compreendidas como um conjunto indissociável.

O município é reconhecido como um importante polo de agroturismo e de agroindústria familiar, todavia, a produção agrícola é a segurança financeira da maior parte das propriedades. Esse cenário é explicado por alguns autores, entre eles Wesz Junior (2009 p. 21) afirma: “A agroindústria familiar está inserida em um espaço diversificado de ocupações e atividades, sendo uma das fontes de renda e não a única – em alguns casos não se constitui na principal responsável pela entrada dos recursos monetários”.

É natural, assim, que a agroindústria familiar cresça em uma região com uma agropecuária consolidada, já que a produção da agroindústria se dá pelo processamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, ou seja, fatores como excedente de produção ou uma procura por produtos típicos, no caso de Venda Nova, da culinária italiana, podem desencadear a criação de uma agroindústria familiar. Nesse sentido, a agroindústria familiar é entendida como diversificação da propriedade pelas atividades inerentes, possibilitando o processamento de alimentos, garantindo ao produtor recursos financeiros na entressafra e evita, por exemplo, o desperdício da produção agrícola que não foi comercializada.

As propriedades pesquisadas mantêm (intencionalmente ou por falta de políticas públicas) certa proatividade em relação aos serviços públicos. Desde início da colonização pelos imigrantes italianos a comunidade local tem criado estratégias para suprir a ausência dos serviços públicos. O autor Máximo Zandonadi (1980, p. 44) conta como a primeira família conseguiu instalar uma pequena usina elétrica:

Canalizando a água do córrego Viçosa por uma distância de um quilômetro, a família de Ângelo Altoé conseguiu colocar em funcionamento, com uma queda de poucos metros, primeira usina elétrica movida à força hidráulica, gerando energia para movimentar máquinas de beneficiamento de café e arroz e, à noite, a iluminação elétrica das casas dos familiares; a rede foi estendida até a capela local, numa distância de um quilômetro e meio. Isto, se na me engano, por volta de 1920.

O fornecimento público de energia elétrica chegou décadas depois na comunidade. Das propriedades visitadas 80% passaram a contar com o fornecimento público na década de 1970 e 15% só nos anos 2000, sendo que estas foram contempladas com o “Programa Luz para Todos”.



Tomando as propriedades pesquisadas como referência, o fornecimento público de água parece ser uma política que está longe de atender a totalidade do território municipal. Apenas 20% das agroindústrias utilizam os serviços da Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan), os demais estabelecimentos usam água de nascente<sup>83</sup> (50%) e de poço (30%). Quanto ao saneamento básico, conforme quadro 16, todas as agroindústrias atendem as exigências sanitárias com a utilização de fossas sépticas.

**Quadro 16:** Disponibilidade e uso de serviços públicos (Energia, Água e Saneamento Básico) nas propriedades pesquisadas.

Dispõe de fornecimento público de Energia Elétrica?	SIM	16 (Desde a década de 1970) 01 (Desde a década 1980) 03 (Desde a década de 2000 - Programa Luz para Todos)
Dispõe de fornecimento público de água tratada?	SIM	03 (fornecimento público) 01 (fornecimento público para agroindústria e nascente para consumo doméstico) 04 (Porém, utilizam água de poço).
	NÃO	10 (Utilizam água de nascentes) 02 (Utilizam água de poço)
O serviço público de Saneamento básico atende a propriedade?	NÃO	20 (Todas as agroindústrias utilizam fossa séptica)

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os perfis das propriedades pesquisadas, com exceção das localizadas na zona urbana, são muitos parecidos, *vide* quadro 17. As famílias são, historicamente, de agricultores e organizam a propriedade a partir da produção agrícola. A maior parte das famílias entrevistadas para a pesquisa está mais tempo trabalhando como agricultores do que como produtores da agroindústria. A maioria das famílias mora há mais de 50 anos na propriedade, algumas há mais de 100 anos de trabalho nas lavouras na mesma propriedade.

**Quadro 17:** Perfil das propriedades pesquisadas

Nº	Localização	Como identifica a propriedade?	Desde quando à família está na propriedade <sup>84</sup> ?	Início da comercialização da Agroindústria?
01	Zona Rural	Sítio	1920	2008
02	Zona Rural	Sítio	1967	1999
03	Zona Rural	Sítio	1975	1998
04	Zona Rural	Sítio	1959	2014
05	Zona Urbana (Lote urbano remanescente da propriedade agrícola da família)	Casa	Não sabe o ano exato, mas sabe que foi no final do século XIX.	1988
06	Zona Urbana (Lote urbano remanescente da propriedade agrícola da família)	Casa	Não sabe o ano exato, mas sabe que foi no final do século XIX	1998
07	Zona Rural	Sítio	Não sabe o ano exato, mas sabe que foi no início do século XX	1992

<sup>83</sup> As agroindústrias fazem periodicamente análise da qualidade da água.

<sup>84</sup> Quando perguntado há quanto tempo à família está na propriedade obteve-se como resposta, invariavelmente, a data relativa à família do marido.

08	Zona Rural	Sítio	1952	2010
09	Zona Rural	Sítio	1973	2008
10	Zona Rural	Sítio	Não sabe o ano exato, mas sabe que foi no início do século XX	2003
11	Zona Rural (Lote próximo ao núcleo urbano, remanescente da propriedade agrícola da família)	Casa	Não sabe o ano exato, mas sabe que foi no início do século XX	1995
12	Zona Urbana	Chácara	1936	1991
13	Zona Rural	Sítio	1940	1995
14	Zona Rural	Chácara	1996	2009
15	Zona Rural	Sítio	1999	2001
16	Zona Rural	Sítio	1999	2001
17	Zona Rural	Sítio	Não sabe o ano exato, mas sabe que foi no início do século XX	1991
18	Zona Rural	Sítio	Não sabe o ano exato, mas sabe que foi no início do século XX	2009
19	Zona Rural	Sítio	1923	1991
20	Zona Rural	Sítio	Não sabe o ano exato, acredita que foi na década de 1960.	1995

**Fonte:** Dados da pesquisa (2020).

Das 20 propriedades pesquisadas, 15 se reconhecem com sítio. Para as famílias entrevistadas, o termo “sítio” representa uma categoria de propriedade rural baseada no tamanho da terra “de 10 hectares pra baixo é sítio, fazenda é de 50, 100 hectares pra cima. Então a gente chama de sítio” (F 09, 2020). Nas falas dos entrevistados a propriedade não é tão pequena quanto uma “chácara”, mas também não é tão grande quanto uma “fazenda”. Não houve respostas que relacionassem o termo “sítio” à organização da propriedade ou as estratégias de reprodução social da família.

Não obstante, os sítios pesquisados em Venda Nova apresentam características que se aproximam das apresentadas por Klaas Woortmann (1987) no artigo “Com parente não se negueia. O Campesinato como ordem moral”, onde o autor apresenta três significados para o termo sítio:

(1) O sítio como um território de parentesco.

Em seu sentido mais amplo, ele designa uma comunidade de parentesco, um espaço onde se reproduzem socialmente várias famílias de parentes, descendentes de um ancestral fundador comum. Existem Sítios mais ou menos abertos a nãoparentes, mas aquele que é aqui tomado como situação-limite é inteiramente fechado a estranhos, isto é, às pessoas que não descendem do referido ancestral. Neste plano de significado, o Sítio é um território de parentesco, definido pela descendência e pelas trocas matrimoniais, como domínio quase-corporativo do conjunto de suas terras. (WOORTMANN, 1987, p. 20).

(2) O sítio como território do trabalho.

Num segundo sentido, sítio significa uma área de terras trabalhadas por uma família, idealmente localizada no interior do Sítio em sentido amplo [...] o sítio é o patrimônio construído pelo trabalho da família e transmitido de pai para filho, segundo regras definidas (E. Woortmann, 1985). O sítio é o resultado do trabalho e o lugar do trabalho por excelência. Só é sítio a terra que é trabalhada ou foi trabalhada no passado (estando em "descanso" no presente, para voltar a ser trabalhada no futuro). Esse sítio atravessa um ciclo de desenvolvimento que não interessa considerar aqui em detalhe, correspondendo numa fase a várias casas que trabalham a terra em comum, sob certos aspectos, e separadamente, sob outros. Esse padrão corresponde a princípios de troca matrimonial e de residência. (WOORTMANN, 1987, p. 21).

### (3) O sítio como o lugar de morar.

Num terceiro sentido, a mesma palavra designa o conjunto casa-quintal, aproximando-se seu significado do de chão de morada. Durante a fase do ciclo de desenvolvimento referida acima, cada sítio (no segundo sentido do termo) pode conter vários sítios (neste terceiro sentido). (WOORTMANN, 1987, p. 21).

Nas observações *in loco* uma das mais importantes características notadas nas propriedades é a organização do espaço, desde a designação das áreas produtivas, até as que serão ocupadas por moradias. Em todas as propriedades visitadas é possível perceber que há um conjunto de casas em torno da casa principal, geralmente dos *nonnos*. A figura 53 é um exemplo das estratégias de uso e manutenção da capacidade produtiva da terra.

**Figura 55:** Exemplo de organização do espaço - Sítio Retiro do Ipê.



Fonte: Google Maps, 2020. Organização do Autor (2020).

Considerando que 73% das propriedades do município têm uma área menor do que um módulo fiscal, a continuidade da fragmentação das propriedades poderá implicar na inviabilidade da produção agrícola. Nesse sentido, a relação com a terra e as estratégias

adotadas para manter sua capacidade produtiva mostram muito da identidade camponesa dos agricultores de VNI. Na lógica da organização do cotidiano a propriedade pertence à família de “origem”, caracterizada pelo sobrenome, mesmo que registrada de maneira fragmentada. Na prática, portanto, para além da dinâmica produtiva a terra tem representações simbólicas.

De acordo com esta lógica, o pai, responsável pela manutenção do grupo familiar, recebe nominalmente um patrimônio, o direito à propriedade que não é entendido como individual. Ao contrário, a responsabilidade do pai é zelar por este patrimônio coletivo, cuidando de transmiti-lo às demais gerações. Esta propriedade, encarnada na figura do chefe da família, é o símbolo da unidade e da identidade familiar que deverá reproduzir-se no tempo através dos laços familiares e da partilha desigual. É importante registrar que, baseada embora na ideia da consanguinidade, regras consuetudinárias não reconhecem a todos os filhos os mesmos direitos (CARNEIRO, 2001, p. 3).

Outras estratégias com intuito de preservação da posse da terra foram utilizadas ao longo do tempo pelas famílias dos imigrantes, uma delas com grande destaque: a partilha da terra apenas com os “filhos homens”. Conforme se pode constatar na tabela 16, das 20 propriedades pesquisadas, apenas 03 foram heranças recebidas por mulheres. Duas participantes relatam que os irmãos ficaram com a propriedade agrícola e que elas apenas com lote onde moram. Já a terceira participante diz que não herdou dos pais a propriedade, anos depois da partilha os irmãos decidiram incluí-la como herdeira da terra.

**Tabela 16:** Formas de obtenção da propriedade entre as famílias produtoras da Agroindústria Familiar Artesanal, entrevistadas para a pesquisa.

Forma de obtenção	Propriedades pesquisadas
Através de herança da família do marido	14
Através da herança da família da esposa	03
Compra de parentes	-
Compra de terceiro	03
Posse provisória	-
Não é proprietário	-
Troca	-

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021).

O escritor Máximo Zandonadi, que é da segunda geração dos descendentes dos imigrantes italianos, descreve como o pai dele fez a partilha da herança, ainda em vida.

Em 1951, papai transferiu o imóvel rural de 21 alqueires e meio aos três filhos homens: Vicente, Clínio e Máximo [...] As filhas do casal, as sete irmãs Liduína, Elizabeth, Florentina, Amélia, Lucina, Terezinha e Maria receberam a herança em dotes e dinheiro. Quatro delas – Teresinha, Amélia, Florentina e Maria – estiveram em casas de formação religiosa. Seguiu-se a tradição de além-mar, de onde veio a imigração. Para conservar a área de terras em nome da família era preciso partilhá-la com os filhos homens. As filhas casavam em comunhão de bens e, em geral, todos os noivos tinham ou iriam herdar o seu quinhão. Naquela época, se fosse repartido os 19 alqueires e meio em partes iguais, caberia menos de dois alqueires a cada herdeiro, quantidade que não dava, nem se a área fosse toda desmatada, para iniciar uma vida de casal novo. (ZANDONADI, 1992, p. 85).

No relato, o autor tem clareza de que o formato de partilha da herança é o mais justo e coerente para a realidade da época. É preciso considerar que Máximo Zandonadi nasceu em 1916 e teve a oportunidade de conviver com os imigrantes pioneiros, com uma forte imersão nas tradições e costumes e, mesmo que na data da partilha (1951) estivesse com 40 anos ou até mesmo na época do relato (1992), já com 76 anos de idade, não causa estranheza a reprodução desse pensamento. Para Marx “o modo de produção da vida material condiciona o processo de em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (MARX, 1982, p. 25).

Mesmo as mulheres que não herdaram a terra dos pais não veem problema na antiga tradição. Contudo, entendem que nos dias atuais, além das mudanças na legislação, o contexto social mudou muito.

*Porque área maior, onde tem as lavouras, ficou para os filhos homens. Mas é assim, eu sempre gosto de falar isso, porque, dá a impressão de que é tipo discriminação, mas não é. O quê que acontecia? Eles vieram tudo pra cá, então eles casavam entre eles. Por exemplo, o meu cunhado herdava do pai dele e minha irmã herdava junto, a irmã do meu cunhado que casou com meu irmão, mesma coisa. Então, não era uma discriminação. Você imagina, hoje, por exemplo, a propriedade do meu irmão que papai deixou pra ele, os filhos dividiram em quatro partes iguais, para os dois meninos e as duas meninas. Mas hoje é diferente, a cultura é diferente, tudo é diferente. Quando minha mãe faleceu em 1970, meu pai já fez o inventário dividindo a terra para meus irmãos, não houve questionamentos. (F 06, 2020).*

Outro “alívio” na pressão da partilha da terra poderia ser a condução para a formação religiosa, mesmo desconhecendo elementos que comprovem essa intencionalidade. As famílias viam diversas vantagens em ter um padre, uma freira ou ter um filho exercendo qualquer outro sacerdócio na Igreja Católica, pois dava (e ainda dá) *status* para a família.

O Senador da República Dirceu Cardoso, nos dá uma ideia da importância da vocação religiosa para o município. No dia 25 de outubro de 1976 o então Senador pronunciou o seguinte discurso, publicado no Diário do Congresso Nacional, Seção II, no dia 29 de outubro de 1976.

[...] Trata-se, Sr. Presidente, de uma comunidade da região serrana do meu Estado, com cerca de mil habitantes. Dali saíram para Ordens Religiosas, para hospitais, casas de saúde, colégios, escolas, asilos e os serviços religiosos, de tantas paróquias do nosso país (135) centro e trinta e cinco filhos de suas famílias mais tradicionais e que hoje servem o país, em diversos Estados da Federação, levando a inúmeros municípios e cidades brasileiras e instituições várias, as assistências aos que sofrem, aos que padecem, aos que procuram instruções e àqueles que vierem em busca de uma palavra de Religião e de um Conselho de Fé. Trata-se do Distrito de Venda Nova, no município de Conceição do Castelo, Estado do Espírito Santo, na sua região serrana, de onde saíram essas almas iluminadas para o apostolado de suas vocações. Visitei, há dias, sua Eminência o Núncio Apostólico de Sua Santidade o

Papa, neste país, Dom Carmine Rocco, e sua Eminência revelou-me que não tem notícias, nos anais da Igreja Católica, de uma região, de uma comunidade, que tivesse dado tantas vocações à Religião Católica, em todo o mundo.

Mesmo hoje, com uma forte inserção das igrejas protestantes, a maioria da população ainda é católica, visto que no último Censo do IBGE (2010) 82.69% dos moradores são católicos. Como exemplo de amostragem, observa-se que 95% das famílias entrevistadas professam o catolicismo como religião, tendo apenas uma família se declarado protestante.

Além dessas estratégias, não se pode descartar que os elevados valores dos terrenos na área urbana de Venda Nova se configuram em um forte impedimento para os mais jovens migrarem do sítio para a cidade. Nos estudos básicos para elaboração do Plano Diretor Urbano de Venda Nova estão indicados como condicionantes da ocupação do solo a escassez e o alto valor dos lotes urbanos.

[...] a ocupação do solo com atividades de uso misto, não vem se consolidando apenas nos corredores principais, observa-se em grande escala, estar distribuída em todo o tecido urbano da cidade, não obedecendo à critérios de predomínio por eixo. Certamente este fato se revela pela saturação de estoque de lotes disponível nesses eixos, conciliados ao elevado custo dos terrenos. Nesse aspecto o uso por atividade que mais se destaca é o residencial com comércio ou serviços. (PLANO DIRETOR URBANO - ESTUDOS BÁSICOS, 1999, p. 11).

Assim, são muitos os filhos que, mesmo não tendo uma relação profissional com a produção agrícola ou com a agroindústria, constroem suas residências nas propriedades rurais da família.

As estratégias adotadas, que remetem ao *ethos* da campesinidade, têm garantido às famílias a permanência na terra e as condições para produzir. A pesquisa mostra (Tabela 17) que as propriedades das famílias produtoras da agroindústria apresentam uma estratificação fundiária que pouco difere do município.

**Tabela 17:** Estratificação de área das propriedades das famílias produtoras da Agroindústria Familiar Artesanal, entrevistadas para a pesquisa.

Estratos de área em hectares	Estratos em módulo fiscal	Propriedades pesquisadas		Propriedades no município	
		Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
0 a 17 (Minifúndio)	0	15 (sendo três na zona urbana)	75%	870	74,04%
18 a 71	01 a 03	04	20%	280	23,82%
72 a 270	4 a 15	01	5%	24	2,04%
< 270	< 15	0	0%	01	0,1%

Fonte: INCRA (2019); Dados da pesquisa (2020).

A tradição da monocultura do cultivo de café por mão de obra escrava perdurou até a chegada dos imigrantes italianos, no fim do século XIX. A realidade dos pioneiros italianos

era bem distinta dos antigos fazendeiros, principalmente pela necessidade de alimentar sua prole com a diversificação da pequena produção familiar. O cultivo de café sempre dominou a paisagem agrícola, mas eram os paióis cheios de milhos e quintais povoados de víveres que davam a certeza de que aquele inverno seria farto. (ZANDONADI, 1992).

A mesma lógica do uso da terra ainda parece dominar a organização das propriedades pesquisadas. Todas têm uma cultura principal que demandam mais terra, insumos, investimentos e que constituí a maior parte da renda, mas também conservam a tradição de diversificar a produção, mesmo que para as demais culturas prepondere o valor de uso.

Mais de dois terços dos sítios recorrem à mão de obra de terceiros para atender as demandas sazonais da produção agrícola. A principal forma de contratação é por meio de pagamento pelo dia de trabalho. Essa estratégia utilizada para reduzir os vínculos e as obrigações trabalhistas é comum no campo brasileiro, sendo adotada pelas mais diversas configurações de propriedade rural, e não nega a lógica camponesa de produção, que tem na família a base da mão de obra. Para Woortmann (1987, p. 26).:

O uso de assalariados em unidades camponesas é, predominantemente, de caráter temporário, enquanto o trabalho permanente é fornecido pelo grupo doméstico. Por outro lado, as observações etnográficas indicam que, longe de se opor ao trabalho doméstico e ao trabalho como categoria indissociável da família, o uso de assalariados é a condição mesma de realização desta última. O pai de família contrata assalariados durante o pico do ciclo agrícola, pois é o volume de trabalho realizado neste momento que irá determinar o trabalho realizado durante todo o ciclo. Por isso, os trabalhadores temporários irão viabilizar a atividade dos membros da família e não a ela se opor.

Além das contratações sazonais (diaristas e assalariados), o regime de colonato ainda é utilizado em algumas propriedades rurais do município (Tabela 18). Consiste num contrato no qual o proprietário fornece a casa para a família do “colono” (casa do colono) e é responsável também pelos insumos, maquinários e sementes. Nesse formato é comum que o contrato do “colono” seja parecido com o do “meeiro” quanto ao pagamento, ficando com 40% da produção agrícola e o proprietário com 60%.

**Tabela 18:** Formas usuais de contrato de trabalho nas propriedades pesquisadas da Agroindústria Familiar Artesanal.

Formas de contratos	Propriedades pesquisadas
Trabalha em regime de colonato	04
Arrenda terra de outros	02 (além da sua própria terra)
Contratação de assalariados	05
Contratação de diaristas	11
Contrato com meeiros	01
Apenas mão de obra familiar	05

**Fonte:** Dados da pesquisa (2020).

Dentre as propriedades pesquisadas, 25% mantêm pelo menos uma família de trabalhadores com o contrato (chamado de parceria) de colono ou de meeiro. Esse percentual tende a ser maior entre as propriedades que têm o cultivo do café como cultura principal.

Nos sítios pesquisados que já tiveram “colonos” e “meeiros” os produtores relatam que à medida que a diversificação da produção agrícola passa a ter sentido comercial e os espaços na propriedade são redimensionados para atender as demandas da agroindústria e do agroturismo fica mais difícil de realizar o acordo de “meia” (divisão da produção agrícola entre o trabalhador – colono ou meeiro – e o proprietário).

O relato a seguir revela duas características dos sítios que diversificaram sua produção agrícola com finalidade de comercialização: a primeira é a compreensão de que o trabalho na propriedade é familiar, sendo a contratação de diarista ou assalariado sazonal compreendida como “ajuda”. A segunda é a dificuldade da pequena escala e da diversificação da produção familiar, pois, diferente da monocultura em que a venda é realizada, na maioria das vezes, para um único comprador a comercialização da pequena produção é paulatina, recorrendo, quase sempre, ao comércio direto. Esse formato deixa extremamente complicado mensurar os custos e ganhos.

*Eu tenho uma casa aonde de vez em quando vai gente morar pra me **ajudar**, mas hoje está sem ninguém. Eu costumo pagar o salário, muitas vezes com carteira assinada, dependendo como combina, porque é um **trabalho diferenciado**. Muitas vezes a pessoa quer a meia daquele resultado, mas acabo vendo muita dificuldade pra pessoa entender. Aí eu prefiro pagar o salário e ela usufrui da terra pro consumo próprio. (F 15, 2021. Grifos nossos).*

Os produtores também relatam que tradicionalmente os “colonos” cuidavam das lavouras de café. Com a diversificação da produção (algumas propriedades passaram a cultivar abacate, goiaba, lichia, outras passaram a criar aves, gado leiteiro) a área destinada ao café nessas propriedades foi reduzida. Esse movimento impactou na relação dos proprietários e colonos.

*Dependendo do que você tem na propriedade não compensa muito como antigamente. Igual por exemplo, o cara vai tomar conta do café na propriedade e ele fica com 40%. Hoje em dia, se fosse no nosso sítio o colono vai passar fome. Porque se você botar na ponta do lápis ele não vai ganhar nem 1000 reais por mês durante o ano. Ele não conseguia viver não. Tem muito tempo que não vejo colono pra cá. O pessoal já não tão trabalhando de colono mais. [...] O último colono que vi aqui (se referindo a região onde mora) foi do meu tio aqui embaixo, já deve ter uns três anos. Só que meu tio tinha que entregar praticamente toda a roça dele pra compensar pro colono, entende? (F 01, 2020).*



Na percepção dos agricultores familiares de Venda Nova o trabalho agrícola não atrai os trabalhadores. A queixa em relação à dificuldade de encontrar pessoas para trabalhar na agricultura é comum na zona rural do município e não é diferente entre as famílias entrevistadas.

*Quando precisa a gente contrata um diarista para cuidar da lavoura, mas é complicado conseguir um que trabalhe bem. (F 04, 2020).*

*É muito difícil achar alguém pra trabalhar. Não sei se é o auxílio que eles recebem hoje em dia de Bolsa família talvez ou esses trem. Assim. Muita gente não quer trabalhar por causa disso ai também. (F 01, 2020).*

*Ultimamente está bem difícil de conseguir gente que gosta de trabalhar. Parece que isso daí vai ser algo muito complicado pra frente. (F 15, 2021).*

As falas em relação às dificuldades de se “conseguir alguém que gosta de trabalhar” têm sempre um tom nostálgico, que remonta à época dos pioneiros imigrantes e boa parte do século XX. Nesse longo período, a preocupação com a produção agrícola era para a subsistência, o trabalho e a produção tinham valor de uso e mesmo o excedente (a região sempre esteve integrada a cadeia do café) tinha a finalidade de troca por outros valores de uso. Até mesmo a contratação de mão de obra tinha como formas de pagamentos a moradia e a alimentação, sempre prevalecendo o valor de uso (ZANDONADI, 1980).

Com a melhoria das técnicas, aumentando a produção na agricultura e com a facilitação para a comercialização, a produção e o trabalho familiar passam a ter valor de troca. No entanto, no imaginário coletivo dos agricultores familiares ainda “vive” a figura do trabalhador rural descolado das obrigações trabalhistas.

Nas agroindústrias familiares artesanais as dificuldades apresentadas para a contratação também se referem à escala de produção, mas os principais motivos estão no âmbito do *saber-fazer*. As produtoras da agroindústria artesanal entendem que, mesmo contratando alguém pra ajudar, a presença delas na produção é imprescindível para manter a qualidade dos produtos, mas também porque, em alguns casos, existem etapas da produção que são segredos familiares, principalmente na produção do socol.

*Aqui meu marido quem tempera o socol, receita que aprendeu com a mãe dele. Agora minha filha também sabe, porque um dia ele passou mal e teve que passar o jeito de fazer. Ninguém mais sabe. (F 17, 2021).*

*Na produção de macarrão fica eu e mamãe, se a gente for ampliar a produção teria que ter mais gente e colocar gente de fora o produto não fica o mesmo, perde muito desse jeito artesanal de fazer. (F 18, 2021).*

*O socol aqui na região tem várias produtores que fazem e cada um tem uma história. A minha história é o seguinte, o meu bisavô, da parte da minha mãe,*

*quando veio da Italia ele trouxe esse embutido pra comer no navio. Quando chegou aqui no Brasil era ele que fazia, depois meu avô e do meu avô passou para minha mãe e agora eu que herdei, apenas eu sei todo o processo. (F 08, 2020).*

Assim, as agroindústrias familiares artesanais que estão inseridas no circuito do agroturismo de Venda Nova têm como base para a sua produção a força de trabalho familiar e na contratação de funcionários (sempre em menor número do que os trabalhadores da família) a possibilidade de atender as demandas do sítio sem reduzir a dinâmica produtiva da agroindústria.

Diferentemente da agricultura, a contratação pela agroindústria tende a ser formalizada, adotando a carteira assinada como prática para os funcionários fixos, ainda que em alguns casos seja utilizada a contratação de diaristas. Dentre as agroindústrias pesquisadas 50% mantêm funcionários contratados que não pertencem à família, gerando 20 empregos diretos na comunidade, além da ocupação dos familiares. A Agroindústria Familiar Artesanal aumenta sua produção durante o inverno, principalmente em junho e julho. A Festa da Polenta, em outubro, também é um ponto alto da produção. Nesses períodos, as agroindústrias tendem a contratar diaristas.

Quanto à decisão de investir na agroindústria, os resultados das entrevistas revelam que cada família vivia um contexto particular que os motivou a empreender no ramo de processamento de alimentos. Contudo, as famílias, mesmo em épocas diferentes e com interesses distintos, têm no agroturismo a expectativa de potencializar a comercialização dos seus produtos. Aqui, optou-se por expor mais depoimentos devido às motivações e/ou os intuítos diferenciados que levaram as famílias a ingressarem na agroindústria.

*A nossa família sempre produziu socol e linguiça para o consumo próprio. Em 2001 com a festa do socol muita gente começou a perguntar por que a gente não fazia pra vender foi assim que começamos a pensar na agroindústria do socol, mas somente em 2013 que a estrutura ficou pronta. Mas antes disso, em 2008, criamos uma agroindústria de pães e bolo para vender na Feira livre. (F 01, 2020).*

*Antes eu trabalhava fora como professora e a lavoura era toda por conta dele (o esposo), então a gente fazia vinhos de jabuticaba pra dar para os amigos. Tinha fubá? Estragava, dava pros porcos. Em 2014 me aposentei e aí eu disse: tenho que fazer alguma coisa porque não consigo ficar dentro de casa o tempo todo. Então meu filho mais novo falou assim: Mãe, porque a gente não faz um bocado de doces? Eu pensei: Ah, não sei se quero mexer com isso. Mas depois me animei e começamos com pouca coisa e tal, faz uma coisinha, faz outra e todo mundo gostou, foi no paladar do povo. (F 04, 2020).*

*A família tinha plantação de uva e fazia vinhos só pro consumo e para os amigos. Só que o pessoal começou a querer adquirir o vinho. Aí nos vimos a chance de ampliar a plantação de uva para produzir mais vinho. No início a produção eram duas “boboninhas” de 100 litros de madeira, aquelas pipas de madeira. Hoje a gente chega a fazer mais de 20 mil litros por ano. (F 03, 2020).*

*Eu me separei e ficou complicado para trabalhar fora porque minhas meninas eram pequenas e eu precisava ter uma renda, então comecei com minha mãe a assar biscoitos e bolos no fogão a gás de quatro bocas e começamos a vender. As vendas foram aumentando e construímos um forno a lenha com tanque de carreta e aí a gente viu que foi ficando pequeno também. Tem oito anos que a gente construiu essa estrutura aqui, tudo feito de acordo com o que foi exigido. Hoje se a gente for olhar, já está pequena também. (F 07, 2020).*

*Eu sempre gostei de mexer com público e em 2010 falei, sabe de uma coisa eu vou me aventurar aqui, colocar uma agroindústria, arrumar o sítio pra turista... E começamos assim, né? Eu sempre gostava de fazer essas coisas mais diferentes, aí surgiu a coisa do socol, que minha família sempre produziu pro consumo próprio. (F 08, 2020).*

*Tinha 4 anos que a gente tinha prejuízo com a plantação de tomates por causa da chuva de granizo. Então resolvemos plantar morango sem agrotóxicos e atrair turistas. Então era preciso ter alguma coisa. Você tem o morango, então você precisa ter uma geleia, um licor, entendeu? E aí começou a agroindústria. (F 09, 2020).*

*A gente sempre trabalhou com frutas, é... Goiaba, figo e... Tinha muito perda. Ai a gente teve assim... Ah, vamos aproveitar o que às vezes acaba não indo pro mercado, vamos aproveitar e vamos esta fazendo os doces. Aí a gente começou a aproveitar o figo que acabava madurando muito no final do ano, o que vendia, vendia, o que não vendia ficava no pé madurando. Começamos a aproveitar e as goiabas fazer goiabadas, fazer compotas e daí foi indo... Aproveitando outras frutas do quintal. Aproveitamos as frutas que não vendia e ainda agregamos valor. (F 10, 2020).*

*A motivação para investir na agroindústria foi diversificar a produção porque aqui só tinha café e pé de abacate. Aí surgiu em 2009 a feira da agricultura familiar, aquilo ajudou muito. Minha família já fazia produção de algumas coisas, mas não ia atrás de selo, de normalização. Vendia assim, né, o pessoal queria e ai a gente fazia um socolzinho, fubá, o pó de café. Mas depois que veio a feira da agricultura familiar que teve essa conscientização de normalização de agroindústria e tudo, que foi que construiu a agroindústria. (F 18, 2021).*

*Nós começamos assim, sem perspectiva nenhuma. Começamos através do Ronald Mansur, jornalista do Jornal do campo, que veio aqui no sítio e minha sogra estava com três socol em cima do fogão e ele perguntou o quê que era e ela falou. Foi quando juntou algumas famílias que produziam socol na cidade pra vender para os turistas. Nós vimos uma luz ali, mas fazíamos poucas peças porque não tinha dinheiro, era muita pobreza. Ficamos com muita vontade de fazer porque vimos que dava um dinheirinho e na roça era mais difícil. (F 17, 2021).*

*1991. Eu era servidor público e a instituição fechou em em Venda Nova, quem não aceitou ser transferido foi demitido. Na época estava começando o agroturismo, eu comecei a fazer na minha cozinha o doce de leite e o biscoito de nata que até hoje é o tradicional. Aí devagarinho foram pedindo mais biscoitos, outros tipo de doces...a gente tinha um quarto aqui que adaptei para fazer minha agroindústria. No comecinho era permitido a gante fazer assim, depois que passaram a exigir uma cozinha própria, então fiz a agroindústria separada. Há uns 15 anos tive que fazer uma área separada só para o doce de leite, que quem fiscaliza é a secretaria de agroindústria e o biscoito é a vigilancia sanitária. E as receitas que eu tenho algumas são da vovó e outras da minha sogra. Na época que sai do emprego foi difícil me acostumar ficar em casa, mas depois fui me acostumando e como não tive filhos...no começo do agroturismo ia muito em feiras de divulgação em várias cidades, festas de exposições de várias cidades, então como a gente saia muito acabei me envolvendo. Fomos fazendo o nome do agroturismo de Venda Nova. (F 19, 2021).*

Mesmo em um pequeno território, como o do município de Venda Nova do Imigrante, são diversas as estratégias utilizadas pelas famílias para garantir a sua reprodução social, o que, mormente, caminha para a pluriatividade. No caso dos produtores das agroindústrias familiares é possível perceber que a opção por introduzir na propriedade atividades não-agrícolas tem a ver com o contexto socioeconômico, bem como com os anseios, sonhos e necessidades individuais que também favorecem à dinâmica familiar.

Schneider (2009) afirma que é preciso superar o entendimento de que os agricultores só começam a realizar atividades não-agrícolas quando sua sobrevivência por meio da atividade agrícola está ameaçada. Essa visão, criticada por Schneider, parte do princípio de que os agricultores não são capazes de exercer o protagonismo de criar estratégias de reprodução social diante da realidade que se apresenta.

Nessa mesma direção, os resultados da presente pesquisa apontam que as famílias têm adotado estratégias distintas para construir a infraestrutura da agroindústria. Os motivos que levam cada família a tomar a decisão de utilizar os próprios recursos financeiros ou fazer um financiamento são pautados em fatores externos e internos à dinâmica familiar, como a facilidade de acessar assistência técnica para elaboração de projeto e o medo de endividamento, respectivamente. Assim, a família passa a construir a estrutura da agroindústria aos poucos e o investimento vai sendo proporcional à expectativa da continuidade da produção pelos filhos.

*A gente sempre fez tudo. A gente trabalhava, guardava o dinheirinho da gente e ia sempre construído sem depender de ninguém. (F 07, 2020).*

*Foi tudo por conta própria. Apesar de que na construção da agroindústria o Incaper deu muito apoio. Ajudaram nos projetos, croquis, tudo certinho como mandava dentro da legislação. (F 08, 2020).*

*Começamos aos poucos, devagar até chegar...Antes funcionava ali do outro lado a nossa lojinha. A gente não começou com essa estrutura. Se tivéssemos sucessor para a agroindústria até poderíamos tá vendo isso aí. Mas os filhos têm outras atividades. (F 04, 2020).*

*Na época de construir a agroindústria minha mãe fez o Pronaf. Quando tem incentivo para as mulheres trabalhadoras rurais, pra gente aqui na roça a gente faz. É só ter a facilidade. (F 18, 2021).*

*Fui a primeira mulher em Venda Nova a fazer o Pronaf Mulher, você acredita? Eu não tinha dinheiro pra nada, só pensava como iria pagar isso. Fui no Banco do Brasil, fizemos um projetinho para construir a área adequada do socol. Com o dinheiro do Pronaf conseguimos, graças a Deus, ir pra frente e pagar tudo direitinho. (F 17, 2021).*

No processo de decisão familiar de acessar ou não algum programa do governo para financiar a construção da agroindústria pesou muito as políticas públicas adotadas pelo

Estado, seja pelo poder municipal, estadual ou federal. As ações governamentais impactaram na abertura de novos mercados, principalmente de venda direta, dando segurança e melhores condições para o acesso a créditos.

No caso de Venda Nova, os produtores que estavam no início das discussões sobre o agroturismo revelaram maior segurança para acessar financiamentos. Essa segurança também foi mencionada entre os produtores que participaram da criação da Feira-livre. Esse fenômeno está diretamente ligado às intencionalidades políticas, desdobradas em ações do poder público, uma vez que a articulação para fortalecer o agroturismo e criar a Feira-livre, por exemplo, passa pela formalização das agroindústrias e, nesse caso, pela boa vontade em ofertar assistência técnica para a produção e adequação da estrutura à legislação. Esse cenário se verifica ao comparar as datas de construções das agroindústrias familiares artesanais (a mais antiga data de 1991) com os primeiros movimentos do poder público em direção à construção dos alicerces do agroturismo, em 1990 (PEDEAG, 2007).

Analisando o itinerário percorrido pelas agroindústrias familiares artesanais de Venda Nova percebe-se que, mesmo antes de 1990, todas as famílias já tinham em seu processo de reprodução social uma identidade produtiva baseada no *saber-fazer* de produtos como socol, linguiça, codiguim<sup>85</sup>, massas, antepastos, queijos, biscoitos, etc. Essa produção tinha como propósito o consumo familiar, a troca entre vizinhos e a venda do excedente no mercado local, sempre numa perspectiva de valor de uso. Nesse sentido, é possível afirmar que o advento do agroturismo no município se justifica nas estratégias da reprodução social das famílias a partir da produção e processamento de alimentos. Entrementes, a formalização das agroindústrias familiares artesanais se explica na medida em que se inserem no agroturismo.

Como era de se esperar, considerando o recorte da pesquisa “Agroindústria Familiar Artesanal que estão inseridas no circuito do agroturismo de Venda Nova”, a totalidade das agroindústrias familiares foi construída a partir de projetos elaborados para atender a legislação vigente<sup>86</sup>. Organizando essas agroindústrias em dois grupos: (a) Com financiamentos - Construíram a estrutura adequada à legislação para atender as regras do financiamento; (b) Com recursos próprios – construíram a estrutura adequada à legislação mesmo sem fiscalização prévia, chega-se a um denominador comum que é a presença de ações de assistência técnica em ambos (a e b) na orientação antes do investimento na infraestrutura.

---

<sup>85</sup> É um embutido tipo linguiça, composto por carne e couro de porco (em algumas receitas são usados miúdos). Os ingredientes são fervidos, moídos e, depois adicionados os temperos.

<sup>86</sup> Antes disso a produção se aproximava da definição de “agroindústria caseira” apresentada (Quadro 1) por Guimarães e Silveira (2007).

Toda orientação/fiscalização para construção da agroindústria no município era realizada pela Vigilância Sanitária até a promulgação da Lei nº 1090/2013, que instituiu o Serviço Municipal de Inspeção (S.I.M.), passando, assim, a vigorar uma divisão da responsabilidade de orientação/fiscalização. À Vigilância Sanitária coube apenas a fiscalização dos estabelecimentos que processam alimentos de origem vegetal e o S.I.M. pela fiscalização dos empreendimentos elaboradores de produtos de origem animal.

O serviço Municipal de Inspeção mantém um rígido protocolo que orienta o produtor antes do início da construção da agroindústria familiar. Segundo os gestores da Secretaria de Agricultura, todo o processo de fiscalização tem um caráter orientativo, prevendo o acompanhamento desde a construção da estrutura física até o início da produção.

*Para iniciar a abertura de uma agroindústria os produtores devem procurar o S.I.M. e preencher o requerimento de solicitação de inspeção do terreno onde pretende realizar a construção, ou solicitação de inspeção do local onde já há uma construção para avaliar a possibilidade da realização das adequações. É agendada uma visita ao local e as orientações sobre os procedimentos de abertura do estabelecimento são realizadas verbalmente no dia da visita e também descritas em um laudo entregue ao produtor. Lembrando que todo processo de registro necessita do licenciamento ambiental, realizada pela Secretaria de meio ambiente.*

*Após a inspeção previa para a continuidade do processo de registro é necessário entregar outros documentos ao S.I.M., como croqui de construção e memórias de construção e reforma, memorial econômico sanitário, formulários de registro de produtos, rótulos, manual de boas práticas de fabricação e análise de água do estabelecimento. O produtor pode contratar um consultor para elaborar a documentação de registro.*

*Toda documentação de registro é corrigida com emissão de laudos pelo S.I.M. e na realização da obra e início das atividades o S.I.M. realiza acompanhamento periódico para orientações necessárias. Além disso, é realizado treinamentos com os manipuladores de alimentos antes do início das atividades. (GESTOR DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, 2020).*

É preciso acentuar o importante papel desenvolvido pelo Incaper na consolidação do agroturismo no início dos anos 1990. As famílias são unânimes em relatar a colaboração desta instituição desde a elaboração dos croquis e plantas das agroindústrias, passando pela assessoria na compra de equipamentos e até na oferta de cursos de boas práticas e produção na nova estrutura. Um novo movimento em prol da formalização da agroindustrialização aconteceu em 2009, com a criação da feira-livre da agricultura familiar.

Enquanto a institucionalização do agroturismo pelo poder público municipal ajudou a criar um mercado para os produtos da Agroindústria Familiar Artesanal e a extensão rural assegurou os saberes técnicos necessários para adequação da estrutura e produção à legislação vigente, o acesso à linhas de créditos do governo federal que possibilitou para algumas famílias construir o espaço de produção e a loja para receber os turistas. Nesse contexto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf teve forte influência,

uma vez que 50% das famílias entrevistadas acessaram o programa para investir na construção da agroindústria. Durante a pesquisa de campo percebeu-se que os produtores agrícolas têm dificuldades no entendimento sobre o direcionamento dos recursos financeiros.

Além do investimento na estruturação da área de produção para adequação às legislações e na construção da lojinha dos produtos artesanais, a localização da agroindústria pode favorecer ou não a inserção no agroturismo.

A percepção dos produtores da agroindústria familiar quanto ao potencial para o agroturismo das suas propriedades é, invariavelmente, positiva. Os que estão mais centralizados exaltam a facilidade dos turistas têm em acessá-los e a proximidade com outras propriedades. Já os que estão mais afastados reforçam o meio rural como atrativo turístico, além das belas paisagens naturais.

*Favorece, nossa! Estamos bem localizados, 4 km da cidade, aqui é o km 4. E na roça, né. E tem a estrada que passa... A rodovia Pedro Cola que passa na beiradinha da propriedade. Estamos bem localizados, com certeza. A propriedade tem muitas árvores, muita natureza e em um minutinho está na cidade. (F 20, 2021).*

*Favorece, favorece. Não tenho o que reclamar não. As coisas que faltam pra poder ter mais visibilidade, são coisas que inda faltam da gente fazer, entendeu? Mas considero que é perto do centro e do asfalto. Embora tenham fechado aquela entrada pela BR que o pessoal reclamou muito na época. Eu acho que os turistas de fora apreciam muito, porque ao mesmo tempo em que você está ao lado da BR262, você tá numa rocinha e eles gostam muito. (F 17, 2021).*

Para os produtores da Agroindústria Familiar Artesanal de Venda Nova fatores como a distância ou a proximidade do Centro e, principalmente, o estado de conservação das estradas estão entre os fatores mais citados para explicar o sucesso ou não do empreendimento no agroturismo. Durante a participação do observador junto às propriedades a crítica à manutenção das estradas é uma constante, pois não atrapalha apenas o acesso do turista, mas dificulta muito o escoamento da produção agrícola. Quanto à dificuldade do acesso os produtores reforçam que além das ações de melhoramento e conservação das estradas é preciso educar a população local para o turismo.

*A localização é ótima, porque a região aqui muito bonita. Quando você chega aqui tem a vista da Pedra Azul. O pessoal que consegue chegar até aqui gosta muito, só o que atrapalha é a nossa estrada. Pra mim não teria lugar melhor, a vista é linda, os sons da natureza traz uma paz e estamos a 5 minutos da cidade. (F 18, 2021).*

*Na cultura do povo aqui, em termos de propaganda, não. Mas em termos de que o turista busca, sim. Porque no início a propaganda era: É um lugar difícil de chegar. Quer dizer, você pode inverter isso, dizendo: Tem uma beleza natural que vale a pena ir lá. Então é questão de educação. Você passa para o turista o que tem na região. Eu vejo um potencial enorme em relação a esse trabalho de turismo, por ficar próximo de Venda Nova 3 km (os moradores da zona rural se referem à Sede*

*como Venda Nova). Num lugar local onde você não ouve barulho de carro, tá no meio da natureza e dentro de um sítio que não usa produtos químicos. A uma altitude de 960 a 1100 metros da altitude e umas 40 variedades de frutas. (F 15, 2021).*

Outro ponto abordado em relação à localização e ao impacto no agroturismo foi a integração da propriedade à uma rota turística. Os produtores compreendem que uma rota com mais agroindústrias familiares atrairia mais turistas. Para os demais produtores dificilmente um turista irá subir em uma estrada ruim por quilômetros, apenas para ver uma agroindústria. Por isso acreditam que fazer parte de uma rota poderia favorecê-los.

*O ruim do nosso agroturismo é que somos o último da rota, então, não vêm tantos turistas porque vem até o sítio dos Brioschi e volta. Mas acredito que isso se deva ao tempo que a gente começou, somos recentes no agroturismo. Então muitas pessoas não conhecem. Nossa localização é próxima ao asfalto e é de fácil acesso. Então assim, acredito que somos novos no mercado. (F 04, 2020).*

*Favorece, né? Aqui na nossa região, pra falar a verdade tem poucos que atendem o pessoal em casa com o agroturismo. Ali na frente tem os cafês, mas é só café. O pessoal gosta muito porque nossa região é muito bonita. O pessoal que vem de fora...vem muita gente de fora, vem do Rio, de Vitória, são Mateus. O pessoal fica doido na nossa região aqui. A localização é muito boa, pertinho do asfalto e da Pedra Azul. Também tem o parque do Forno Grande, que recebe muitos turistas. Agora tem a rota para a cervejaria Alteza... A gente queria que tivesse mais agroindústria aqui perto, pra fazer uma rota, aí vêm mais turistas. (F 09, 2020).*

Apenas uma família teve um posicionamento contrário a essa lógica. Para essa família quanto mais agroindústrias ligadas ao agroturismo, menos eles irão vender seus produtos. Essa percepção pode estar relacionada com os objetivos prioritários da família em relação à destinação da produção da sua agroindústria que, no caso dessa família, tem os supermercados locais como maiores compradores. No geral, as demais famílias também procuram estabelecer novos mercados de comercialização, contudo têm como prioridade a venda na propriedade a partir do agroturismo.

### **4.3 A DIVISÃO DO TRABALHO**

As atividades demandadas pela produção da agricultura, da agroindústria e a inserção no agroturismo traz uma dinâmica de trabalho que exige dos componentes familiares um perfil polivalente, com disponibilidade e habilidade para atuar em mais de uma função. Segundo o dicionário Larousse (2001, p. 780), polivalente é aquele “que é eficaz em vários casos diferentes”, cujas habilidades e valores oferecem várias possibilidades de emprego e função.



Nesse sentido, considera-se que a polivalência é uma característica que sempre esteve presente na dinâmica socioprodutiva dos agricultores familiares, mesmo quando a produção é de subsistência. O cotidiano do agricultor familiar cobra que a mesma pessoa atue em diversas atividades como compra de insumos, cultivo das lavouras, instalação ou reparo de estrutura (moradia, cercas, irrigação, etc). Por vezes, essa multifuncionalidade extrapola os limites do sítio, tendo que tratar com supermercados para exposição dos produtos ou negociar a compra equipamentos, dentre outros afazeres.

Diante das considerações, entende-se que a inserção da agroindústria familiar na propriedade reforça o caráter polivalente das famílias produtoras da agricultura, pois acrescenta novas funções e passa a exigir novos saberes. Entrementes, na perspectiva teórica dessa pesquisa, a presença da agroindústria muda não apenas a dinâmica produtiva da propriedade, como também o perfil socioprofissional das famílias, deixando de ser monoativas (a agricultura como atividade produtiva/profissional) e passando a ser pluriativas (a soma da agricultura com outra atividade não agrícola).

Wanderley (2000), quando discute a importância dos agricultores, afirma que esta se dará à medida que os produtores se adaptam as demandas emergentes da atividade agrícola e do avanço dos espaços não agrícolas no meio rural. Esse movimento, que é dialético, deixa a identidade profissional do agricultor num estado de devir. Nesse sentido, o olhar de Wanderley (2000) se aproxima do contexto apresentado pelos agricultores envolvidos nas atividades de processamento de alimentos em Venda Nova.

Com efeito, o que caracteriza hoje o perfil da “categoria socioprofissional” dos agricultores é a diversidade de situações, tanto quanto de estratégias adotadas; neste caso, à competência, no que se refere ao campo propriamente profissional, da produção agrícola, imposição crescente da inserção em mercados competitivos, deve-se acrescentar a necessidade frequente de que os agricultores se tornem polivalentes e pluriativos, capazes, portanto, de estender sua atuação profissional para além da produção agrícola – especialmente nas fases de transformação e comercialização dos produtos – e ampliar a renda, com atividades, agrícolas ou não, dentro ou fora do estabelecimento familiar. (WANDERLEY, 2000, p. 122).

A inserção das novas atividades, como a agroindústria (formalizada) e o agroturismo, desencadeia uma série de novas funções no interior das propriedades. Quando perguntado sobre como a família se organiza para realizar as atividades demandas pela agroindústria, os entrevistados deixam evidentes as dificuldades que emergem diante das diversas frentes que os produtores precisam atuar.

*A gente tem que cuidar da lavoura, cuidar da agroindústria, tem a administração que é difícil, tem que atender os turistas e, além disso, tem que participar de reuniões depois do trabalho, é cansativo. (F 03, 2020).*

*Tudo eu que resolvo. Desde a compra, a venda dos produtos, a fabricação, orientando a ajudante. Não sei quantas tarefas eu faço... Entrega... Hoje mesmo, terça-feira, é dia de sair fazendo as entregas. (F 19, 2021).*

*Eu trabalho aqui em cima na produção do açúcar mascavo e da rapadura, trabalho na caldeira lá embaixo fazendo cachaça e atendo os clientes na loja. Não dá pra fazer muita coisa de uma vez, então vou olhando se vendeu muita cachaça tem que repor. E nos finais de semana a gente produz menos pra poder atender melhor os turistas. O único lugar que eu não trabalho é na lavoura, lá trabalho meu marido. Ele também me ajuda no alambique. (F 13, 2021).*

É natural que componentes da família se sintam mais a vontade para executar um ou outro serviço. Alguns demonstram mais aptidão para lidar com a agricultura, outros com a produção da agroindústria ou a comercialização. Mas, diante da limitação de “braços” para execução das tarefas diárias na propriedade familiar, fica clara a tendência da intensificação da polivalência.

Uma das coisas que chama atenção nas agroindústrias familiares é a forma de organização e a divisão de tarefas de acordo com a competência e satisfação de cada membro do grupo familiar no trabalho, nas diversas esferas da produção e transformação do alimento. A concretização de empreendimentos de agregação de valor junto à agricultura familiar passa pela mobilização de diferentes competências dos distintos membros da família ou famílias de agricultores envolvidos. (MIOR, 2005, p. 197).

Nos diversos formatos de Agroindústrias Familiares existentes em Venda Nova, a divisão do trabalho parece não seguir um padrão ou uma demarcação rígida de quem executará as atividades cotidianas<sup>87</sup>. As famílias se organizam a partir de uma rotina própria que se molda aos interesses individuais e às demandas coletivas, sendo que as divergências tendem a ser mitigadas pelo interesse coletivo.

*É complicado isso. Por exemplo, “ah, o atendimento” vai todo mundo... Só cuidar da lavoura que é específico do meu marido, o resto aqui dentro não tem...se tiver que lavar garrafa, lava. Se tiver que envasar, envasa. Se tiver que rotular, rotula. Aqui é tudo manual, né, então tem que unir forças. Não tem como direcionar “você faz isso ou aquilo” porque são serviços que tem que fazer juntos. (F 03, 2020).*

*Geralmente no final de semana quando a gente está almoçando a gente conversa. Quando é época de plantio ou de colheita a gente já sabe que tem que ficar mais na lavoura e, na agroindústria, a gente vai trabalhando mais à tarde, à noite. (F 18, 2021).*

*Quem decide é a família, a gente senta e conversa. Igual ontem, a gente decidiu que hoje seria a limpeza geral em volta da casa. (F16, 2021).*

---

<sup>87</sup> São poucos os casos de agroindústria que nasceu familiar, mas que, atualmente, tem uma escala de produção de médio porte, com grande inserção tecnológica e que requer funcionários contratados para além da mão de obra familiar. Essas exceções têm processos de trabalho bem definidos.

*A gente vai se organizando de acordo com o trabalho. Às vezes quando estou na lavoura e tem muita encomenda na agroindústria precisa chamar uma menina (diarista) pra ajudar. (F 09, 2020).*

*A gente tem mais ou menos um programa. Se tiver X socol no meu estoque, então preciso fazer socol no dia tal. A gente se organiza, vê matéria-prima e coloca tudo em dias. Tem filha que gosta mais de fazer socol ou de antepasto. Tenho uma filha que mora fora que me ajuda muito nessa parte de marketing. A gente já tem uma rotina de trabalho e cada um vai ajudando. (F 12, 2020).*

Nas falas dos entrevistados fica evidenciada a divisão do trabalho pela organicidade das relações da propriedade, adequando as demandas com o perfil laboral dos sujeitos, pautando no senso de coletividade. Não obstante, alguns elementos da organização do trabalho que não aparecem nas entrevistas, eventualmente, surgem na participação do observador, como é o caso da dupla, às vezes tripla, jornada de trabalho da mulher.

Segundo Boni (2006) existe uma divisão sexual do trabalho nas pequenas propriedades rurais concebida pela lógica do patriarcado, mesmo quando a família responde que tem uma “pré-programação” de quais “tarefas” fazer, na verdade reproduz um *habitus* que acaba por legitimar a posição de privilégio do homem.

Mudar o *habitus* para as mulheres, ou seja, incorporar outros papéis além dos de mãe, esposa e trabalhadora, não depende apenas delas. Muitas vezes será necessária uma reordenação das tarefas domésticas, com maior participação do marido e dos filhos, para que a mulher assuma um lugar público como, por exemplo, em um sindicato. Quando é o homem que assume esse papel, a mulher, na maioria das vezes, desempenha as funções que seriam dele na propriedade rural com a ajuda dos filhos. Porém, o inverso não é verdadeiro, principalmente se os filhos são pequenos e não há nenhuma filha mulher que possa assumir o papel da mãe. (BONI, 2006, p. 06).

Situações como essas descritas por Boni (2006) foram observadas no interior das propriedades pesquisadas. Muitas vezes, as mulheres “antecipam” as atividades domésticas para participarem de uma reunião de associação ou uma capacitação. No caso de Venda Nova, onde a maioria das propriedades tem mais de um núcleo familiar, as mulheres relatam que quando tinham crianças pequenas e precisavam ir a uma feira de divulgação do agroturismo deixavam os filhos com um parente próximo. Uma solução diferente era um acordo entre algumas famílias produtora da agroindústria: quem fosse viajar vendia os produtos de quem ficava que, por sua vez, cuidava dos filhos de quem viajava.

Outro fator considerado importante pelas famílias, em relação à organização da divisão dos trabalhos, é a transição intergeracional das atividades no interior das propriedades. Como a produção da agroindústria familiar de Venda Nova tem origem na cultura alimentar da família era comum que os primeiros anos da produção formalizada das agroindústrias

contassem com a mão de obra dos familiares mais velhos. Algumas famílias relatam com suas palavras esse processo:

*Se a gente decide “ah, vamos engarrafar vinho”, antes meu sogro, minha sogra e eu que engarrafava. Hoje eles estão de idade e os braços já não consegue, então meu marido teve que assumir essa parte também. Por exemplo, antes pra esmagar as uvas era eu, meu marido meu sogro e minha sogra, agora é eu, meu marido e as meninas, de dois anos pra cá meus sogros não aguentam mais (F 03, 2020).*

*Minha avó que junto com a minha mãe que decidiram iniciar a agroindústria. Hoje minha avó não produz mais, fica apenas no atendimento aos turistas. (F 02, 2020).*

*No início toda a produção era feita pela minha sogra, depois a gente formalizou a agroindústria e eu e meu esposo ficamos com a maior parte do trabalho, hoje meu esposo já tem algumas dificuldades e quase todo o trabalho é feito por mim e os meus filhos. (F 17, 2021).*

A constituição da Agroindústria Familiar Artesanal deu novas formatações à organização do cotidiano familiar no interior das propriedades agrícolas em Venda Nova do Imigrante, abrindo possibilidades de atuação de sujeitos que teriam algumas dificuldades na agricultura, como estudantes (crianças e adolescentes) e idosos. O atendimento na lojinha do agroturismo dá ao *nonno* e à *nonna* um protagonismo na construção da identidade dos produtos e da propriedade.

Fica claro, portanto, que a criação das agroindústrias e a inserção no agroturismo trazem uma nova dinâmica laboral à propriedade, reposicionando os sujeitos como provedores de renda e, em alguns casos, a hierarquia familiar com as mulheres assumindo ou compartilhando a condição de “chefe da família”. Nesse sentido, a maior mudança acontece na vida das mulheres adultas, uma vez que foram elas que criaram as primeiras agroindústrias familiares artesanais.

Cabe nota que a tradição familiar de processar alimentos como socol, linguça, codeguim, queijos para o consumo doméstico frequentemente envolvia os homens e, em alguns casos, as principais receitas têm origem na família do homem. No entanto, foram as mulheres que enxergaram no agroturismo e, conseqüentemente, na formalização da agroindústria uma oportunidade de gerar renda.

*No principio a gente falava que era o dinheiro das mulheres, porque as mulheres faziam e aconteciam e arrumava o dinheirinho com essas pequenas vendas. E os homens não tomavam nem conhecimento no começo. Depois, não. Depois eles começaram a encarar com seriedade. Era muito interessante, porque o dinheiro das mulheres fazendo biscoito, pães... Cada uma botava a criatividade pra funcionar. (F 12, 2020).*

*Quando fui à primeira reunião do agroturismo meu esposo não gostou, porque já tinha muito trabalho na roça, mas fui assim e mesmo e hoje todo mundo agradece. (F 02, 2020).*

*O agroturismo valorizou o trabalho da mulher, falar a verdade. Porque todas as mulheres já nasceram com o dom, elas sabem fazer, elas sabem como fazer. Agora é diferente porque as mulheres têm oportunidade de estudar, se formar, ter emprego e ter autonomia e renda, mas as mulheres de algum tempo atrás sabiam fazer tudo sabiam bordar, sabiam cozinhar, sabiam coisas fantásticas e não tinham oportunidade de vender. A agroindústria e o agroturismo abriram essa oportunidade para essas mulheres que não tiveram oportunidade de ser uma profissional formada, mas que se tornaram profissionais liberais. (F 14, 2021).*

A Agroindústria Familiar Artesanal em Venda Nova exerce o protagonismo na ocupação dos familiares que moram na propriedade. Dos 153<sup>88</sup> familiares que moram nos sítios pesquisados, 127 são adultos que contribuem com mão de obra (mesmo os aposentados). Desses, 85<sup>89</sup> desenvolvem suas atividades agrícolas e ou não-agrícolas na propriedade. A agroindústria familiar é a atividade principal predominante de 48,2% dos familiares adultos que trabalham nos sítios, em segundo lugar está a agricultura com 27%, conforme dados descritos na tabela 19.

**Tabela 19:** Atividade principal dos membros das famílias dos produtores da Agroindústria Familiar Artesanal, segundo sexo, nas propriedades pesquisadas.

Atividades	Número de indivíduos	
	Masculino	Feminino
Agroindústria /Agroturismo	07	34
Outras atividades realizadas na propriedade	07	03
Agrícolas	22	01
Aposentado	01	05
Serviços domésticos	-	05
Serviços de auxílio na propriedade (Estudantes – crianças e adolescentes)	08	02
Não trabalha (Crianças pequenas)	04	03
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>53</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa (2020).

A análise da tabela 19 pode revelar alguns fenômenos relativos à ocupação dos membros das famílias pluriativas pesquisadas. A agroindústria é a atividade principal de um número maior de membros das famílias pesquisadas, como esperado por conta do recorte. Entrementes, o que pode ser ressaltado é a diferença entre homens e mulheres nas atividades Agroindústria/Agroturismo e Agrícolas, que em Venda Nova está relacionada a fatores socio-subjetivos, como a perspectiva da mulher na agroindústria como possibilidade de valorização e geração de renda, não percebida significativamente na agricultura. Também cabe destaque que, enquanto a ocupação nas atividades agrícolas é tradicionalmente

<sup>88</sup> Aqui foram considerados todos os familiares que moram nos sítios (não apenas o núcleo familiar do entrevistado) e não foram considerados os empregados (colonos ou diaristas) que moram na propriedade.

<sup>89</sup> Desconsiderando na contagem de ocupação 10 estudantes (adolescentes e crianças) e 7 crianças pequenas.

masculina, no processamento de alimentos e no agroturismo havia “espaço” e muitos desafios: gestão, atualização constante e atendimento às regulamentações.

Com a agroindústria artesanal, as famílias são inseridas em uma nova e complexa rede de relações: novos contatos para compra de insumos, equipamentos; novos agentes públicos de fiscalização e promoção; novos trâmites burocráticos e nova cadeia de comercialização. Todas essas mudanças acabam por requerer mais mão de obra da agroindústria do que da agricultura, na dinâmica da propriedade familiar.

*Muitas coisas do que eles (fiscalização) pedem eu concordo, mas, muitas coisas, não vejo tanta necessidade de cobrança e tal. Às vezes eles não entendem que a gente tem que fazer de um tudo. Porque se você pega uma empresa maior, tem setor financeiro, setor administrativo, setor de vendas, a gente não tem isso. Só no laticínio são 13 ou 14 planilhas que pra você ficar preenchendo, você não tem tempo, muitas vezes. Aqui você tem que produzir e atender bem para as pessoas voltarem. (F 02, 2020).*

Com a criação e formalização da agroindústria artesanal familiar e a inserção no agroturismo surgem novas possibilidades de ocupação qualificada para o jovem e de valorização do trabalho da mulher. Essas reconfigurações no interior da propriedade podem arrefecer o processo de masculinização da população no meio rural.

Nesse contexto, a permanência da mulher na propriedade contribui para um perfil demográfico mais equilibrado no meio rural, mas não significa dizer que a atividade “agricultura” está menos masculinizada. Tendo como parâmetro as propriedades pesquisadas, verifica-se a preponderância de homens (aproximadamente 95,7%) dentre os familiares que têm a agricultura como atividade principal. Em contrapartida, quando se observa a agroindústria artesanal como a atividade principal constata-se que o maior percentual é de mulheres, com 82,9%, dos 41 familiares que atuam na agroindústria. Quando se considera apenas os sujeitos entrevistados, responsáveis pela Agroindústria Familiar Artesanal, vê-se que 90% são mulheres (Quadro 14).

Todavia, há de se considerar que, para além das ocupações demandas pela propriedade, nem todos os membros familiares se dedicam à produção agrícola ou agroindustrial. Seja por identificação ou por considerar mais vantajoso financeiramente, alguns membros trabalham fora da propriedade, nos mais diversos setores produtivos da sociedade, conforme tabela 20.

**Tabela 20:** Setores produtivos onde atuam os membros das famílias produtoras da Agroindústria Familiar Artesanal, segundo sexo, que não trabalham nas propriedades pesquisadas.

Setores	Número de indivíduos	
	Masculino	Feminino
Comércio	04	02
Construção civil	01	-
Transporte	02	-
Serviço público	06	06
Setor de Serviços	04	15
Outra propriedade agrícola	01	-
Estudante	05	04
Desempregado	01	-
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>27</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa (2020).

É preciso considerar também que há uma expectativa de futuro que difere do formato atual das divisões de trabalho. A esperança de novos processos de trabalho e organização administrativa é depositada na próxima geração, pois 55% das famílias têm filhos que se graduaram em cursos como Agronomia, Administração, Ciência e Tecnologia de Alimentos, dentre outros, e hoje atuam/ajudam na agroindústria.

Outro aspecto importante é a colaboração na agroindústria dada pelos membros que não têm a agroindústria como atividade principal, como observado na tabela 21. Esses dados corroboram com a análise da racionalidade camponesa que guia as estratégias de organização do trabalho, que visa ao coletivo em detrimento do individualismo.

**Tabela 21:** Número de indivíduos e frequência com que ajudam na Agroindústria Familiar Artesanal dos membros familiares, por sexo, que tem outra atividade principal.

Frequência	Número de indivíduos	
	Masculino	Feminino
Regularmente	15	09
Às vezes	07	05
Muito raramente	02	-
Nunca participaram	04	01

**Fonte:** Dados da pesquisa (2020).

É coerente que os homens sejam maioria entre os que ajudam na agroindústria tendo outras atividades principais, já que as mulheres são maioria que tem na agroindústria a atividade principal. Esses dados reforçam que a divisão entre os que trabalham na produção agrícola e os que atuam agroindústria não é uma barreira intransponível.

Todos os familiares que trabalham na produção da agroindústria também atendem na lojinha dos produtos artesanais, porém, nem todos que trabalham na lojinha participam do processo de produção. Em diversos casos a lojinha é atividade dos mais idosos ou dos estudantes em seu contraturno escolar.

Os responsáveis pela produção da Agroindústria Familiar Artesanal, na maioria das vezes, assumem como parte das suas atribuições a tarefa de comprar insumos e maquinários, a mesma lógica serve para o acompanhamento das fiscalizações sanitárias nas instalações. Partem da ideia de que quem é o responsável pelo trabalho terá melhores condições de avaliar o que é necessário para reprodução das condições de produção dentro das normas legais. Todavia, é preciso reforçar que a compra de um maquinário ou investimento em infraestrutura passará, necessariamente, pelo crivo da família.

As atividades que envolvem transações bancárias revelam um pouco da heterogeneidade no interior das propriedades. Quando perguntado sobre quem representa a agroindústria nas negociações bancárias foi possível identificar 7 situações diferentes: (a) não tem conta em banco - 5%; (b) conta em nome do casal - 5%; (c) conta em nome do chefe de família, mas os filhos que administram - 5%; (d) conta em nome do (homem) responsável pela agroindústria - 5%; (e) conta em nome da (mulher) responsável pela agroindústria, mas os filhos que administram - 15%; (f) conta em nome do marido da responsável pela agroindústria - 30%; (g) conta em nome da (mulher) responsável pela agroindústria - 35%.

Nota-se que cada família estabelece uma dinâmica própria nas relações entre seus componentes. Em algumas propriedades os jovens têm mais autonomia, em outras prevalece a figura centralizadora masculina e tem as situações na qual as mulheres assumiram a gestão da produção e o controle financeiro. Nesse contexto, dentre as famílias pesquisadas, pode-se afirmar que a relação das mulheres com os bancos é mais um aspecto da polivalência ampliada com a inserção das agroindústrias familiares nas propriedades, deixando de ser uma atividade predominantemente masculina, como era antes da formalização dos estabelecimentos agroindustriais.

É relevante dizer que o Estado tem direcionado políticas públicas para facilitar o acesso da mulher do campo às linhas de créditos. Em 2001, o extinto ministério do Desenvolvimento Agrícola publicou a Portaria nº 121, que determinava a destinação de, pelo menos, 30% dos recursos relativos às linhas de crédito e 30% dos recursos para a capacitação, assistência técnica e extensão rural do Pronaf para as mulheres agricultoras rurais e, partir do Plano Safra 2004/2005, o Pronaf Mulher passou a ser uma linha de crédito específica.

O Pronaf Mulher possibilitou o primeiro acesso ao crédito e em alguns casos a primeira conta bancária das mulheres. Nesse sentido, essa política pública ressignificou a participação das mulheres produtoras da agroindústria na dinâmica familiar, passando a ocupar outros espaços distintos da produção e das tarefas domésticas. No entanto, a partir da participação do observador, pode-se perceber que, em algumas famílias, a política de crédito



pouco impactou na estrutura hierárquica da família. Nesses casos, mesmo que o crédito seja em nome da mulher é o(a) chefe da família que administra toda a renda familiar. Nesse itinerário, Boni (2006) reconhece que o Pronaf Mulher é uma conquista como política pública, mas alerta que:

Não podemos supor até onde essa discussão vai avançar enquanto a família rural for vista como uma estrutura blindada e sem contradições internas. Esse é um ponto fundamental das críticas feitas pelo Movimento de Mulheres ao Pronaf Mulher. Enquanto as políticas públicas forem criadas pensando num conceito de família fechada, poderemos não ter avanços significativos, pois continuaremos com a mesma estrutura patriarcal onde o homem é o chefe e onde o trabalho produtivo continuará sendo considerado superior ao reprodutivo. (BONI, 2006, p. 23).

Assim, entende-se que a política de crédito é um importante instrumento para o desenvolvimento rural, para a diversificação das atividades das propriedades agrícolas e para a afirmação da mulher como protagonista nas relações familiares. Contudo, é preciso avançar na discussão para entender as reais necessidades que emanam da lida do cotidiano.

As políticas públicas que direcionam linhas de crédito para as mulheres têm ajudado na melhoria da produção da agroindústria com a compra de equipamentos, logo, por que não ampliar o crédito para compra de equipamentos que dinamizem as tarefas domésticas? Ou suprir outras demandas como a carteira de motorista? Muitas entrevistadas relataram que participam menos de reuniões de associações porque não sabem dirigir e dependem do marido e dos filhos.

#### **4.4 A PRODUÇÃO**

A Agroindústria Familiar Artesanal vive hoje um ascenso de representatividade nas legislações regulatórias. As últimas leis, decretos e normativas apresentam um caráter mais flexível, reconhecendo as especificidades da produção familiar artesanal.

A mudança de paradigma se baseia, entre outros motivos, na substituição do modelo americano de fiscalização sanitária pelo modelo europeu. Segundo o presidente do Idaf<sup>90</sup>, enquanto o modelo americano tem como foco o processo, promovendo uma maior inserção tecnológica e atualização dos modos de fazer, o modelo europeu tem o foco no resultado do produto final. Essa visão valoriza os processos artesanais, os modos de fazer e os saberes intergeracionais, priorizando a fiscalização do produto final, realizando análises dos alimentos.

---

<sup>90</sup> Fala do presidente do Idaf na sessão da Câmara municipal de Venda Nova no dia 19 de junho de 2018. Cf. <http://www3.camaravni.es.gov.br/Arquivo/Documents/SES/2333/20.pdf>.

José Maria de Abreu Júnior, Diretor-presidente do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF (Gestão 2015 a 2018), ao apresentar a Lei Estadual nº 10.837/2018 diz que "o objetivo principal dessa lei é focar na qualidade final do produto. Queremos auxiliar aqueles que produzem com qualidade, a se regularizar e ampliar seu mercado"(IDAF, 2018). Em entrevista ao jornal folhaonline.es, em 15 de junho de 2018, o gestor foi ainda mais enfático quanto à nova visão de fiscalização nas agroindústrias familiares:

O que interessa para nós é se o produto que a população está consumindo tem qualidade, a forma de produção fica em segundo plano. Claro que nós temos padrões mínimos de exigência que devem ser cumpridos, mas são menos interferências no fazer e foco no resultado. (ABREU JÚNIOR, 2018, entrevista ao jornal folhaonline.es).

Esse modelo atende aos anseios dos produtores da agroindústria familiar, que há anos lutam para que as legislações fossem menos exigentes quanto aos processos de produção, permitindo a manutenção da cultura artesanal repassada intergeracionalmente. Para o Gestor do Serviço de Inspeção Municipal de Venda Nova, a flexibilização da fiscalização sanitária dos produtos de origem animal passa pela transformação do mercado de insumos que ampliou a oferta de máquinas e equipamentos adequados para a escala de produção familiar e, também, pela criação de legislações e estruturas institucionais específicas para a Agroindústria Familiar Artesanal de pequeno porte, como a Instrução Normativa nº 5 de 14/02/2017 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e, no Espírito Santo, a criação do Serviço de Inspeção Agroindustrial de Pequeno Porte - SIAPP, como uma gerência do IDAF. A partir de 2014, Venda Nova aderiu ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte (SUSAF/ES) tornando equivalentes os serviços de inspeção municipais (SIM) e o estadual (Serviço de Inspeção Agroindustrial de Pequeno Porte - SIAPP).

*Além disso, passa a ser perceptível a maior facilidade do pequeno produtor em conseguir comprar equipamentos que antes só eram confeccionados para grandes volumes, como tanques de pasteurização do leite, e também há possibilidade de que o serviço de inspeção avalie o uso de equipamentos mais simples, porém funcionais, como ovoscópio de produção artesanal pelo próprio produtor, reduzindo custos e facilitando a atividade. (GESTOR DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, 2020).*

No entanto, esse modelo faz surgir um novo gargalo para os produtores. A ênfase na fiscalização da qualidade do produto final requer uma maior atenção na análise laboratorial dos alimentos, exigindo do produtor da agroindústria uma reorganização do seu orçamento e

da sua produção, uma vez que as análises são realizadas em laboratórios privados em municípios distantes.

Logo, as análises realizadas periodicamente geram novos desafios para o pequeno produtor, principalmente quanto à logística para encaminhar os produtos para análises, pois o Idaf disponibiliza uma lista com apenas três laboratórios credenciados, um no município de Serra, um em Vila Velha e um em Belo Horizonte-MG. Outro desafio é manter um estoque lotes de produtos já avaliados, uma vez que a produção familiar é, por definição, em pequena escala. Não há no município uma política de promoção que atenda a essa demanda, para o Gestor da Secretaria de Agricultura (2020) é preciso que o produtor tenha consciência da importância em realizar as análises laboratoriais periodicamente de seus produtos e que “a Secretaria de Agricultura não conta com verba própria para pagamento de análises e estas devem ser custeadas pelos produtores”.

Os produtores reconhecem que dificuldades assim poderiam ser minimizadas com atuação coletiva dos produtores, reduzindo preços de fretes e otimizando a logística, mas que até o momento não conseguiram.

Nenhuma das famílias citou subsídios da Prefeitura como possível solução para análise periódica dos alimentos processados, mas acreditam que o poder público poderia contribuir criando um laboratório institucional. Alguns veem a estrutura e na capacidade técnica do Instituto Federal (*Campus Venda Nova*) como uma política pública que atenderia essa demanda.

*Acho que o Ifes tem que ser parceiro, porque é um órgão federal, já pensou se futuramente eles têm um laboratório credenciado aqui pra nós? Já pensou que maravilha? Porque você manda hoje para o laboratório são 500, 600 Reais uma análise. (F 01, 2020).*

Quando questionados sobre o formato de fiscalização utilizado pelos órgãos responsáveis, as respostas dos produtores apontam que, respeitadas as boas práticas, as etapas de produção não deveriam sofrer muitas intervenções:

*Acho que está mudando e tem que mudar, tem que simplificar um pouco, porque excessos de detalhes acabam que a boiada passa e você fica querendo tomar conta da pulga. Acho que já melhorou com o sistema de auto-controle, que eu acho que é o que tem que acontecer, você que é o responsável. Então, eu tenho que fazer os meus processos e provar pra mim mesmo que eles me garantem a qualidade, isso vai melhorar porque evita muita de vir de fora. Como o Idaf vai tomar conta de tudo? Não vai. Eles irão fazer apenas a checagem. (F 19, 2021).*

*Antigamente quando construiu aqui poderia ser portas de madeira, desde que fosse pintada de branco com tinta lavável, sempre foi. Ai depois veio, não, tem que tirar*

*tudo que é de madeira e colocar alumínio ou vidro. O quê que uma porta, sendo limpa, vai influenciar na qualidade final do produto? Nada, entende? (F 02, 2020).*

*Agora nos fomos lá e colocamos vidros com alumínio, agora temos que colocar tudo insulfilm, porque se quebrar não ter problema, mas vidros temperados já resolvem isso. São umas coisas assim que não tem necessidade. (F 03, 2020).*

Na visão dos produtores da Agroindústria Familiar Artesanal de VNI, muitas normas de regulamentação sanitária e, conseqüentemente, algumas solicitações dos agentes de fiscalização se configuram em obrigações que, atendidas ou não, teriam pouco efeito na qualidade do produto final. Todavia, mesmo apontando falhas, a percepção dos produtores quanto aos processos de fiscalização (órgãos, agentes e legislação) é, no geral, positiva. As famílias acreditam que a atuação dos agentes de fiscalização contribuiu para a melhoria de seus processos de produção, pois o foco não está na punição e sim na orientação.

*A secretaria de meio ambiente veio pra ver se a agroindústria estava em área de preservação permanente. O Idaf vinha no início, depois da lei do Susaf aí ficou a inspeção sanitária. É diferente, o pessoal aqui em Venda Nova entende mais a gente. Eles vão educando a gente. (F 17, 2021).*

*A gente sempre trabalhou em parcerias. O Idaf ajudou muito, lembro que orientou como fazer a fossa. O Incaper dava vários cursos pra gente. Na época que construi a área para produção do doce de leite, foi a Rita Zanuncio veio fez o croqui direitino e me orientou como iria funcionar melhor. (F 19, 2021).*

*A Vigilância Sanitária e a inspeção municipal são os que fiscalizam aqui. Eles são muito bons. Custaram muito pra serem mais simples, mais diretos. Eles não entendiam o que a gente pretendia, sempre achando que a gente tinha mal intenção, até que chegou a confiança. Agora está ótimo. A princípio foi um pouco descabida essas exigências, mas agora a equipe que nos fiscalizam são muito conscientes, muito bacanas. Orientam muito. (F 12, 2020).*

*Pra gente conseguir formalizar, lá no início, o Incaper ajudou muito. A Rita Zanuncio que fez a primeira planta da agroindústria do socol. Mas antes a gente fez a agroindústria de pães, bolos, biscoito pra entrar na feira. Essa ficou toda remendada, porque muda o funcionario e fiscalização e manda fazer de outro jeito. A ampliação da agroindústria do socol, quando terminar e aprovar vamos fazer um documento, não tem condições. A agroindústria novinha e você tem que quebrar pra fazer de novo. Os fiscais aqui são legais, mas quando vem os de Vitória fica difícil. As vezes eles nem sabem o que é socol. (F 01, 2020).*

Desde o início das formalizações das agroindústrias familiares artesanais de Venda Nova, em 1990, o processo de produção passou por mudanças com adequações da infraestrutura e boas práticas, mas também, em alguns casos, pela capacidade de produção e diversificação dos produtos. Os produtores se esforçam para atender as exigências, realizando as adequações e buscando o menor impacto no processo artesanal de produção.

*Não mudamos muito. Só aperfeiçoamos as boas práticas... A higiene. E a estrutura, né. Antes a gente fazia o socol aqui (se referindo a varanda da casa) depois*

*construímos a agroindústria. Hoje a gente tem que colocar aquela roupa, aquele trem (referindo-se aos equipamentos de proteção individual) começa a suar é uma tristeza só. Mas a gente tem que colocar, né? (F 01, 2020).*

*A gente foi fazendo, por exemplo, a máquina pra cortar o sabonete de leite de cabra eu boleei a maquina, pensei e mandei fazer na oficina, mandei fazer de inox. As panelas pra fazer tinha que ser esmaltada, então eu fui ao RS e encomendei panelas especial pra isso. O lugar de fazer o socol foi do mesmo jeito. A gente vai vendo as necessidades, vê como é possível ser feito da melhor maneira pra resolver o problema. Não vamos comprando a doidado, vamos vendo o que é necessário. (F 12, 2020).*

*Comecei bem pequena e foi crescendo... Comecei fazendo dois tipos de biscoitos, hoje tem 12 tipos. Tem biscoito sem glúten, sem lactose. Antes era só o doce de leite, hoje tem o suspiro, a palha italiana. (F 19, 2021).*

Dentre os fatores que provocaram mudanças no modo de produzir, considera-se, pelas falas dos produtores, a exigência legal como o mais importante, entretanto, nunca como uma condição única, visto que outros elementos motivadores de mudanças também foram lembrados, tais como: a inserção de tecnologia com a compra de maquinários e os cursos de formações ofertados, sobretudo pelo Incaper e Sebrae. Os entrevistados também relataram que as dificuldades que emergem das atividades cotidianas promovem reflexões acerca da melhoria do processo produtivo, assim, a aplicação dos conhecimentos adquiridos nos cursos pode se tornar uma competência na resolução de problemas como a adaptação organizacional e estrutural para as boas práticas ou mesmo no reconhecimento da necessidade (ou não) de comprar uma máquina.

*A gente vai sempre tentando melhorar. A produção do açúcar mascavo a gente usava o fogo direto, hoje já temos uma caldeira para colocar o vapor, então já facilitou um pouco. A cachaça ainda estamos com o fogo direto...se a gente der sequência derrepente a gente pode transferir pro vapor, porque tem a facilidade e estraga menos a panela do alambique. A mudança no açúcar mascavo pra mim foi muito bom, eu fazia com uma mulher e a gente tinha que tirar o tacho de cima do fogo e vira em outro vasilhame pra esfriar. E eu já estava cansando disso, pensei em para de fazer o açúcar. Depois a gente conseguiu comprar um tacho a vapor que facilitou muito. (F 13, 2021).*

*De quando começou até hoje foram várias mudanças. A gente fez vários cursos. Antes a gente fazia tudo na mão, não tinha maquinário pra nada. Hoje tem a masseira que bate a massa, tem uma maquina eletrica que passa os biscoitos. Mas quando comecei era tudo na mão, esticava os biscoitos com rolo de madeira, a ainda podia mesa de madeira. A gente mesmo vai percebendo algumas necessidades. As maquinas, por exemplo, comecei mexendo o doce de leite numa panela no fogo. Aí você não aguenta e já quer dar um jeito, aí compramos uma misturela, que mistura e faz o doce. Outras coisas são orientações da vigilância, igual a mesa de madeira que trocamos pra de pedra. Você até percebe que é mais facil de trabalhar, de limpar e da mais qualidade no produto. A gente vai mudando assim: um pouco cobrança, mas a gente tambem foi enxergando que tinha que mudar. (F 19, 2021).*

Quanto às condições para receber assistência técnica para a produção, percebe-se que os produtores que participaram das discussões para implementação do agroturismo no município têm uma visão nostálgica das ações institucionais em prol da formalização das agroindústrias. Segundo esses produtores a assistência técnica, principalmente a realizada pelo Incaper, não se limitava a oferta de cursos. Os agentes acompanhavam o desenvolvimento da produção, além de incentivar a diversificação dos produtos a partir da adaptação das receitas da família. Assim, na visão dos mesmos produtores, a assistência técnica em Venda Nova tem sido ofertada de maneira intermitente, sendo acionada para suprir uma necessidade como o advento do agroturismo, a criação da Feira-livre e mais recentemente a implementação da Indicação de Procedência do socol.

*Antes a gente tinha mais orientação, principalmente com o incaper. Nos últimos anos está bem raro receber uma visita para orientar. (F 19, 2021).*

*Olha, a orientação é apenas para o cumprimento da legislação. Não existe uma assistência técnica para a produção. muito porque a produção do socol é uma coisa muito específica da família, os técnicos não tem condições de “dar pitacos”, a não ser nas regras de higiene essas coisas assim. (F 12, 2020).*

*Na época que foi fazer o selo de procedência do socol teve bastante ajuda do Sebrae, do Mapa, do Idaf e do Ifes. O Ifes fez a análise do socol e o Sebrae fez a o melhoramento da logomarca do socol. Hoje praticamente não temos assistência. No futuro penso em contratar tipo uma consultoria de vendas pra atingir um público mais final e não um atravessador. (F 01, 2020).*

A capacitação para a produção aparece nas falas dos produtores com a mesma conotação de “boas práticas” da assistência técnica. Em alguns casos, como na produção de socol, as famílias acreditam que a os agentes capacitadores pouco podem colaborar, porque o produto é fruto de um saber repassado intergeracionalmente. Mesmo que os cursos, no entendimento dos produtores, tenham pouco impacto nas receitas das famílias, nota-se que todas as famílias participaram de pelo menos uma formação para produção e que aplicou em algum nível os conhecimentos adquiridos nos cursos. Dentre as instituições citadas que ofertaram cursos que contribuíram para melhoria do processo de produção destacam-se: Incaper, Idaf, Sebrae e Ifes.

*Fiz o curso técnico em Agroindústria no Ifes, ajudou muito com as boas práticas e higienização... nós tivemos um problema com bacterias e fungos há dois anos, o curso ajudou muito. A instalação e o fluxo de circulação dentro da agroindústria. Também já fui lá depois de formado pra perguntar sobre tipos de fungos no socol. (F 01, 2020).*

A decisão dos produtores acerca do investimento para ampliação ou diversificação da sua produção parece ser influenciada também pela intermitência das ações e políticas de

assistência técnica. Naturalmente, essas ações acabam por impactar na produção, mas não houve registro durante a pesquisa de financiamento com a finalidade específica para a dinamização da produção, como comprar uma máquina ou garantir insumos. Os financiamentos realizados são, mormente, direcionados para a infraestrutura (ampliar a agroindústria e construir a lojinha do agroturismo). No geral, os produtores acreditam que não há dificuldade para acessar linhas de crédito nos bancos, porém preferem investir na produção com o próprio dinheiro da venda dos produtos.

*Não é difícil ter créditos, mas você andar com suas próprias pernas é bem interessante, entendeu? Para o produtor tem aquelas linhas com juros mais baratos, compensa pegar. Agora tem umas linhas que eles oferecem à 8% ao ano. É ruim, não pego não. Hoje não sei quanto tá, mas só pego se tiver 2% ou 3%, mais uma taxazinha dá 4% no máximo. Eu não pego mais do que isso não, fica inviável. No Sicoob tem uma pessoa que fica no setor de crédito rural. Ele explica tudo direitinho. As vezes ele fala pra esperar que vai chegar linhas melhores. (F 01, 2020).*

*Até fiz curso no Sebrae que explicava como conseguir créditos mais barato para produtor familiar, mas eu prefiro fazer as coisas com mais certezas e dentro das minhas possibilidades. (F 08, 2020).*

A cautela em contrair um financiamento tem reflexos na organização e nas características da produção. Entende-se, a partir da pesquisa, que ao olhar para o seu processo produtivo o produtor enxerga mais possibilidade comercial nos produtos tradicionais familiares e no processo artesanal do que na intensificação da diversificação dos produtos.

Nesse cenário, prioriza-se a diferenciação dos produtos, que se caracterizam pelo processo artesanal e pela origem familiar, em detrimento da diversificação. Os produtores familiares compreendem que o seu produto é único porque é fruto de um saber específico da sua família e que a afetividade se evidencia como característica basilar da diferenciação.

*A minha mãe fazia o socol de maneira diferente do que o pessoal faz aqui. A gente coloca os ingredientes essenciais que a Assocol exige, mas usamos muito mais ervas e especiarias. Isso porque a minha mãe é da região do Tirol. E o tirolez ele usa muito mais condimentos. Meu avô tinha essa especialidade, na Itália a profissão dele era matar os porcos e beneficiar toda a carne, aproveitando o porco inteiro. E mamãe tinha esse costume. Tanto é que o socol que é feito aqui em venda nova não tem nada a ver com o socol que eu faço. (F 12, 2020).*

*Com certeza. O processo pode ser até o mesmo, mas, tem coisas que vai fazer diferente. Toda famílias tem um de fazer diferente. Tanto é que o socol é diferente um do outro. Eu via minha mãe produzindo na época, ela tinha um jeito de fazer o socol que, as vezes, a peça nem era assim perfeita, né. Um pouco mais grossa, aqui no meio mais fino...Ela amarrava de um jeitinho que ficava tudo padronizado. Ela conseguia fazer isso aí daquele jeitinho simples, com aquele carinho. Essa imagem você nunca esquece. Isso tem que passar para os filhos... Fazer com amor. Pensando sempre em melhorar, que aí o pessoal vai gostar e voltar sempre. (F 01, 2020).*

A relação afetiva das famílias produtoras da agroindústria com suas receitas e o *saber-fazer* é uma forma de resistência diante das políticas públicas de regulação que tendem a estabelecer uma padronização do processo produtivo, mas também se revelam uma resistência às políticas de promoção que insistem em ampliar a produção para alcançar maiores territórios e mercados mais competitivos. Assim, as receitas, as tradições e o modo de fazer de algumas famílias atravessaram gerações e se mantêm o mais próximo possível da sua forma original.

*Todos os nossos produtos a gente tenta fazer como era feito antigamente, a massa é batida à mão e os biscoitos são assados no forno a lenha. O antepasto de pimenta é uma receita que está há geração na minha família e minha mãe passou pra mim, até o nome do sítio tem essa referência à raiz, guardo essa receita á sete chaves. (F 16, 2021).*

*Suspiro faço do jeito que minha mãe e minha avó fazia. Todo mundo que faz usa bico de confeitaria, a gente faz na colher, do jeito bem tradicional. (F 19, 2021).*

*O que aprendi com minha mãe, todos. A linguiça, o socol, o codiguim e a carne na banha. Mas só temos o selo do socol, estamos conseguindo a autorização pra linguiça e carne na banha também. (F 01, 2020).*

Nesse sentido, a agroindustrialização ganha um *status* que supera a condição de atividade ocupacional com finalidade exclusiva de gerar renda. Para as famílias a produção artesanal da agroindústria representa a reprodução social da família, remetendo as suas origens italianas e camponesas que, mesmo depois de 130 anos de Brasil, guardam elementos dessa ancestralidade. Quando perguntado o que a produção da agroindústria representa para a propriedade/família, os produtores responderam:

*Quase tudo, não vou falar tudo porque a roça também ajuda. Mas a gente não pode depender só do sítio, porque o café é uma safra, o abacate é uma safra quando acaba o resto do ano você fica sem nada. E a agroindústria é o ano todo, é o que mantém durante o ano a renda da família. (F 16, 2021).*

*Agrega valor a propriedade. A produção da agroindústria além de melhorar a economia, ela dá opção aos nossos filhos, porque as vezes nem todo mundo quer ficar trabalhando só na roça. É uma continuação da história com as receitas da família. (F 18, 2021).*

*Representa uma renda complementar e também conserva a tradição, porque você está fazendo um produto tradicional. Apesar de sempre ter comido socol, só aprendi a fazer mesmo depois da agroindústria. (F 01, 2020 – Fala do filho).*

O pai, ao completar a resposta do filho, parece colocar a agroindústria como mais um elemento favorável da reprodução socioeconômica da família na propriedade.

*É um complemento pra família, mas a gente pensa que a família não é tão unida, tinha que ser mais unida. Tem membro da família que parece que tá aqui e não tá. Então fica difícil pra gente. Porque eu e minha esposa temos três filhos e não queremos que eles separem “ah, vou sair da casa do meu pai, vou fazer isso, vou*



*fazer aquilo” Eles vão pra onde? Não vão pra lugar nenhum. Se vai junto, vai mais longe. (F 01, 2020).*

Assim, a produção da Agroindústria Familiar Artesanal de Venda Nova reflete a história dos imigrantes, ao mesmo tempo em que aponta para o futuro. A linha de produtos desses estabelecimentos guarda a memória ancestral das famílias. Nesse contexto, não teria sentido uma ampliação desenfreada da diversificação de produtos, mas sim reforçar esse aspecto de diferenciação. A inserção de tecnologias e das boas práticas, mesmo que se apresentem como antagônicas ao modo de fazer tradicional, têm sido bem assimiladas pelas famílias, tanto como exigência legal, quanto para suprir uma necessidade percebida no cotidiano produtivo.

No quadro 18 são apresentados os principais produtos das agroindústrias familiares artesanais do município e a média mensal de produção.

**Quadro 18:** Média mensal da produção dos principais produtos das agroindústrias familiares pesquisadas.

Principais Produtos	Média mensal (Aprox.)	Unidade de medida
Pães, bolos e biscoitos	8000	Quilos
Socol	3340	Quilos
Doces	1200	Quilos
Massas	1150	Quilos
Antepastos	620	Quilos
Outros embutidos	600	Quilos
Queijos	300	Quilos
Suco de uva	3000	Litros
Vinho de uva	1200	Litros
Cachaça	500	Litros
Iogurte	440	Litros
Vinho de jabuticaba	200	Litros

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021).

A matéria-prima para a produção da Agroindústria Familiar Artesanal de Venda Nova tem diferentes origens. Essa diversidade de procedência da matéria-prima tem explicação no desenvolvimento das agroindústrias e sua relação com as políticas públicas de regulação, como a proibição do abate de porcos fora do frigorífico. Em pronunciamento na Câmara Municipal de Vereadores, em 16 de março de 2010, a então Economista Doméstica do Incaper (atualmente aposentada) explicou os entraves legais que impedem o abate dos porcos na propriedade e também as consequências dessa impossibilidade.

*Devido aos entraves da legislação, atualmente o produtor não tem possibilidade de criar o seu porco e abatê-lo em sua própria propriedade, fazendo com a sua matéria-prima o socol, linguiça, defumados, codiguinho e todos os embutidos, dentre outras receitas antigas. Devido à proibição de abater porco na propriedade, só têm Selo de Inspeção Municipal e licença para comercializar em todo o Estado os que compram a carne inspecionada. Ao recorrer à matéria-prima de fora das porteiras, a tradição de criar animal no quintal vai desaparecendo e os resíduos gerados em outros processamentos deixam de ser aproveitados, comprometendo o equilíbrio na gestão da propriedade. Ainda que se crie o animal e o mande para o abatedouro, o produtor não recebe de volta as víceras, o sangue, a cabeça, os pés e outras partes menos nobres, que são os ingredientes de iguarias tradicionais. Caso o problema não seja solucionado corre-se o risco dessas iguarias tradicionais sumirem causando prejuízo para a indústria do turismo local. O turista quer ver o porco, onde é feito os produtos, conhecer toda cadeia. O produto pronto ele já compra no supermercado e não precisa viajar para o interior. Estamos tentando achar em conjunto uma solução para esse caso. (CÂMARA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2010).*

Os produtores que utilizam a carne de porco como matéria-prima parecem resignados com o fato de terem que comprar a carne no frigorífico inspecionado (A Cofril<sup>91</sup> é o fornecedor de matéria-prima para os produtores da Agroindústria Familiar Artesanal de Venda Nova). É interessante que, uma vez impedidos de abater porcos em suas propriedades, os produtores reorganizam sua propriedade, reduzindo o número de animais, mas também reorganizam o discurso, passando a elencar as qualidades do fornecedor e amenizar o fato dos embutidos produzidos não terem como matéria-prima o porco criado e abatido da forma tradicional, com o argumento de que os animais comercializados pela Cofril têm Venda Nova como procedência.

Venda Nova do Imigrante contribui com 13,78% da produção de suínos do Espírito Santo (INCAPER, 2020) e a maior parte da sua produção é destinada à Cofril. Logo, para os produtores é reconfortante saber que as carnes compradas do Cofril são dos porcos criados em Venda Nova. No entanto, o grupo Cofril não tem apenas Venda Nova como fornecedor de suínos, pois a própria empresa mantém em suas granjas no município de Cachoeiro do Itapemirim 30% dos suínos utilizados na produção, além de recorrer a outros municípios. Outra questão apontada pelos produtores é que para a produção do socol, por exemplo, utiliza-se apenas o lombo, assim, para atender à produção semanal de 250 quilos de socol seria preciso abater algo em torno de 83 porcos, equivalente a aproximadamente 500 quilos de lombo *in natura*, o que inviabiliza o abate na propriedade.

---

<sup>91</sup> Grupo empresarial que atua no mercado capixaba de alimentos processados. A instalação industrial destinada ao abate localizada em Cachoeiro do Itapemirim atende como frigorífico a 11 municípios na região, suprindo a necessidade de construção de abatedouros nos municípios atendidos. Cf. <https://revistagloborural.globo.com/Colunas/Melhores-do-Agronegocio-2014/noticia/2014/10/olhar-capixaba.html>

*No nosso caso a matéria-prima vem da Cofril, porque pela legislação tem que ser de um abatedouro credenciado. Mesmo que se a gente pudesse, não daria conta de tanto lombo, é muita carne. Aí não seria uma agroindústria familiar seria um império de agroindústria. A gente já tentou pegar de outros lugares, Vitória, Minas... Mas o produto deles aí é diferente de todos, a qualidade é bem maior, você não tem perdas, já vem tudo cortadinho certinho. E não é tão longe, né, de Cachoeiro aqui. Igual, por exemplo, nossa agroindústria tem o selo estadual, se a gente quisesse ser federal nos não poderia pegar nem da Cofril, porque tem que ser de uma agroindústria que é federal também, aí a matéria-prima ia vim de longe e aí ficar mais caro. E depois tem outra vantagem também que os animais é daqui da região, quer dizer de montanhas também, né? (F 01, 2020).*

*A aqui a gente usa o leite que vem da propriedade, mas a carne a gente compra da Cofril. Em Venda Nova todos os produtores compram da Cofril. O preço deles é mais alto, mas você paga pela qualidade e confiança. Eu já tentei comprar de outros, mas o lombo vem muito fora do padrão, eu falo que a carne vem mais “suja”. Você ganha no valor, mais perde com o desperdício e tem mais trabalho pra limpar a carne. (F 02, 2020).*

A produção de pães, bolos e biscoitos também têm suas especificidades pela dependência dos supermercados para acessar a matéria-prima devido à pequena escala. Essa agroindústria familiar não se enquadra no perfil de clientes dos distribuidores e por lidarem com produtos perecíveis fica inviável estocar em grandes quantidades. Já as propriedades que utilizam a produção agrícola como matéria-prima para produção da agroindústria têm, além da vantagem de acessar com facilidade o produto *in natura*, maior agregação de valor aos seus produtos. Até mesmo a sazonalidade da produção agrícola não se impõe, para a maioria dos produtores, como impedimento para a continuidade da produção familiar, pois quando não é possível congelar o produto *in natura* para usar em outra época, as famílias buscam utilizar a fruta da estação.

#### **4.5 A COMERCIALIZAÇÃO**

A venda de alimentos produzidos em casa sempre foi uma atividade recorrente na comunidade vendanovense. Lançar mão da pluriatividade para garantir renda para além da agricultura tem sido a tônica da organização familiar dos imigrantes desde que chegaram ao Brasil. Ainda nos lotes do núcleo de colonização São Pedro de Araguaia, muitas famílias de imigrantes dividiam o tempo e a força de trabalho entre a agricultura, o comércio dos produtos processados artesanalmente e o trabalho na construção da linha férrea. (FRANCESCHETTO, 2014).

Essa postura revela um perfil empreendedor, que ficou ainda mais evidente com o advento do agroturismo. Mesmo sem constituir uma agroindústria e antes do turismo surgir como possibilidade de alavancar a comercialização dos seus produtos, era comum, até nos

idos da década de 1980, o beneficiamento caseiro da produção agrícola na composição da renda familiar, com a utilização da informalidade na comercialização.

Nesse sentido, a organização do agroturismo potencializou a comercialização dos produtos da agroindústria familiar, já que para compor a rota turística os empreendimentos deveriam atender às legislações vigentes, ou seja, era preciso formalizar a agroindústria. Todas as famílias entrevistadas relatam que antes da década de 1990 não havia uma preocupação com a formalização. No geral, as agroindústrias eram caseiras, com pouca estrutura para a produção e não havia espaço dedicado exclusivamente à venda dos produtos.

Diante dessas considerações, percebe-se que o processo de desenvolvimento das agroindústrias familiares de Venda Nova trilhou um caminho inverso ao proposto pela legislação, que considera a comercialização dos produtos é a etapa final de um longo caminho que tem início na formalização das agroindústrias. Sobre o início da comercialização dos produtos, dois produtores dizem:

*Quando começamos a produzir não tínhamos a ideia de vender, mas mesmo assim as pessoas pediam pra comprar, então a gente viu uma oportunidade. Só depois que começamos a investir na estrutura para produzir e, bem depois, construímos um lugar para atender os turistas. (F 03, 2020).*

*A gente sempre vendeu aqui em casa, um produto ou outro. Em 2009 começamos a legalizar a agroindústria de pães de bolo pra vender na feira e em 2014 começamos a vender o socol. (F 01, 2020).*

A maior parte das propriedades familiares iniciou a comercialização sem contar com uma estrutura apropriada para atender os clientes. O depoimento dos participantes da pesquisa diz muito sobre o processo de transição da agroindústria caseira, estágio em que a produção cumpria a finalidade primeira de alimentar a família (valor de uso) para a Agroindústria Familiar Artesanal formalizada, que tem o foco na produção para comercialização (valor de troca).

*Antes não tinha lojinha, foi uma das últimas partes que construímos, a gente vendia aqui em casa mesmo, na varanda. (F 01, 2020).*

*A gente começou a vender num cômodo que minha sogra chamava de dispensa. Na verdade eram um quarto onde a gente fazia o queijo e pelo lado de fora tinha uma varandinha fechadinha, um espaço pequeno que tinha uma prateleira com os biscoitos e uma geladeira com os queijos. Você tinha que passar dentro da produção de queijo pra ir ao espaço que era a venda. Na época podia, né? Quem comprava eram mais os amigos... Mas aí foi crescendo. (F 19,2021).*

Essa transição da agroindustrialização da produção agrícola, objetivando o consumo doméstico para produção com destinação à comercialização, também pode ser notada na

dificuldade dos produtores em realizar a gestão administrativa da produção e venda dos produtos. Quando questionados sobre quais produtos têm o maior volume de vendas ou quais têm a melhor relação custo de produção e preço de venda, os produtores revelam que têm dificuldade para realizar esse acompanhamento.

*Eu não consigo fazer todo o registro de venda. Igual, por exemplo, domingo veio dois ônibus e quatro vans, como que eu vou atender, vender e anotar? Não tem condições. Eu ainda penso em ter um programinha de computador e você vai passando com o código de barra e no final do dia ele te dá um relatório. Se você me perguntar quanto que eu vendo por mês, eu não sei te falar. Mesmo se eu conseguir instalar esse sistema aqui, como a vovó vai fazer se ela não sabe mexer nessas coisas tecnológicas? (F 02, 2020).*

As recentes flexibilizações nas regulamentações para a comercialização de produtos animais, como o SUSAF<sup>92</sup> (equiparando o selo municipal ao estadual) e o Selo Arte (que permite a comercialização dos produtos considerados artesanais no âmbito nacional), abrem novas possibilidades de mercado para as agroindústrias familiares. Mesmo com uma produção em pequena escala, algumas famílias almejam inserir seus produtos em redes de supermercados alcançando todo o estado.

*Teria que ter outro conceito para agroindústria de pequeno porte. Tudo bem que agora vamos poder vender para o estado todo, legal, agora até então a gente só vende aqui e na feira, tem um pouco nos supermercados, mas não é aquele volume. Mas eles são exigentes, né? E a gente tem que cumprir. (F 03, 2020).*

O Selo Arte ainda é uma novidade no cenário das agroindústrias familiares. Criado pela Lei nº 13.680/2018 e regulado pelo Decreto nº 9.918/2019 da Presidência da República, foi apresentado aos produtores na Ruraltur 2019 (Feira de Turismo Rural). Nesse evento, realizado em Venda Nova, quatro agroindústrias locais foram as primeiras no Brasil a receberem o Selo Arte para produtos cárneos, nesse caso, o socol (socol Tio Vé, socol Bella Toza, socol Lorenção e socol Carnielli). Como política pública de flexibilização da produção e comercialização o Selo Arte ainda não trouxe, na visão dos produtores, nenhum impacto nas estratégias de comercialização das propriedades. No momento, o selo cumpre uma finalidade de propaganda política, mas que ainda não apresentou um efeito prático positivo.

Um dos problemas apontados pelos produtores para ampliação do mercado de produtos artesanais é a competição com os demais produtos: “não adianta colocar seu produto numa prateleira de supermercado, sem um expositor diferenciado e um promotor de vendas

---

<sup>92</sup> Até a data da consulta ao site da Prefeitura Municipal de Venda Nova, apenas 7 agroindústrias tinha o selo Susaf. Cf. <http://c2sisweb.tecnologia.ws/SisWeb/Repositorio/Arquivos/0/da5e9cc5-7.pdf>. Acesso em 06/04/2020.

seu produto ficará sem vender, pois sempre terá um industrializado mais barato” (F 19, 2021, registro do trabalho de campo/observação). Apesar das dificuldades algumas famílias buscam introduzir seu produto em outros espaços para além do seu estabelecimento. A influência dos mais jovens pode ser sentida, mesmo que ainda não tenham uma atuação direta na agroindústria, no uso das redes sociais para divulgar os produtos da família.

*Nós utilizamos o instagram para divulgar nossos produtos, às vezes não tenho muito tempo para atualizar, mas ainda assim temos encomendas por lá. (F 04, 2020).*

*Vendemos em supermercados aqui e em Vitória, nas lojinhas das propriedades e na lojinha do laticínio. Às vezes pedem pelo Whatsapp e a gente manda pelos correios, são pessoas que conheceram a propriedade e depois pedem os produtos. O problema é que estamos fora da rota, a maior parte dos turistas só conhecem o Lorenção, Carnielli, Busato. Se a gente for esperar eles subirem aqui estamos lascados. (F 01, 2020).*

Mesmo experimentando novos mercados, os produtores, na sua maioria, têm como prioridade a comercialização na propriedade a partir da lógica do agroturismo. Dessa forma, a infraestrutura da propriedade, sua organização e o paisagismo se tornam, na visão dos produtores, elementos de muita importância nas vendas dos produtos.

*Ah, os turistas ficam encantados, porque tem o jardim. Tem a preservação da natureza. A gente foi fazendo respeitando a natureza, o espaço. Teve muita coisa que não foi feita sem cortado uma arvore, foi deixando... O pessoal gosta de ir a uma propriedade bonita, tudo bem cuidado e sempre limpo. O lixo tem o espaço dele lá onde tem a coleta. Mas no começo não era assim, fomos melhorando com o tempo. (F 19, 2021).*

*Isso tem uma importância muito grande porque as pessoas que chegam adoram ver plantas, adoram ver as coisas arrumadas, os turistas apreciam muito isso, ele vem passeando, né? E eles gostam muito de estar aqui no quintal. Isso é fundamental para as vendas. (F 12, 2020).*

*É importante porque a pessoa vem aqui e vê o negócio todo arrumadinho e limpinho, deve pensar que a produção também é assim. E pra quem vive na selva de pedra, quando chegam aqui no meio da natureza, com essa vista, nem quer ir embora. Tudo isso é muito importante, mas acredito que a pessoa a pessoa que atende também é importante. Como fala do produto, da história... Talvez seja bom um treinamento. (F 01, 2020).*

Os produtores compreendem que a relação das agroindústrias com o agroturismo é umbilical, um todo indissociável. Consideram que o advento do agroturismo e a exigência da formalização atuaram como catalizadores de políticas públicas (tanto de promoção, quanto de regulação) e potencializaram a comercialização dos produtos familiares artesanais, trazendo os turistas até a propriedade. Em outra perspectiva, quando perguntados acerca da importância da agroindústria familiar para o agroturismo em Venda Nova, os produtores respondem que a produção familiar é fulcral para existência do agroturismo.

*É a diversidade que dá, né, a quantidade de produtos da agroindústria. Mas esse negócio de capital nacional do agroturismo alguém colocou isso aí, mas se você olhar ao redor e em todos os lugares vai ver que aqui em Venda Nova está tudo pra trás, não tem nada disso não. Você vai em Santa Tereza, Domingos Martins ou aqui em Pedra Azul, só os hotéis... Venda Nova foi a pioneira, mas só que ela chegou num ponto e estagnou, os outros estão passando na frente. Graças às agroindústrias familiares que tem um pouco de nome, e se não tivesse agroindústria? (F 01, 2020).*

*No início a gente trabalhava sempre juntos, a gente cresceu junto. A gente fazia as feiras levando os nossos produtos, aí levava o nome do agroturismo, o nome de Venda nova. A gente vendia e contava a história de como começou o agroturismo aqui. A agroindústria nasceu primeiro do que o agroturismo. Sem as agroindústrias familiares o agroturismo morre em Venda Nova. (F 19, 2021).*

Além da institucionalização do agroturismo pelo poder público municipal, há outros espaços de comercialização fomentados por políticas públicas em prol do desenvolvimento da agricultura familiar e que têm favorecido as agroindústrias familiares artesanais de Venda Nova. Um desses espaços é a feira-livre, que foi criada em 2009 a partir da reivindicação dos produtores agrícolas. A feira-livre faz parte do programa “Vale-feira”, que consiste no repasse financeiro para os funcionários públicos da Prefeitura e da Câmara municipal por meio de *tickets* que só podem ser utilizados na feira-livre. Entre os anos 2012 e 2020, a Prefeitura destinou R\$ 7.609.000,00 do orçamento municipal para referida política pública (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2020). Na visão das famílias a comercialização na feira-livre é mais do que um complemento de renda, pois oportuniza um contato com a comunidade que, geralmente, o produtor não tem na propriedade, uma vez que a maioria dos consumidores dos produtos das agroindústrias familiares é turista.

*Vendemos na feira, pra gente é ótimo porque é direto para o consumidor. Uns 10 % da produção de socol é vendido na feira, além dos contatos que pedem depois. (F 01, 2020).*

*Sim, é uma oportunidade que a gente tem de vender diretamente para o consumidor, ali você ganha um pouquinho mais, porque não tem atravessador. E você tem o contato tanto de venda, como de conversar, de conhecer, né, o consumidor. É a melhor coisa que tem. Tem outros municípios que abraçaram a feira, aqui em venda nova parece que as pessoas não dão muito valor. As vendas são mais no ticket do que no dinheiro, o povo prefere ir ao supermercado. Nessa eleição eu falei, para os candidatos que apareceram aqui, que a feira precisava de uma renovada, precisa de algo mais. De vez em quando ter uma música ao vivo, uns brinquedos para as crianças... Os produtos da agricultura familiar têm menos agrotóxicos, muitos são orgânicos. Chegam fresquinhos e o preço é melhor do que no mercado. Acho que esse prefeito que entrou parece ser mais aberto, ele é jovem, é professor. Ele poderia, depois que a pandemia reduzir, incentivar mais a feira. Mas pra isso ele tem que acabar com o delivery, porque se continuar recebendo ticket fora da feira, ela vai morrer. (F 19, 2021).*

Outra política pública direcionada para a agricultura familiar e que contempla a

Agroindústria Familiar Artesanal é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que determina que seja destinado 30% do orçamento da merenda escolar para compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares. Os produtores enxergam o PNAE como uma importante política em prol da alimentação saudável e de possibilidade de venda da produção da agroindústria, mas apenas 25% das agroindústrias familiares pesquisadas participam atualmente do programa do Governo Federal. São diversos os motivos alegados para não participarem do PNAE, alguns decidiram não participar porque representaria mais uma responsabilidade, outros querem, mas seus produtos não estão na lista do cardápio escolar e têm os que não conseguiram atender as exigências burocráticas.

*Sim. Mas só a agroindústria de pães e biscoitos. A agroindústria de produto animal não entrega ainda, vamos tentar banha e linguiça quando tivermos o selo. (F 01, 2020).*

*Nós gostaríamos de vender para as escolas, até conversamos com o presidente da Cooperativa dos agricultores familiares. A gente poderia vender doces pra sobremesa, mas o problema é que não fizemos o bloco do produtor rural. (F 04, 2020).*

Percebe-se que as famílias produtoras da Agroindústria Familiar Artesanal têm criado as próprias estratégias para comercialização dos seus produtos, que se adequam às suas capacidades produtivas, disponibilidade de mão de obra, capacidade de uso das redes sociais com meio de divulgação, mas também pela relação da família com a agroindústria. Algumas famílias expressam claramente que não têm a intenção de ampliar a produção e comercialização, nas entrevistas sugeriram frases como “pretendo ficar pequeno” (F 06, 2020) e “o turista tem que vir até a minha propriedade” (F 12, 2020), reforçando que a comercialização tem como única estratégia o agroturismo.

Nesse universo heterogêneo existem famílias que têm a agricultura como a principal fonte de renda, aquelas cuja maior renda vem de trabalho fora da propriedade ou de aposentadoria e as famílias que a maior fatia no orçamento familiar se origina da comercialização dos produtos da agroindústria. Dentre as famílias pesquisadas o percentual que representa a participação da comercialização dos produtos da agroindústria no orçamento familiar tem uma grande amplitude, com o mínimo de 15% e o máximo de 80%.

Assim, não é possível apenas com base nos números afirmar que é preciso uma política para aumentar a participação da comercialização no orçamento familiar, ou argumentar, ainda contando apenas com os números, que o cenário está bom. Acredita-se que o sucesso de uma política pública, que vise ao desenvolvimento das agroindústrias familiares artesanais, está no reconhecimento do contexto onde esses sujeitos estão inseridos (cadeia



produtiva e de comercialização, relação com o espaço) e também pela capacidade de absorver perfis socioprodutivos distintos, mesmo em um pequeno território.

Os órgãos públicos que realizam a inspeção da produção são os mesmos que fiscalizam a comercialização dos produtos da agroindústria. Na avaliação geral os produtores consideram como ponto negativo o excesso de regras que envolvem questões estruturais de produção (que impactam na originalidade) e de organização de rótulos para comercialização. Por outro lado elogiam a condução geral do processo de fiscalização.

*Nós fomos os primeiros em Venda Nova a ter o Susaf. Mas foi muito difícil, tivemos que contratar um engenheiro pra fazer a planta nova e demorou uns 5 meses pra ficar pronta. A gente mandava pro Idaf e sempre retornava pra adequações. (F 01, 2020).*

A contribuição do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) para melhorias das condições de comercialização das agroindústrias familiares ainda é incipiente, segundo o olhar dos entrevistados. Quando questionados se o Ifes havia, de alguma maneira, melhorado suas condições para comercialização, as famílias até se esforçaram para argumentar que a instituição é importante e que “é certo que pode ter ajudado” (F 07, 2020), mas nada correspondeu significativamente. As poucas ações citadas se referiam a projetos disciplinares, principalmente do curso de Administração que foram realizados nas propriedades. Em contrapartida, na avaliação dos produtores, a relação o Instituto Federal poderia ser de contribuições mútuas, a partir do reconhecimento do *saber-fazer* tradicional e da capacidade das famílias de se adequar aos novos contextos como conteúdo didático.

*É importante, eu acho, o produtor ir lá dar um exemplo de como ele faz, quais são as dificuldades. Porque no papel é uma coisa, mas na prática é diferente. Só o produtor sabe a luta, o sacrifício e como que é pra fazer. (F 19, 2021).*

*O Ifes teria a teoria e nós a prática, já pensou como isso ajudaria? Já pensou quantas trocas de conhecimentos? O professor poderia usar a produção da agroindústria: “Porque que lá o doce faz isso? Porque o açúcar quando mistura reage desse jeito?” eles saberiam responder por causa da teoria e eu como já fiz saberia se o sabor ficaria melhor ou pior. Por isso que eu falo se juntar teoria e prática o produto é outro. (F 09, 2020).*

Fica evidente que o Instituto Federal *campus* Venda Nova, no cumprimento da sua função social, pode ampliar suas ações por meio de projetos de extensão e pesquisa com a finalidade de estabelecer novos espaços democráticos de construção de conhecimento, a fim de contribuir (e receber contribuições) com os sujeitos que compõem o território onde a escola está inserida.

#### 4.6 O PROTAGONISMO SOCIAL

O objetivo dessa categoria de análise é buscar entender qual o nível de inserção das famílias produtoras da agroindústria nos espaços/tempos democráticos e como se posicionam diante das possibilidades de participação cidadã. Assim, importa a percepção dos produtores quanto: a participação em entidades representativas; a inserção nas ações coletivas da comunidade e a relação com os agentes executores das políticas públicas.

Nesse sentido, foi preciso entender como os moradores, historicamente, tem se organizado para dialogar com o Estado, tanto para exigir políticas públicas de promoção da agricultura e agroindústria, quanto para exigir uma presença menor e menos ostensiva na fiscalização e burocratização.

O município tem muita experiência em organização de cooperativas, associações, mutirões de voluntários. Os textos, lidos para a pesquisa e que fundamentam o referencial teórico sobre Venda Nova reforçam a importância da superação do individualismo em prol do coletivo como forte característica da comunidade.

Esse discurso de união irrestrita da comunidade é propagado pelos livros que contam a história do município, mas também é corroborado pelas matérias nas mídias digitais e impressas, bem como pelos canais institucionais de comunicação.

É bom que se diga que Venda Nova sempre funcionou dessa forma. Primeiro, por causa da necessidade de se ajudar uns aos outros. Quando chegava uma família nova, sem recursos, era difícil para se instalar, fazer a casa, o paiol e tudo mais. Então as pessoas se juntavam em esquema de mutirão para ajudar a construir casas, derrubar mata, lavar a madeira. (FALCHETTO, 2017, p. 128).

O discurso institucional é tão evidente que em agosto de 2013 foi promulgada a Lei nº 1.087, que decreta o voluntariado como patrimônio do município.

Art. 1º Fica declarado, como patrimônio histórico e cultural de natureza imaterial da cidade de Venda Nova do Imigrante, o voluntariado que é característica de Venda Nova do Imigrante, conhecido por suas conquistas ao longo do tempo.

Art. 2º Fica instituído o “Dia Municipal do Voluntariado”, a ser comemorado anualmente, no dia 09 de outubro. (VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2013).

Venda Nova do Imigrante tem sido referência no estado do Espírito Santo na implementação de políticas públicas que potencializam o fortalecimento do turismo. Assim, reivindicam-se ações que endossam vocações altruístas para a coletividade, a exemplo do caso do título de capital do voluntariado. O governo estadual, um ano depois da lei municipal, sanciona a Lei nº 10.314, decretando em seu Art. 1º: “Fica declarado o Município de Venda

Nova do Imigrante Capital do Voluntariado no Estado do Espírito Santo”. É nesse contexto que o protagonismo social dos vendanovenses se destaca e, por conseguinte, dos produtores da agroindústria, que, apesar das dificuldades, veem na cooperação e no associativismo boas soluções econômicas e de representações políticas.

Os produtores da agroindústria familiar de Venda Nova, que participaram da pesquisa, tendem a se associar às entidades representativas do setor, demonstrando que são favoráveis às iniciativas e que estão dando sua contribuição. Dentre as entidades que existem no município, apenas três associações que contemplam as demandas da Agroindústria Familiar Artesanal têm o foco das suas ações o agroturismo<sup>93</sup>, são elas: a Associação Montanhas Capixabas Convention & Visitors Bureau, a Associação dos produtores de socol de Venda Nova - Assocol e a Associação de Desenvolvimento do Agroturismo - Agrotur.

Segundo seu *site* oficial a “Montanhas Capixabas Convention & Visitors Bureau” é uma associação criada em 2006 com a proposta de desenvolvimento sustentável no turismo, que visa a articulação entre o poder público, o empresariado e o terceiro setor envolvendo os nove municípios da região serrana capixaba. Venda Nova foi um dos municípios que fomentou a proposta desde o início (GESTORA DA MONTANHAS CAPIXABAS CONVENTION, 2020).

A representante da “Montanhas Capixabas Convention”, em entrevista para a pesquisa, diz que a entidade tem significativa importância no cotidiano das agroindústrias familiares que fazem parte do roteiro do Agroturismo, pois:

*É indutora da atividade turística na região, atuando fortemente na promoção do destino e também nos debates das políticas públicas; atualmente estamos debatendo com o governo federal sobre o reconhecimento do turismo rural como atividade relevante no país. O Ministério do Turismo não reconhece as atividades do meio rural como turísticas.* (GESTORA DA MONTANHAS CAPIXABAS CONVENTION, 2020).

Nesse sentido, para a gestora da “Montanha Capixabas”, houve avanços na luta por políticas públicas para as agroindústrias familiares, o setor obteve grandes vitórias nos últimos tempos, principalmente em relação a flexibilização da regulação para a produção. Contudo, ainda afirma a gestora, há um descompasso entre as políticas que promovem a abertura das

---

<sup>93</sup>As ações da Cooperativa dos agricultores familiares tangenciam a comercialização da agroindústria, mas o foco é na agricultura. E, a Assocol, apesar de constar em seu estatuto que tem como objetivo o desenvolvimento da produção e comercialização da agroindústria, sua atuação tem sido voltada para a divulgação do selo de procedência do socol.

propriedades para o agroturismo e as políticas que regulam a produção da agroindústria. Ao alterar suas receitas para atender a legislação as famílias tenderiam a perder sua identidade.

A gestora da “ Montanhas Capixabas Convention” diz que à época da criação da entidade as agroindústrias não foram as primeiras a aderirem, talvez porque sentiam-se representadas pela Agrotur, e considera os empreendimentos familiares como importantes estratégias para o desenvolvimento rural. Atualmente são 15 agroindústrias familiares vinculadas ao consórcio.

*A agroindústria familiar tem o papel de agregar valor econômico e social para as famílias, o valor agregado no produto transformado é superior a simplesmente abastecer um supermercado. Além disso, gera emprego, renda, reduz o êxodo rural, preserva o saber fazer e a história da família. (GESTORA DA MONTANHAS CAPIXABAS CONVENTION, 2020).*

Nessa mesma linha, o presidente da Assocol (2021) diz que é preciso entender que muitos produtores da agroindústria nunca deixaram de trabalhar na agricultura. Assim, a agroindústria não veio para substituir a agricultura e sim pra somar na propriedade. Reforça ainda que a nova atividade dá oportunidade para quem não tem perfil para agricultura, evitando o êxodo e até mesmo atraindo de volta quem já saiu da roça para trabalhar ou estudar na cidade. Para o presidente da Assocol o agroturismo atua como um propulsor da agroindústria, mas que sem a agricultura familiar nada disso seria possível.

*O agroturismo tem uma importância muito grande, além de ter dado o título de capital nacional do agroturismo, fomentou várias agroindústrias. A gente exportou essa maneira de tá recebendo os turistas na propriedade para outros lugares do Brasil. Você que isso já acontece no país inteiro, inclusive tem algumas regiões que estão muito bem desenvolvidas. Isso trouxe para o município um ganho financeiro, porque o poder financeiro das famílias aumentou com essa questão do agroturismo, o turista traz o dinheiro de fora e isso é muito importante para o desenvolvimento da cidade. Mas nada disso seria possível sem a agricultura familiar, ela é a base das famílias, muitas agroindústrias foram construídas apenas com o dinheiro da produção agrícola. (PRESIDENTE DA ASSOCOL, 2021).*

O nascimento da Assocol, em 2013, é fruto da preocupação dos produtores em proteger os conhecimentos tradicionais repassados por gerações, diz o presidente da associação. O representante explica ainda que a ideia inicial era criar uma patente do socol, mas que depois surgiu a proposta do “selo de Indicação de Procedência” emitido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A partir da assessoria do Sebrae e dos cursos ofertados pelo Instituto Federal foi possível reunir os produtores para enfim criar a Assocol. Para a gestão da entidade o selo de Indicação de Procedência e o Selo Arte foram as principais conquistas da Assocol nesses 8 anos de existência. Aqui é preciso considerar que o

Selo de Indicação de Procedência como um avanço para o setor não é unanimidade entre os produtores de socol.

*Eu participei do processo do IG e desde o começo eu não gostei disso. Porque o Selo de procedência trouxe um engessamento e o socol não pode ser um produto engessado, cada família tem seu jeito. Engessou a tal ponto que até o rótulo eles queriam mudar. Nosso rótulo antigo tinha a inscrição “produto artesanal dos imigrantes italianos de Venda Nova”, tá escrito isso desde sempre. Ai quando fizemos o rotulo novo com o Selo de Indicação de Procedência, eles queriam que eu tirasse a parte do artesanal do rótulo. É claro que eu não tirei. Sabe porque eu não tirei? Porque se isso não for artesanal, o que é que vai ser? Então, o IG não trouxe nada, a não ser engessar o produto. Não teve impacto no turismo, para o brasileiro isso não tem valor como tem para o europeu. (F 12, 2020).*

Enquanto o surgimento da Assocol foi fruto da organicidade dos produtores de produtos cárneos de Venda Nova, a Agrotur nasce de um esforço político de amplitude regional envolvendo 7 municípios com o nome de “Centro de Desenvolvimento do Agroturismo”, mas o projeto regional não avançou, passando, desde 1993, a ser denominado “Associação do Agroturismo de Venda Nova do Imigrante” e representar apenas os produtores do município (SITE DA AGROTUR, 2018<sup>94</sup>).

A Agrotur é reconhecida pelos produtores como a maior força de mobilização das famílias produtoras da agroindústria nos anos 1990. Segundo o presidente da Agrotur a entidade tem como funções principais representar os produtores junto ao poder público, apresentando as demandas e discutindo soluções para o setor. Para o gestor as agroindústrias familiares ocupam lugar de centralidade no agroturismo local.

Diante dessas considerações é justo reconhecer que as associações, mediante a disposição para a coletividade, vêm cumprindo um importante papel no desenvolvimento das agroindústrias familiares artesanais e do agroturismo no município.

Contudo, na pesquisa de campo, observando o cotidiano das agroindústrias, percebe-se que atualmente o setor vive um descenso em relação ao associativismo. Os produtores que estão há mais tempo no agroturismo falam com nostalgia dos esforços realizados no início da década de 1990 para criar uma associação, mas também expressam a descrença na continuidade das associações.

*A gente faz parte da Agrotur desde que fundou, então hoje eu vejo assim, a finalidade primeira da Agrotur não existe mais. Eu reconheço que ser presidente da Agrotur hoje é muito mais difícil do que na nossa época, porque na nossa época o que acontecia, ninguém sabia pra onde isso ia caminhar, a gente estava fazendo por uma necessidade de renda, de sobrevivência mesmo, a gente não sabia que iria tomar essa dimensão que tomou. Então, hoje é mais difícil, porque hoje todo mundo*

<sup>94</sup> Atualmente o site da associação não está mais em funcionamento. O que corresponde à percepção dos produtores quanto à redução das ações da Agrotur em prol do agroturismo.

*sabe pra onde vai, tem destaque na imprensa, tem isso, tem aquilo (sic). Você sabe como é o ser humano, né? Pra te ser sincera, não vou a uma reunião da Agrotur faz muito tempo e não vou mesmo. Não me sinto a vontade, eu tenho uma consciência muito tranquila de que no começo a gente deu a vida por isso. O que a gente fez, nós, os primeiros, o pessoal de hoje não faria não. A gente deixava os filhos pequenos no fim de semana e ia pra Vitória, levar os produtos pra feira pra poder expandir, poder mostrar, entendeu? Hoje as pessoas não fariam isso. A gente fazia tudo junto, por exemplo, quando ia colocar o stand do Agrotur na festa da polenta a gente fazia todo mundo junto, então ia a Associação Agrotur pra festa da polenta. A gente fazia escala pra revezar e vendia os produtos de todo mundo. Hoje você vê uma placa da Agrotur e cada um com seu espaço, eu não concordo com isso, então não é Agrotur. Associação é uma coisa, individualismo é outra coisa. Eu fico triste às vezes, igual na Ruraltur, a gente expos os produtos, mas foi muito esquisito, não é mais coletivo. (F 06, 2020).*

*A gente tinha uma lojinha da Agrotur, a gente tinha uma funcionária durante a semana, mas aos domingos tinha uma escala para os produtores. Hoje não é assim, perdeu aquela coisa do coletivismo. (F 04, 2020).*

Percebe-se, a partir das falas dos entrevistados, que as atuais relações estabelecidas pelos sujeitos da Agroindústria Familiar Artesanal com as possibilidades de organização de participação coletiva, como associações e cooperativas, apresentam características distintas das vivenciadas no início da década de 1990. Esse sentimento é compartilhado pelos produtores que atuam há mais tempo no cenário do agroturismo, que evidenciam em suas falas um “esfriamento” do senso de coletividade. Essa percepção também foi mencionada pelos gestores das associações.

A gestora da “Montanhas Capixabas Convention” reafirma a importância da organização coletiva e aponta que a baixa adesão pode significar um distanciamento entre os objetivos das entidades e as demandas dos produtores.

*A formação de rede no associativismo é essencial no crescimento de qualquer cadeia produtiva ligada ao turismo, entretanto, quando se tem clareza no propósito das atividades coletivas e do benefício comum a união do grupo ocorre naturalmente. Ocorreu uma diminuição na participação coletiva, acreditamos que seja pela necessidade de refazer o planejamento estratégico e traçar metas mais ousadas e novos desafios. (GESTORA DA MONTANHAS CAPIXABAS CONVENTION, 2020).*

Já para o presidente da Agrotur, a percepção dos produtores quanto à ausência de coletividade nas ações em prol das agroindústrias é natural, uma vez que as famílias têm mais recursos e autonomia para acessar informações.

*A agrotur foi muito importante no início do agroturismo, mas com a facilidade de acessar a informação as pessoas ficaram mais autossuficientes. Elas mesmo buscam ferramentas...E isso tem diminuído um pouco a força da Agrotur, mas não necessariamente a força do agroturismo em Venda Nova. (PRESIDENTE DA AGROTUR, 2021).*

Na visão dos produtores, a principal causa que induz ao “esfriamento” das ações coletivas das famílias em prol do agroturismo está relacionada com estagnação do turismo, que se concentrou numa pequena rota que passa pela Comunidade São João, passando pela Tapera e vai até a Providência. Nessa perspectiva, o poder público municipal, as associações e os próprios produtores se acomodaram com essa situação que acaba por beneficiar apenas as agroindústrias que se consolidaram como referências na cidade.

*Quem está bem estabelecido não faz questão do outro entrar no agroturismo. Então o turista chega e vai a algumas propriedades conhecidas e não vai às menores e ninguém vai questão de falar que tem outras que precisam crescer. Acaba que a rota fica pequena. Outra coisa é que nesses últimos anos não tem mais incentivo do governo com hospedagem, alimentação e transporte. (F 09, 2020).*

*Nós estamos assim... Todos separados. Nunca estivemos tão distantes um dos outros. Antes tinha reuniões, encontros e viagens. Mas temos que apontar pra nós mesmos, nós do agroturismo estamos desorganizados. E também se a gente não falar para os gestores dos nossos anseios, dos nossos desejos, nada vai acontecer. (F 17, 2021).*

*É porque no começo todo mundo estava vivendo a mesma dificuldade. Depois foram deslanchando, cada um andando com suas próprias pernas... Às vezes foi deixando os outros meio que de lado. Outra coisa é que as reuniões da Agrotur não tá trazendo nada de novo, tem famílias que deixaram de ir para as reuniões há mais de dois anos, porque não acrescenta nada. (F 13, 2021).*

*A coletividade aqui está defasada, já foi muito mais forte. Porque por exemplo, quando tem reuniões das associações vai muito pouca gente, aí vai perdendo um pouco do significado de fazer aquela reunião e discutir o que realmente os produtores precisam. (F 18, 2021).*

*Quando você assiste uma reportagem sobre agroindústria pode ver, só aparece dois ou tres grandes. Tem turista que já comentou que vem sempre a Venda Nova e não sabia que tinha a minha agroindústria, que ninguém comentou pra ele que existia a gente. Assim, muitos acabam desanimando. (F 11, 2020).*

A baixa adesão às associações parece não ser o único reflexo do “esfriamento” do senso de coletividade; são poucas as famílias produtoras da agroindústria artesanal que, atualmente, participam de grupos comunitários, como as pastorais da Igreja Católica, os conselhos de comunidade, os sindicatos, os clubes, bem como tem diminuído a presença nas atividades culturais que têm como objetivo a preservação das tradições italianas. A maioria alega falta de tempo. Apenas duas famílias têm filhas que participam do “Gruppo di Ballo Granello Giallo” (grupo de dança típicas italianas) e somente uma com um membro no “Coral Santa Cecília” (tradicional coral fundado há 76 anos).

As famílias pesquisadas reconhecem o arrefecimento da participação comunitária, no entanto, entendem a importância das organizações coletivas em prol da comunidade, podendo, inclusive, trazer melhores resultados para agroindústria familiar.

*É importante, porque quando a gente trabalha em grupo a gente tem poder crescimento, a gente cresce junto. Eu não iria sozinha pra uma feira de divulgação cultural em Vitória, por exemplo. Foi a coletividade que fez com que a prefeitura ajudasse a gente no início. O agroturismo aqui sempre foi união, só que de uns três, quatro anos pra cá, foi diminuindo, diminuindo e foi juntando vários fatores que foi dispersando. A gente cometeu alguns erros, como por exemplo criar uma associação e não uma cooperativa. Porque um dos objetivos de unir os produtores era comprar e vender juntos para garantir preços e condições, mas só depois descobrimos que pra isso deveria ser uma cooperativa. Até a venda na lojinha da associação (agrotur) se você observar não atendia a legislação, porque a associação não poderia emitir notas de vendas. A gente sempre teve muita dificuldades de fazer comprar coletivas, foram raras as vezes que a gente conseguiu, lembro que uma vez compramos vidros para geleais e compotas e outra vez compramos sacolas do agroturismo. A associação e a cooperativa são diferentes do voluntariado, porque no voluntariado você vai um dia e não tem aquele compromisso. Na associação e na cooperativa você tem aqueles trabalho de insistir. (F 19, 2021).*

*Acredito que seria muito importante se a gente conseguisse manter a união para ter mais força. Ano passado a gente queria comprar sacolas de papel com a logo do agroturismo para substituir essas de plástico que são poluentes. Mas, aqui em Venda Nova é meio complicado, cada um pensa de uma maneira. Então eu vejo assim que as pessoas até participam, mas na hora de resolver um problema... Acho que a coletividade seria o ideal, mas a gente só fala. Não consegue chegar no final. (F 13, 2021).*

A percepção dos produtores quanto à representatividade política em prol da agroindústria familiar também sofre influências do atual momento do agroturismo em Venda Nova. As famílias expressam que há um vácuo na representação política para o setor e que a baixa representatividade pode estar relacionada com a diminuição da visibilidade do agroturismo e conseqüentemente na redução da participação dos produtores nas ações coletivas.

*Tem um deputado federal da cidade que tem apresentado projetos para a agroindústria artesanal, tem um vereador local que esta sempre buscando melhorias... Acho que os políticos daqui quando não podem ajudar, pelo menos não perturbam. (F 03, 2020).*

*No ano passado, com a feira nacional Ruraltur, a gente percebeu um movimento, recebemos políticos aqui na propriedade, mas até então a gente não via essa parte política não. Prefeitos a gente não via... Vereadores... Não via nada. Espero que de agora pra frente eles estejam mais presentes. (F 04, 2020).*

*Agora a gente está com um prefeito novo, vamos ver o que acontece. Eu acho que o prefeito tem muita coisa pra olhar, pra funcionar ele tem que ter um bom secretário para focar nas necessidade dos produtores. A gente sente que as coisas se acomodaram, parou no tempo, entendeu? Lá no começo as agroindústrias que estavam mais organizadas com rótulos, embalagens estavam sempre viajando para participar das feiras de divulgação do agroturismo, isso ajudou a levar o nome de Venda Nova pra fora. A prefeitura ajudava muito, mas hoje está tudo parado. (F 13, 2021).*

*Pra ser sincera, não. Nunca chegaram aqui pra ajudar ou divulgar. Eles falam que venda nova é o berço do agroturismo, mas os produtores estamos esquecidos. Nos*



*que somos pequenos, que não temos divulgação somos esquecidos... Não tem uma reportagem... Nada. (F 10, 2020).*

*Pra falar a verdade acho que não. Estamos esquecidos. Já foi o tempo que os políticos tinha uma atenção pra gente, mas hoje não. Lembro que Rita Zanuncio lutando pelas agroindústrias, naquela época, sim. Mas ela aposentou... Antes a gente viajava pra tudo quanto é lugar pra divulgar o agroturismo e a cidade, a prefeitura dava carro, ajudava. (F 11, 2020).*

Durante a observação nas propriedades, percebeu-se que o posicionamento das famílias quanto à atuação ideal do Estado seria aquele que “não atrapalha”. Nessa linha a percepção dos produtores em relação às ações do poder público se aproxima do discurso liberal, se pautando no pragmatismo (voluntariado e filantropia) para resolução das demandas.

Esse pensamento, dominante entre os produtores pesquisados, se distancia da compreensão do papel do Estado e das políticas sociais que, segundo Carvalho (2007, p. 74) “[...] podem ser sintetizadas com um conjunto de diretrizes, orientações, critérios e ações que permitam a preservação e a elevação do bem estar social, procurando que os benefícios do desenvolvimento alcancem a todas as classes sociais com a maior equidade possível”.

Assim, não há falas com cobranças por políticas de transferência de renda, subsídios governamentais, anistia de dívidas ou distribuição de terras. Mesmo quando lembram que antes a Prefeitura e o Governo de Estado do Espírito Santo ajudavam com passagens, hospedagens e alimentação para as viagens de divulgação do agroturismo, há, no discurso, a conotação de pagamento por prestação de serviço, uma vez que eles estavam representado o município.

Percebeu-se, ainda, que as famílias pesquisadas têm certa objetividade quanto à representatividade política (pensamento que se aplica para a agricultura e para a agroindústria), recorrendo ao pragmatismo para equacionar os problemas cotidianos. No geral, na relação com o poder público, os produtores não buscam o contato com o político eleito (legislativo e executivo) e sim com os gestores dos órgãos que executam as ações governamentais que impactam na sua dinâmica de produtor agrícola e da agroindústria. Uma possível consequência dessa percepção dos produtores em relação à representatividade política pode ser notada nos processos eleitorais para o legislativo municipal e até mesmo estadual, com secretários municipais de agricultura e técnicos agrícolas sendo eleitos.

Diante desse cenário, parece coerente afirmar que, para os produtores entrevistados, as políticas públicas mais significativas são aquelas que se manifestam em ações práticas para resolução de possíveis problemas pontuais da sua produção e comercialização.

*Tem tantas coisas faltando... Estradas para o turista chegar. Voltar com os incentivos para levar os produtores nas feiras de divulgação. No ano passado teve a RuralTur aqui em Venda Nova, mas achei que deu poucas pessoas, parece que não foi bem divulgado. (F 19, 2021).*

*Acho que a gente tinha que trabalhar com todos as agroindustrias, as pequenas e as grandes. E não adianta ter as agroindustria e não ter o turista. É preciso trabalhar com a divulgação, mas não apenas falar, tem que criar formas de atrair o turista. (F 10, 2020).*

*Tinha que ter um técnico disponível para dar suporte às agroindustrias falando onde a gente pode melhorar, porque a gente até paga uma pessoa, mas é longe. Ai, por exemplo, você tem um problema na fermentação e a pessoa vem até te dá uma dica, mas não tem aquele acompanhamento que poderia ter. Muitas vezes você mesmo que tem que descobrir como resolver. Se tivesse uma pessoa capacitada na Secretaria para atender as agroindústrias seria muito bom. (F 13, 2021).*

Para os produtores da agroindústria familiar entrevistados para a pesquisa, o agendamento e a condução das políticas sociais emanadas da coletividade dividem o mesmo espaço de importância com as políticas públicas pautadas pelo Estado. Além disso, se assumem como corresponsáveis dos problemas que eventualmente atingem a Agroindústria Familiar Artesanal, tais como: as dificuldades para a organização a partir da coletividade e para a realização de compras coletivas; a falta de apoio das agroindústrias consolidadas para a integração das agroindústrias menores; o desânimo para a participação dos encontros e reuniões das associações representativas do setor.

Tais produtores, por vezes, apresentam limitação para uma discussão mais ampliada quanto às responsabilidades do poder público no desenvolvimento regional. Assim, as políticas públicas de promoção que visam à construção de cenários propícios à agroindustrialização da produção familiar são percebidas pelos produtores sob o prisma da regulação e avaliadas positivamente ao apresentarem elementos de flexibilização das normas e/ou dos prazos. Enfim, as políticas de regulação acabam ganhando contornos ou conotação de políticas de promoção ao se apresentarem como orientação à organização da produção.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado brasileiro tem, historicamente, direcionado esforços para manutenção das condições de reprodução de suas elites agrárias, seja por criação de leis, subsídios econômicos, obras públicas e/ou por validação ideológica. Não obstante a discrepante ação estatal, que pode ser sintetizada e generalizada pela valorização do latifúndio em comparação à pequena unidade de produção agrícola, é preciso reconhecer que o legado da resistência no campo desencadeou um redirecionamento dos recursos públicos para o setor.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais rurais, inspirados na luta das Ligas Camponesas da década de 1950, vêm pautando uma discussão progressista visando ao agendamento de políticas públicas para a produção de base familiar. O redirecionamento das políticas estatais criou novas possibilidades no campo à agricultura familiar, uma delas foi o fomento à agroindustrialização da produção, convergindo para o que na tese se denomina Agroindústria Familiar Artesanal.

Dessa forma, foi necessário entender essa categoria e quais são as demais tipologias relacionadas adotadas nas produções acadêmicas e na legislação brasileira. Tendo como princípio a melhor adequação conceitual à realidade, buscou-se compreender o contexto socio-histórico do município, que, em grande medida, condicionaram a formação de Venda Nova do Imigrante a partir da organização dos imigrantes italianos após a escravidão na região e das ações ou das “ausências” do Estado no passado.

Nesse cenário, a política de imigração adotada na segunda metade do século XIX parece ser um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que a ideia de utilizar os recursos públicos para fomentar a imigração para colonização italiana não afetava os ideários da elite agrária, permitindo o acesso à mão de obra abundante e barata, “recrutavam-se” famílias com outra lógica de produção e organização social, favorecendo o ideário típico do campesinato.

Os imigrantes italianos que povoaram Venda Nova, brancos europeus e camponeses, foram resignados a ponto de não se revoltarem com as péssimas condições nos núcleos de colonização, porém não ficaram conformados em seus lotes, partiram em busca de terras melhores para o cultivo agrícola.

Entrementes, as antigas fazendas de café (onde hoje se localiza Venda Nova) encerravam um ciclo. Com a abolição da escravatura os fazendeiros da região viram mais vantagens na venda das propriedades, fragmentando-as para facilitar a compra pelos imigrantes. Esse processo de reterritorialização e de reordenamento a partir da lógica camponesa ainda reverbera no discurso coletivo.

O fato do município não ter surgido de um núcleo de colonização mantido com patrocínio estatal, mas sim por iniciativa empreendedora dos pioneiros imigrantes, revela muito da relação de Venda Nova com o Estado e do próprio orgulho da população.

As primeiras décadas da formação de Venda Nova (entre 1892 e 1950) tiveram forte impacto na organização social da comunidade. Com pouco acesso a outras cidades, os imigrantes mantiveram muito da sua cultura camponesa, notada no senso de coletividade, no fervor religioso e, principalmente, na centralidade da família quanto à organização da propriedade.

Diversas estratégias foram adotadas com intuito de manter a propriedade em condições de produção. É preciso considerar que mesmo se organizando a partir de uma lógica camponesa os produtores agrícolas do município sempre estiveram, em maior ou menor grau, integrados aos mercados capitalistas.

A valorização da herança cultural dos imigrantes é um dos elementos fundamentais da organização social da comunidade. Todas as manifestações culturais que permaneceram vivas na comunidade tiveram o apoio da Igreja. À medida que o município caminhou para a emancipação e a presença do Estado ficando mais forte, as manifestações culturais foram institucionalizadas.

A emancipação do município coincide com a estruturação do agroturismo. Nesse sentido, pode-se dizer que a cidade assume o “rural” como identidade institucional, manifestado nas práticas sociais, nos símbolos e festas culturais. Essa identidade rural, explorada como agroturismo, está associada à ascendência italiana e ao modo de vida dos primeiros imigrantes.

O perfil das famílias produtoras da agroindústria artesanal evidencia a relação do tradicionalismo intergeracional como elemento da campesinidade, na qual, historicamente, a organização do espaço e a centralidade das decisões na figura do chefe da família têm pautado as estratégias de reprodução social da família. Retrógradas estratégias, como a exclusão da mulher na partilha da terra como herança e a orientação de mandar pelo menos um filho para o exercício do sacerdócio foram superadas. Outras, como a permanência dos filhos na propriedade, ainda pautam a organização do espaço, evitando a fragmentação da terra.

A partir da década de 1990, a formalização dos empreendimentos e a inserção no/do agroturismo se constituíram em estratégias das famílias produtoras para o desenvolvimento e à consolidação das agroindústrias estudadas, estabelecendo novos critérios para ocupação do espaço, da divisão do trabalho, da organização da produção e da comercialização. A diversificação das atividades a partir da agroindústria cria na propriedade possibilidades de

valorização e remuneração do trabalho da mulher, considerado até então como doméstico. Com as novas atividades há perspectivas da ampliação da participação familiar, pois proporcionam outras fontes de renda e requerem novos saberes (diferentes dos repassados intergeracionalmente), o que possibilita o arrefecimento do poder do chefe da família, oportunizando às mulheres e aos jovens maior protagonismo nas decisões.

As propriedades têm suas especificidades quanto às escolhas de diversificação das atividades produtivas. As mudanças foram impulsionadas pelas necessidades dos sujeitos de cada família e/ou pelo conjunto de políticas públicas direcionadas para a produção familiar, como linhas de crédito, assistência técnica, divulgação para a comercialização e fomento ao agroturismo.

Quanto ao agroturismo, a presente pesquisa levantou que as instituições públicas e as entidades do setor não têm conseguido ampliar a territorialidade e a representatividade do agroturismo no município. As propriedades mais visitadas são aquelas que estão às margens das rodovias (federal e estadual), em detrimento das mais interiorizadas. A conformação com essa disposição geográfica de organização, além de desconsiderar a potencialidade turística de todo o território municipal, arrefece a atuação do poder público na solução de problemas estruturais nas localidades que estão fora do eixo principal do agroturismo, como a conservação das estradas, sinalização indicativa do agroturismo (placas informativas) e amplificação dos sinais de telefone e internet.

Esse cenário “preferencial” do agroturismo implica também na divisão do trabalho nas propriedades, uma vez que os estabelecimentos que recebem um fluxo maior de turistas têm redirecionado a mão de obra para a agroindústria. Em alguns casos a dedicação à agroindustrialização (incentivada pela renda) fez com que as famílias reduzissem a produção agrícola a tal ponto que, no entendimento desta pesquisa, tendem à especialização produtiva. Nesse cenário, a agroindústria que surge como diversificação das atividades da propriedade agrícola acaba por subverter o objetivo inicial (incentivo a pluriatividade) e a família passa a focar (novamente) em uma única atividade produtiva, a agroindústria.

Para as famílias entrevistadas a diferenciação do seu produto é convertida em valor quando o consumidor o relaciona às especificidades do agroturismo local, como a produção artesanal, o *saber-fazer* repassado por gerações, a história da família e a experiência no meio rural. Assim, mesmo que algumas famílias consigam ampliar sua “praça” comercial, a maioria das agroindústrias familiares artesanais tem como esperança de sobrevivência o “reavivamento” do agroturismo.

Considerando que as propriedades familiares são pequenas e que a mão de obra é limitada, pode-se afirmar que qualquer decisão de ocupação do espaço (como a partilha por herança) e de diversificação produtiva (formalização da agroindústria e/ou diversificação da produção agrícola) tem influência na demanda e no perfil das ocupações remuneradas.

Observou-se que a Agroindústria Familiar Artesanal de Venda Nova do Imigrante contribui, indubitavelmente, para o desenvolvimento regional, utilizando-se dos saberes tradicionais, que conferem identidade ao produto e potencializam o agroturismo, bem como da modernização das tecnologias de produção e da dinamização da comercialização, independentemente das diferenças entre as políticas de promoção e de regulação das atividades agroindustriais.

A recente flexibilização da legislação, equiparando a fiscalização municipal à estadual, e a criação do Selo Arte, revelaram novas possibilidades para os empreendimentos. A política de regulação da agroindústria familiar tem começado a surtir efeito no cotidiano de algumas propriedades a partir da qualidade do produto e da escala de comercialização. Porém, fatores como custo de manter um fluxo de análise laboratorial da produção, dificuldades com logística, concorrência desproporcional com os produtos industriais no supermercado, incipiente profissionalização da gestão, fazem com que a ampliação dos horizontes comerciais pareça ser uma realidade distante para a maioria das agroindústrias pesquisadas.

Entende-se que a criação e a implementação de uma política pública para Agroindústria Familiar Artesanal deva partir da compreensão do contexto em que as famílias estão inseridas, dando amplitude às ações de assistência técnica e de fiscalização, além de diversificar as linhas de créditos de forma a contemplar as famílias que desejam “ficar pequenas” e as que desejam conquistar maiores mercados, as que não abrem mão do processo artesanal e as que pretendem tecnificar a produção.

A pesquisa revela um distanciamento individualizado entre os produtores, o que tem fragilizado a rede ou o coletivo do agroturismo. Faz-se urgente a mobilização dos poderes públicos municipais e estaduais para buscar soluções que passam invariavelmente pela consulta às famílias produtoras da agroindústria. Além disso, fica claro que há um descompasso entre o que os representantes das associações elegem como importante e o que os produtores reconhecem como fundamental.

A lacuna de representatividade, política e de categoria “denunciada” pelos produtores, se torna mais emblemática quando se estabelece como parâmetro de comparação os primeiros anos do agroturismo. Entende-se aqui que os produtores sabem o “caminho mais curto” para a retomada do desenvolvimento das agroindústrias familiares no contexto do agroturismo e que

estão dispostos a participar das discussões, uma vez que reconhecem que foi pelas interações com os agentes governamentais, associações e técnicos locais que obtiveram os maiores avanços na organização e na consolidação dos empreendimentos.

Ao analisar a conjuntura municipal, se reconhece a necessidade de estruturar um projeto político integrador entre a Agroindústria Familiar Artesanal, compreendendo-se o contexto da pluriatividade nas propriedades e a potencialidade para o desenvolvimento local. Atualmente, a pequena propriedade localizada fora do eixo referencial do turismo tem poucas expectativas na diversificação das suas atividades com a agroindústria artesanal, pois não há perspectiva da inclusão empreendedora no atual circuito do agroturismo nem tampouco uma política pública indutora da inserção complementar por produto(s) ou da criação de rotas alternativas.

Ainda sobre a inserção de novos estabelecimentos na perspectiva de ampliação e criação de rotas do agroturismo, entende-se que a falta de interlocução entre as administrações das festas tradicionais locais e a produção agroindustrial familiar revela a concepção compartimentada por setores e a ausência de articulação entre as entidades vinculadas ao agroturismo.

Assim, considera-se primordial um esforço coletivo das famílias produtoras, das associações representativas do setor e da iniciativa da Prefeitura para criação de espaços democráticos de planejamento participativo em prol de ações de promoção da Agroindústria Artesanal que tenham como ponto de partida as especificidades locais-regionais, pactuando políticas públicas que promovam estruturas básicas de organização para a produção com a visão da integração/integralidade dos respectivos setores.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **De camponeses a agricultores - paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1990. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280654>. Acesso em: 21/02/2020.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. **Seminário Nacional do Programa de Pesquisa Em Agricultura Familiar da Embrapa**, v1, Petrolina: EMBRAPA, 1997. pp. 17-27. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/de-volta-para-o-futuro-mudancas-recentes-na-agricultura-familiar/>. Acesso em: 21/02/2020.

ABREU JÚNIOR. J. M. Idaf cria selo estadual menos burocrático para agroindústrias de pequeno porte. [Entrevista concedida a] Carolina Brasil. **Folha Online.es**, Vitória, 2018. Disponível em: <https://www.folhaonline.es/idaf-cria-selo-estadual-menos-burocratico-para-agroindustrias-de-pequeno-porte/>. Acesso em: 27/06/2020.

AGNE, C. L. **Agroindústrias rurais familiares e a rede de relações sociais nos mercados de proximidade da região Corede Jacuí Centro/RS**. 2010. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade, UFRGS, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22721>. Acesso em: 12/01/2018.

ALBUQUERQUE, M. C. C. de; NICOL, R.. **Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: McGraw Hill, 1987. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14277/Economia%20agr%c3%adcola.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13/02/2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO-APEES. **Projeto Imigrantes Espírito Santo**. Venda Nova do Imigrante/ES, 2000. Disponível em: [http://www.ape.es.gov.br/projeto\\_imigrantes/municipios/venda\\_nova.htm](http://www.ape.es.gov.br/projeto_imigrantes/municipios/venda_nova.htm). Acesso em: 06/09/2018.

\_\_\_\_\_. Nagar, C. Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro 1895): **relato do Cavaleiro Carlo Nagar, Cônsul real em Vitória**. Tradução de Nerina Bortoluzi Herzog — Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995. - (Coleção Canaã; v. 1).

ASSOCIAÇÃO FESTA DA POLENTA (AFEPOL). **Festa por ano**. Venda Nova do Imigrante, 2019. Disponível em: <http://www.festadapolenta.com.br/1982-festas-por-ano>. Acesso em: 26/03/2019.

AZEVEDO, S. Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, O. A. *et al.* (Orgs.). **Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais / organização** - 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. pp. 57-64. Disponível em:



[https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook\\_file/caderno\\_direito\\_cidade\\_2017.pdf](https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/caderno_direito_cidade_2017.pdf). Acesso em: 16/03/2021.

BALDOW, S. G. **Planejamento da Qualidade em Agroindústrias de Pequena Escala**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2013. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES\\_8c1c1a37e93956b7336b6c862321a150](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_8c1c1a37e93956b7336b6c862321a150). Acesso em: 21/02/2018.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Campo território: **revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 2, 2007, pp. 123-151. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787>. Acesso em: 20/07/2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENEDICTO, R. M. O ideal de branqueamento no projeto educacional de José Veríssimo. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 30, 2019, pp. 49-63. DOI: <https://doi.org/10.26512/resafe.vi30.28240>. Acesso em: 21/06/2019.

BERGAMIM, M. C. **Agricultura familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica**. Uberlândia, 2004. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia, UFU, Uberlândia, 2004. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/dissertacoes/marcia\\_cristina\\_bergamim.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/dissertacoes/marcia_cristina_bergamim.pdf). Acesso em: 21/06/2019.

BERGAMIM, M. C.. A pequena propriedade rural no Espírito Santo: constituição. In: **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Fortaleza. Questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento, 2006. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/148641/>. Acesso em: 21/06/2019.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **A Província do Espírito-Santo** : Jornal consagrado aos interesses provinciales, filiado à escola liberal (ES) - 1882 a 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=301582&pasta=ano%20188&pesq=immigrante&pagfis=1727>. Acesso em: 14/06/2019.

\_\_\_\_\_. **O Espírito-santense: Jornal Político, Científico, Litterario e Noticioso (ES) 1870 a 1889**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217611&pagfis=2471>. Acesso em: 14/06/2019.

BONI, V. Agroindústrias Familiares: uma perspectiva de gênero. In: **30º Encontro Anual da ANPOCS**, 2006. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt21-20/3445-vboni-agroindustrias/file>. Acesso em: 10/01/2021.

BORGES, A. **Design + Artesanato: O caminho brasileiro**. São Paulo: Editora Terceiro Nome. 2011.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

BRASIL. **Decreto 979, de 06 de janeiro de 1903.** Faculta aos profissionais da agricultura e industrias ruraes a organização de syndicatos para a defesa de seus interesses. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D0979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm). Acesso em: 20/06/2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal (1934).** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 23/03/2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei 3855 de 21 de novembro de 1941.** Estatuto da Lavoura Canavieira. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3855.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3855.htm). Acesso em: 04/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei 5452 de 1de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 04/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4. 214 de março de 1963.** Dispõe sôbre o “Estatuto do Trabalhador Rural. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14214.htm). Acesso em: 04/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 53.154 de 10 de dezembro de 1963.** Aprova o Regulamento da Previdência Social Rural. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53154-10-dezembro-1963-393288-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.504 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm). Acesso em: 20/06/2020.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 1 de 09 de novembro de 1967.** Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos Municípios. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp01.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp01.htm). Acesso em: 20/06/2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 926 de 10 de outubro de 1969.** Institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto do Trabalhador Rural, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-926-10-outubro-1969-375307-norma-pe.html>. Acesso em: 12/10/2019.

BRASIL. **Lei nº 5.868 de 12 de dezembro de 1972.** Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5868.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5868.htm). Acesso em: 12/10/2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.746 de 10 de dezembro de 1979.** Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/548622/publicacao/15715101>. Acesso em: 12/10/2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm). Acesso em: 12/03/2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996.** Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htmimpressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htmimpressao.htm). Acesso em: 14/03/2019.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.267 de 28 de agosto de 2001.** Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110267.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110267.htm). Acesso em: 12/10/2019.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 2.183-56 de 24 de agosto de 2001.** Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nos 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1o de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2183-56.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2183-56.htm). Acesso em: 12/03/2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.537 de 27 de agosto de 2002.** Altera os arts. 789 e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, sobre custas e emolumentos da Justiça do Trabalho, e acrescenta os arts. 789-A, 789-B, 790-A e 790-B. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10537.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10537.htm). Acesso em: 13/03/2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.326/06 de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República, Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em: 03/04/2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892 de 29 e dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm). Acesso em: 04/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.780 de 27 de maio de 2016.** Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21286237/do1-2016-05-30-decreto-no-8-780-de-27-de-maio-de-2016-21286233](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21286237/do1-2016-05-30-decreto-no-8-780-de-27-de-maio-de-2016-21286233). Acesso em: 03/04/2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017.** Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal [...] e dá outras providências.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm). Acesso em: 12/03/2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.677 de 02 de janeiro de 2019.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão e funções de confiança e altera o Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008, que dispõe sobre a designação e atuação de adidos agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9667.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9667.htm). Acesso em: 03/04/2020.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.680 de 14 de junho de 2018.** Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13680.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13680.htm). Acesso em: 10/01/2021.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais do Senado Federal.** Brasília, 1976, v. 2. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Republica/1976/1976%20Livro%2012.pdf](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1976/1976%20Livro%2012.pdf). Acesso em: 25/05/2020.

CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE – CNES. **Consulta Estabelecimento – Identificação.** Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>. Acesso em: 21/02/2020.

CALIMAN, C. **La Mèrica Che avemo fato - A família Caliman no Espírito Santo.** Vitória, 2002.

CALIMAN, N. F. **Uma Itália que não existe na Itália: tradição e modernidade em Venda Nova do Imigrante - ES.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. Disponível em: [http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2817/1/tese\\_2623\\_.pdf](http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2817/1/tese_2623_.pdf). Acesso em: 01/02/2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. **Criação e Emancipação.** Disponível em: <http://www.camaravni.es.gov.br/pagina/ler/1038/criacao-e-emancipacao>. Acesso em: 20/01/2020.

\_\_\_\_\_. **Mapa Sede.** Disponível em: <http://www.camaravni.es.gov.br/pagina/ler/1049/mapa-da-sede>. Acesso em 12/01/2020.

\_\_\_\_\_. **Abate de pequenos animais:** solução deverá ser local. 2010. Disponível em: <http://www.camaravni.es.gov.br/noticia/ler/558/abate-de-pequenos-animais-solucao-devera-ser-local>. Acesso em: 13/12/2020.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Comunidade.** Disponível em: <http://www.camaravni.es.gov.br/pagina/ler/1050/mapa-da-comunidade>. Acesso em: 12/01/2020.

\_\_\_\_\_. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. 2017. Disponível em : <http://www3.camaravni.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L12802017.html>. Acesso em: 20/01/2020.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: **IPEA**, 1999. pp. 1-28 . Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0621.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf). Acesso em: 12/10/2020.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 21/03/2020.

CARNEIRO. M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, v 1. 2001. pp. 1-34. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100003>. Acesso em: 10/01/2021.

CARNEIRO, H. S. **Comida e sociedade**. Uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARVALHO. A. M. Políticas sociais: afinal do que se trata? **Revista Agenda Social**. Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais/Uenf, v.1, n.3, 2007. pp. 73-86. Disponível em: [http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda\\_Social\\_5075\\_1204236093.pdf](http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_5075_1204236093.pdf). Acesso em: 16/03/2021.

CARVALHO, J. J. ‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina. **Revista ANTHROPOLOGICAS**, v. 21, nº 01, 2010. pp. 39-76. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/viewFile/23675/19331>. Acesso em: 05/09/2020.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, I. C. M. Slow food e a educação do gosto: um movimento social sem pressa. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 1, 2008. pp. 101-108. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/641/663>. Acesso em: 23/02/2021.

CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1983.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **A pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

COLBARI, A. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. **Revista Brasileira de História** [online], v. 17, n. 34, 1997. pp. 53-74. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201881997000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881997000200003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 23/08/2019.

CONSTANTINO, N. S. de. Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil meridional. **Simpósio Nacional de História**. São Paulo, 2011. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548858767\\_eefc8093764235d184d325b3c0fa6f2a.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548858767_eefc8093764235d184d325b3c0fa6f2a.pdf). Acesso em: 17/10/2019.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

\_\_\_\_\_. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DADALTO, M.C. **A imigração tece a cidade: polo industrial de Colatina**. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.

DERENZI, L. S. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1974.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 8.819 de 18 de Janeiro de 2008**. Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Espírito Santo e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI88192008.html>. Acesso em: 13/04/2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.069 de 06 de maio de 1988**. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI40691988.html>. Acesso em: 13/06/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1.909 de 06 de dezembro de 1963**. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI19091964.html>. Acesso em: 13/06/2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3418-R de 29 de Outubro de 2013**. Institui o Plano de Desenvolvimento da Agroindústria Familiar e do Empreendedorismo Rural. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=261222>. Acesso em 13/04/2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4808 21 de Janeiro de 2021**. Institui o Programa Estadual de Agroindústria Familiar e Empreendedorismo Rural. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=408366>. Acesso em: 15/02/2021.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDUR. **Plano Estadual de Habitação, 2014**. Disponível em: [https://sedurb.es.gov.br/Media/sedurb/Importacao/Plano%20de%20Habita%C3%A7%C3%A3o/PEHAB2030\\_Vweb\\_26112014.pdf](https://sedurb.es.gov.br/Media/sedurb/Importacao/Plano%20de%20Habita%C3%A7%C3%A3o/PEHAB2030_Vweb_26112014.pdf). Acesso em: 21/04/2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Cultura. **Relatório da Pesquisa de Demanda Turística: Festa da Polenta, 2014**. Disponível em: [https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Segmentada/2014/Festa\\_da\\_Polenta\\_2014.pdf](https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Segmentada/2014/Festa_da_Polenta_2014.pdf). Acesso em: 21/08/2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.314 de 18 de dezembro de 2014**. Declara o Município de Venda Nova do Imigrante Capital do Voluntariado no Estado do Espírito Santo. Disponível em:

<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/10.314.htm>. Acesso em: 21/08/2020.

FALCHETTO, B. **O tesouro escondido**. Venda Nova do Imigrante-ES. Edição do autor, 2017.

FALCHETTO, Z. **A Família Falchetto – Do Vêneto a Venda Nova**. Venda Nova do Imigrante-ES. Edição do autor, 2000.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Agrária** (São Paulo. Online), n. 1, 2004. pp. 16-36. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/75>. Acesso em: 13/05/2020.

FERREIRA, R. P. **Luta e Labuta: O papel econômico da mulher imigrante na região de Venda Nova do Imigrante (ES)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, UFES, Vitória, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3362>. Acesso em: 12/03/2018.

FESTA DA POLENTA. **Fotos**. Venda Nova do Imigrante, 2018. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/festadapolenta/photos/a.1850673615052139/3247846918668128/?type=3&theater>. Acesso em: 21/04/2020.

FESTA DO TOMATE. **Fotos**. Venda Nova do Imigrante, 2019. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/festadotomate/photos/a.2289369677967020/2289377284632926/?type=3&theater>. Acesso em: 21/04/2020.

FIDELIS, L. Lei Seca na Igreja: bebidas estão proibidas em festas religiosas. **Rádio FMZ**. Venda Nova do Imigrante, 2009. Disponível em: <https://radiofmz.com.br/site/conteudo.asp?codigo=1527>. Acesso em: 21/04/2020.

\_\_\_\_\_. Guardiões do fogo nas montanhas. **A Tribuna**. Vitória, 21 de dezembro de 2014. Caderno Regional, p. 20.

FRANCESCHETTO, C. **Imigrantes: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

FROEHLICH, J. M.; PIETRZACKA, R. Dinâmica populacional rural: análise de gênero e faixa etária na região central do RS no período 1996-2000. In: **Anais do XLII Congresso da SOBER**. Cuiabá: SOBER/UFMT, v. 1, 2004. Disponível em: <https://sober.org.br/anais/>. Acesso em: 13/02/2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar Projeto de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GILES, T. R. **Dicionário de filosofia: termos e Filósofos**. São Paulo: EPU, 1993.

GOOGLE MAPS. **Centro de eventos Tomatão**, 2020. Disponível em: <https://url.gratis/786Cl>. Acesso em: 16/01/2020.

\_\_\_\_\_. **Centro de eventos Pe. Cleto Caliman – Polentão**, 2020. Disponível em: <https://url.gratis/RQAPw>. Acesso em: 16/01/2020.

\_\_\_\_\_. **Agroturismo Família Brioschi**, 2020. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-20.3776974,-41.1336749,322m/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 24/06/2020.

GROSSELLI, R. **Colônias imperiais na Terra do Café**: Camponeses trentinos (vênets e lombardos) nas florestas brasileiras. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. In: **Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. Fortaleza: SBSP, 2007. Disponível em: [http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab\\_Format\\_PDF/99.pdf](http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/99.pdf). Acesso em: 02/05/2019.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Geographia**. Rio de Janeiro. v. 4, n.7, 2002. pp. 07-22.

HOFBAUER, A. Raça, cultura e identidade e o “racismo à brasileira”. In: BARBOSA, L. M. A... *et al.* **De preto a afro-descendente**: trajetos de pesquisa sobre o Negro, cultura negra e relações étnicos-raciais no Brasil. São Carlos: EDUFSCar, 2003. pp. 51-68.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produto Interno Bruto do Município de Venda Nova do Imigrante- ES**, 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/venda-nova-do-imigrante/panorama>. Acesso em: 11/03/2019.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006**. ISSN 0103-6157. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de 2017**. Resultados Definitivos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 25/09/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 1980**. Disponível em: Censo demográfico: 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Acesso em: 25/09/2020.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios>. Acesso em: 25/09/2020.



\_\_\_\_\_. Venda Nova do Imigrante (ES) **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/venda-nova-do-imigrante.html>. Acesso em: 30/09/2020.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - INCAPER. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural PROATER 2011 – 2013 – Venda Nova do Imigrante/ES**. Vitória, ES, 2010. Disponível em: [http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Centro\\_cerrano/Venda\\_Nova.pdf](http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Centro_cerrano/Venda_Nova.pdf). Acesso em: 20/06/2017.

\_\_\_\_\_. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural PROATER 2020–2023: Venda Nova do Imigrante/ES**. Vitória, ES, 2020. Disponível em: [https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Venda\\_Nova.pdf](https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Venda_Nova.pdf). Acesso em: 20/12/2020.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico da agroindústria familiar no Espírito Santo: resultados da pesquisa 2018**. Vitória, ES : Incaper, 2019.

INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar estadual nº 618**, de 10 de janeiro de 2012. Institui o Estatuto Estadual da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual, e dá outras providências. Disponível em: <https://idaf.es.gov.br/Media/idaf/Documentos/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Agroind%C3%BAstria/Lei%20Estadual%20Complementar%20618%20de%2010%20de%20janeiro%20de%202012%20-%20Cria%20o%20USAF-2.pdf>. Acesso em: 10/08/2019.

\_\_\_\_\_. **Idaf e Bandes assinam acordo para fomento das agroindústrias de pequeno porte**. Vitória, 2018. Disponível em: <https://idaf.es.gov.br/Not%C3%ADcia/idaf-e-bandes-assinam-acordo-para-fomento-das-agroindustrias-de-pequeno-porte>. Acesso em: 22/05/2020.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS - RURALTINS - **Agroindústria**. Palmas, 2017. Disponível em: <https://ruraltins.to.gov.br/agroindustria/>. Acesso em: 30/10/2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de desenvolvimento institucional 2009-2013**. Vitória, 2009. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/documentos-institucionais/5986-pdi-do-ifes>. Acesso em: 26/08/2017.

\_\_\_\_\_. **Plano de desenvolvimento institucional (PDI) 2014-2019**. Vitória, 2014. Disponível em: [http://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/pdi\\_28-08-15.pdf](http://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/pdi_28-08-15.pdf). Acesso em: 28/08/2017.

\_\_\_\_\_. **Regimento Geral do Ifes**. Vitória, 2019. Disponível em: [https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/documentos-institucionais/regimento-geral/anexo\\_1\\_regimento\\_geral.pdf](https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/documentos-institucionais/regimento-geral/anexo_1_regimento_geral.pdf). Acesso em: 28/08/2017.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Divisão Regional do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 2012. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>. Acesso em: 27/02/2017.

\_\_\_\_\_. **PIB Municipal**. 2017. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/indicadores/pib-municipal>. Acesso em: 21/01/2019.

\_\_\_\_\_. **Perfil Regional – Sudoeste Serrana**, Vitória, ES, Microrregião Administrativa 4. Vitória, ES, 2009. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120824\\_\\_sudoeste\\_serrana\\_2009.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120824__sudoeste_serrana_2009.pdf). Acesso em: 21/01/2019.

\_\_\_\_\_. **Perfil do Município Venda Nova do Imigrante**, 1988. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120814\\_ij00630\\_perfildomunicipiodevendanovadoimigrante\\_mapas.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120814_ij00630_perfildomunicipiodevendanovadoimigrante_mapas.pdf). Acesso em: 13/02/2019.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor Urbano: Estudos básicos**. Vitória, 1999. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20121101\\_ij00901\\_pdu\\_vendanova.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20121101_ij00901_pdu_vendanova.pdf). Acesso em: 27/02/2019.

\_\_\_\_\_. **Mapas por município**. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>. Acesso em: 18/09/2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Instrução Especial nº 50**, 26 de agosto de 1997. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/index.php?action=MenuOrgao.show&id=5131&oOrgao=25>. Acesso em: 10/08/2019.

\_\_\_\_\_. **Programa Terra Sol**, 2004. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/terra-sol.html>. Acesso em: 10/08/2019.

\_\_\_\_\_. **Programa Terra Forte**, 2013. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/terra-forte.html>. Acesso em: 10/08/2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Imóveis Rurais por Município**. Portal Cadastro Rural, 2017. Disponível em: <http://www.cadastrorural.gov.br/estatisticas/cafir-cadastro-de-imoveis-rurais>. Acesso em: 10/08/2019.

\_\_\_\_\_. **Estrutura Fundiária**. 2018. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/estrutura-fundiaria.html>. Acesso em: 24/02/2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **IDEB - Resultados e Metas, 2018**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=4757213>. Acesso em: 23/04/2020.

JORNAL FOLHA DA TERRA. **Projeto conhecendo Venda Nova do Imigrante (ES)**.— Venda Nova do Imigrante, ES: Editora Folha da Terra, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAROUSSE, C. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Universo, 2001.

LAZZARO, A; COUTINHO, G. A.; FRANCESCHETTO, C. **Lembranças camponesas; a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante**. Vitória: [s.n.], 1992.

LIMA, E. N. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades Sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. pp. 41-65.

LOUREZANI, A.E.B.S.; SILVA, A.L. **Um estudo de competitividade dos diferentes canais de distribuição de hortaliças**. GEPAI – Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, UFScar, 2004.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAFRA, R. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

MARANHÃO. **Lei nº 10.086, de 20 de maio de 2014**. Dispõe sobre a habilitação sanitária de estabelecimento agroindustrial familiar, de pequeno porte ou artesanal, para elaboração e comercialização de produtos da agroindústria no Estado da Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, MA, 20 de maio de 2014. Disponível em: <https://www.aged.ma.gov.br/files/2017/06/LEI-10.086-AGROINDUSTRIA-FAMILIAR.pdf>. Acesso em: 22/05/2020.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Questão Agrária Hoje*. **Revista Lua Nova**, nº 23, 1991. pp. 07-37. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000100003>. Acesso em: 24/06/2020.

MARX, K. **Para a crítica de economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. \_\_\_\_\_.(Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016. pp. 51-66.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Instrução Normativa nº 05**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtosanimal/empresario/arquivos/INSTRUONORMATIVANo5DE14DEFEVEREIRODE2017.pdf/view>. Acesso: em 11/03/2019.

\_\_\_\_\_. **Agroindústria Familiar**. Brasília, 2019. Apoio à implementação de ações para capacitar o agricultor familiar, inserir e mantê-lo de forma competitiva no mercado. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agroindustria-familiar>. Acesso em: 23/02/2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Resolução 385, de 27 de dezembro de 2006**. Estabelece procedimentos a serem adotados para o licenciamento ambiental de agroindústrias de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=523>. Acesso em: 11/03/2019.

MIOR, L. C. **Agricultores Familiares, Agroindústria e Território- A Dinâmica das Redes Locais de Desenvolvimento Rural do Oeste Catarinense**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas- Sociedade e Meio-Ambiente, UFSC, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87731>. Acesso em: 21/04/2019.

\_\_\_\_\_. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MONTANHAS CAPIXABAS CONVENTION & VISITORS BUREAU. **Institucional**. Domingos Martins- ES. Disponível em: <https://montanhascapixabas.org.br/institucional/o-que-e-o-convention/>. Acesso em: 21/08/2020.

NAVARRO, Z. Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G. *et al.* (Orgs.). **A agricultura brasileira. Desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, IPEA, 2010. pp. 185-209. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6480](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6480). Acesso em: 23/10/2020.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. MINAYO, M. C. S..(Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. pp. 09-28.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. In: FERNANDES, B.M.; MARQUES M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 211-270.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Tânia Elias Magno da. (Org.). **Ensaio. Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju, 2002, pp. 131-159.

NOGUEIRA, V. S. A. **A Venda Nova das Imigrantes": Relações de Gênero e Práticas Sociais do Agroturismo**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281959>. Acesso em: 21/04/2019.

NOVAES, M. S. **Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, Coordenação Estadual de Planejamento, Governo do Estado do Espírito Santo, 1980.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v.15, n. 43, 2001. pp. 185-206. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831>. Acesso em: 28/09/2018.

\_\_\_\_\_. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil: In: STEDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**, São Paulo: Expressão Popular, v. 7, 2013. pp. 103-172.

PEREZ, L. F. Antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, Mauro (Org.). **A festa na vida: significado e imagens**. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 15-58.

PLEIN, C. **Metamorfoses da Agricultura Familiar**: o caso do município de Iporã D'Oeste, Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2666>. Acesso em: 16/07/2020.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Ranking do IDH-M dos municípios do Brasil**. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm). Acesso em: 20/06/2020.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. Ituiutaba: Editora Barlvento, 2017.

PRADO JR., C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PREZOTTO, L. L. **Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

PREZOTTO, L. L. **A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, UFSC, Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/80999>. Acesso em: 27/02/2019.

RADIO FMZ. **Galerias**. Disponível em: <https://radiofmz.com.br>. Acesso em: 14/02/2020.

REDE GLOBO. **Economia**. Negócios Globo. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/06/04/agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 26/11/2019.

RIBEIRO, L. R. **Subsídios à História da Imigração Italiana nos Municípios de Ibiracú e João Neiva**. Ibiracú: Gráfica e Editora Ltda, 1990.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.921 de 17 de Janeiro de 2012**. Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar. Site Assembleia Legislativa/RS. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=156474>. Acesso em: 20 de maio 2019.

ROCHA, G. **Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896**. Vitória: [s.n.], 2000.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, P. C. R. O. **Desenvolvimento socioeconômico e novas alternativas rurais no Espírito Santo**: o caso de Venda Nova do Imigrante. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, UFES, Vitória, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3546>. Acesso em: 25/09/2019.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**. n. 3, 2007. pp. 14-33. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/457>. Acesso em: 21/07/2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura: Novo PEDEAG 2007-2025**. Vitória: SEAG, 2008. Disponível em: <https://seag.es.gov.br/pedeag/index.html>. Acesso em: 25/04/2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO. **Relatório da pesquisa de demanda turística: Festa da Polenta**. Vitória, 2014. Disponível em: [https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Segmentada/2014/Festa\\_da\\_Polenta\\_2014.pdf](https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Segmentada/2014/Festa_da_Polenta_2014.pdf). Acesso em: 20/03/2020.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (SEDU). **Rede Estadual de Ensino**. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/rede-estadual-de-ensino>. Acesso em: 23/03/2020.

SILVEIRA, P. R. C. da; HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. In: **Anais do I Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar**. São Luis Gonzaga, v. único, 2005. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/artigosauluis.pdf>. Acesso em: 29/04/2019.

SODRÉ N. W. **Formação histórica do Brasil**. 14 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

STEDILE, J. P. Tendências do capital na agricultura. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**, São Paulo: Expressão Popular, v. 7, 2013. pp. 19-38.

SULZBACHER, A. W. Agroindústria Familiar Rural: Caminhos para Estimar Impactos Sociais. Universidade Federal de Santa Maria - **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária** (ENGA), São Paulo, 2009. Disponível em: [http://www.geografia.ufflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Sulzbacher\\_AW.pdf](http://www.geografia.ufflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Sulzbacher_AW.pdf). Acesso em: 21/09/2017.

SULZBACHER, A. W. *et al.* No coser da especialização produtiva, os impactos sociais da consolidação da agroindústria familiar rural. In: **ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA**, 12, Montevideo, v. XII, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaceconomica/108.pdf>. Acesso em: 24/03/20219.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Trabalho Rural**. Disponível em <http://www.tst.jus.br/trabalho-rural>. Acesso em 23/02/2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

\_\_\_\_\_. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2006.

VEIGA, J. E. Apresentação. In: PRADO JR., C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

VENDA NODA DO IMIGRANTE. **Lei nº 1.193 de 25 de junho de 2015**. Institui o Plano Municipal de Educação (PME) de Venda Nova do Imigrante dá outras providências. Disponível em: <http://www3.camaravni.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L11932015.html>. Acesso em: 21/04/2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 16 de 09 de agosto de 1989**. Cria o distrito administrativo de São João Viçosa, neste município. Disponível em: <http://www3.camaravni.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L161989.html>. Acesso em: 13/06/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 489 de 23 de julho de 2001**. Dispõe sobre a criação do distrito administrativo de Alto Caxixe, município de Venda Nova do Imigrante, Espírito Santo. Disponível em: <http://www3.camaravni.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L4892001.html>. Acesso em: 13/06/2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.231 de 01 de setembro de 2005**. Classifica e inclui nas unidades escolares da rede municipal de ensino a escola de primeiro grau Atílio Pizzol. Disponível em: <http://c2sisweb.tecnologia.ws/SisWeb/Repositorio/Imagens/0/LegislacoesInfralegais/4f99d448-7.pdf>. Acesso em: 21/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.112 de 16 de outubro de 2013**. Venda Nova do Imigrante, 2013. Dispõe sobre a obrigatoriedade da prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal no âmbito do Município de Venda Nova do Imigrante/ES. Disponível em: <http://c2sisweb.tecnologia.ws/SisWeb/Repositorio/Arquivos/0/1bc1e874-2.pdf>. Acesso em: 11/03/2019.

\_\_\_\_\_. **Portal da Transparência Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES**. Venda Nova do Imigrante, 2019. Disponível em: <https://vendanovadoimigrante-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/projetos-acoes.aspx>. Acesso em: 21/04/2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1090 de 16 de setembro de 2013**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal no âmbito do município de Venda Nova do Imigrante e da outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/vecqw>. Acesso em: 21/04/2020.

\_\_\_\_\_. **Portal da Transparência Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES**. Venda Nova do Imigrante, 2019. Disponível em: <https://vendanovadoimigrante-es.portaltp.com.br/consultas/orcamento/orcamentodespesas.aspx>. Acesso em: 21/04/2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1.087 de 12 de agosto de 2013**. Declara o voluntariado como patrimônio histórico e cultural da cidade de Venda Nova do Imigrante, e institui o dia municipal do voluntariado. Disponível em:

<http://www3.camaravni.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L10872013.html>. Acesso em: 10/01/2021.

\_\_\_\_\_. **Venda Nova do Imigrante (ES)**. Disponível em: <http://descubravendanova.es.gov.br/venda-nova/>. Acesso em: 20/05/2020.

\_\_\_\_\_. **Notícia**, 2019. Conheça 31 curiosidades sobre a emancipação de venda nova. Disponível em: <http://vendanova.es.gov.br/site/noticia.php?id=1649>. Acesso em: 12/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Serenata Italiana**, 2019. Disponível em: <http://descubravendanova.es.gov.br/eventos/serenata-italiana/>. Acesso em: 13/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Festa da Polenta**, 2019. Disponível em: <http://descubravendanova.es.gov.br/eventos/festa-da-polenta/>. Acesso em: 13/-3/2020.

\_\_\_\_\_. **Histórico**. Disponível em : <http://vendanova.es.gov.br/website/site/Historico.aspx>. Acesso em: 12/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Notícia**. 2017. Disponível em: <http://vendanova.es.gov.br/website/site/Noticia.aspx?id=1074>. Acesso em: 12/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Notícia**. Disponível em: <http://vendanova.es.gov.br/website/site/Noticia.aspx?id=1649>. Acesso em: 12/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Símbolos Oficiais**. Disponível em: <http://vendanova.es.gov.br/website/site/SimbolosOficiais.aspx>. Acesso em: 15/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 835, de 24 de agosto de 2009**. Dispõe sobre a instituição do Programa Vale feira no âmbito de Venda Nova do Imigrante. Disponível em: <http://www3.camaravni.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/image/L8352009.pdf>. Acesso em: 14/05/2018.

VIEIRA, L. F. Agricultura e agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. VII, n. 1, 1998. pp.11-23. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/195>. Acesso em: 23/04/2018.

VIEIRA, L. S. L. **Proposta de Circuitos Educativos para o Município de Venda Nova**: Potencialidades do Agroturismo para a Promoção da Alfabetização Científica. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/419>. Acesso em: 21/12/2020.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, 2000. pp. 87-145. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178>. Acesso em: 29/03/20219.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, 2003. pp 42-61. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>. Acesso em: 29/03/2019.



\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco, João Carlos (Org.) **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas, Passo Fundo, EDIUPF, 1999. pp 23-56.

WESZ JUNIOR, V. J. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar**: análise e avaliação da experiência brasileira. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/tede/664>. Acesso em: 02/04/2019.

\_\_\_\_\_. Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf-Agroindústria. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v 48, 2010. pp. 567-596. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032010000400004>. Acesso em: 05/04/2019.

WILKINSON. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In: \_\_\_\_\_. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp. 125-150.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguecia” campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANDONADI, B. M. **O Agroturismo e As Transformações Sócio-espaciais em Venda Nova do Imigrante-ES**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES\\_9f53e2ba02f8a57bee5c53d89227707e](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_9f53e2ba02f8a57bee5c53d89227707e). Acesso em: 24/05/2018.

ZANDONADI, B. M.; FREIRE, A. L. O. O meio rural como atrativo para o agroturismo em Venda Nova do Imigrante(ES): o caso da família Carnielli. In: **VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, Caxias do Sul-RS, 2012. Disponível em: [https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_7/arquivos/12/04\\_44\\_49\\_Zandonadi\\_Freire.pdf](https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/12/04_44_49_Zandonadi_Freire.pdf). Acessado em: 22/03/2018.

ZANDONADI, M. **Venda Nova**: um capítulo na imigração italiana. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1980.

ZANDONADI, M. **Venda Nova do Imigrante**: 100 anos da colonização italiana no sul do Espírito Santo. Contagem: Fundação Mariana Resende da Costa. Minas Gerais, 1992.

## APÊNDICE – Roteiro de Entrevista

### UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UENF) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

Prezado(a) Senhor(a), este é um roteiro de entrevista voluntária para pesquisa de Jonadable Alves Palmeira, cujo trabalho principal no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF intitula-se, neste momento, **A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ARTESANAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE: PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**. O propósito principal é realizar uma análise das interrelações da Agroindústria Familiar Artesanal com as políticas públicas que dialogam com sua dinâmica produtiva, bem como sua inserção na organização territorial das comunidades locais. Pedimos que colabore conosco, respondendo as questões conforme as orientações prestadas. Suas informações são muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Obrigado!

#### I- IDENTIFICAÇÃO \_\_\_\_\_

CÓDIGO \_\_\_\_\_

DATA / /2020

ENDEREÇO \_\_\_\_\_

#### DADOS DO PRODUTOR

- Nome: \_\_\_\_\_
- Data de Nascimento: \_\_\_\_\_
- Gênero: \_\_\_\_\_
- Estado civil: \_\_\_\_\_
- Escolaridade: \_\_\_\_\_
- É o chefe da família? \_\_\_\_\_
- Religião da família: \_\_\_\_\_
- Qual a ascendência da sua família: \_\_\_\_\_
- Quantas gerações sua família está no município: \_\_\_\_\_

#### Composição familiar

Membro	Relação de parentesco	idade	Escolaridade	Mora na propriedade	Situação ocupacional

#### A propriedade

- 1) A quanto tempo a família está na propriedade?
- 2) Qual a área total (em hectares) da sua propriedade? Qual termo a família usa para denominar a propriedade?(sítio, roça etc)
- 3) Na sua visão a localização da propriedade favorece o agroturismo? Por quê?
- 4) A propriedade dispõe de fornecimento público de energia elétrica? Desde quando?

- 5) A propriedade dispõe de abastecimento público de água tratada e encanada? Desde quando?
- 6) A propriedade dispõe de instalações sanitárias dentro de casa, com descarga e canalização de dejetos?
- 7) O serviço público de saneamento básico atende a propriedade ou é utilizada a fossa séptica?
- 8) Quantas pessoas da família moram na propriedade?
- 9) Quantas dessas pessoas trabalham apenas na propriedade?
- 10) Quantas dessas pessoas trabalham apenas fora da propriedade?
- 11) Quantas dessas pessoas trabalham na propriedade e também em outro local, permanente ou temporário?
- 12) Na propriedade tem trabalhadores contratados (não pertencentes a família) ? Se sim, onde trabalham? Na produção agrícola, na agroindústria, em outra função ou em mais de uma função? (observar se são trabalhos temporários que acompanham a sazonalidade da produção).
- 13) Qual a área da agroindústria?
- 14) Quando a família decidiu investir na infraestrutura da agroindústria? Quais foram as motivações?
- 15) A família já acessou ou pretende acessar algum programa do Governo para criação ou ampliação da agroindústria?(ex: pronaf ou linhas de créditos para produtor)
- 16) Como a renda familiar é composta?  
Majoritariamente da produção agrícola? Nesse caso qual (quais) produto(s) tem maior destaque? \_\_\_\_\_  
Majoritariamente da atividade da Agroindústria? Nesse caso qual (quais) produto(s) tem maior destaque? \_\_\_\_\_  
Qual é a outra fonte de renda da família? (carteira assinada, prestação de serviços, aposentadoria, bolsa família ..etc)

#### **A divisão do trabalho**

- 17) As pessoas que trabalham na produção agrícola são as mesmas da agroindústria ou existe uma divisão na atuação?
- 18) Na agroindústria os mesmos que processam o alimento também trabalham no atendimento ao público( lojinha)?
- 19) Quem representa a propriedade e o estabelecimento da agroindústria na compra de insumos, maquinários, infraestrutura? Por quê?
- 20) Quem representa a agroindústria nas negociações bancárias? Por quê?

- 21) Quem representa a agroindústria nas associações e sindicatos? Por quê?
- 22) Quem representa a agroindústria nos órgãos de fiscalização ? Por quê?
- 23) Como são decididas as tarefas a serem executadas?
- 24) Como é decidido quem irá fazer um curso de formação para a produção ou comercialização?

### **A produção**

- 25) De quando começou a produção da agroindústria até hoje o que mudou no processo de produção?
- 26) Algumas práticas (receitas, tradições, modo de fazer) estão na sua família há gerações. Há algum produto que se mantém na forma original?
- 27) O que mais provocou mudanças no modo de produzir? (maquinários, formação, exigência legal, “intuição”)
- 28) Para continuar produzindo na agroindústria você teve que se adequar? Como foi esse processo?
- 29) Quais órgãos públicos mantêm a fiscalização da produção da agroindústria? (sec. Meio ambiente, vigilância sanitária, Secretaria de agricultura, Serviço de inspeção sanitária, Idaf) Qual sua visão sobre esse processo?
- 30) O que você acha sobre as condições para ter crédito/financiamento para a sua produção?
- 31) O que você acha sobre as condições para receber assistência técnica para a sua produção?
- 32) Alguém da família realizou algum curso voltado para a agroindústria ? Foi possível aplicar os conhecimentos adquiridos no curso na produção da sua família? Comente:
- 33) O que a produção da agroindústria representa para a propriedade/família ?
- 34) Você acredita que exista um saber específico dessa família?
- 35) Pra você quais são as vantagens de processar os alimentos?
- 36) A sazonalidade das culturas cultivadas na propriedade interferem na produção da agroindústria?
- 37) A matéria-prima para a produção da agroindústria vem da produção agrícola da propriedade? Se não, como vocês escolhem o fornecedor?
- 38) O Instituto Federal (IFES) está em atividade em Venda Nova desde 2010, ofertando o curso técnico em Agroindústria e mais recentemente a graduação em Ciências e Tecnologia de Alimentos, no seu entendimento o Ifes contribuiu para melhorias do seu processo de produção? Por quê?

39) Qual a média mensal de produção da sua agroindústria?

Socol (Kg) \_\_\_\_\_

Linguiça (Kg) \_\_\_\_\_

Outros embutidos(Kg) \_\_\_\_\_

Queijos (Kg) \_\_\_\_\_

Iogurte (L) \_\_\_\_\_

Antepastos (Kg) \_\_\_\_\_

Geleia (Kg) \_\_\_\_\_

Massas (Macarrão, lasanha) (Kg) \_\_\_\_\_.

Bolos (Kg) \_\_\_\_\_

Biscoitos (Kg) \_\_\_\_\_

Outros \_\_\_\_\_

### **A comercialização**

40) Quando iniciou a comercialização dos produtos?

41) Havia uma estrutura para a venda dos produtos?

42) Qual a importância da infraestrutura da propriedade, sua organização e o paisagismo nas vendas dos produtos?

43) Venda Nova é reconhecida como a capital do agroturismo, para você qual a importância da agroindústria familiar para o agroturismo em venda nova?

44) Quais produtos vendem mais? Sempre foi esse produto o mais vendido?

45) Qual produto tem a melhor vantagem na relação entre custo de produção e preço de venda?

46) A venda é realizada apenas no estabelecimento?

47) Os produtos da agroindústria são vendidos para cooperativas ou por meio de associações?

48) Os produtos são comercializados na Feira livre? Quanto isso representa no total de venda da agroindústria?

49) A agroindústria participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)? Ou outra política/programa de compra de alimentos? Se sim, qual sua opinião sobre o programa? Se não, por que não participa?

50) Quanto representa no orçamento familiar a comercialização dos produtos da agroindústria?

51) Para comercializar os produtos da agroindústria você teve que se adequar para atender a legislação? Como foi esse processo?

52) Quais órgãos públicos mantêm a fiscalização da comercialização dos produtos da agroindústria? Qual sua visão sobre esse processo?

53) Venda Nova foi uma das primeiras cidades do Estado a aderir ao SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte) sua agroindústria aderiu? Tem pretensão de aderir?

54) Qual a contribuição do Ifes para melhorias das condições de comercialização da sua agroindústria? Por quê?

### **O protagonismo social**

55) É filiado a Associação dos Produtores Rurais ou sindicato? Alguém da família é? Se for, representa a família?

56) É filiado na associação dos produtores da feira livre da agricultura familiar? Qual sua opinião sobre a feira? Se não participa, por quê não?

57) A família participa de alguma organização comunitária?( cooperativas, associações, igrejas, clubes, grupos) Quais?

58) A família participar de conselhos, sindicatos, assembleias ou reuniões? Com frequência? Participa de eleições nesses espaços?

59) A família participa de atividades culturais como grupos de danças ou de cantos? Essas atividades tem o objetivo de preservação das tradições?

60) Como produtor da agroindústria se sente representado politicamente no município ou no Estado?

61) Como toma ciência da existência de políticas públicas para o produtor familiar? E de incentivos fiscais? E de linhas de créditos?

62) Comparando a produção agrícola com a produção da agroindústria, qual na sua visão tem maior incentivo de políticas públicas? Qual tem maior fiscalização?

63) Qual política pública mais importante para a agroindústria de Venda Nova?

64) O que tem feito diante das regras (regulação) criadas pelo Estado para fiscalizar a produção?

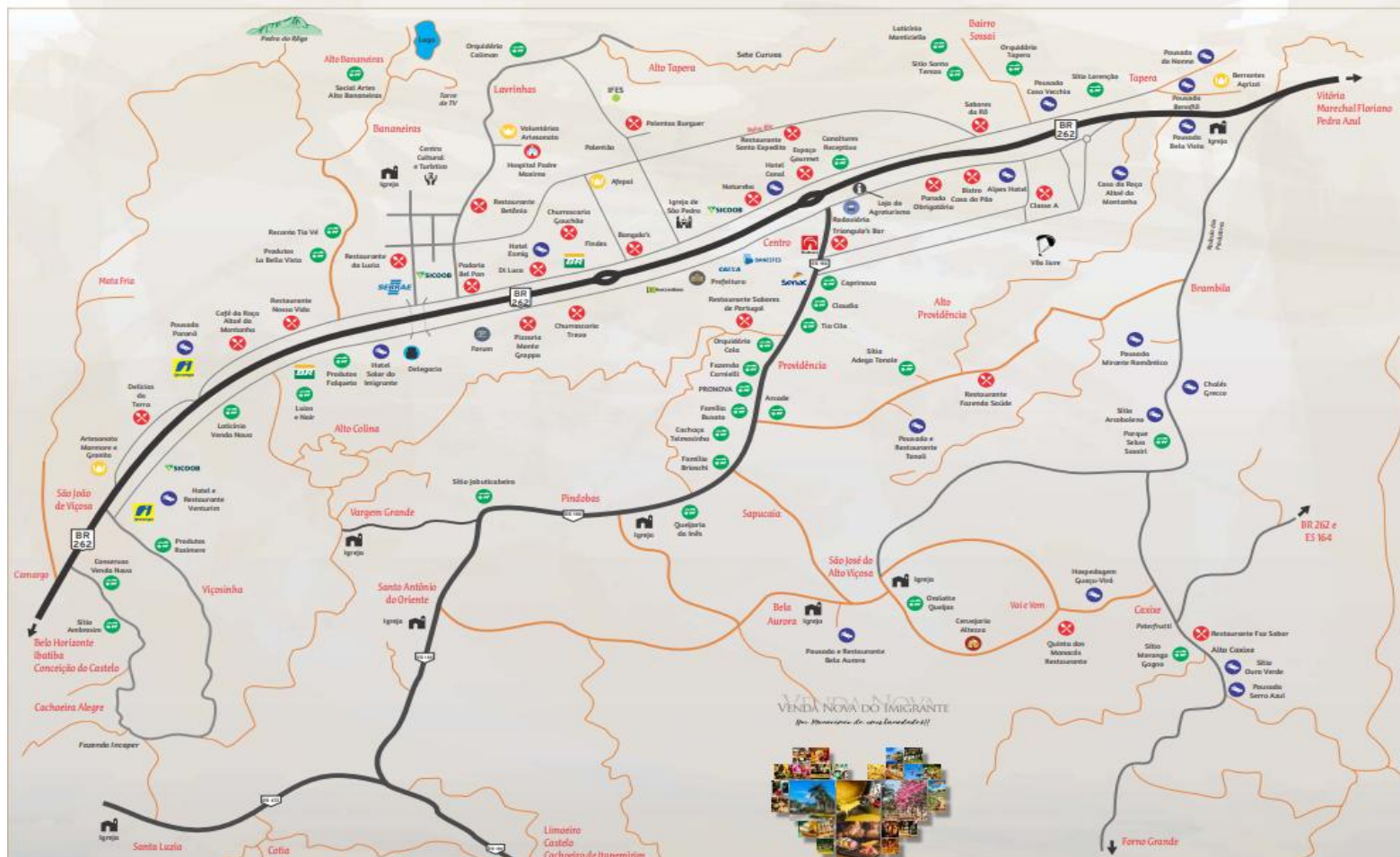
65) Na sua visão qual a importância para os produtores da agroindústria familiar se organizar em associação, sindicatos ou qualquer outra forma de coletividade?

66) Venda Nova conseguiu a Indicação Geográfica (Certificação) de produtos regionais, você já ouviu falar desse processo? Cite as fontes.

67) Como produtor da Agroindústria Familiar Artesanal de Venda Nova você já participou de alguma formação no IFes?

68) Os projetos pedagógicos dos cursos ofertados no Ifes são elaborados por comissões, você já foi convidado para participar? Na sua visão o produtor da agroindústria familiar poderia dar contribuições na elaboração dos projetos?

## ANEXO – Mapa Turístico de Venda Nova do Imigrante



Fonte: Site “Descubra Venda Nova”<sup>95</sup>

<sup>95</sup> Cf. [http://descubravendanova.es.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Mapa-de-Venda-Nova-do-Imigrante\\_.pdf](http://descubravendanova.es.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Mapa-de-Venda-Nova-do-Imigrante_.pdf)